FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 34.045 | DOMINGO, 19 DE JUNHO DE 2022 | R$ 7,00

O indigenista Bruno
Daniel Marenco - 9.out.2019/Agência O Globo

‘Difícil, cansativo, perigoso’, disse Bruno semanas antes

Em uma entrevista a **Rosiene Carvalho** 44 dias antes de ser morto no vale do rio Javari, no Amazonas, o indigenista Bruno Pereira definiu o trabalho na região com a Funai (Fundação Nacional do Índio) sob o governo de Jair Bolsonaro (PL) como “difícil, cansativo, perigoso”.

“O presidente [Bolsonaro] não demarcou um centímetro, como ele prometeu. O presidente da Funai, o [Marcelo] Xavier, está lá para isso. É a administração do caos. Não sei não [suspiro]. Difícil, cansativo, perigoso. Vamos simbora”, afirmou, ao avaliar o cenário na região.

Ele e o jornalista britânico Dom Phillips foram mortos há duas semanas. Neste sábado, a polícia prendeu mais um suspeito do crime, o terceiro até aqui, e o corpo de Bruno foi identificado. O indigenista era funcionário licenciado da Funai e vivia conflito interno com o órgão.

Por isso, por orientação de seus advogados, ele pediu à época que a reportagem não divulgasse suas opiniões sobre a autarquia.

Com a sua morte e o interesse jornalístico acerca de sua avaliação sobre a Funai, a **Folha** publica a entrevista agora. **Política A7 e A8**

Veto a concurso faz Funai ter o menor número de funcionários permanentes desde 2008 **Cotidiano B4**

Marcelo Leite
Militares de Bolsonaro não ligam para o sangue no Amazonas **Cotidiano B5**

Vista do saguão do aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo, a joia da coroa da próxima rodada de privatização do setor, que ocorrerá em 18 de agosto Eduardo Knapp/Folhapress

Incerteza esfria o interesse por leilão de 15 aeroportos

Haverá disputa, como por Congonhas, mas economia e eleições atrapalham

A próxima rodada de concessão de aeroportos no Brasil, que ocorrerá em 18 de agosto, deverá atrair grandes grupos aeroportuários privados. Mas a disputa será afetada pelo cenário negativo de incerteza econômica aliada à turbulência política das eleições presidenciais.

Esta é a avaliação de especialistas, que preveem que o ágio não seja tão vistoso quanto o de leilões passados.

A estrela da vez é Congonhas (São Paulo), que lidera 1 dos 3 blocos da disputa, numa tática de oferecer um aeroporto atrativo com outros menos rentáveis.

Também impacta o leilão a pandemia da Covid-19. Congonhas, por exemplo, é o mais movimentado dos pontos em oferta. Em 2021, contudo, teve um volume de passageiros 57,6% menor do que em 2019, antes da crise sanitária, e hoje é o quarto no ranking do país.

O Ministério da Infraestrutura estima que possa arrecadar ao menos R$ 7,3 bilhões com as concessões, cujos contratos duram 30 anos e preveem melhorias nos serviços, na segurança e no espaço físico dos aeroportos hoje controlados pela estatal Infraero. **Mercado A13**

Sétima rodada de concessão de aeroportos

- Bloco SP/MS/PA/MG
- Bloco Aviação Geral
- Bloco Norte 2

AP
PA
Macapá
Santarém
Belém
Altamira
Marabá
Parauapebas
Montes Claros
MG
Corumbá
Uberlândia
Uberaba
MS
Campo Grande
Ponta Porã
Rio de Janeiro
Jacarepaguá
São Paulo
Congonhas
Campo de Marte

Cotidiano B1

Temática ampliada

Parada LGBT+ volta à av. Paulista após dois anos com tom político acentuado devido às eleições

Cotidiano B3

Adiadas pela Covid, festas de debutantes se adaptam a novos gostos adolescentes

ilustrada ilustríssima

Para André Singer e Fernando Rugistky, teto de gastos é sabotagem **C4**

Vítima precoce de linchamento virtual, Monica Lewinsky se vinga com série **C8**

Jogo sujo marca empate técnico no pleito colombiano
Mundo A10

Bolsonaro diz que CPI fará Petrobras perder R$ 30 bi

Jair Bolsonaro disse que a sua articulação para abrir uma CPI contra a direção da Petrobras deverá fazer a empresa perder R$ 30 bilhões em valor de mercado nesta segunda. Na sexta, a desvalorização foi de R$ 27,3 bilhões após reação do governo ao reajuste de combustíveis. **Mercado A15**

Karime Xavier/Folhapress

EMPRESAS DE VAREJO DISPUTAM POSTO DE ENTREGA MAIS RÁPIDA NO BRASIL

Centro de distribuição do Mercado Livre em Cajamar (SP); marca trava corrida com Americanas, Magazine Luiza e Via para enviar encomendas no mesmo dia

Inflação da energia causa tensão global
Mercado A17

Aliados e inimigos ajudam Rússia a suportar sanções
Mercado A16

EDITORIAIS A2

Recessão no radar
Acerca de elevação dos juros no mundo e no Brasil.

Rede companheira
Sobre risco de uso eleitoral de grupos digitais da CUT.

ISSN 1414-5723
9 771414 572018 34045

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Marcelo Benez *(comercial)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)* e Everton Fonseca *(tecnologia)*

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Recessão no radar

Juros sobem pelo mundo para conter preços; no Brasil, risco de desarranjo fiscal agrava o quadro

Com a inflação nas alturas em quase todo o mundo, os juros globais sobem em velocidade não vista em pelo menos três décadas. Em poucos dias, alguns dos principais bancos centrais elevaram agressivamente o custo do dinheiro, num sinal de que a era de taxas perto de zero nos países desenvolvidos pode de fato ter ficado para trás.

O americano Federal Reserve lidera o movimento. Pressionado pela aceleração dos preços nos Estados Unidos, que chegou a 8,6% em 12 meses, a instituição decidiu elevar a taxa básica de 1% para 1,75% ao ano, o maior salto em apenas uma reunião desde 1994.

Não se trata de um evento único. Ao contrário, os membros do Fed indicaram que pretendem continuar a subir os juros de modo contundente, para até 4% no primeiro semestre de 2023. A pressa decorre da percepção de que o descontrole inflacionário, se persistente, acabará por contaminar expectativas de longo prazo e salários.

Nesse caso, haveria maior inércia no processo de formação de preços, um fenômeno bastante conhecido no Brasil que eleva o custo de trazer os índices de volta às metas oficiais. O risco de uma recessão cresce em tal cenário.

Outras autoridades monetárias seguem o mesmo caminho. Até mesmo nos países em que a inflação era quase uma desconhecida, casos da Suíça e do Japão, os juros disparam no mercado.

Apesar de o Fed sugerir que ainda espera estabilizar a moeda sem uma recessão, a crença de investidores e analistas nessa possibilidade é cada vez menor.

A queda aguda das Bolsas de Valores e o aumento do juro pago por famílias e empresas para se financiarem desde o início do ano já contrata uma significativa desaceleração da economia mais à frente, e a distância para uma contração pode não ser tão grande.

Foi nesse ambiente dramático que o Banco Central brasileiro decidiu por elevar mais uma vez a taxa Selic, de 12,75% para 13,25% ao ano. Tal como no exterior, a inflação continua a desafiar prognósticos de queda, mas ao menos aqui o ciclo monetário está mais adiantado e o nível atual já é restritivo.

Apesar de surpresas positivas nos últimos meses que indicam uma expansão do Produto Interno Bruto próxima a 2% neste ano, o prognóstico para o segundo semestre e o ano que vem é de piora.

Daí o BC ter indicado cautela adiante, ao mencionar a continuidade do movimento, embora em velocidade provavelmente menor.

Mesmo assim, houve menção aos riscos locais, notadamente os relacionados às iniciativas eleitoreiras para cortar custos de combustíveis ao custo de maior dívida pública. Diante do quadro global, não cabe flertar mais com o perigo.

Rede companheira

'Brigadas digitais' da CUT, central sindical ligada ao PT, requerem vigilância da Justiça Eleitoral

Merece atenção das autoridades a iniciativa da Central Única dos Trabalhadores de organizar uma rede de apoiadores para aumentar seu alcance nas redes sociais na campanha eleitoral deste ano.

Como a entidade sindical anunciou, serão criadas "brigadas digitais", com a missão de disseminar conteúdos produzidos por sua área de comunicação em grupos de mensagens no WhatsApp.

Historicamente ligada ao PT, a central afirma não ter intenção de usar a ferramenta para pedir votos ou distribuir propaganda eleitoral, o que seria ilegal, e diz prezar sua autonomia ante os partidos.

Mas dirigentes da CUT não fazem mistério sobre sua motivação em eventos organizados para expor o plano, que foi apresentado em abril ao próprio ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), num encontro na sede da entidade.

A central contratou agências especializadas em comunicação digital para organizar suas brigadas e diz que nada será feito em desacordo com a legislação eleitoral. Afirma que sua prioridade será combater a desinformação nas redes sociais, distribuindo notícias de veracidade comprovada para combater a propagação de falsidades.

Ainda que se aceitem os bons propósitos, restará sempre a dúvida sobre a capacidade que os sindicalistas terão de separar verdades e mentiras do que muitas vezes é apenas propaganda disfarçada.

A legislação brasileira proíbe empresas e sindicatos de financiar campanhas eleitorais, numa tentativa de inibir a influência de seu poder econômico na disputa política e assegurar que os pleitos sejam competitivos.

Na reta final das eleições presidenciais de 2018, empresários que apoiavam Jair Bolsonaro financiaram uma operação que usou o WhatsApp para disparar em massa mensagens contrárias a seus adversários, como esta **Folha** revelou.

Em julgamento realizado no ano passado, o Tribunal Superior Eleitoral concluiu que um esquema ilícito tinha sido organizado para tal, mas considerou as provas reunidas insuficientes para cassação da chapa do presidente.

Ainda assim, a corte apontou os riscos criados por ferramentas como o WhatsApp para o processo eleitoral e definiu critérios para avaliar a gravidade de abusos que vierem a ser praticados neste ano.

A capacidade de conter a desinformação nas eleições está por ser testada. Iniciativas como a da CUT indicam o tamanho do desafio.

Consciência robótica

Hélio Schwartsman

Blake Lemoine, o engenheiro da Google que acreditou que um robô da empresa se tornara consciente, viajou na maionese. Nós claramente ainda não temos tecnologia para fabricar máquinas autoconscientes. O robô com o qual Lemoine interagiu para chegar à sua precipitada conclusão é uma inteligência artificial que mergulha em trilhões de páginas de conversas humanas e, a partir dessa formidável amostra, tenta produzir diálogos convincentes. É imitação e não pensamento reflexivo. Basta para passar no teste de Turing, que ficou meio obsoleto, mas não para ser classificado como um objeto de consideração moral.

Lemoine, porém, levanta uma questão interessantíssima. Um dia veremos inteligências artificiais com consciência? O livro de Anil Seth, do qual falei há pouco, traz passagens luminosas sobre essa pergunta, mantendo-se, porém, agnóstico sobre a resposta. Para a maior parte dos filósofos da mente, que abraçam o funcionalismo, consciência é processamento de informação, pouco importando em qual meio ele se dá. Tanto faz se são células vivas ou circuitos integrados. Mais ou mesmo na mesma linha, mas mais ingênuos, vão os entusiastas da singularidade, para os quais basta transpor um certo limiar de inteligência para chegar à consciência.

Seth lembra que as coisas podem ser mais complicadas. Tudo depende, é claro, do modelo de consciência que abraçamos. Um bastante popular entre neurocientistas é o da consciência como um sistema de automonitoramento. A necessidade de nos mantermos vivos e em homeostase nos fez desenvolver sentimentos, emoções e acessá-los continuamente para saber como estamos e nos anteciparmos aos desafios que o mundo nos impõe. Por esse modelo, é difícil, ainda que não impossível, separar a consciência de uma materialidade visceral da vida.

A moral da história, para a ciência cognitiva e para a vida, é que inteligência não é sinônimo de consciência.

helio@uol.com.br

Matemática da rejeição

Bruno Boghosian

Os números da rejeição são um fator determinante no processo de afunilamento da corrida eleitoral entre Lula e Jair Bolsonaro. Na última pesquisa do Datafolha, 82% dos entrevistados disseram rejeitar um dos dois candidatos no primeiro turno.

O índice poderia ser um sinal de que o eleitor está em busca de nomes alternativos, mas não é bem assim: só 5% afirmaram que não votam nem no petista nem no atual presidente.

Aos poucos, a eleição se configura como um duelo de torcidas relativamente consolidado. Uma fatia de 76% dos eleitores que rejeitam Bolsonaro declara voto em Lula. Entre os entrevistados que descartam o petista, 69% pretendem ir com o atual presidente no primeiro turno.

Essa concentração de votos se intensificou. Em março, 68% dos entrevistados que rejeitavam Bolsonaro declaravam apoio a Lula. Entre aqueles que rejeitavam o petista, 60% votavam no capitão.

Os percentuais reforçam um cenário que se desenha desde as etapas iniciais da corrida. Parte considerável dos brasileiros identifica Lula como a principal alternativa a Bolsonaro nesta eleição, mesmo que alguns deles não considerem o petista um candidato ideal.

Só 9% dos antibolsonaristas dizem que não votam em Lula de jeito nenhum. Algo parecido ocorre do outro lado: 15% dos que rejeitam Lula se recusam a votar em Bolsonaro.

Ainda que alguns políticos acreditem que as altas rejeições possam beneficiar um nome da chamada terceira via, o que se vê é o contrário. O retrato é bem diferente, por exemplo, daquele de 2014, quando Aécio Neves e Marina Silva dividiam as preferências dos eleitores que rejeitavam Dilma Rousseff. Os dois disputaram até as últimas semanas uma vaga no segundo turno.

Neste ano, há menos espaço para esse tipo de concorrência porque o terreno foi ocupado cedo por dois nomes com altos índices de rejeição e fidelidade. O sentimento de oposição combinada a Lula e Bolsonaro, esperado por outros candidatos, ainda não apareceu.

E aquela da Mae West?

Ruy Castro

Você sabe quem foi Mae West (1893-1980) e como ela se definia: "Quando eu sou boa, sou ótima. Mas, quando eu sou má, sou muito melhor". Se não sabe, ela foi uma estrela da Broadway e de Hollywood a partir dos anos 20, escritora, roteirista, cantora, símbolo sexual e alvo nº 1 da censura, da polícia e dos religiosos americanos por suas frases. Como esta: "Já estive em mais colos do que um guardanapo". Ou: "Tive tantos homens que o FBI devia me procurar quando quisesse comparar suas impressões digitais". Ou: "Eu nunca iria para a cama com um perfeito desconhecido, a não ser que ele fosse perfeito".

Seu cartão de visitas no cinema foi sua primeira frase em "Noite após Noite" (1932). A chapeleira a olha admirada: "Meu Deus, que diamantes lindos!". E Mae: "Deus não teve nada a ver com isso, querida". Um filme depois, Mae examina um homem de alto a baixo e sugere: "Dê uma subidinha e venha me visitar". E a um amigo que lhe dá um abraço: "Isso é um revólver no seu bolso ou você está só contente de me ver?".

Suas frases marcaram época: "Ama o teu próximo —e se ele for alto, moreno e simpático será muito mais fácil"; "Entre dois males escolho o que ainda não experimentei"; "Sempre evito tentações, exceto quando não consigo resistir".

Escreva "Mae West" no seu computador e o corretor ortográfico burro que mora dentro dele corrigirá para "Mãe West". Mae, mãe? Mae nunca foi mãe —sua independência não lhe permitia. Um dia, ela refletiu: "Durante algum tempo eu me envergonhei da vida que levava". "E você se corrigiu?", perguntou alguém. "Não", ela respondeu, "deixei de me envergonhar".

Em "Homem e Mulher até Certo Ponto" (1970), que ela fez aos 77 anos, um caubói muito alto se aproxima dela. Mae pergunta: "Qual é a sua altura, caubói?". "Dois metros e 18", diz ele. E ela: "Bem, esqueça os dois metros e vamos falar sobre esses 18 centímetros".

Caminhos da alucinação

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "A Sociedade Incivil" e "Pensar Nagô". Escreve aos domingos

Uma hipótese considerável é a de que uma parcela cada vez maior de comportamentos públicos seja guiada por orientações situadas entre a alucinação e o fato. Isso tem sido recorrente sob o atual estado de coisas. Mas uma demonstração analiticamente exemplar foi dada no ato de pré-campanha do ex-ministro da Saúde e general da reserva Eduardo Pazuello, num restaurante da Zona Oeste do Rio. Ali se registrou aquilo que o olhar da semiologia poderia caracterizar como uma semiose "fuzzy": um entrecruzamento de sinais trocados, mas aceitos como discurso coerente sobre a factualidade.

Primeiro, uma seriação musical constante de hino nacional, Pai-Nosso religioso e trilha de "Tropa de Elite". Até aí, um laivo de coerência, uma vez que o candidato a deputado federal, empenhado num projeto de "formação da base política da direita conservadora contra o ativismo político e judicial", define o seu verdadeiro status: "Eu sou da tropa que o presidente vai ter para 2022".

Nas paredes, ao lado de quadros de motocicletas possantes, estavam coladas bandeiras do Brasil. Em seguida, uma sessão de completo desvario. Denunciou-se um plano imaginário, supostamente gestado no município fluminense de Maricá, de transformar todo o estado num polo socialista, com "provas" evidentes: "Até ônibus de graça tem lá". E o Foro de São Paulo estaria trabalhando há mais de 20 anos para implantar na América do Sul o bolivarianismo.

Esse tipo de discurso, em que um fato é sinalizado e depois se esconde, abre caminho ao delírio ou à alucinação. Tem-se falado sobre a penetração de aportes insanos na normalidade institucional (sob Trump havia a "equipe normal" e a "equipe louca"), mas não se trata de nada que se possa chamar clinicamente de "loucura". Está em causa a evidência de que a posição perceptiva de determinadas bolhas grupais em relação aos objetos reais de experiência é alucinatória.

Assim, o ônibus para os carentes em Maricá é real, mas a inferência socialista é um delírio. Ou então, governo e militares proclamam a defesa da Amazônia frente a uma ameaça imaginária, enquanto na realidade a invasão já se deu por criminosos de vários quilates, sob os olhares nublados dos delirantes. Sem falar no enredo das urnas eleitorais.

Nessa conjuntura, alucinação equivale à percepção a-histórica dos acontecimentos. Diz-se que todo paranoico estaria cinquenta por cento certo.

Em sua organização primitiva da experiência, a bolha está sempre paranoicamente aquém do fato, oscilando entre a queixa e a onipotência. A base sensorial é a defesa contra uma falsa conspiração: socialismo, bolivarianismo, o que se invente. Socialmente, é a legitimação da boçalidade.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O Brasil bandido

Violência suga a vitamina da vida, a alegria de viver

Gaudêncio Torquato
Jornalista, escritor, professor titular da USP e consultor político

A morte de Bruno Pereira e Dom Phillips afunda de vez a imagem do Brasil na esfera internacional. Uma crueldade. Barbarismo. Ausência do Estado na região amazônica. Um país campeão de violência. E uma pregação irresponsável do maior dirigente do país, que atribui a culpa das mortes às próprias vítimas. "O que estavam fazendo lá?" "O jornalista era malvisto na área." Quanta insanidade!

Antes de o leitor terminar de ler este segundo parágrafo, dois cidadãos estão tombando ou sendo assaltados nos vastos espaços do território nacional, vítimas da bandidagem. De 5 doentes que baixam nos hospitais brasileiros, pelo menos 1 é vítima de uma "guerra civil" que mata por ano mais de 58 mil brasileiros (em 2018, registraram-se 57.956 homicídios; nos EUA, em 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19, ocorreram 19.350 homicídios por arma de fogo). O Brasil é campeão.

Outro olhar é para o empobrecimento do país. Dado recente: 33 milhões de brasileiros passam fome, enquanto outros 30 milhões descem à base da pirâmide, de onde haviam saído para a classe C nos últimos anos. Nestes tempos de milícias e grupos organizados, a farra com o dinheiro do povo continua —basta ver o orçamento para gastos com a campanha eleitoral, de cerca de R$ 5 bilhões.

Os assassinatos do indigenista Bruno e do jornalista inglês Dom, no Vale do Javari (AM), escancara a triste realidade: o Brasil não administra seus limites territoriais. Parcela ponderável da Amazônia brasileira está sob controle de cartéis de drogas, garimpeiros, madeireiros, bárbaros que devassam a floresta.

Em todos os recantos, o retrato do descaso se apresenta, ornamentado com gigantesca galeria de mortos.

O quadro é aterrador: bandidos assaltando, dominando morros no Rio de Janeiro, matando pessoas; policiais matando bandidos; bandidos matando policiais; bandidos roubando o dinheiro de companheiros presos; vez ou outra, motins nos cárceres apinhados; estupros e mortes violentas. A Amazônia brasileira? Terra sem lei.

O clima de insegurança e medo só é mesmo comparável aos descritos nos filmes de ficção científica, onde robôs armados até os dentes, com todo o aparato tecnológico, não conseguem desbaratar quadrilhas mancomunadas com a polícia, conter o ímpeto de galeras enfurecidas ou o arrojo de súcias de bandidos.

A brutalidade jorra em proporção geométrica, e as paliativas soluções governamentais —melhoria e ampliação do sistema penitenciário, reforço e reaparelhamento das polícias, reforço às estruturas de assistência aos povos indígenas— não passam de lorotas.

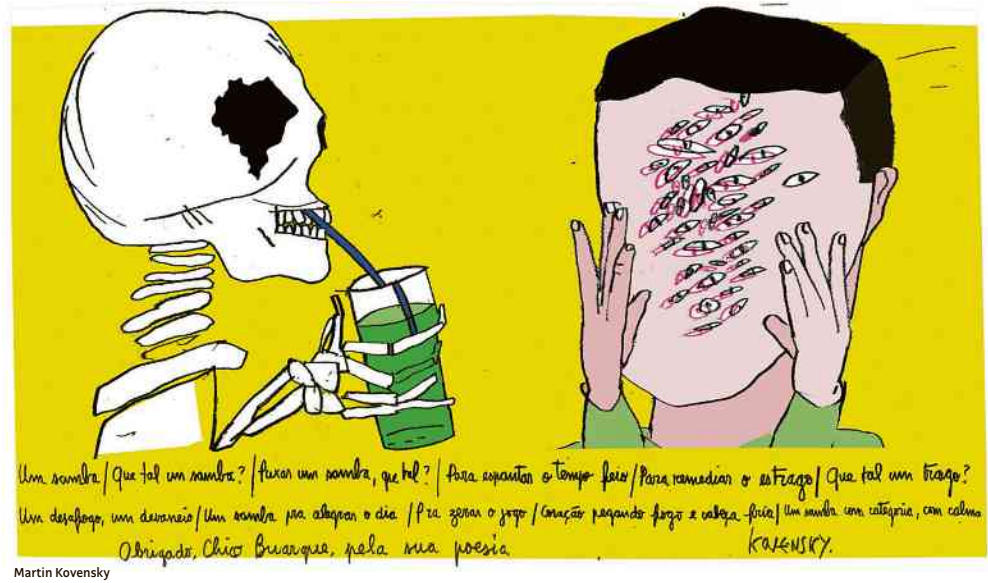
O beabá para combater a violência deve começar com o desfazimento da cosmética de miséria que se instalou no país. Os cinturões metropolitanos, já saturados de lixões que ofertam um banquete pantagruélico para urubus, crianças e mães famintas, são também palco para a exibição de corpos chacinados em decomposição, vítimas do ciclo de violência destes tempos horripilantes.

O que se vê é a expansão dos contingentes das ruas, esmoleres e mendigos, que passam a noite embaixo de pontes e viadutos, cobertos por caixas de papelão.

O tal Auxílio Brasil, de R$ 400, não cobre a despesa alimentar. Milhões de famílias foram expulsas da rede assistencial. A inflação pode atingir, logo mais, 15% ao mês, apenando mais ainda os miseráveis. E o ministro da Economia, Paulo Guedes, fala do Brasil como se fosse uma ilha de segurança em um oceano global revolto.

Nestes tempos armados, os bárbaros se multiplicam pelos espaços, formando um império do "poder informal". Norberto Bobbio, em seu clássico "O Futuro da Democracia", já dizia: a eliminação do poder invisível é uma promessa não cumprida da democracia. Poder que age nas entranhas do Estado.

Sem ânimo, emoções envenenadas, os cidadãos se veem acossados pela violência, entram em um limbo catatônico, assemelhando-se a dândis em passeio macabro e estonteante por um jardim de horrores. A violência suga a vitamina da vida, a alegria de viver. Ao fundo, a sombra do vírus da pandemia em sua quarta visita ao nosso habitat.

Martin Kovensky

Colômbia, um país em ebulição

Seja qual for, resultado eleitoral trará dias difíceis

Christopher Mendonça
Professor de relações internacionais do Ibmec-BH

Uma das cinco maiores economias da América do Sul, a Colômbia que vai às urnas neste domingo (19) tem uma trajetória política marcada por conflitos, violência e corrupção.

Principalmente desde os anos 1980, quando os cartéis do narcotráfico ganharam notoriedade internacional pelo alto volume de entorpecentes comercializados a partir do território colombiano, as disputas entre grupos políticos têm sido extremamente acirradas.

Os partidos de direita estão a um longo período no comando do país, criando uma estrutura política de forte parceria com os Estados Unidos e com o empresariado. Em 2018, a vitória de Iván Duque se deu a partir de um discurso de medo de que a esquerda colombiana transformasse o país em uma "segunda Venezuela". O movimento antiesquerda levou Gustavo Petro à derrota por um quantitativo recorde, e seu adversário passou a despachar no tradicional Palácio de Nariño, em Bogotá.

Em seu governo, Duque foi amplamente criticado por suas condutas, entre as quais destacam-se as propostas de reformas, interpretadas como um grande peso às classes mais populares. Em 2019, foi alvo de uma série de protestos organizados por grupos populares insatisfeitos com a política nacional.

Duque perdeu a maioria legislativa e viu sua popularidade despencar. De acordo com o Instituto Gallup, em meio à pandemia o presidente colombiano alcançou níveis recordes de rejeição popular, chegando a quase 70% de desaprovação. Em 2021, novas manifestações de rua e escândalos envolvendo a equipe presidencial trouxeram de volta ao jogo político o nome de um adversário de outrora: Gustavo Petro.

Lançando-se como uma alternativa ao governo de turno, o esquerdista Petro liderou a maior parte das pesquisas para o pleito deste ano. Com um discurso mais moderado, chamou a atenção de grupos importantes e ganhou espaço entre os postulantes à Presidência: obteve 40,3% dos votos no primeiro turno.

Agora, no segundo turno, enfrenta um adversário inesperado. O populista Rodolfo Hernández ganhou fôlego na última semana antes da votação, deixou para trás o candidato governista, o direitista Federico "Fico" Gutiérrez (23,9%), e, com 28,1% dos votos, tirou os tradicionais grupos políticos da segunda fase do pleito.

Pesquisas recentemente divulgadas apresentam grande incerteza no páreo: os candidatos estão tecnicamente empatados, colocando esquerda e direita sob pressão. Áudios vazados da campanha de Petro induzem a opinião pública ao entendimento de que houve estratégias desleais para se alcançar votos. Hernández, por sua vez, declara-se ameaçado de violência, cancela a sua campanha pública e viaja para Miami.

A certeza que se tem é a de que nos próximos dias a temperatura na Colômbia irá aumentar e que a mobilização entre os grupos que disputam o poder poderá atingir níveis elevados de violência. Os destinos de um dos países mais importantes da América Latina serão decididos por um pleito eleitoral altamente polarizado e barulhento.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Prometido e cumprido

Prometeu para os aliados e fez. Lucrou com a cloroquina enquanto o povo morria, faliu o país e desmontou a PF, a Funai e o Ibama. Entregou a Amazônia para traficantes de drogas, de madeira e de ouro e atiçou a matança indígena. E enquanto milicos corruptos se metem nas eleições, poucos patriotas tentam guardar as fronteiras.
João Bosco Egas Carlucho (Garibaldi, RS)

Sem segurança

"Manuela d'Ávila diz que deixa eleição por rotina de ataques e desunião da esquerda" (Política, 18/6). Manuela d'Ávila está certa. Não vale a pena morrer por um país que elegeu o rei da preguiça.
Sônia Pereira Gomes (Santo André, SP)

*

Aos que a criticam eu pergunto: qual seria a sua reação tendo uma filha de cinco anos ameaçada de estupro e morte?
Daniel Alvares (São Paulo, SP)

Sem educação

É impressionante como ainda há teses ultrapassadas defendidas por nossos representantes, vide a deputada estadual Luciana Genro, do Rio Grande do Sul, dizendo que "educação financeira nas escolas é um absurdo". Inacreditável.
João Francisco Neto (Recife, PE)

Petrobras

"Lula e Ciro criticam política de preços da Petrobras e Bolsonaro" (Mercado, 18/6). O Brasil é o único país onde uma empresa é criticada por ser eficiente e gerar lucro. E parabéns à Petrobras por conseguir pôr do mesmo lado petistas e bolsonaristas; Ciro Gomes não conta.
Nilton Silva (Brasília, DF)

*

Neste momento, pesa também a questão social. A empresa tem que ter essa visão, ainda mais que é majoritariamente do Estado. Evidentemente que tem que ter lucro, mas agora está exagerado. E estamos saindo de uma pandemia.
Salete Conceição Possebon (Santa Maria, RS)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

MUNDO (17.JUN., PÁG. A11) Diferentemente do afirmado em "Watergate, 50, mudou visão sobre Casa Branca", o acadêmico Robert Hammel é ex-professor da Universidade de Hofstra, não da Universidade de Nova York. Em 1972, ele não estava cursando sua segunda pós-graduação, mas trabalhando no Departamento de Ciência Política da universidade.

Temas mais comentados pelos leitores no site
De 10 a 17.jun - Total de comentários: 17.446

Comentários	Tema	Data
562	Bruno e Dom (Opinião)	16.jun
424	Delator da Odebrecht diz que foi pressionado para falar de Lula em delações da Lava Jato (Mônica Bergamo)	12.jun
335	Militares silenciaram por 25 anos sobre urnas até terem 88 dúvidas sob Bolsonaro (Política)	13.jun

ASSUNTO COMO O BRASIL PODE PROTEGER A FLORESTA, OS INDÍGENAS E OS ATIVISTAS?

A forma mais efetiva é derrotando Bolsonaro nas próximas eleições. O próximo presidente da República precisa voltar a demarcar as terras indígenas, fortalecer o Ibama e a Funai, coibir a ação de garimpeiros, o desmatamento e a pesca ilegais e colocar o Exército para fiscalizar as fronteiras.
Beatriz Regina Alvares (Campinas, SP)

*

É preciso transformar a região da Amazônia em médios territórios federais. Instalar postos das Forças Armadas e uma rede do Judiciário em cada um desses territórios. Elaborar planos de proteção e desenvolvimento para esses territórios, acompanhados anualmente e com a prestação de contas junto ao Legislativo e ao Judiciário. E fazer eleições nesses territórios, preparando-os para se tornarem estados.
Estevam Pires dos Santos (Belo Horizonte, MG)

*

Com uma força do Exército permanente, com bases espalhadas em pontos estratégicos, em conjunto com o Ibama e com uma força indígena bem treinada e armada militarmente.
Airton Bozi (São Paulo, SP)

*

Primeiro é preciso se importar com eles. Segundo, ouvir os especialistas da área e as lideranças dos povos indígenas. E a partir daí criar políticas públicas.
Terezinha Rachid Ozório da Fonseca (Bom Jardim de Minas, MG)

*

Os militares devem sair de sua zona de conforto e trabalhar para proteger as nossas fronteiras. Protegendo-as dariam uma grande contribuição para o país e, como consequência, protegeriam os agentes que defendem a mata e os povos originários.
Elias Norberto da Silva (Florianópolis, SC)

*

É necessária uma ação efetiva do Estado, com fortalecimento do Ibama, do ICMBio e da Funai. Fiscalização e presença permanente de forças treinadas para a região. Respaldo do governo a ações da Polícia Federal e punição justa a infratores.
Pedro Kopschitz (Juiz de Fora, MG)

*

O país deve ter políticas públicas com esse objetivo e uma presença maciça do Estado, fortalecendo os órgãos de fiscalização e promovendo o manejo sustentável dos recursos naturais, em parceria com o setor privado, pois para isso tem de haver investimentos. É preciso facilitar o escoamento dos produtos extrativistas ao mercado consumidor para gerar renda às comunidades. E penas mais duras aos criminosos ambientais.
Antonio José Lima Campos (Barbacena, MG)

*

O marco temporal deve ser descartado e deve ser mantido o texto original da lei, que prevê proteção das terras dos povos originários com ampliações de áreas de preservação. Devem-se recuperar áreas degradadas, reequilibrando-as com a presença mista da mata nativa recuperada. Sobre garimpo e tráfico de madeira, reorientar e treinar garimpeiros/madeireiros para a proteção das terras, com remuneração e estrutura pedagógica. Já para o narcotráfico é preciso tornar lícitas as drogas ilícitas, com controle estatal.
David José Galli Filho (Brasília, DF)

*

Restaurando e ampliando as políticas de fiscalização e de repressão ao crime, sob todas as facetas. Foi assim que Marina Silva, quando ministra, logrou alcançar grandes resultados. Com o atual desmonte de Funai, Ibama, ICMBio e MMA, a Amazônia se tornou o paraíso de grileiros, garimpeiros, desmatadores e do crime organizado.
Marta Metello Jacob (Rio de Janeiro, RJ)

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Despercebido

Rede social apreciada por bolsonaristas, o Gettr tem ficado fora do radar do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas ações de combate à desinformação. A ferramenta prevê atingir no segundo semestre a marca de 1 milhão de usuários no Brasil. Para consolidar sua presença, tem promovido lives com influenciadores da direita, como Fernando Lisboa e Allan dos Santos, banido de outras redes por integrar uma milícia digital. O TSE afirma apenas acompanhar o desempenho da plataforma no país.

PARCEIRO Ao Painel, o CEO da plataforma, Jason Miller, diz que está aberto a colaborar. "Temos representação jurídica no Brasil. Aqui não temos problema com caixa de spam", ironiza, em referência à explicação dada pelo Telegram por ter ignorado os emails de contato da Justiça Eleitoral.

MEGAFONE Hoje são 750 mil usuários no Brasil, atrás de outras como Twitter e Instagram. Ainda assim, é o segundo maior mercado da rede, com 14% do público, atrás só dos Estados Unidos. A base da expansão aqui é o discurso comum entre apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) de liberdade de expressão.

DE QUEM? Bolsonaro ficou contrariado com o parecer, revelado pela **Folha**, no qual a Polícia Federal (PF) afirma que o Telegram não tem colaborado as investigações que envolvem a plataforma no Brasil. Ele reclamou com auxiliares que "a nossa PF" deveria ter outra postura.

CONQUISTA O TSE vai lançar em 9 de agosto o documentário "Seção 37 - A Urna chega ao povo Marubo", produzido em setembro. O filme relata a chegada da seção eleitoral à aldeia Maronal, no Vale do Javari. Antes, os eleitores da localidade precisavam viajar por seis horas para votar.

HOMENAGEM O esforço da Unijava (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari) para levar esse direito aos indígenas também é retratado no documentário. Era nessa ONG que trabalhava o indigenista Bruno Pereira, assassinado na região junto com o jornalista Dom Phillips. O lançamento já estava previsto pela corte.

ACENO Aliados de Marina Silva (Rede) acreditam que falta um gesto do ex-presidente Lula (PT) para a ex-ministra declarar apoio ao petista e defendem que o ex-presidente telefone para a ex-senadora. Segundo eles, Marina ficou em terceiro lugar nas eleições de 2014 e merece a deferência.

CALMA Petistas rechaçam e dizem não haver motivo para o telefonema. Se ele o fizesse, reconheceria um atrito entre os dois, o que acreditam não existir. O problema, avaliam, era com o marqueteiro João Santana e com Dilma Rousseff (PT), a quem Marina culpa por campanha agressiva em 2014.

DESISTÊNCIA O MDB jogou a toalha em relação aos acordos com o PSDB para candidaturas únicas nos estados de Mato Grosso do Sul e Pernambuco. "O importante nesses dois locais é um compromisso forte de apoio no segundo turno", diz o presidente nacional da legenda, Baleia Rossi.

TABULEIRO Em Mato Grosso do Sul, os tucanos vão lançar o ex-secretário Eduardo Riedel, e os emedebistas, o ex-governador André Puccinelli. Já em Pernambuco, o PSDB concorrerá com a ex-prefeita Raquel Lyra, enquanto o MDB seguirá na base de apoio do PSB, apoiando Danilo Cabral.

CONSENSO O único lugar em que deve haver acordo é o Rio Grande do Sul, com o MDB retirando a candidatura de Gabriel Souza e apoiando o ex-governador Eduardo Leite (PSDB). A resolução das disputas estaduais é parte do acordo que possibilitou o apoio tucano à senadora Simone Tebet (MDB-MS) para a Presidência.

IGUAIS,... A campanha ao governo de São Paulo do ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas (Republicanos) vai tentar demarcar algumas diferenças em relação ao presidente Jair Bolsonaro, inclusive na comunicação visual.

...MAS NEM TANTO O material vai privilegiar, por exemplo, as cores verde e amarela, apreciadas por apoiadores do presidente, mas em tons diferentes dos que forem utilizados pela candidatura presidencial. "Queremos mostrar que somos, sim, bolsonaristas, mas com nuances", diz o publicitário de Tarcísio, Pablo Nobel.

MEU GURI A ideia é deixar claro que o ex-ministro tem um estilo próprio, diferente do presidencial. Apesar disso, Bolsonaro deve ser presença frequente no programa de TV de seu ex-ministro. A associação ao presidente é considerada o grande trunfo de Tarcísio para chegar ao segundo turno.

VAI NA FÉ O presidente do PDT paulistano, Antônio Neto, lançou neste sábado (18) sua pré-candidatura a deputado federal e virou a principal aposta do partido para puxar votos à Câmara em São Paulo. Presidente licenciado do CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), Neto teve mais de 350 mil votos quando se candidatou ao Senado em 2018.

com Guilherme Seto, Juliana Braga e Julia Chaib

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	Venda avulsa dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
353.872 exemplares (abril de 2022)

O presidente Jair Bolsonaro (PL); grupos se organizam para reagir a ameaças golpistas Gabriela Bilo/Folhapress

Grupos traçam reação a golpe de Bolsonaro e cobram mais adesões

Organizações da sociedade dizem que só mobilização ampla e conjunta fará frente a uma investida autoritária do presidente

Joelmir Tavares

SÃO PAULO Organizações e ativistas que já trabalham com a previsão de que o presidente Jair Bolsonaro (PL) executará um plano golpista nas eleições tentam articular uma reação orquestrada à ameaça de ruptura democrática e convencer mais setores sobre a urgência de mobilização.

Centenas de entidades da sociedade civil, movimentos sociais e políticos, profissionais do direito, militantes e acadêmicos atuam, em público e nos bastidores, para traçarem o roteiro de uma resposta imediata a ataques efetivos contra a ordem eleitoral.

A maior parte das ações se dá em conjunto com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que ampliou o contato com vários segmentos para barrar a investida autoritária. O esforço conta também com iniciativas que querem se manter discretas para driblar perseguições do bolsonarismo.

Associações que participam de comissões montadas pelo TSE estão na linha de frente dos trabalhos, mas outros grupos igualmente alarmados estão por conta própria se somando à guerra.

A bandeira de todos é única e cristalina: respeito às urnas eletrônicas e ao resultado que sair delas. Falta agora descobrir como, exatamente, evitar que uma tentativa de golpe prospere no Brasil em 2022.

"Para nós está claro que essa tarefa não caberá somente a uma instituição ou classe, mas a todos os setores do Estado e da sociedade", diz Flávia Pellegrino, porta-voz do Pacto pela Democracia, uma rede que agrega mais de 200 organizações inseridas no debate.

Os caminhos adotados até aqui incluem ações de prevenção e alerta. São conversas dos movimentos com representantes do TSE, do STF (Supremo Tribunal Federal) e do Congresso Nacional, além de diálogos em fóruns que reúnem plataformas de redes sociais e partidos.

Reduzir o alcance das campanhas de desinformação e das alegações infundadas de fraudes no pleito é visto como prioridade geral.

Um grupo de 15 pesquisadores que tem feito estudos sobre a máquina de fake news optou por não figurar publicamente como comunidade organizada, sob o argumento de que teme ataques da base do presidente.

Os especialistas, ligados a universidades e reconhecidos em suas áreas, aparecem para divulgar as conclusões de suas pesquisas, mas sem se colocarem como parte de um movimento. A pedido dos próprios, esta reportagem omite os nomes dos membros e do coletivo.

Líderes da articulação antigolpe enxergam semelhanças com a narrativa promovida por Donald Trump nos Estados Unidos em 2021, que culminou com a invasão do Capitólio e a morte de cinco pessoas.

A versão brasileira passa pela tentativa de desmoralização do Judiciário —Bolsonaro ameaça deixar de cumprir ordem judicial— e a incitação de apoiadores, inclusive policiais e atiradores esportivos.

"Com a deslegitimação dos tribunais, o direito sozinho não vai dar conta de funcionar como anteparo", diz Estefânia Barboza, docente da Universidade Federal do Paraná que pertence à Demos, uma frente com professores de direito de vários estados que advertem sobre o risco à democracia.

> **Para nós está claro que essa tarefa não caberá somente a uma instituição ou classe, mas a todos os setores do Estado e da sociedade**
>
> **Flávia Pellegrino**
> porta-voz do Pacto pela Democracia

> **Com a deslegitimação dos tribunais, o direito sozinho não vai dar conta de funcionar como anteparo**
>
> **Estefânia Barboza**
> docente da Universidade Federal do Paraná

"No momento crítico, vamos precisar da política e de todas as instituições, empresas, igrejas, todos os sindicatos sindicatos. E vai ter que ter povo na rua", segue ela. "Muita gente subdimensiona a gravidade. Nós estamos apavorados. Eu não sou militante, sou professora, mas a situação me obriga a fazer algo."

Rogério Sottili, que dirige o Instituto Vladimir Herzog e está engajado em discussões na Comissão Arns e em outros ambientes, afirma que Bolsonaro semeia elementos de ruptura desde 2018. "Mas esse jogo não vai dar em nada se antes gritarmos que ele quer fraudar o processo."

"Não acredito que os militares vão botar tanque na rua para defender isso. Não é mais 1964 [ano do golpe militar]. O cenário é diferente", segue Sottili, que serviu a governos do PT, partido do líder das pesquisas, Luiz Inácio Lula da Silva, com 48% de intenções no Datafolha, ante 27% de Bolsonaro.

Embora parte dos envolvidos nas coalizões faça oposição aberta ao atual mandatário ou declare apoio ao ex-presidente petista, muitos deles afirmam que as atividades são desconectadas de preferências.

"Nosso olhar não é partidarizado, não é contra nem a favor de um ou outro candidato", diz Flávia, do Pacto pela Democracia, que se define como plural e apartidário. "O que sair das urnas terá que ser reconhecido. Queremos, inclusive, atrair apoiadores de Bolsonaro [para a causa]."

Continua na pág. A5

Lula diz que se entristece com relação das Forças Armadas com atual governo

Victoria Azevedo e Eliene Andrade

SÃO PAULO E ARACAJU O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que fica "triste" com a relação entre as Forças Armadas e o presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em seu discurso em ato em Aracaju (SE), neste sábado (18), o petista fez uma série de críticas a Bolsonaro, citando que o atual mandatário foi expulso do Exército.

"Eu fico triste, [senador Jacques] Wagner, você foi ministro da Defesa. Fico triste quando vejo as Forças Armadas batendo continência para um cara que foi expulso do Exército brasileiro por mau comportamento. Não é possível", afirmou Lula.

"Ele é de uma geração, e aqui deve ter muitos companheiros militares, que as pessoas pobres colocavam os filhos para servir o Exército para que o filho aprendesse a ser homem, porque significa que não era boa coisa dentro de casa. E esse cidadão não aprendeu nada, porque foi expulso porque ele queria fazer greve dentro dos quartéis", afirmou o petista.

Em 1988, em meio a processos disciplinares internos, Bolsonaro foi para a reserva do Exército, com a patente de capitão, e deu o pontapé inicial em sua carreira política.

Como a **Folha** mostrou, aliados de Lula reconhecem a resistência de militares, alinhados a Bolsonaro, como um obstáculo a ser transposto.

Embora publicamente minimizem a necessidade de diálogo com representantes das Forças Armadas ainda na pré-campanha, colaboradores do ex-presidente admitem preocupação com a falta de canais com militares, especialmente os da ativa.

Ainda em sua fala no evento deste sábado, o ex-presidente defendeu aumentar o leque de alianças em torno de sua pré-candidatura.

"Não é possível a gente imaginar que a gente pode recuperar esse país sozinho. É importante que a gente tenha a sabedoria de trazer junto conosco todas as pessoas que democraticamente querem reconstruir o país."

O petista também voltou a dizer que o Brasil era feliz quando "a polarização era entre o PT e o PSDB", porque era uma "disputa civilizada".

> "Fico triste quando vejo as Forças Armadas batendo continência para um cara que foi expulso do Exército brasileiro por mau comportamento. Não é possível
>
> **Lula**
> ex-presidente

"Depois de Bolsonaro que saudade dos debates com o Alckmin, com o Serra, com o Fernando Henrique Cardoso, porque a democracia prevalecia naquele momento", afirmou.

Lula participou do ato em Aracaju ao lado do senador Rogério Carvalho (PT), pré-candidato ao Governo de Sergipe.

O petista estava acompanhado do ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), que será seu vice na chapa presidencial, da presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, e da socióloga Rosângela da Silva, a Janja, com quem é casado.

Em seu discurso, Alckmin voltou a criticar as declarações de Bolsonaro sobre as urnas eletrônicas dizendo que ele não está desconfiado das urnas, mas que ele não confia no "voto do povo, porque sabe que não merece um segundo mandato".

O ex-governador disse ainda que o Brasil tem pressa para que Lula volte à Presidência, afirmando que Bolsonaro "tirou o Brasil do mapa do mundo e incluiu no mapa da fome".

O senador Jacques Wagner (PT-BA), o deputado federal Marcio Macedo (PT-SE), a presidente do PC do B, Luciana Santos, a vice-governadora de Sergipe, Eliane Aquino, e o presidente do PSB em Sergipe, Valadares Filho, também participaram do evento.

Lula cumpriu agenda em cidades no Nordeste nesta semana. Ele esteve em Maceió na sexta (17) e em Natal na quinta (16).

Continuação da pág. A4

Na esfera partidária, o temor de golpe é mais robusto entre siglas de oposição ou independentes, como mostrou levantamento da **Folha** no mês passado. Legendas aliadas do presidente se calam. Órgãos como a Procuradoria-Geral da República e entidades setoriais também demonstram apatia.

O Direitos Já! Fórum pela Democracia reuniu dirigentes de 11 partidos (como PC do B, PSDB, Podemos, Novo, PSD, PDT e PSB) para alinhar a resistência. "Queremos uma resposta firme e uníssona", diz Fernando Guimarães, coordenador do movimento.

No ecossistema que tenta desenhar reações, são repetidas as cobranças de um posicionamento enfático do empresariado e da elite. Um argumento lógico é mencionado como justificativa para a adesão: um golpe, ainda que mal-sucedido, prejudicará automaticamente finanças e negócios.

A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), por exemplo, não informa se avalia um posicionamento institucional sobre a violação às eleições. Tampouco é discutida uma reedição do manifesto "Eleições Serão Respeitadas", publicado em agosto de 2021 por mais de 250 representantes de peso do PIB, economistas, intelectuais, políticos, banqueiros, artistas e personalidades. A mobilização paralisou mesmo com a piora no cenário.

Parte da explicação está no fato de que parcela do empresariado se identifica ideologicamente com Bolsonaro e apoia a reeleição. Há poucos dias, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, convidados aplaudiram discurso do presidente com ameaças ao STF e riram de piadas ofensivas a Lula.

Dois empresários paulistas com trânsito entre os pares e o meio político disseram à **Folha**, sob anonimato, que a inércia também pode estar ligada à vontade de parte do setor de fabricar uma terceira via. Segundo um deles, isso é visto como mais urgente do que interceder por eleições limpas.

"Quer motivo mais suficiente do que a elevação do risco Brasil para que a elite financeira se sinta pressionada e se contraponha a esse absurdo?", reivindica Estefânia, do Demos.

O grupo da professora expressou suas preocupações em documentos enviados à ONU (Organização das Nações Unidas) e à CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos). E pretende ainda acionar Mercosul e outros organismos multilaterais.

A avaliação é que a pressão estrangeira, embora limitada do ponto de vista prático, será fundamental. Os grupos entendem que o reconhecimento imediato de outros países ao nome do eleito será importante para sinalizar confiança externa no sistema brasileiro.

Em julho, uma comitiva viajará a Washington para reiterar esse pedido a autoridades e influenciadores do debate público global, de acordo com Paulo Abrão, diretor do WBO (Washington Brazil Office), centro que atua no tema em parceria com outras 32 entidades.

Abrão, que foi secretário da CIDH e integrou o governo Dilma Rousseff (PT), é da opinião de que ignorar ou minimizar o golpismo de Bolsonaro não é uma alternativa, ainda mais com tantas evidências. O mandatário já insufla apoiadores para irem às ruas no 7 de Setembro.

"A capacidade real de evitar o pior vai depender do que fizermos agora, em termos de mobilização e formação de consciência social. A tática da letargia ou da invisibilidade das ameaças não ajuda em nada", diz ele.

Como se organiza a resistência ao golpe na sociedade civil

Roteiro da oposição Líderes das organizações dizem que é preciso planejar ações em várias frentes (jurídica, política, social, internacional), mobilizar setores e pedir observadores estrangeiros. Lembram que nos EUA a tentativa de Trump ruiu porque forças (diplomacia, mídia, população) reagiram

O que é esperado Ativistas dizem ser difícil prever datas ou armas a serem adotadas por Bolsonaro. Cenários podem ir de descumprimento de decisões judiciais até convocação de levantes. Há receio de decretação de estado de sítio em caso de conflitos ou convocação das Forças Armadas

Ações práticas Grupos vêm abordando cortes (STF, TSE), Congresso e outras instituições para alertar sobre evidências e cobrar respostas. Também acionam organismos multilaterais (ONU, CIDH) em busca de acompanhamento das eleições, repúdio a ações autoritárias e eventuais sanções

Condições e riscos O principal temor é que as Forças Armadas embarquem, mas a opinião mais frequente é a de que Bolsonaro não tem apoio majoritário para um golpe nem respaldo maciço da sociedade. Também há tensão sobre adesão de policiais e de bolsonaristas armados

Organizações envolvidas Algumas das entidades mais atuantes integram o Observatório de Transparência Eleitoral, criado pelo TSE, como: Pacto pela Democracia, Artigo 19, Instituto Igarapé, Comitê Gestor da Internet, Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, RenovaBR, Instituto Ethos, Educafro

Outras trincheiras Também estão empenhados na causa: Direitos Já!, Comissão Arns, Coalizão para a Defesa do Sistema Eleitoral, Demos (Observatório para Monitoramento dos Riscos Eleitorais), Observatório da Democracia, Washington Brazil Office, Movimento Derrubando Muros

Em silêncio Há pouca ou nenhuma mobilização em entidades do empresariado, como Fiesp, e em movimentos como MBL (Movimento Brasil Livre) e Vem Pra Rua. Levantamento da **Folha** em maio já havia mostrado letargia de instituições como Firjan, OAB, CNBB, CNA, CNI e Febraban

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

Remanescências de um país

Estrago da era Bolsonaro só cresce, com a graça da mídia e o horror mundial

José Henrique Mariante

Dom Phillips e Bruno Pereira foram reduzidos a "remanescentes humanos". O ministro da Justiça assim noticiou pelo Twitter no começo da noite de quarta-feira (15): "remanescentes humanos" foram encontrados, e a Polícia Federal vai dar entrevista coletiva em Manaus. O ministro da Justiça é delegado e se expressa como tal. Elemento, evidência, empreendeu fuga, remanescentes. A fala é técnica, documental, mas sobretudo fria. O governo Bolsonaro é cruel na hora de cumprir o dever.

*O bom jornalismo condena que veículos combinem versões, padronizem grandezas, mas a internet se arruma sozinha, empurrando termos e tons para uma linha média. Repare, quando uma notícia não começa igual em todos os sites, ela se ajustará até um suposto ideal com o passar do tempo. Concorrência, disputa por audiência, melhor ranqueamento no Google, toda aquela água de sempre leva a um único lugar. Os "remanescentes" de Anderson Torres prevaleceram na **Folha** e em boa parte da mídia. A objetividade jornalística também é cruel.*

"Esse inglês era malvisto na região, porque fazia muita matéria contra garimpeiros, questão ambiental, então, naquela região lá, que é bastante isolada, muita gente não gostava dele", afirmou o presidente horas antes na mesma quarta-feira. Títulos na mídia e nas redes sociais focaram o "malvisto". Fosse para devolver a crueldade a Bolsonaro, deveriam ter ficado no "pouca coisa vai sobrar", outro trecho inacreditável da entrevista: "Aquela região, você pode ver, pelo que tudo indica, se mataram os dois, se mataram, espero que não, eles estão dentro d'água e dentro d'água pouca coisa vai sobrar, peixe come, não sei se tem piranha lá no Javari. A gente lamenta tudo isso aí".

Bolsonaro é tão grosseiro que os jornais não veem alternativa, é necessário registrar sua incontinência diuturnamente. Bravatas e barbaridades abrem espaço na mídia profissional, que, em legítimo esforço, expõe o que o presidente pensa. O problema é que não são poucos os que pensam como o presidente ou naturalizam o que ele pensa. Ou situam o que ele diz entre o tosco e o engraçado, não levam a sério. Aí, como segundo ato necessário, é preciso mostrar que a Terra é redonda, por mais óbvio que pareça, com consultas a especialistas, à Anistia, ao deputado, ao jurista.

Entre o registro do absurdo e a explicação de que é um absurdo, Bolsonaro fatura.

"Os indícios levam a crer que fizeram alguma maldade com eles, porque já foram encontrados boiando no rio vísceras humanas que já estão em Brasília para fazer DNA." Bolsonaro, desde segunda-feira (13), trabalhava em modo C.S.I., que atrai a atenção no discurso e afasta a questão da responsabilidade por "alguma maldade". A culpa é dos deuses bandidos da floresta.

"Maldade" também é o que a Petrobras está fazendo com o povo ao aumentar o preço dos combustíveis, declarou ele na quinta-feira (16). Maldade, os algoritmos já devem ter notado, é qualquer coisa que aconteça devido à incúria do governo do qual o presidente, pelo menos em seu discurso, simplesmente não faz parte.

A diferença, na última semana, é que essas e outras frases do mandatário brasileiro ganharam o mundo e traduções em outras línguas. A "bad reputation" atribuída a Phillips por Bolsonaro vai custar caro. Não ao presidente, que há tempos habita a classe dos párias, mas ao país. Ou ao que sobrar dele depois de outubro.

Tragédia anunciada

*O noticiário em torno da morte de Dom e Bruno flutuou consideravelmente na semana que passou entre os principais órgãos de imprensa. Na segunda-feira (13), com informação proveniente da família do jornalista, Globonews e The Guardian deram que os corpos tinham sido encontrados. A Polícia Federal acabou negando a informação, passada aos parentes de Phillips pela embaixada brasileira em Londres. **Folha** e Estado de S.Paulo não entraram na história. Na terça-feira (14), após cobrança pública dos familiares, a embaixada pediu desculpas.*

*Na quarta-feira (15), quando todos já noticiavam que um dos presos era levado para a área de buscas, no meio do dia, Globo e G1 anunciaram que o crime havia sido confessado. A notícia logo chegou a O Globo e ao UOL, com novos detalhes. **Folha** e Estadão, outra vez, não embarcaram.*

*A coisa ficou ainda mais esquisita à noite, quando o Jornal Nacional entrou no ar sem mencionar as informações apuradas pelos veículos da casa. A prudência dos paulistas parecia fazer sentido. O programa aguardou em vão a entrevista que autoridades dariam em Manaus sobre o caso. A coletiva só veio com a novela começada, mas com a confirmação da tragédia e o constrangimento de não haver indígenas na sala, ausência questionada na primeira pergunta, feita pela BBC. **Folha** e Estadão apenas então alcançaram a triste linha média.*

Chefia de fiscalização no Vale do Javari está vaga

Ausência de servidor incentiva atividades de pesca e caça ilegais na região onde indigenista e jornalista foram mortos

Vinicius Sassine

ATALAIA DO NORTE (AM) A presidência da Funai (Fundação Nacional do Índio) decidiu deixar vago um cargo decisivo para a fiscalização, o monitoramento e o desenvolvimento da terra indígena Vale do Javari, no estado do Amazonas. A função é considerada fundamental ainda para a proteção dos povos isolados e de recente contato que vivem no território.

O cargo está vago há mais de um ano, desde maio de 2021. O gabinete do presidente da Funai, Marcelo Augusto Xavier da Silva, negou por três vezes a nomeação de um servidor efetivo para a função.

O pedido para a nomeação foi feito pela coordenação da Funai na região —a unidade do órgão fica em Atalaia do Norte (AM), a cidade mais próxima da terra indígena.

A informação foi confirmada pela **Folha** com três fontes com conhecimento do assunto.

A ausência de um funcionário de carreira que atua na fiscalização cria, na prática, um incentivo para o avanço da pesca e da caça ilegais na região onde o indigenista Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips foram mortos. Essas atividades ilegais são hoje a principal linha de investigação para estabelecer uma motivação do crime.

O cargo é o de chefe do Segat (Serviço de Gestão Ambiental e Territorial), que só pode ser ocupado por um servidor do quadro efetivo.

A exoneração do último responsável ocorreu em maio de 2021. Depois disso, um pedido de nomeação de um servidor efetivo foi enviado a Brasília, tramitou por áreas técnicas e acabou barrado pela presidência da Funai.

O pedido foi reiterado duas vezes, e negado novamente em ambas ocasiões, segundo as fontes ouvidas pela **Folha**. A alegação da presidência do órgão foram fatores de "conveniência e oportunidade".

Ao chefe do Segat cabe uma articulação com órgãos como o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o Exército para ações de fiscalização e repressão a crimes ambientais na região da terra indígena.

As articulações mais frequentes são com o Exército, em razão da quase completa ausência do Ibama na região do Vale do Javari.

Com o cargo de Segat vago, praticamente deixaram de ocorrer operações de fiscalização e monitoramento na terra indígena e nas imediações. Sem fiscalização, de acordo com relatos feitos à **Folha**, atividades de pesca e caça ilegais passaram a ser cada vez mais intensas na região, dentro e fora da terra indígena.

O interesse especial da atividade predatória é pelo pirarucu, um peixe caro e que não pode ser pescado fora de plano de manejo; e pelo tracajá, um cágado bastante apreciado pelos colombianos —Atalaia do Norte está na tríplice fronteira do Brasil com Peru e Colômbia.

As mortes de Pereira e Phillips, que ficaram desaparecidos por 11 dias após percorrerem o rio Itaquaí nas proximidades da terra indígena, estão relacionadas às atividades de pesca e caça ilegais na região, segundo as investigações da Polícia Civil do Amazonas e da PF.

O pescador Amarildo Oliveira, o Pelado, confessou participação no assassinato dos dois, de acordo com informação divulgada pela PF. Pelado disse que o crime teve relação com as barreiras impostas por Pereira à atividade de pesca ilegal.

Barcos da Univaja no rio Itaquaí; cargo de fiscalização ficou vago João Laet - 13.jun.22/AFP

O indigenista era servidor da Funai e licenciou-se do órgão após ser exonerado do cargo de coordenador-geral de Índios Isolados e de Recente Contato. Começou a trabalhar na Univaja (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari) e foi decisivo para a estruturação do serviço de vigilância indígena, composto por populações que vivem no território demarcado.

A vigilância indígena acaba exercendo o papel que deveria ser feito por órgãos do governo.

O esvaziamento desses órgãos, como é o caso da falta de um chefe do Segat na Funai em Atalaia do Norte, e o avanço de atividades ilegais, —em especial a pesca do pirarucu—, levaram à estruturação do serviço de vigilância indígena.

A Funai já teve mais de 30 servidores na unidade em Atalaia do Norte, há mais de 10 anos. Hoje, são 12. A coordenação é responsável pela terra indígena Vale do Javari e mais quatro territórios demarcados na região.

Até ficar vago, o Segat estava voltado para uma tentativa de fiscalização e repressão de atividades de pesca e caça ilegais, em articulação com o Exército. Hoje, são as bases de fiscalização da Funai na entrada de terras indígenas as principais responsáveis por tentativas de identificação de ilícitos nesses territórios.

Procurada, a Funai não respondeu a questionamentos enviados pela **Folha**.

Na última terça-feira (14), a **Folha** mostrou que o governo federal abandonou o assentamento rural e o plano de manejo de pirarucu existentes na região onde Pereira e Phillips desapareceram. As iniciativas hoje se restringem a placas gastas instaladas em pontos na beira do rio Itaquaí.

O abandono do PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) Lago de São Rafael, criado em 2011 para assentar 200 famílias ribeirinhas, e do plano de manejo do pirarucu contribuiu para o incremento da pesca e da caça ilegais na região.

Uma placa do governo federal instalada próxima à comunidade São Rafael, o último lugar visitado por Pereira e Phillips antes do desaparecimento, indica que ali existe um assentamento agroextrativista, com a responsabilidade de ser desenvolvido pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

A placa está localizada ao lado de uma casa, que deveria ser um posto de fiscalização a cargo do Incra e do Ibama. Ao órgão ambiental, caberia fiscalizar o plano de manejo sustentável do pirarucu.

Não há fiscais nem investimentos no assentamento e em fiscalização. Nesse cenário, os ribeirinhos ficaram, em 2021, sem cota da quantidade de pirarucu que pode ser pescada legalmente nos lagos das comunidades, dizem os próprios moradores; e não há servidores do Incra e do Ibama em Atalaia, segundo o prefeito da cidade, Denis Paiva (União Brasil).

A unidade do Incra em Benjamin Constant, cidade vizinha, foi fechada em 2021, conforme o prefeito.

Bruno Pereira participa de protesto indígena, em 2019, em Brasília Sarah Shenker/Survival/Reuters

Bruno Pereira

'Não sei, não. Difícil, cansativo, perigoso. Vamos simbora'

Indigenista assassinado falou à reportagem dias antes de seguir à região da Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas

ENTREVISTA

Rosiene Carvalho

MANAUS "O presidente [Jair Bolsonaro] não demarcou um centímetro como ele prometeu. O presidente da Funai, o [Marcelo] Xavier, está lá para isso. É a administração do caos. Não sei não [suspiro]. Difícil, cansativo, perigoso. Vamos simbora."

Foi dessa forma que o indigenista Bruno Pereira, 41, completou uma de suas respostas à **Folha** durante longa entrevista por telefone semanas antes de viajar pela última vez à terra indígena Vale do Javari, no Amazonas.

A entrevista é de 22 de abril, dia em que se comemora o descobrimento do Brasil. Passados 44 dias, em 5 de junho, Bruno desapareceu nas imediações da terra indígena. Foi assassinado ao lado do jornalista britânico Dom Phillips, 57, que escrevia um livro sobre a Amazônia e contava com a ajuda do indigenista.

Bruno era funcionário licenciado da Funai (Fundação Nacional do Índio). Naquele dia, foi procurado pela **Folha** para falar sobre os riscos que vivem hoje os indígenas isolados, sua especialidade de atuação.

Nos cerca de 50 minutos de entrevista, o tom do indigenista variou entre a preocupação, quando tratava da segurança e do risco de mortes dos isolados, e o entusiasmo, com as possibilidades de manter a atuação na defesa dos direitos e liberdades dos indígenas por meio do que chamava de "resistência".

Quando se referia à Funai, de onde se afastara a seu pedido, Bruno demonstrava abatimento e indignação, em especial quando o tema era a atual gestão do órgão federal, sob comando de Bolsonaro.

Ex-coordenador-geral de Índios Isolados e de Recente Contato, Bruno passou a atuar na linha de frente na proteção da terra indígena por meio da Univaja (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari). A região é alvo de invasões em razão da pesca e de caça ilegais, garimpo e influência do narcotráfico.

À **Folha** ele analisou a condição atual da Funai, falou em perseguição a ele e a outros servidores, tratou da influência externa sobre a autarquia e apresentou sua visão geral sobre a política indigenista do país e a condição dos povos indígenas.

Naquele dia, Bruno pediu à reportagem que não publicasse suas declarações sobre a Funai, por uma orientação de seus advogados, já que enfrentava uma situação de conflito interno desde o seu afastamento.

Agora, diante de sua trágica morte e do interesse jornalístico sobre o que ele pensava sobre o tema, a **Folha** publica sua entrevista. Naquele dia, Bruno estava em Santarém (PA).

*

Perseguição e assédio na Funai

Olha, isso é fundamental. Destruir por dentro [a Funai] e arrumar aliados que mantenham a fachada que eles precisam. Quando eu saio da CGiirc [coordenação geral de índios isolados], fui coordenador geral, a gente já imaginava o que vinha. Mesmo num governo que já não era interessante, quando vem [Michel] Temer, existia um respeito ao lado democrático, republicano de o Estado brasileiro funcionar [...] Com a virada nesse novo governo e a queda do general Franklimberg [Freitas], presidente da Funai à época, ele mesmo chama a gente e diz: 'Se preparem que ele vem para arrebentar tudo'. É não funcionar para funcionar.

Quanto mais desestruturar, mexer na normatização interna e ameaçar servidores, mais ele consegue.

Não culpo todos os meus colegas. Eu vim para a resistência e estou sendo perseguido desde então até hoje. Estão abrindo processo contra mim. Minha aliança é muito maior com os índios que com o Estado e a Funai. Não estou preocupado.

Mas não coloco essa questão para todos os meus colegas servidores. Não dá para o servidor sozinho ir contra uma máquina pesada dessa, e o Estado na mão deles. Sendo que eu não consigo, isso é perfil meu e de outros, fechar os olhos, fingir que nada está acontecendo e ficar brincando de ter um cargo numa estrutura de poder dessa.

Então, eles vieram ameaçar. Estão abrindo processos contra vários do OPI [Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato]. Eu como colaborador e conhecedor da OPI, contra Univaja [União dos Povos Indígenas do Vale do Javari] e por aí vai.

É o perfil autoritário dessa gestão, desses delegados. Eles têm um modus operandi. Quando saio da CGiirc, assim que eu saí, já era proibido falar. Eu disse: 'Vou falar'. Não estou nem aí. E abri a boca. Dei entrevistas na época. Aquilo ali foi usado como dossiê em reuniões. Em cima da mesa, o presidente da Funai, 'pa', 'eu vou quebrar o sigilo financeiro e bancário desse cara'. Tentando ameaçar. Eu não me intimidei. Os demais foram perseguidos um por um.

Licença da Funai

Eu não recebo, mas continuo servidor público. Posso ficar até seis anos nela [licença]. Sou concursado. Acho que eles acharam que iam se livrar. Ninguém achava que ia sair a licença, e eles deram.

Saiu, eu me silencio, vou para sombra e vou costurar essas articulações no país inteiro com um monte de gente. Conheço a turma inteira da OPI. A Univaja, eu trabalho. A OPI, eu contribuo. Eles estão me denunciando exatamente por causa disso. A denúncia é que eu estou em conflito de interesse por estar atuando na atividade privada indígena, que é papel de atuação [que] seria do Estado.

O processo está chegando aí, já passou na CGU [Controladoria Geral da União]. Eles tinham interesse em me mandar voltar. Como se fosse me punir, me mandar voltar a trabalhar na terra que eu trabalho há 12 anos. Acho que eles dissuadiram dessa costura. Não falaram mais nisso . Bom, estou na expectativa. Vou responder muito sereno e continuo o combate pelos direitos dos índios.

Política indígena dos isolados

A galera ali [Funai] está preocupante. Tem uns ali que se corromperam e estão fazendo um jogo muito perigoso de escolher o que deve ser entregue para manter os cargos.

É complexo porque o Estado é preponderante, é predominante na proteção desses povos. Eles não têm como sair gritando: 'Estou precisando de ajuda', como outros povos indígenas.

Você viu agora no ATL [Acampamento Terra Livre], 7.000 índios, uma força política, enfrentando o governo que atacou os direitos.

Os isolados, não. É uma pauta que passava meio marginal. A sociedade branca, hegemônica, adora falar dos índios pelados que estão no mato como antigamente, mas ninguém encampava.

O Estado sempre foi muito importante na política de proteção dos índios isolados. O Brasil é vanguardista, no mundo, na América. Foi muito copiada a política pública do Brasil e hoje está nas mãos de pessoas com interesses, que a gente sabe que não é proteger os isolados. O interesse é de abrir os territórios.

O presidente da Funai em janeiro fez um comunicado aberto, abrindo mão de Ituna-Itatá [PA], tendo expedições recentes que mostraram possíveis vestígios da presença desses índios. Rapaz, isso ainda vai ser estudado muito. A dimensão disso é gravíssima.

Lobby contra os isolados

Não estão em cima de todas as restrições [de uso em terras com indígenas isolados]. Restrição é uma coisa frágil e dá muito poder ao presidente da Funai. Em lugares que não estão confirmados, três delas são em frentes de expansão. Onde estão hoje Ituna [PA], Jacareúba-Katawixi [AM] e Piripkura [MT] são de interesses fundiários e minerários monstruosos. São terras relativamente grandes e que valem milhões e milhões de reais.

Você não está vendo essa pressão para derrubar Igarapé Taboca [AC]. Nem na Tanaru [RO]. Agora, as outras estão no arco do desmatamento e no interesse de gente que manda no país hoje. De gente que manda na Funai. Esses caras do agronegócio retrógrado. E quem era Marcelo Xavier, né?

Não tem ninguém de graça. O que segura ele são deputados e senadores. O que estiver ao alcance dele, do presidente da Funai, ele vai fazer. Desfazer terra indígena não vai porque vai levar umas porradas no Supremo como está tomando nas restrições.

'Tirar terra do índio é matar o índio'

Os indígenas isolados, primeiro, precisam de uma terra intangível. Terra plena, que tenha caça, água, frutas. Tudo que eles tenham no hábito deles. Segundo ponto é que eles têm uma vulnerabilidade epidemiológica e política. Um grupo desse com a Covid é pá e queda. Pessoas superfortes, musculosas, saudáveis, mulheres com crianças lindas, todos caem doentes e morrem por causa de uma gripe. A Covid seria muito mais devastadora.

A pandemia foi didática. Quando a gente ficou nesse ai ai ai com Covid morrendo gente para cacete no mundo inteiro, é meio como eles passam a vida inteira.

Precisam de proteção do território e agentes especializados sabendo lidar quando eles andam fora do território ou precisam de um contato para sobreviver. Tirar terra do índio é matar o índio. É o que estão tentando fazer. Vira uma eterna fuga [dos índios isolados], uma diáspora em busca de sua terra. É a história do Brasil.

Perda de expertise

O Estado não pode ser a palavra única e final, entende? Não tem perna, não tem feito expedição.

Não se parte para demarcação de terra sem ter confirmações. Só parte para demarcação se tiver confirmação dos índios. Não tem nem um e nem outro ocorrendo. Hoje, já vai para uma questão além dessa desestruturação que se tornou a política de isolados desse governo.

Há uma perda desse conhecimento, dessa expertise da floresta, dos sertanistas em função da falta de preparação de quadros que não sejam vindos somente de concurso público. Aí, o cara de São Paulo, do Recife vai aprender tudo da floresta em dois, três anos. Não funciona.

O primeiro passo era começar a ter equipes para localização de isolados bem formadas, estruturadas e com metas claras de atuação. Não tem isso hoje. Temos uma deficiência histórica e nesse governo é proibido querer resolver problemas.

O que eles estão fazendo é apagando foguinho porque o pau quebrou no Supremo por causa da Covid. É barreira sanitária, não sei o quê. Mas ter um plano logístico para tirar garimpeiro dos ianomâmi, que tem terra de isolado também e outros lugares, não é interesse dessa administração.

Locais em risco

Jacareúba-Katawixi é uma terra grande. Ela está totalmente furada, tomada por madeireiros. Tem um drama ligado ao asfaltamento da BR-319. O coordenador de índios isolados que fez a expedição e disse que localizou os índios e essa [portaria de restrição de uso] de Jacareúba não foi renovada nem por seis meses. O presidente da Funai só vai fazer se judicializar.

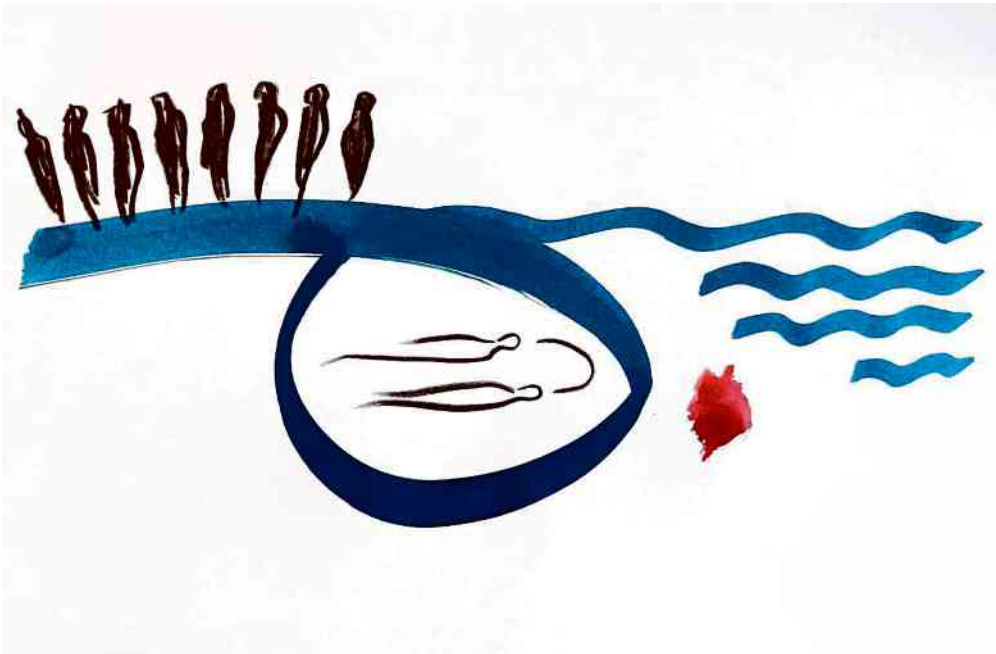
Piripikura tem ações judiciais pesadas e índios confirmados. A gente sabe, de bastidores, de acordões rolando de novo com essa direção da Funai para diminuir a terra e liberar umas fazendas lá dentro. Pirititi é mais [ameaçada] pela exploração de madeira e a expansão agropecuária. Ela fica próxima da BR-174. Já teve invasão de garimpeiros ali perto.

Ituna-Itatá é complexo e precisa da confirmação oficial dos índios ainda. Você expõe muito. Porque o fazendeiro, madeireiro está ao lado. E um governo alucinado desse, ele [invasor] acha que vai derrubar a terra mesmo. Se ele ficar ali pacientemente e esperar um pouco porque 'esse negócio [demarcação] não vai para frente não'. 'Vamos invadindo, vamos invadindo que é Bolsonaro, estamos juntos'. 'Vai mudar a lei sobre terra indígena'. 'Tem muita terra e pouco índio'.

Num contexto para além dos índios isolados, o presidente não demarcou um centímetro como ele prometeu. O presidente da Funai, o Xavier, está lá para isso. É a administração do caos. Não sei, não [suspiro]. Difícil, cansativo, perigoso. Vamos simbora.

O indigenista Bruno Pereira Daniel Marenco - 9.out.19/Agência O Globo

Bruno Pereira, 41

Servidor de carreira da Funai (Fundação Nacional do Índio) desde 2010, estava licenciado depois de ter sido exonerado da Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém-Contatados, na qual esteve por 14 meses. Trabalhava para a Univaja (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari) quando foi assassinado junto ao jornalista britânico Dom Phillips

Juliana Freire

O século em que o Brasil atolou

Jornalista Laurentino Gomes mostrou apogeu e colapso da escravidão

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

O inglês foi aconselhado a não deixar o barco, pois os traficantes ofereciam uma recompensa a quem o esfaqueasse. Vale do Javari em 2022? Não, Salvador, 1843. Não se sabe se o comandante Hoare, do navio Dolphin, desembarcou, mas ele era malvisto na região.

Chegou às livrarias o terceiro e último volume da "Escravidão", de Laurentino Gomes. Vai "Da Independência à Lei Áurea". Retrata o apogeu e o declínio do regime escravocrata que sustentou o Império, amarrando o Brasil ao atraso.

Até 1850, a elite nacional não só vivia às custas da escravidão, estava também associada ao contrabando de negros escravizados trazidos da África. O tráfico negreiro fazia fortunas ofendendo as leis do país e os tratados internacionais firmados pelos Império.

O Brasil era ao mesmo tempo o maior produtor de café do mundo e a maior nação negreira. D. Pedro 1º chamava a escravidão de "cancro" e, em 1830, anunciou que o tráfico havia acabado. Era mentira.

Seu filho não dava títulos nobiliárquicos aos traficantes, mas era só. O andar de cima e seu poder assentavam-se na escravidão e no contrabando. Em 1843, vendia-se no Rio um negro por 20 vezes o preço pago ao comprá-lo na África.

Até 1850, chegaram ao Brasil pelo menos 700 mil africanos escravizados. O tráfico era ilegal, mas Manoel Pinto da Fonseca, responsável por um terço dos desembarques clandestinos, jogava cartas com o chefe de polícia do Rio.

Laurentino compôs um magnífico painel mostrando esse tempo. Baseado na bibliografia de quatro continentes, valeu-se da argúcia de repórter para jogar luz sobre grandes personagens.

Em 1822, aos 18 anos, José Joaquim de Souza Breves estava na comitiva do príncipe Pedro às margens do Ipiranga, fez fortuna e foi o Rei do Café. Teve 90 propriedades, frota negreira e 6.000 negros escravizados. Morreu em 1889, um ano depois da Abolição e 46 dias antes da Proclamação da República.

Do outro lado do Atlântico, Laurentino mostrou Francisco Félix de Souza, o baiano Chachá, que no Daomé se tornou o maior traficante de escravos da época.

Ou ainda Ana Joaquina dos Santos Silva, a Rainha do Tráfico de Angola, com seu palacete de 22 janelas em Luanda. Numa visita ao Rio, ela gastou o equivalente a 40 quilos de ouro. Em 11 anos, a frota negreira de Joaquim Pereira Marinho, que tem estátua em Salvador, transportou 11 mil negros.

Este volume da trilogia de Laurentino pode ser lido por quem não passou pelos dois outros. Nele está a vida do Brasil do século 19, com seus barões e senzalas. Entre a Independência e 1850, quando a frota inglesa impôs ao Império o fim do tráfico, o país atolou.

A lei diz que os negros chegados ao Brasil depois de 1831 eram livres. Os que foram resgatados viram-se privatizados por meio de um sistema de concessões.

A neta de José Bonifácio de Andrada, o Patriarca da Independência, ganhou 13 negros. O Barão de Mauá, patrono da indústria nacional, levou os seus. Os dois maiores políticos do Império, o Marquês de Paraná e o Duque de Caxias, contrataram, cada um, duas dezenas. (Os dois jornalistas mais conhecidos também ganharam negros.)

Para se livrar da escravidão, os Estados Unidos tiveram uma guerra civil que subjugou o Sul escravocrata. Darcy Ribeiro dizia que, em Pindorama, o Sul ganhou. Fica a dúvida, pois no Brasil não existia um Norte industrializando-se.

Laurentino começa seu livro mostrando as festas da Abolição e termina-o citando trechos de uma carta de João Francisco de Paula Souza, cafeicultor paulista, em março de 1888:

"Não hesitem, libertem em massa e contratem. (...) Trabalhadores não faltam. Temos os próprios escravos, que não derretem nem desaparecem [com a Abolição], e que precisam de viver e de se alimentar, e, portanto, de trabalhar, coisa que eles compreendem em breve prazo.

(...)

Desde primeiro de janeiro não possuo um só escravo! Libertei todos, e liguei-os à casa por um contrato social igual ao que tinha com os colonos estrangeiros (...). Bem vês que o meu escravismo é tolerante e suportável".

Estatística

O Núcleo de Inteligência e Pesquisas do Procon-SP informa: o preço da cesta básica de alimentos chegou a R$ 1.226,12.

Com esse valor, a cesta básica superou em R$ 14,12 o valor do salário mínimo, de R$ 1.212.

Pergunte ao indígena

Todos os organismos federais que cuidam da manutenção da ordem na Amazônia dizem que investigarão as possíveis conexões de outros criminosos com os assassinos de Bruno Pereira e Dom Phillips.

Se estiverem falando sério, perguntarão aos indígenas da região.

Foram eles que desvendaram o crime.

Noutra linha, poderiam perguntar ao prefeito de Atalaia do Norte, Denis Paiva, qual foi seu raciocínio quando mobilizou dois procuradores do município para defender o pescador Amarildo. Dias depois, eles abandonaram o caso.

Se o doutor Denis procede assim rotineiramente, tudo bem, inclusive quando os crimes envolvem indígenas, tudo bem.

Centrão x STF

A tentativa de transformar o Congresso em poder revisor de decisões do Supremo Tribunal Federal está fadada ao fracasso.

Isso não elimina outro receio de inúmeros magistrados. Reeleito, Jair Bolsonaro tentará aumentar o número de cadeiras do tribunal.

Madame Natasha

Madame Natasha concedeu mais uma de suas bolsas de estudo ao doutor Paulo Rebello, presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, pela seguinte auto exaltação ao defender o reajuste de 15% das operadoras de planos de medicina privada:

"Nosso trabalho é defender o beneficiário".

Natasha só usa o SUS e se orgulha de ser sua beneficiária. Rebello poderia ter dito que seu trabalho é defender o freguês ou o cliente, mas ninguém que paga por um serviço pode ser chamado de beneficiário.

A menos que Rebello se julgue beneficiário dos restaurantes onde vai comer.

Juros americanos

Com a inflação americana arriscando bater nos dois dígitos, o Fed subiu a taxa de juros para uma faixa de até 1,75% ao ano.

Por pior que seja a notícia, ela não assusta quem entende de dinheiro. O que assusta é a possibilidade de o governo brasileiro acreditar que seu jogo de otimismo possa ser eterno.

Bolsonaro conseguiu

Jair Bolsonaro não conseguirá se livrar do impacto da carestia sobre sua candidatura, mas conseguiu transferir para a Petrobras a responsabilidade pelo aumento dos combustíveis.

Tereza Cristina na vice

Se a ex-ministra da Agricultura tem motivos para não disputar a Vice-Presidência da República, o tiroteio contra sua escolha é hoje um importante fator para escapar da indicação.

Ela conseguiu resistir ao fogo amigo enquanto esteve no governo.

Bruno e Dom foram mortos com armas de caça

Perícia da Polícia da Federal também confirma que outro corpo encontrado no Amazonas é do indigenista assassinado

BRASÍLIA A Polícia Federal informou neste sábado (18) que o outro corpo encontrado na quarta (15), na região do Vale do Javari, é do indigenista Bruno Pereira, 41. Nesta sexta, a PF já tinha confirmado que o outro corpo era do jornalista britânico Dom Phillips, 57.

Ainda de acordo com a perícia, eles foram assassinados com armas de caça. Bruno foi atingido por três tiros, enquanto Dom foi morto com um tiro.

O exame, realizado pelos peritos da PF, indica que a morte de Dom foi causada por "traumatismo toracoabdominal por disparo de arma de fogo com munição típica de caça, com múltiplos balins [chumbinhos presentes em cartuchos de espingarda], ocasionando lesões principalmente sediadas na região abdominal e torácica".

Segundo a perícia, ele foi atingido por um tiro.

Já a morte de Bruno Pereira, segundo a PF, foi "causada por traumatismo toracoabdominal e craniano por disparos de arma de fogo com munição típica de caça, com múltiplos balins".

A PF diz ainda que, segundo a perícia, o indigenista foi atingido por dois tiros no tórax/abdômen e um outro tiro na face/crânio.

Policiais em buscas no AM; barco de Bruno e Dom ainda não foi localizado Pedro Ladeira/Folhapress

A polícia ainda apura a motivação do crime. Até agora, três homens foram presos sob suspeita de participação no crime.

Como mostrou a **Folha**, investigadores que atuam no caso têm afirmado reservadamente que as evidências e provas até o momento reforçam a hipótese de que as atividades ilegais de pesca e a caça na região são o pano de fundo do caso.

"As investigações também apontam que os executores agiram sozinhos, não havendo mandante nem organização criminosa por trás do delito", afirmou a PF em nota .

Esse comunicado da Polícia Federal indignou a Univaja (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari), que afirma que a corporação ignorou as denúncias feitas por eles. De licença não remunerada da Funai, Bruno trabalhava como fomentador da vigilância indígena na instituição.

"O requinte de crueldade utilizado na prática do crime evidencia que Pereira e Phillips estavam no caminho de uma poderosa organização criminosa que tentou a todo custo ocultar seus rastros durante a investigação", afirmou a entidade indígena.

"A PF desconsidera as informações qualificadas, oferecidas pela Univaja em inúmeros ofícios, desde o segundo semestre de 2021 [...] Tais documentos apontam a existência de um grupo criminoso organizado atuando nas invasões constantes à terra indígena Vale do Javari, do qual Pelado e Dos Santos fazem parte", completou.

A Univaja alega ainda que o grupo criminoso é formado por caçadores e pescadores profissionais e foi descrito em documentos enviados ao Ministério Público Federal, à própria PF e à Funai.

Policiais federais também buscam formas de encontrar o barco que era utilizado por Bruno e Dom. A embarcação foi afundada com sacos de terra, segundo divulgado pela PF.

Em nota nesta quinta, a Polícia Federal afirmou que ainda não foi encontrada a embarcação, "apesar de exaustivas buscas" realizadas na área indicada pelo pescador preso.

Polícia prende terceiro suspeito de crime no Amazonas

BRASÍLIA A Polícia Federal prendeu na manhã deste sábado (18) mais um suspeito de ter participado do assassinato do indigenista Bruno Pereira, 41, e do jornalista britânico Dom Phillips, 57.

Jefferson da Silva Lima, que tem o apelido de Pelado da Dinha, é o terceiro investigado preso no caso.

Segundo a Polícia Federal, Jefferson se encontrava foragido e se entregou na Delegacia de Polícia do município de Atalaia do Norte , no Pará. Ele será interrogado e encaminhado para audiência de custódia.

Dois homens já estavam detidos pela morte de Bruno e Dom: Amarildo Oliveira, conhecido como Pelado, e o irmão dele, Oseney Oliveira, o Dos Santos.

Pelado prestou depoimento na terça (14) e confessou ter participado da morte do indigenista e do jornalista, de acordo com a polícia.

No diante seguinte, ele levou os investigadores ao local do crime. Dois corpos foram localizados na região.

As teias que infestam a Amazônia

Fim trágico de Bruno Pereira e Dom Phillips é um êxito para Bolsonaro

Janio de Freitas
Jornalista

O fim trágico de Bruno Araujo Pereira e Dom Phillips é um êxito para Jair Bolsonaro. Com a morte de dois inimigos, um êxito a mais no colar dos êxitos de destruição, peça a peça, da pequena estrutura de proteção humana e segurança territorial havida na Amazônia.

O êxito não é só de Bolsonaro. A pressa com que a Polícia Federal comunicou não haver mandante nem organização criminosa nos dois assassinatos —menos de 48 horas depois de levada aos restos mortais— sinaliza necessidade de fazê-lo.

E faz parte, com pretensões a ponto final, da conjugação de anormalidades que começa na demora e segue na busca tergiversante. Condutas próprias, no entanto, da nova realidade.

A Amazônia está sob uma construção extensa e minuciosa. É uma teia de criminalidades diferentes que tomou o domínio de grandes áreas e é subsidiária de outra teia. Esta penetra nas instituições do Estado e de governo, em especial no sistema de segurança.

O acintoso assassinato de Chico Mendes já denunciava perda de controle sobre a criminalidade contra a preservação natural. Era o 1988 da Constituinte democratizante, quando o general Leônidas Pires Gonçalves levou aos constituintes a exigência dos militares —de fato, exigência do Exército— de que fosse acrescentada, na "segurança externa" atribuída às Forças Armadas, a expressão "e interna".

O adendo era político, mas aumentou a responsabilidade da parte militar na proteção legal ao controle territorial. Em vão, mostram os fatos crescentes na Amazônia e alhures.

Sucederam-se denúncias de crimes patrimoniais, de apropriação de áreas imensas para gado, de roubo e contrabando. E mortes de oponentes, muitos deles indígenas, a esse ataque à vida humana, à natureza e ao patrimônio nacional. Nas fronteiras a oeste nada mudou. Na Amazônia, a presença militar limitou-se ao simbólico, orientada pela concepção de más intenções na vizinhança.

A Polícia Federal fez presenças rápidas em estouros de violência, jamais com planos extensivos de contenção e prevenção do assalto à floresta e às terras indígenas. As polícias estaduais e o Judiciário preferiram servir à impunidade, em incentivo ao crime ou à aliança com criminosos.

Essa omissão encontrou em Bolsonaro a oportunidade e sobretudo os motivos para ser como um plano oficial, comum a várias instâncias do poder político e da administração pública.

Nada é ocasional nessa meta. É uma conjugação de condutas e fatores que os assassinatos de Dom e Bruno vieram desnudar como nunca.

Dois meses antes do desaparecimento dos dois, no domingo 5 de junho, a emergência da situação conflituosa no Vale do Javari foi informada, por relatórios de procedências sérias, ao Ministério da Justiça/Polícia Federal, ao Ministério Público federal e estadual, às polícias estaduais, ao Ibama e à Funai.

Daí, não cabe dúvida, de que as informações logo chegaram às secretarias da Presidência da República com atribuições de segurança. Também não é admissível que o Exército, se não as três forças, tenha recebido as informações. Em vão, ainda.

Nem um só desses setores da responsabilidade nacional e estadual moveu-se para sustar os desdobramentos previstos da situação e tratar de solucioná-la em tempo. A omissão não foi por coincidência recordista. Foi por utilidade.

Foi e é uma prova de que essa enorme parte de governo e representações do Estado segue, por suas direções, uma orientação que as conjuga no mesmo objetivo e na mesma conduta.

É a teia superior. Resultado da infiltração de dirigentes e influentes selecionados e nomeados por Bolsonaro, em substituição aos alheios às diretrizes desligadas do interesse público. Bruno foi um dos milhares de afastados, ele por destruir balsas do garimpo ilegal.

Vive-se uma alucinação coletiva. Quem comunicou a "localização de remanescentes humanos", de Dom e Bruno, foi o ministro da Justiça, delegado Anderson Torres. E o fez por uma rede social na quarta (15), não por meios oficiais.

Além disso, o aviso lúgubre veio por um dos que precisam responder por sua conduta de policial e de ministro que não providenciou, ou reteve, ações para a situação informada sobre o Javari.

O presidente da Funai, Marcelo Xavier da Silva, delegado da PF depois de nela reprovado em exame psicotécnico, sujeito de boletim de ocorrência por um soco no rosto do pai de 71 anos, foi o segundo a mentir sobre o ocorrido com Bruno e Dom: acusou-os, seguindo o chefe Bolsonaro, do crime de estarem em reserva indígena em autorização, portanto, invasores.

Não estavam nem estiveram na reserva. Mas a mentira, além de ser a própria Funai culpando seu indigenista, foi significativa insinuação do desaparecimento como reação indígena a invasores.

Superintendente Regional da PF, o delegado Alexandre Fontes é o segundo sucessor do delegado Alexandre Saraiva, destituído por acusar Ricardo Salles, então ministro do Meio Ambiente, de favorecer a retirada ilegal e o contrabando de madeira da Amazônia.

Fontes deveria ser o primeiro a agir quando relatada a urgência no Vale do Javari. Ficou nos últimos. Sua explicação dos fatos foi um rol fraudulento de louvações aos infiéis às próprias funções. Fontes tem muito a explicar, de antes, durante e depois do crime recente.

A dívida de explicações ao país, e em particular à Justiça, abrange toda a teia dos gabinetes e dos comandos, a serviço —com ou sem proveito direto— do tráfico de drogas e de armas, garimpo de ouro e vários minerais preciosos, da fauna, da extração de madeira e do contrabando de tudo isso. Por isso a PF não nega mandante ou organização criminosa na tragédia.

Dom e Bruno foram localizados em seu fim. Não pela busca oficial. Por indígenas, em busca voluntária. Mas não convinha localizá-los. Desaparecidos, permitiriam acusar os indígenas pelo desaparecimento vingativo.

As primeiras palavras de Bolsonaro pareceram abrir a versão, definindo as duas presenças no Vale do Javari como "aventura perigosa" de "detestados pelos indígenas", ambos "sem autorização para entrar na reserva". As teias agiram seguindo Bolsonaro.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas| **SEG. Celso Rocha de Barros**| TER. Joel P. da Fonseca| QUA. Elio Gaspari| QUI. Conrado H. Mendes| SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida| SÁB. Demétrio Magnoli

COMO CHEGAMOS AQUI?

Com exceção do direito eleitoral, não há na legislação brasileira previsão de punição ou definição para o que se convencionou chamar de fake news. Isso não quer dizer, contudo, que ao divulgar informações falsas não se possa estar cometendo um crime. Quando os alvos são indivíduos, o mais comum são ações por crimes contra a honra ou de danos morais. Outro exemplo são posts de teor racista ou homofóbico. Já no caso do direito eleitoral, além da própria legislação tratar sobre fake news, há ainda decisões que entendem que elas podem configurar abuso de poder político e econômico, bem como uso indevido de meios de comunicação.

FOLHA EXPLICA

Ofensa, discriminação e abuso puxam condenação por fake news

Postagens com informações falsas ou distorcidas podem ter diferentes enquadramentos

DIREITO ELEITORAL

Renata Galf

SÃO PAULO Casos relacionados às eleições de 2018 e julgados no ano passado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) têm sido apontados como emblemáticos para as eleições de 2022 no que se refere a fake news sobre o processo eleitoral. Isso ocorre em meio ao discurso golpista do presidente Jair Bolsonaro (PL), calcado em questionar a legitimidade do processo eleitoral e das urnas eletrônicas.

Fake news sobre as urnas

Um deles é a cassação do mandato de deputado estadual de Fernando Francischini. No primeiro turno das eleições de 2018, o então candidato fez uma live em que afirmava que as urnas eletrônicas haviam sido fraudadas.

Para o TSE, houve abuso de poder político ou autoridade, além de uso indevido de meios de comunicação social. À época, ele era deputado federal e estava licenciado do cargo de delegado de polícia para exercer o mandato.

A decisão chegou a ser suspensa pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Kassio Nunes Marques, mas foi restituída pela Segunda Turma da corte.

A advogada Samara Castro, que é coordenadora de comunicação da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político), explica que um dos principais argumentos da defesa se refere a se o que foi dito na live teria tido impacto suficiente para desestabilizar o pleito —um dos critérios para configuração do abuso—, dado que faltava menos de uma hora para o encerramento da votação.

Nunes Marques também questionou a equiparação da internet como meio de comunicação social na decisão do TSE, conceito originalmente previsto para veículos de imprensa.

Carlos Affonso Souza, advogado e professor da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), não se opõe à tal equiparação, mas avalia que é preciso cautela, pois, fora dos casos de cassação, ela pode ter uma série de outras repercussões jurídicas.

Disparos em massa

O segundo caso foi a tese firmada em julgamento sobre disparos em massa na campanha de 2018. Apesar de terem absolvido a chapa Bolsonaro-Mourão, os ministros do TSE firmaram jurisprudência para punições futuras, em ação que discutia a ocorrência ou não de abuso de poder econômico e uso indevido de meio de comunicação.

Além do teor das mensagens, que precisariam conter fake news ou propaganda negativa contra adversário, deve-se verificar se ele repercutiu perante o eleitorado; o alcance do ilícito em termos de mensagens veiculadas; o grau de participação dos candidatos; e, por fim, se a campanha foi financiada por empresas.

TRE realiza testes com a urna eletrônica Evandro Leal-15.jun.22/ Agência Enquadrar/Agência O Globo

Para Castro, os critérios são insuficientes diante de como campanhas de desinformação funcionam. "Ela é uma construção sutil que, com o tempo, vai levando as pessoas a conclusões equivocadas", diz.

"Se você entende que a desinformação só é caracterizada quando você tem uma mensagem específica que é totalmente desinformativa e que foi enviada massivamente, você não vai encontrar isso."

Crime eleitoral e propaganda proibida

A lei eleitoral estabelece que é crime divulgar, na propaganda eleitoral ou durante período de campanha eleitoral, fatos que sabe inverídicos em relação a partidos ou a candidatos e capazes de exercer influência perante o eleitorado. A punição pode ser de multa ou detenção, assim como remoção do conteúdo.

A resolução sobre propaganda eleitoral válida no próximo pleito veda a divulgação ou compartilhamento "de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral, inclusive os processos de votação, apuração e totalização de votos". Além da possibilidade de remoção, o texto fala da apuração de eventuais crimes ou condutas ilícitas.

DIREITO PENAL E CIVIL

Casos que envolvem desinformação no plano individual podem acabar sendo enquadrados como crimes contra a honra, como calúnia e difamação. Outra possibilidade são as ações de dano moral, que não têm caráter criminal e em geral envolvem pedidos de indenização ou retratação.

Para Souza (Uerj), o debate jurídico sobre quem responde pelas consequências da desinformação deve se intensificar. Buscando balizar, por exemplo, se a responsabilidade é de quem criou o conteúdo, de quem espalhou a mensagem, de quem financiou a produção, ou, mesmo, de todos esses agentes.

Calúnia

Em maio, por exemplo, o engenheiro Renato Henrique Scheidemantel foi condenado pela Justiça do Rio de Janeiro a 10 meses de prisão pelo crime de calúnia —quando se imputa falsamente a alguém a autoria de um crime. A pena foi convertida pelo juiz em prestação de serviços à comunidade. Cabe recurso.

O motivo foi ter publicado em 2018, em suas redes sociais, prints do perfil de uma sindicalista de Juiz de Fora, dizendo que ela teria entregado a faca para Adélio Bispo, o autor do atentado contra o então candidato Jair Bolsonaro.

Difamação

Outro exemplo foi a condenação, em agosto de 2020, do deputado federal Eder Mauro (PL-PA) pelo crime de difamação (atribuir fato ofensivo à reputação) contra Jean Wyllys.

Os ministros da Primeira Turma do STF concluíram que Mauro editou e compartilhou um discurso de Wyllys para prejudicá-lo, dando a entender que ele teria dito que "uma pessoa negra e pobre é potencialmente perigosa". Na frase original, contudo, ele afirmava que tal imaginário existe "sobretudo nos agentes das forças de segurança".

O relator propôs um ano de detenção em regime semiaberto, pena que foi convertida no pagamento de 30 salários mínimos.

Discriminação

Também há episódios em que as fake news podem ter caráter discriminatório, como em casos de racismo e homofobia.

Em janeiro deste ano, por exemplo, o youtuber bolsonarista Marcelo Frazão foi condenado pela Justiça de São Paulo por crime de homofobia. Ele havia dito em áudio que a vacina Coronavac "poderia alterar o código genético" e causar "síndromes graves" como "câncer" e "homossexualismo".

A denúncia foi feita pelo Ministério Público. Ele foi condenado, em primeira instância, a dois anos e quatro meses de reclusão, em regime aberto, mas a pena foi substituída por prestação de serviços à comunidade. O juiz fixou também uma indenização por dano moral coletivo de 50 salários mínimos. O processo está em grau de recurso.

mundo

RODOLFO HERNÁNDEZ Empresário do ramo imobiliário e ex-prefeito de Bucaramanga. Populista e extravagante, vende-se como outsider e aposta em frases de efeito e nas redes sociais, com discurso vago contra corrupção

Rodolfo Hernández participa de evento com apoiadores em Miami, onde ficou durante parte da campanha para o segundo turno Marco Bello - 9.jun.22/Reuters

Colômbia define novo presidente em meio a vazamentos e empate técnico

Petro e Hernández fogem de debate, trocam acusações e afirmam ser alvo de ameaças de morte

Sylvia Colombo

BOGOTÁ A Colômbia chega ao segundo turno do pleito presidencial neste domingo (19) em clima de campanha suja e de empate técnico entre o esquerdista Gustavo Petro, 62, e o populista Rodolfo Hernández, 77.

Desde o primeiro turno, em que Petro teve 40% contra 28% de Hernández, houve um pouco de tudo. Ataques verbais com linguagem chula, vazamentos de vídeos de reuniões da campanha do esquerdista, uma decisão judicial descumprida para que ao menos um debate fosse realizado, supostas ameaças de morte e até a possibilidade de que um deles se ausentasse do país até a votação por questões de segurança.

De acordo com o agregador de pesquisas do site La Silla Vacía, a diferença entre os dois concorrentes é mínima: Petro tem 47,2% das intenções de voto, e Hernández, 46,5%.

Nesta campanha, não houve debates entre os finalistas nem grandes atos públicos. Ambos os candidatos preferiram uma campanha de encontros localizados com eleitores e visitas porta a porta. Petro jogou futebol, jantou com uma família de classe média e se reuniu com estudantes, tudo transmitido nas redes sociais, o ambiente favorito de Hernández, que seguiu apostando em sua estratégia via TikTok.

Um dos episódios de maior repercussão antes deste segundo turno foi o vazamento de vídeos de reuniões de assessores do esquerdista debatendo como "arrasar" seus adversários. Batizadas de "petrovideos", as gravações revelam propostas controversas, como visitas a prisões para oferecer benefícios a criminosos e a incorporação de prefeitos à campanha, algo proibido no país.

Petro negou ilegalidades nos vídeos e acusou o governo do presidente Iván Duque de ter facilitado os vazamentos, afirmando que apenas o Estado teria recursos para o que considerou ser espionagem.

Hernández aproveitou a ocasião para, de Miami, dizer que havia sido informado de um plano da campanha de Petro para matá-lo. Na ocasião, afirmou que não voltaria ao país até o segundo turno, o que não fez. Antes, o esquerdista já havia dito que fora alvo de ameaças de morte —ele chegou a cancelar eventos.

A possibilidade de se encontrarem em um debate foi outro ponto de tensão. Depois de a Justiça determinar que ao menos um evento do tipo ocorresse, o populista disse que só aceitaria se o evento fosse em seu reduto eleitoral, Bucaramanga —e só com temas escolhidos por ele. Petro não aceitou as condições, e um culpou o outro pela não realização do encontro.

Numa eleição em que o voto contra o establishment foi uma marca, tirando da disputa os principais partidos do país, o Liberal e o Conservador, além do Centro Democrático, força política comandada pelo ex-presidente Álvaro Uribe, os dois candidatos representam propostas de mudanças estruturais do Estado.

Caso seja eleito, Petro, ex-guerrilheiro que trocou a luta armada pela via democrática, eleito duas vezes ao Senado e uma à Prefeitura de Bogotá, vai se tornar o primeiro presidente de esquerda da Colômbia, com propostas para mudar o modelo econômico local, dando mais relevo à produção agrária e reduzindo ações extrativistas. O esquerdista também promete uma reforma agrária baseada na taxação de terras improdutivas e no aumento dos impostos aos mais ricos.

No caso de Hernández, empresário que enriqueceu no mercado imobiliário de Bucaramanga, cidade da qual foi prefeito, as linhas programáticas são menos claras. Entre as propostas estão maior intervenção estatal na economia, políticas anticorrupção —que incluiriam prêmio em dinheiro a delatores—, um censo de usuários de drogas para programas de redução de danos e a criação de prisões no campo, na forma de colônias de trabalho, para esvaziar os centros de detenção.

Ainda que esses elementos marquem um pleito histórico, as polêmicas chamaram mais a atenção do que as propostas. Três dias antes do dia da votação, o site Cambio Colômbia publicou um vídeo de outubro de 2021 em que Hernández está em um iate cheio de mulheres de biquíni dançando.

Segundo a publicação, os gastos da festa foram pagos pela farmacêutica Pfizer, "interessada em ampliar seus negócios na Colômbia". À época, o hoje candidato não tinha cargo público, e as imagens não exibem o populista cometendo ilegalidades. Mas foi o bastante para entrar no rol de controvérsias desta eleição.

Raio-X da Colômbia

Mar do Caribe
Cartagena
Barranquilla
PANAMÁ
VENEZUELA
Medellín
Bogotá
Oceano Pacífico
Cali
COLÔMBIA
EQUADOR
BRASIL
PERU
200 km

Área: 1.142.000 km² (pouco menor que o estado do Pará)

População: 50,8 milhões (pouco maior que a do estado de São Paulo)

PIB: US$ 271,4 bilhões (do Brasil é US$ 1,44 tri)

PIB per capita: US$ 5.334 (do Brasil é US$ 6.796)

IDH: 83ª posição (Brasil é 84º)

Fontes: Banco Mundial e CIA

Direita domina história do país, onde esquerda não teve vez

BOGOTÁ Se Gustavo Petro for eleito neste domingo (19), será a primeira vez que a Colômbia terá um presidente de esquerda. Alguns fatores explicam por que um nome desse espectro nunca liderou o país.

Ainda no século 19, embates históricos entre liberais e conservadores, marcados por guerras e momentos de pactos, davam o tom dos grupos que dominavam a política colombiana. Uma das raras ocasiões em que eles não estiveram no poder foi no regime de Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957), que assumiu com um golpe militar. Pinilla, porém, teve apoio de parte dos liberais para derrubar o conservador Laureano Gómez.

Após a redemocratização, em 1958, liberais e conservadores fizeram um pacto de alternância que durou 16 anos. Ao longo desse período, nos anos 1960, surgiram as guerrilhas, iniciando um processo de estigmatização da esquerda. A partir daí, figuras ligadas a esse campo político ficaram identificadas com a luta armada e a violência, o que oferecia pouco espaço para uma esquerda democrática.

Nos anos 1970, o Estado colombiano passou a enfrentar, além das guerrilhas, os cartéis do narcotráfico, e as propostas para acabar com os conflitos passaram a ter destaque nas campanhas presidenciais.

Na mesma década, surgiu a guerrilha M-19, que se diferenciava das demais. Enquanto as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o ELN (Exército de Libertação Nacional) representavam um pensamento revolucionário de esquerda que queria tomar o poder pela força, o M-19 era uma agrupação armada com forte ingrediente nacionalista e que pregava uma democracia mais inclusiva.

Um dos principais atos do M-19 foi a tomada do Palácio da Justiça, em 1985, na qual quase cem pessoas foram mortas, entre os quais 33 terroristas e vários juízes. Na ocasião, Petro, que integrava a guerrilha, estava preso. Quando saiu, foi um dos negociadores da paz, durante a gestão do liberal Virgilio Barco.

Também nos anos 1980, no governo do conservador Belisario Betancur, um acordo com as Farc criou o partido de esquerda União Patriótica (UP). O esforço pela pacificação do país, porém, acabou em tragédia. Mais de 4.000 membros da UP foram assassinados, entre os quais dois candidatos à Presidência.

Em 1989, o liberal Luis Carlos Galán, que tinha ideias progressistas e estava em campanha eleitoral, também foi morto. Ao ser eleito, o substituto dele, César Gaviria, convocou a assembleia que redigiu a Constituição hoje em vigor. A Carta fortaleceu a independência dos Poderes.

Os conservadores voltariam ao poder em 1998 com Andrés Pastrana, que assinou um pacto militar com os EUA, o Plano Colômbia, e fracassou na tentativa de fechar um acordo com as Farc. Ele foi sucedido por Álvaro Uribe, um liberal dissidente.

Com popularidade em alta, Uribe conseguiu aprovar a reeleição e foi reconduzido ao cargo em 2006. Ele indicou um sucessor, seu ex-ministro de Defesa Juan Manuel Santos, outro dissidente do Partido Liberal —desta vez, para fundar o Partido Social de Unidade Nacional. Com a legenda, Santos venceu em 2010, governou por dois mandatos, fechou um acordo com as Farc e, por isso, foi premiado com o Nobel da Paz.

A fatia da população contrária ao pacto, porém, elegeu o então senador Iván Duque, derrotando, em 2018, justamente Petro, que hoje busca de novo quebrar a hegemonia direitista. **(SC)**

GUSTAVO PETRO Ex-prefeito de Bogotá e senador, foi guerrilheiro do grupo M-19 antes de ingressar na política. Em 2018, foi derrotado na disputa presidencial pelo atual mandatário, Iván Duque. Concorre pelo Pacto Histórico, de esquerda

Candidato da esquerda, o ex-prefeito de Bogotá Gustavo Petro dá entrevista à agência Reuters, na capital colombiana Luisa González - 10.jun.22/Reuters

Álvaro García Linera

América Latina seguirá irrelevante globalmente se não atuar em bloco

Ex-vice da Bolívia diz que líderes da onda rosa 2.0 atuam mais como participantes do sistema político do que construtores de um novo

ENTREVISTA

Mayara Paixão

GUARULHOS Com formulações que influenciam diversos líderes latino-americanos, do conterrâneo Luis Arce ao chileno Gabriel Boric, o ex-vice-presidente da Bolívia Álvaro García Linera afirma que a atual onda de esquerda na região difere, e muito, da qual fez parte no início do século ao lado de Evo Morales.

Se, por um lado, ele diz haver hoje uma tendência a atuar mais como participante de um sistema político do que como construtor de um novo sistema, por outro a Guerra da Ucrânia apenas reforçou uma lição ignorada: sem atuar em bloco, não há chance de a América Latina cravar um lugar no xadrez geopolítico.

Ele falou à **Folha** por videochamada do México. Nesta segunda-feira (20), ele participa do Salão do Livro Político, às 19h, no Tucarena (r. Monte Alegre, 1.024, Perdizes), em São Paulo, evento do qual a **Folha** é parceira de mídia.

*

Há uma semana, Jeanine Áñez foi condenada a dez anos de prisão devido à acusação de que tramou um golpe. Como o sr. viu este capítulo da história da Bolívia? Uma sentença necessária para proteger a democracia. Um grupo de pessoas sem apoio social e legitimidade eleitoral não pode se apoiar nas Forças Armadas para invalidar a Constituição e tomar o poder. Pensávamos que essas histórias haviam ficado nos anos 1960 e 1970, mas não. Houve uma ameaça à democracia, e é importante uma resposta forte para garantir que ninguém usurpe a vontade popular ocupando o poder por vias não democráticas.

Organizações internacionais dizem que o sistema de Justiça boliviano tem sido alvo de interferências. O Judiciário precisa de reformas? Esse é um problema no mundo todo. Há o mesmo tipo de queixa nos EUA, onde os membros da Suprema Corte são nomeados por um presidente. Não há mais intervenção política que isso. Na Bolívia fizemos uma série de reformas, e os juízes são eleitos por voto universal, mas não foi suficiente. É uma tarefa pendente das democracias contemporâneas.

Qual avaliação faz da maré rosa 2.0 na América Latina? É muito diferente da primeira, já que não vem da mão de grandes levantes ou de ações coletivas. Vem das mãos de governantes moderados, talvez com a exceção de [Gustavo] Petro. São governantes administrativos, menos propensos a grandes mudanças radicais. E isso não é um defeito, mas um sinal dos tempos. Eles tendem a atuar mais como participantes de um sistema político do que construtores de um novo sistema. Assim, não são portadores de um horizonte de longo prazo, são expressão de um momento de transição do qual possivelmente vai haver uma alternância contínua entre governos conservadores e progressistas.

García Linera no México, em 2019 David de la Paz - 12.nov.19/Xinhua

Álvaro García Linera, 59
Matemático e cientista social, foi vice-presidente da Bolívia (2006-2019). Escreveu, entre outros livros, "A Potência Plebeia" (ed. Boitempo) e "O que É uma Revolução?" (ed. Expressão Popular) e é coautor do recém-lançado "Qual Horizonte: Hegemonia, Estado e Revolução Democrática" (ed. Autonomia Literária)

Há uma crise antissistema na região? É um problema global, mas que se expressa mais intensamente aqui. Nos diziam que o livre mercado era uma determinação natural da humanidade, que o Estado era um mau administrador e que o mercado resolvia seus problemas: em 2020, sem dúvidas a economia teria caído não fosse o Estado. O antigo se mostra cada vez mais obsoleto, mas ninguém define o que será o novo, e, assim, o tempo se suspende. O que predomina é um estupor, um mal-estar coletivo.

Como define o papel latino-americano no xadrez geopolítico hoje? Irrelevante. O que me dá muita pena de dizer. E será muito mais irrelevante se não fizermos esforços desesperados para atuar como bloco. É um tempo no qual vivemos tensões, reacomodações políticas e redefinição de influências. A América Latina existe como um lugar passivo de disputas de outros, o que vai ser mais intenso se não tivermos uma ação conjunta. Nem digo para influenciar, mas para nos proteger desse esquartejamento planetário. E trata-se de acordos pontuais mínimos, em termos de segurança jurídica, segurança e transição energética.

Como vê a possibilidade de um golpe no Brasil? O Brasil é o maior país e o economicamente mais forte. Ainda que o Brasil não olhe muito para a América Latina, a região está atenta ao que se passa no país. Os riscos de uma interrupção democrática seriam catastróficos para o continente e para o mundo, porque pode soltar a rédea para que em outros lugares as forças antidemocráticas se sintam incentivadas.

Que avaliação faz da Cúpula das Américas capitaneada por Joe Biden? Foi um duplo fracasso. Primeiro, um fracasso de início: quais propostas foram lançadas antes do encontro? Nenhuma. O segundo fracasso é que não tenham ido seis presidentes da América Latina. Isso é uma medida de uma região que reconhece que os EUA já não são o grande timoneiro do seu destino.

E quais as consequências da Guerra da Ucrânia para os latino-americanos? Ambivalentes. Para os países que produzem energia e alimentos, a guerra está produzindo o aumento dos preços das exportações, assim terão mais ingressos e divisas. Será um ciclo de preços altos de commodities de longa duração.

Para os países que importam alimentos, energia ou fertilizantes, são problemas, justamente porque estão subindo os preços, e os Estados terão que destinar mais recursos para assegurar o abastecimento. Assim como te globalizam, te desglobalizam no dia seguinte. As regras do mundo mudaram de maneira drástica, e isso precisa levar os latino-americanos a pensar que o desenvolvimento continental tem que surgir a partir de reflexões próprias, não da imitação obtusa e ortodoxa de modelos que nos lançam do Norte.

Para vencer candidatos autoritários, diferentes alianças têm sido construídas entre setores tradicionais da esquerda e outros moderados, ou mesmo conservadores. Tivemos isso com Lula e Alckmin no Brasil. Como o sr. vê essas alianças? Há uma crescente divergência de elites políticas. Anos atrás, havia um consenso geral: todos concordavam que o mundo se encaminhava para uma economia de livre comércio e que era preciso reduzir o Estado e atender aos pobres, para que não houvesse levantes. Isso se quebrou.

Emergiu uma espécie de cansaço. Quando há declínio de algo, há setores e elites que buscam outras opções. Alguns buscam projetos de esquerda, de justiça social, e outros dizem que é preciso medidas autoritárias. E nessas buscas se ensaiam diferentes tipos de aliança, inverossímeis tempos atrás.

Equador decreta emergência por atos contra preço da gasolina

QUITO | AFP O presidente do Equador, Guillermo Lasso, decretou nesta sexta (17) estado de emergência em três províncias do país, em meio à onda de protestos com casos de violência que já dura cinco dias, convocados por indígenas que exigem, sobretudo, a redução dos preços dos combustíveis.

"Prometo defender a nossa capital e o país, o que me obriga a declarar estado de emergência em Pichincha [onde fica Quito], Imbabura e Cotopaxi", disse Lasso em pronunciamento transmitido pela TV.

Além dos preços da gasolina, os manifestantes protestam pela renegociação de dívidas dos trabalhadores rurais com bancos e contra o desemprego e a concessão de licenças de mineração em terras indígenas.

O estado de exceção habilita o presidente a mobilizar as Forças Armadas para manter a ordem interna, suspender direitos dos cidadãos e decretar toque de recolher. Pressionado, Lasso anunciou o aumento de US$ 50 (R$ 257) para US$ 55 (R$ 283) no auxílio econômico para famílias de baixa renda.

Além disso, o Executivo ordenou o perdão de empréstimos vencidos de até US$ 3.000 (R$ 15,5 mil) concedidos pelo banco estadual de desenvolvimento produtivo e deve subsidiar em até 50% o preço da ureia agrícola, fertilizante usado no campo, para pequenos e médios produtores.

Manifestantes durante confronto com a polícia nos arredores do palácio presidencial, em Quito Cristina Vega Rhor - 17.jun.22/AFP

Os protestos bloqueiam rodovias e acessos a Quito desde segunda (13) e deixaram ao menos 43 feridos, incluindo militares, e 37 detidos. Os atos se concentraram nas províncias de Pichincha e nas vizinhas Cotopaxi e Imbabura, que têm alta presença de indígenas, 1 milhão dos 17,7 milhões de equatorianos.

Mais cedo, Lasso se reuniu com prefeitos e governadores para discutir a situação. Também recebeu um grupo de indígenas na sede do governo para tentar negociar o fim dos protestos. "Não queremos sangue, mais vandalismo, mais violência. O Equador é um país de paz", afirmou o secretário da organização indígena Unoric, César Pérez, após os confrontos dos últimos dias entre manifestantes e policiais.

A Conaie, mais importante organização indígena do país e parte de revoltas que derrubaram três presidentes entre 1997 e 2005, afirma que manterá as manifestações até que o governo atenda a uma lista de dez demandas. Nesta sexta, a entidade disse, por meio do seu responsável, Leonidas Iza, que, do seu lado, "não há nenhum diálogo" com o Executivo. Em 2019, protestos violentos contra o governo liderados pela organização deixaram 11 mortos e mais de mil feridos. Iza chegou a ser detido em meio aos atuais protestos contra o governo, acusado de paralisar o transporte público ao bloquear estradas.

Plantadores e exportadores de flores, uma das principais atividades econômicas do país, afirmaram no Twitter que, devido às barreiras, "a produção está se perdendo, e as flores estão apodrecendo". O Ministério da Produção estima que os atos já causaram prejuízo de US$ 50 milhões (R$ 257,7 milhões).

A Igreja Católica, a ONU e universidades já se ofereceram para mediar um diálogo entre manifestantes e governo, atitude que recebeu apoio de Lasso. "Essa é a forma que, no Estado de Direito, do respeito à lei e à Constituição, podem-se resolver os problemas no país", afirmou o presidente.

A Conaie também pede o fim da violência nas manifestações, que já deixaram dez soldados e oito policiais feridos, além de 29 manifestantes detidos. Os indígenas relataram 14 feridos em incidentes. "Não se pode aceitar o vandalismo, o confronto, a violência", disse Iza.

Membros de segurança comunitária fazem atendimento em Albuquerque, no Novo México Divulgação

Nos EUA, equipes atendem a casos leves sem chamar polícia

Saúde mental, abuso de drogas e moradores de rua são focos das unidades

Rafael Balago

WASHINGTON Uma pessoa se tranca em um banheiro de uma loja e se recusa a sair. Ela não está agindo de modo violento. Quem você vai chamar para ajudar? A polícia? Os bombeiros? Médicos? Enfermeiros? Ou nenhum deles?

Algumas cidades dos EUA perceberam que nenhuma dessas opções é a ideal para lidar com chamados que envolvem crises provocadas por saúde mental, abuso de drogas, presença de moradores de rua ou violência doméstica. Assim, Atlanta, Nova York, Portland e São Francisco, entre outras, fazem testes para criar um novo modelo de departamento de polícia, capaz de lidar melhor com situações do tipo.

Um dos exemplos mais avançados vem de Albuquerque, cidade de 560 mil habitantes no Novo México. Ali foi criada a unidade ACS (Segurança Comunitária de Albuquerque). A iniciativa começou em setembro de 2021, em pequena escala, e vem sendo ampliada. Em abril, foram atendidos mais de 1.600 chamados.

A ACS tem atualmente 38 integrantes, com especializações e experiências variadas. Uma das equipes se dedica a situações que envolvem saúde mental. Outra é dedicada a atender situações nas ruas, como ajudar pessoas sem-teto. Eles usam camiseta cinza, com o logo do programa, e roupas civis.

"Uma coisa que me surpreendeu foi ver quantos chamados para o 911 [telefone de emergência nos EUA] não precisam da presença de um policial com distintivo", afirmou à **Folha** D'Albert Hall, vice-diretor do ACS.

Ele conta que um dos desafios foi definir quais situações ficariam com qual departamento, em reuniões de alinhamento com polícia e bombeiros que continuam sendo feitas. "Estamos trabalhando para ter um relacionamento melhor com a polícia, para que ela saiba quando nos chamar, e nós, quando chamá-la."

A mudança libera agentes de segurança para outras tarefas, como investigações e combate ao crime, em um momento em que faltam policiais em muitos departamentos. Enquanto os guardas são treinados para neutralizar ameaças, a ACS faz abordagens para entender as necessidades das pessoas com problemas.

"Tivemos um chamado de um hospital. Uma mulher estava em um consultório, realmente descontrolada. Fomos capazes de ir lá, acalmá-la, conversar e orientá-la aos serviços dos quais precisava", afirma Hall.

Outro tipo comum de chamado é o de pessoas que querem checar se um conhecido está bem. "Há ligações como 'não tenho visto meu colega de trabalho há algum tempo, e ele estava falando sobre talvez cometer suicídio'. Ou 'tenho amigos que estão tendo problema com vícios'. Podemos tentar ajudar."

As interações longas também são importantes para ajudar pessoas em situação de rua. Numa ocorrência em abril, agentes foram conversar com duas pessoas que montaram uma tenda em uma rua da cidade.

Além de dar água, comida e kits de higiene, houve um papo para entender as necessidades deles. Ambos disseram que haviam parado de usar metanfetaminas e maconha, mas não conseguiam controlar o consumo de álcool. A ACS indicou programas de tratamento, e os sem-teto se comprometeram a aderir.

O movimento de criação dessas unidades ganhou força após a morte de George Floyd, sufocado por um policial em Minneapolis, em maio de 2020. Floyd tinha problemas de saúde mental e foi morto após ser acusado de fazer uma compra com uma nota falsa. Protestos nos meses seguintes pediram o fim da violência policial e mudanças na forma de atuação das forças de segurança.

Apesar dos atos, alterações de grande porte no policiamento dos EUA não ocorreram, e o número de pessoas mortas em confrontos com policiais segue na faixa de mil por ano. Um projeto de reforma policial, defendido pela Casa Branca, está parado no Senado. A proposta, chamada de Lei George Floyd, reforça as punições a agentes em casos de má conduta e limita o uso da força, entre outras medidas.

Uma das demandas mais estridentes foi a "defund the police", um pedido para tirar recursos das polícias, defendido por parte da ala progressista do Partido Democrata, mas sepultado por lideranças da legenda. O presidente Joe Biden e a presidente da Câmara, Nancy Pelosi, defendem o contrário: mais dinheiro para o combate ao crime. Ao mesmo tempo, também apoiam ações de policiamento comunitário.

A criação de unidades de atendimento do tipo é elogiada por especialistas em saúde pública e combate às drogas, por ser um gesto concreto para uma mudança que defendem: deixar de tratar o uso de drogas e problemas mentais como uma questão criminal e passar a abordá-los como um problema de saúde.

Para Daliah Heller, pesquisadora e vice-presidente da ONG Vital Strategies, ter policiais atendendo ocorrências de saúde mental reforça a ideia de que as pessoas com problemas são uma ameaça.

"Quando alguém sente que está sendo visto como uma pessoa perigosa, ela se sente ameaçada. E nossa resposta, como seres humanos, é nos defendermos quando somos tratados assim ou quando tentam impor controles sobre nós", afirma. "A solução realmente é tirar da polícia a responsabilidade de lidar com essas questões sociais e investir em respostas comunitárias que envolvam a saúde", avalia.

Abdul Goni/Reuters

TEMPORAIS MATAM AO MENOS 59 PESSOAS EM BANGLADESH E NA ÍNDIA

Ao menos 59 pessoas morreram desde quinta-feira (16) em Bangladesh (foto) e na Índia devido a alagamentos e deslizamentos provocados por fortes chuvas. Outros seis milhões de habitantes estão ilhados, sem condições de sair de suas casas e abrigos, afirmaram autoridades dos dois países neste sábado (18). De acordo com um especialista do governo de Bangladesh, trata-se das maiores inundações na região em pelo menos 18 anos. Eventos do tipo são frequentes durante a temporada de monções, de junho a setembro. Especialistas, porém, indicam que a crise climática agrava e acelera os incidentes.

Macron usa discurso do caos por maioria legislativa absoluta

Michele Oliveira

MILÃO Uma campanha que começou morna e termina sob tensão. Ao menos para o presidente da França, Emmanuel Macron, assim pode ser descrita a disputa, nas últimas semanas, pelo Legislativo.

O resultado do segundo turno da eleição que definirá a composição da Assembleia Nacional, neste domingo (19), vai determinar o andamento dos cinco anos de seu novo mandato. E uma possibilidade real é que o recém-reeleito fracasse em obter a maioria absoluta, algo que tem sido praxe desde 2002.

No primeiro turno, a Juntos, coligação de centro-direita em torno de Macron, ficou praticamente empatada com a aliança de partidos de esquerda, a Nova União Popular Ecológica e Social (Nupes). Cada grupo obteve cerca de 5,8 milhões de votos, com uma vantagem de apenas 21.285 para o bloco do presidente.

Os macronistas, porém, ficam à frente na projeção de deputados para a Assembleia, composta por 577 cadeiras.

O sistema não é proporcional, e a votação em dois turnos tende a favorecer grandes coligações ao centro do espectro político. Segundo pesquisa Ipsos divulgada nesta sexta-feira (17), o grupo do presidente pode obter entre 265 e 305 assentos, seguido do bloco de esquerda, que ficaria com 140 a 180 lugares.

É a incerteza em relação ao tamanho dessa diferença que esquentou a campanha. Dois são os cenários prováveis —uma maioria do bloco de esquerda é vista como improvável. Se conquistar ao menos 289 cadeiras, o presidente terá maioria absoluta e poderá aprovar seus projetos sem precisar negociar com as demais forças políticas. Se não alcançar esse número, a maioria relativa o levará a buscar composições com deputados de outros partidos, forçando a necessidade de acordos.

Após ser reeleito no fim de abril ao derrotar Marine Le Pen, da ultradireita, Macron adiou seu envolvimento na campanha legislativa, em estratégia que acabou por deixar a Nupes, liderada pelo ultraesquerdista Jean-Luc Mélenchon, falando quase sozinha, e, como consequência, esvaziou o debate de propostas.

O cenário seguiu assim até as vésperas do primeiro turno, quando Macron passou a atacar Mélenchon, ciente dos riscos de não repetir o resultado de 2017, quando sua coligação elegeu 350 deputados.

O presidente então engatou um discurso alarmista, segundo o qual sem uma maioria sólida de sua coligação a França poderia mergulhar num período de turbulência. "Nesses tempos problemáticos, a escolha de vocês é mais crucial do que nunca. Nada seria pior do que acrescentar o caos na França ao caos mundial", afirmou na terça (14), convocando os eleitores para tentar reverter a abstenção recorde do primeiro turno, em 52,5%.

A resposta de Mélenchon veio no mesmo dia e na mesma moeda. "O caos é ele, que não sabe mais o que fazer diante da crise global que avança", disse ao jornal Le Parisien.

Segundo a professora de direito constitucional Marie-Anne Cohendet, da Universidade Paris I Panthéon-Sorbonne, é exagero falar em caos. Nas duas vezes em que um presidente teve a maioria relativa (1958-1962 e 1988-1993), "não foi o fim do mundo". "Claro que o presidente prefere ter maioria forte. Mas ele não deveria conduzir o Parlamento, o Parlamento é que deveria conduzir o governo."

Diante de uma possível maioria relativa, Macron pode procurar reforço, para vencer as votações parlamentares, na bancada dos republicanos, de centro-direita, que pode obter de 60 a 80 cadeiras.

"Mas tanto pelas divisões internas quanto pelo papel decisivo em que se encontrariam, eles apresentariam, em troca de apoio, pedidos de cargos e de influência no governo que poderiam ser vistos como excessivos", diz Marco Tarchi, professor de ciência política da Universidade de Florença.

Seja a maioria absoluta ou relativa, é certo que uma grande novidade será o bloco de esquerda como a maior força da oposição, passando das 73 cadeiras obtidas há cinco anos para algo entre 140 e 180.

A liderança da coligação pelo partido de Mélenchon, o França Insubmissa, com métodos considerados estridentes, deve intensificar o uso da Assembleia como caixa de ressonância, para, segundo Etienne Ollion, professor de sociologia da Escola Politécnica, em Paris, "criar escândalos e politizar cada assunto".

Se a maioria relativa é indesejada pela coligação do líder francês, por outro lado ela poderia reacender o embate entre esquerda e direita no país, apagado pelo centrismo do início de mandato de Macron, e levar o Legislativo a ocupar um lugar mais relevante na política, forçando o Macron a negociar mais.

"Isso seria bom para a democracia, com mais debates e menos autoridade do presidente", afirma Cohendet.

Fachada do saguão principal do Aeroporto de Congonhas, que deve ir a leilão em 18 de agosto Eduardo Knapp/Folhapress

Eleições e juros podem esfriar lances em leilão de 15 aeroportos

Disputa, que inclui Congonhas, atrai investidores, mas incerteza política e econômica tende a limitar lances

Leonardo Vieceli e Ana Paula Branco

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO O leilão de 15 aeroportos no país, incluindo o de Congonhas, em São Paulo, deve atrair o interesse da iniciativa privada em agosto, mas o cenário de economia instável e incerteza política às vésperas das eleições pode esfriar a disputa, dizem analistas.

O certame tende a contar com a presença de grandes grupos, e é provável que todos os terminais sejam negociados, mas as dificuldades macroeconômicas e dúvidas sobre o rumo político do país, podem limitar os lances.

Os juros mais altos, que encarecem os investimentos das empresas, e os impactos da pandemia no setor aeroportuário são desafios no radar.

"O leilão vai ser bem-sucedido? Se estabelecermos como critério de sucesso que algum grupo vá bidar [fazer proposta] em cada bloco, acho que vai ser", afirma o economista Claudio Frischtak, da Inter.B Consultoria.

"Se fosse no pré-pandemia, haveria muita competição. As concessões são de longo prazo, mas há muita incerteza. O custo do capital aumentou. Está mais difícil financiar um projeto hoje."

"Os leilões de aeroportos estão ficando cada vez mais escassos", diz Fernando Villela, coordenador do Comitê de Regulação de Infraestrutura Aeroportuária da FGV Direito Rio.

"Naturalmente, isso tudo [quadro de incertezas] tem impacto, mas não no interesse do investidor, talvez no valor da outorga [quantia a ser paga pela concessão]."

Daniel Engel, sócio da área de infraestrutura do escritório Veirano Advogados, vai na mesma linha: "Não consigo imaginar uma licitação deserta. Talvez os níveis de ágio [diferença ante o lance mínimo] não sejam tão surpreendentes como em leilões anteriores. Você vai ter concorrência, mas talvez com lances menos agressivos", analisa.

O leilão, agendado para 18 de agosto, na B3, em São Paulo, marca a sétima rodada de concessão de aeroportos.

Os 15 terminais estão divididos em três blocos, e o prazo previsto para os contratos é de 30 anos. A estimativa de investimentos nos 15 terminais chega a R$ 7,3 bilhões, diz o Ministério da Infraestrutura.

Congonhas é a principal atração da sétima rodada. O aeroporto da capital paulista lidera o Bloco SP/MS/PA/MG, com outros dez terminais.

Três ficam em Mato Grosso do Sul (Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã), quatro no Pará (Santarém, Marabá, Parauapebas e Altamira) e três em Minas Gerais (Uberlândia, Uberaba e Montes Claros).

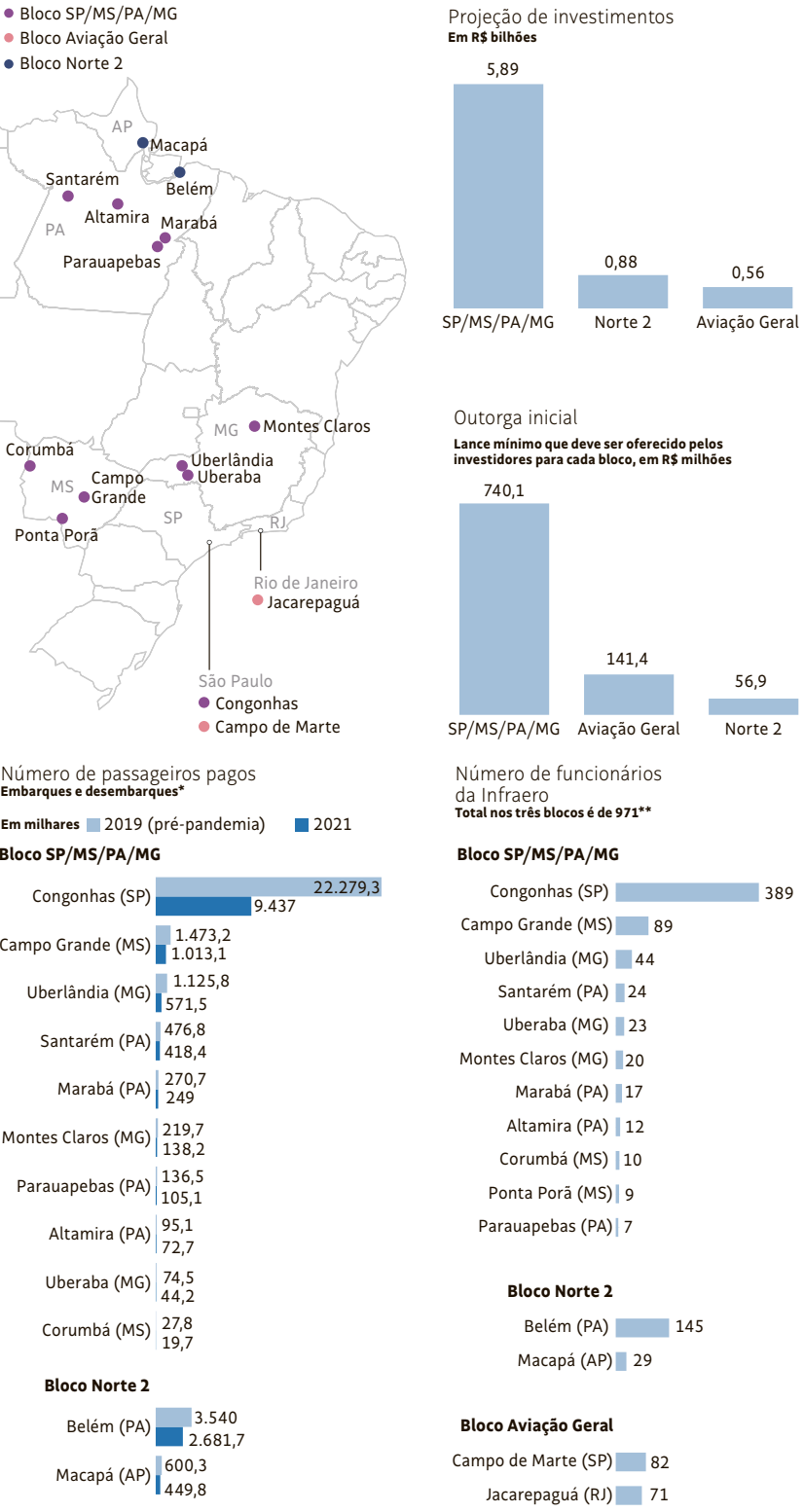
Segundo o Ministério da Infraestrutura, a previsão de investimentos no bloco é de R$ 5,9 bilhões.

A outorga inicial —lance mínimo a ser oferecido no leilão— é de R$ 740,1 milhões.

Congonhas é, com folga, o aeroporto mais movimentado em disputa, mas ainda tenta se recuperar da pandemia.

Em 2019, período pré-coronavírus, o terminal paulista recebeu quase 22,3 milhões de passageiros pagos, entre embarques e desembarques, conforme a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil). Em 2021, foram 9,4 milhões, 57,6% abaixo do pré-pandemia.

A expectativa de aeronautas (profissionais a bordo de aeronaves) e companhias aéreas é que a concessão traga investimentos em infraestrutura, com foco em aumento da segurança dos voos.

"Aeroportos que já foram concedidos receberam melhorias. O de Porto Alegre aumentou o comprimento da pista. No de Guarulhos, ampliaram a parte da segurança interna, melhorando as fiscalizações", diz Henrique Hacklaender, presidente do SNA (Sindicato Nacional dos Aeronautas).

"Muito do sistema Infraero não é lucrativo. Tem aeroporto que não tem demanda. Um operador privado vai ter que lutar para transformar o aeroporto em algo sustentável", afirma Eduardo Sanovicz, presidente da Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas).

O segundo maior terminal do Bloco SP/MS/PA/MG, em número de passageiros, é o de Campo Grande. Em 2019, o terminal somou quase 1,5 milhão. No ano passado, o número de passageiros foi de cerca de 1 milhão, 31,2% menor.

Na visão de analistas, a estratégia do bloco é unir o chamado filé com o osso. Ou seja, o desenho juntou um aeroporto cobiçado pela iniciativa privada, que é Congonhas, com terminais menos movimentados, que, sozinhos, talvez não animassem investidores.

Por outro lado, um dos pontos que chamam atenção é que os 11 ativos do lote estão espalhados em estados de três regiões.

"Faz todo o sentido juntar o filé com o osso. A questão é que osso você une ao filé. Juntar ativos muito dispersos pode ser questionável", diz Frischtak, da Inter.B.

Outro bloco em disputa na sétima rodada é o Norte 2. Formado pelos terminais de Belém (PA) e Macapá (AP), o lote tem R$ 875 milhões em investimentos previstos, segundo o Ministério da Infraestrutura. O valor inicial da outorga é de R$ 56,9 milhões.

Segundo dados da Anac, o aeroporto de Belém é o mais movimentado da região Norte. Em 2019, foram 3,5 milhões de passageiros entre embarques e desembarques. Em 2021, o número foi 24,2% menor, de 2,7 milhões.

"Belém é o ativo mais atraente do bloco, com potencial de turismo. O desenho com Macapá não está errado. É possível", analisa Frischtak.

O bloco batizado como Aviação Geral completa a sétima rodada. O lote reúne dois aeroportos voltados para a aviação executiva: Campo de Marte, em São Paulo, e Jacarepaguá, no Rio de Janeiro.

O lance mínimo para os dois ativos é de R$ 141,4 milhões. A previsão de investimentos é de R$ 560 milhões, afirma o Ministério da Infraestrutura.

A expectativa é que operadores nacionais e grupos estrangeiros que já atuam no Brasil participem da sétima rodada. Entre as empresas cotadas estão a CCR, a espanhola Aena, a francesa Vinci Airports, a alemã Fraport e a suíça Zurich Airport.

No caso de Campo de Marte e Jacarepaguá, investidores do setor imobiliário chegaram a sinalizar interesse. Os dois terminais têm área com potencial para novas construções e exploração imobiliária.

Consultado sobre a possível participação na sétima rodada, o Grupo CCR respondeu que "está sempre atento às oportunidades de negócios".

"E elas são analisadas de acordo com sua matriz de risco, pressupostos de disciplina de capital, segurança jurídica e criação de valor para os acionistas e investidores."

A Aena Brasil disse que "está analisando o negócio". "A participação é possível, mas dependerá da finalização desse trabalho." A Fraport e a Vinci Airports disseram que não comentam especulações ou possibilidades comerciais. A Zurich Airport não respondeu.

O aeroporto Santos Dumont, no centro do Rio, também seria leiloado. Porém, após críticas de lideranças locais ao desenho da operação, foi retirado do certame.

Se Congonhas for repassado à iniciativa privada, o Santos Dumont restará como o grande ativo ainda nas mãos da Infraero. O governo fala em conceder o aeroporto do Rio em 2023, em conjunto com a relicitação do Galeão, também localizado na capital fluminense, mas analistas consideram o prazo apertado.

O futuro da Infraero, aliás, ainda desperta dúvidas. "Uma vez que esteja concluída a transferência de ativos aeroportuários da União à iniciativa privada, a Infraero terá seu papel reformulado de forma gradual", disse o Ministério da Infraestrutura à **Folha**.

A estatal informou que emprega 971 funcionários nos 15 aeroportos do leilão agendado para agosto. A maior parte fica em Congonhas: 389.

O Sina (Sindicato Nacional dos Aeroportuários), que representa trabalhadores da Infraero e de concessionárias privadas, defende uma discussão mais ampla de aspectos relacionados a um possível aumento no tráfego de Congonhas.

Sétima rodada de concessão de aeroportos

Leilão prevê repasse de 15 ativos, divididos em blocos, com destaque para Congonhas

● Bloco SP/MS/PA/MG
● Bloco Aviação Geral
● Bloco Norte 2

AP: Macapá, Belém
PA: Santarém, Altamira, Marabá, Parauapebas
MG: Montes Claros, Uberlândia, Uberaba
MS: Corumbá, Campo Grande, Ponta Porã
SP
RJ: Rio de Janeiro — Jacarepaguá
São Paulo — Congonhas, Campo de Marte

Projeção de investimentos
Em R$ bilhões

Bloco	R$ bilhões
SP/MS/PA/MG	5,89
Norte 2	0,88
Aviação Geral	0,56

Outorga inicial
Lance mínimo que deve ser oferecido pelos investidores para cada bloco, em R$ milhões

Bloco	R$ milhões
SP/MS/PA/MG	740,1
Aviação Geral	141,4
Norte 2	56,9

Número de passageiros pagos
Embarques e desembarques*
Em milhares

Aeroporto	2019 (pré-pandemia)	2021
Bloco SP/MS/PA/MG		
Congonhas (SP)	22.279,3	9.437
Campo Grande (MS)	1.473,2	1.013,1
Uberlândia (MG)	1.125,8	571,5
Santarém (PA)	476,8	418,4
Marabá (PA)	270,7	249
Montes Claros (MG)	219,7	138,2
Parauapebas (PA)	136,5	105,1
Altamira (PA)	95,1	72,7
Uberaba (MG)	74,5	44,2
Corumbá (MS)	27,8	19,7
Bloco Norte 2		
Belém (PA)	3.540	2.681,7
Macapá (AP)	600,3	449,8

Número de funcionários da Infraero
Total nos três blocos é de 971**

Aeroporto	Funcionários
Bloco SP/MS/PA/MG	
Congonhas (SP)	389
Campo Grande (MS)	89
Uberlândia (MG)	44
Santarém (PA)	24
Uberaba (MG)	23
Montes Claros (MG)	20
Marabá (PA)	17
Altamira (PA)	12
Corumbá (MS)	10
Ponta Porã (MS)	9
Parauapebas (PA)	7
Bloco Norte 2	
Belém (PA)	145
Macapá (AP)	29
Bloco Aviação Geral	
Campo de Marte (SP)	82
Jacarepaguá (RJ)	71

*Sem dados comparáveis de voos comerciais no mesmo período em Ponta Porã (MS), Campo de Marte (SP) e Jacarepaguá (RJ)
**Dados informados em 8 jun.2022. Fontes: Anac, Ministério da Infraestrutura e Infraero

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Fabio Costa

Participar da Parada LGBT ajuda a ter ambiente de trabalho mais igualitário

SÃO PAULO Fabio Costa, o executivo que comanda a operação brasileira da multinacional de software Salesforce, se reúne com funcionários e parceiros da companhia na manhã deste domingo (19) e depois segue com o grupo para a Parada do Orgulho LGBT, na avenida Paulista. A presença da empresa no evento, segundo ele, contribui para o esforço em elevar a diversidade no escritório e o debate sobre o tema na sociedade.

*

Por que é importante o mundo corporativo marcar presença em um evento como esse? Isso tem a ver com representar a sociedade em que estamos inseridos. Se você tem diversidade que represente a sociedade na organização, você cria produtos melhores e tem condição de atender melhor essa sociedade. Sem diversidade, não tem inovação.

Se você quiser uma sociedade que evolua e empresas que progridam, é fundamental ter o debate aberto. E ele só vem com perspectivas distintas, algo que se consegue com diversidade. Não é só para a empresa. É a sociedade como um todo. No debate aberto, todos têm voz.

Quando foi a primeira vez que a Salesforce se colocou na parada e o que mudou de lá para cá? Temos um grupo que trata do tema na Salesforce desde 2014. Participamos da parada em 2019. Foi importante, mudou a capacidade de escuta dentro da empresa.

Questões de viés no ambiente de trabalho acabaram sendo reduzidos. Você aumenta a possibilidade de as pessoas se posicionarem da forma como elas são e, principalmente, avançarem na carreira dentro da organização. Gera uma população mais educada sobre o tema internamente. Se pensarmos que esse é um fator para se enxergar o outro e ter escuta, acho que foi um passo gigantesco para a gente.

A consequência disso é que, se há maior consciência dos vieses que acontecem na organização e na sociedade, e você internaliza um ambiente mais igualitário, a justiça para as promoções fica muito maior. Você cria uma organização mais transparente e mais justa nas oportunidades.

Outra coisa: se você tem isso acontecendo dentro da organização, as pessoas passam a ser mutiplicadoras fora dela, na sociedade. O objetivo não é só educar na organização. É fazer de cada funcionário um multiplicador.

Esse movimento é puxado pelo exterior? O Brasil tem condição de ser motor disso? Os exemplos do Brasil são muito interessantes. Ainda tem no Brasil um resto do estereótipo de ser uma sociedade inclusiva, sem polarizações raciais, de orientação sexual etc. E isso é falso.

Por outro lado, quando a gente olha como a abordagem do tema tem sido feita dentro das organizações que dão mais atenção para isso, tem sido uma abordagem construtiva, o que ainda não acontece tanto em outros países onde há mais polarização. Nos Estados Unidos, por exemplo, tem uma tensão com o tema, eu diria, maior do que no Brasil, apesar do momento que a gente está vivendo hoje.

No Brasil, tem uma capacidade de diálogo enorme dentro das organizações.

Algumas indústrias estão muito atrasadas nesse debate. Há setores mais atentos? O setor de tecnologia é um deles? Não tenho dúvida de que o segmento de tecnologia, até em função da origem na costa oeste americana, tem esse tema muito avançado se comparado a outros. Mas não tem nenhum segmento hoje que não tenha atenção ao tema. Não dá para dizer que algum seja menos sensível.

Agora, uma coisa é você ser a favor da causa. Outra coisa é você conseguir executar, na sua política diária e na sua operação, formas de fazer com que isso se torne realidade. O segmento de tecnologia, pelo menos até o momento, é mais simpático ao público do que outros segmentos. Eu diria que todo mundo tem que se desenvolver mais, inclusive a indústria de tecnologia.

O Brasil tem um desafio de trabalhar a questão da inclusão, de orientação sexual, gênero e racial, ao mesmo tempo em que tem de enfrentar temas importantes como fome e educação. Teremos que juntar em um único bloco. O nosso cuidado é colocar o tema não como algo isolado, mas como inclusão social.

A parada de domingo é um carro-chefe muito importante, não só para defender a inclusão desse grupo, mas para servir como uma bandeira muito forte, e esse grupo é muito articulado, para defender a inclusão de todos. Econômica, social, na educação.

No Brasil, como a gente tem vários problemas para resolver, esse tipo de articulação é extremamente importante.

Com a chegada do governo Bolsonaro e depois a pandemia, que levou a parada para o virtual, teve algum impacto? O que espera deste ano? Passamos dois anos presos em casa. Achávamos que íamos sair melhores do ponto de vista da identidade humana, sobre o que significa ser humano. Talvez essa pauta não tenha avançado tanto quanto esperávamos após uma experiência global tão impactante quanto a pandemia.

Foi uma vida de bolha. Com a comunicação pelos meios eletrônicos, você fica invisível para a outra bolha. A volta do evento torna visível também para quem não é da bolha. As pessoas só têm voz se elas existem. Se ninguém as vê, elas não têm voz.

Ainda não há lugar melhor do que o mundo real para você ser visto. A volta do evento presencial é importante para esse grupo mostrar que continua presente, que é volumoso, que não vai desaparecer e que ainda vai crescer mais.

Raio-X

Diretor-geral da Salesforce Brasil, onde trabalha desde fevereiro de 2019, o executivo tem bacharelado em processamento de dados na PUC-RJ, PhD e mestrado em administração de empresas pela mesma instituição, além de graduação no General Management Program da Harvard Business School

Catarina Pignato

Mercado financeiro investe em formas de prever as eleições

Esforço de economistas e consultorias inclui contratação de pesquisas, uso de algoritmos e de modelos de projeção

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Economistas do mercado financeiro e consultorias estão investindo em ferramentas para tentar antecipar as movimentações eleitorais deste ano.

O esforço inclui a contratação de pesquisas eleitorais, algumas delas exclusivas, a construção de modelos de projeção, algoritmos e agregadores de levantamentos, além da ajuda de estatísticos e analistas políticos.

A avaliação corrente é a de que a política não vai ser tão importante para a economia quanto a economia será para o resultado eleitoral neste ano —uma vez que os dois candidatos que lideram a disputa presidencial já exerceram o cargo anteriormente.

Ainda assim, há um prêmio eleitoral embutido nos ativos brasileiros, como câmbio e Bolsa, que tende a influenciar o momento da tomada de decisões de investimento.

Clifford Young, presidente de Public Affairs da Ipsos para a América do Norte, já acompanha as eleições brasileiras desde 2002. Ele tem participado de encontros com representantes do mercado e de diretorias de empresas, aqui e no exterior, para tratar do cenário eleitoral.

Os três principais modelos da Ipsos utilizam dados de pesquisas eleitorais e resultados de eleições em diversos países.

O primeiro mostra que presidentes com menos de 40% de avaliação positiva têm menos de 50% de chances de reeleição (com 25% no Datafolha, Jair Bolsonaro teria menos de 10% de chance).

O segundo aponta que, em 85% dos pleitos, vence o candidato mais forte no assunto principal da campanha. Em 2022, esse tema é a economia (inflação e queda de renda), o que desfavorece o atual mandatário. O terceiro é um agregador de pesquisas, todas mostrando Lula na frente atualmente.

"Criamos uma base de dados sobre eleições no mundo todo. Nossa experiência mostra que a melhor previsão é a junção de metodologias. A gente trabalha assim no Brasil, nos EUA, em outros países da América Latina."

A ferramenta mais disseminada entre os economistas é o chamado agregador de pesquisas, uma média do resultado dos levantamentos já divulgados. Alguns analistas utilizam microdados, as próprias pesquisas e hipóteses de abstenção e migração de votos para traçar probabilidades de evolução desses cenários.

O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, por exemplo, dá mais peso para os questionários presenciais em relação àqueles feitos por telefone e internet. Também utiliza informações sobre certeza de votos e simula o impacto de mudanças no cenário econômico sobre o resultado.

Segundo ele, Bolsonaro aparece empatado com o ex-presidente Lula no primeiro turno apenas em um cenário de deflação nos próximos meses e com a hipótese de reajuste de 50% no Auxílio Emergencial.

"Se as eleições ocorressem neste final de semana, os modelos apontam para Lula vencendo em um eventual segundo turno, com chances pequenas de se eleger no primeiro turno", afirma.

A gestora de recursos independente Kinitro Capital desenvolveu um algoritmo que ajudou a antecipar a migração de votos para Bolsonaro em 2018, utilizado em conjunto com levantamentos e análises de uma equipe de estatísticos contratados especialmente para o período eleitoral.

Carlos Carvalho, diretor da Kinitro, afirma que houve uma antecipação do debate eleitoral no pleito atual e que a equipe contratada passará a entregar levantamentos de intenção de votos semanais a partir de julho e diários a partir de agosto.

Para ele, o impacto dessa eleição no mercado será menor em relação aos pleitos anteriores, mas há um componente de volatilidade nos preços de ativos que deverá estar presente até o dia da votação.

"O mercado está mais preocupado com o discurso de campanha dos candidatos do que propriamente com quem vai ganhar", afirma.

Alexandre Lohmann, economista da gestora de recursos Constância Investimento, que utiliza um agregador de pesquisas, afirma que uma visão sobre o processo eleitoral é uma demanda dos clientes e que a disputa já impacta e adia decisões de investimento.

Lohmann vê hoje um prêmio eleitoral que impede o dólar de migrar em direção ao patamar de R$ 4,00, valor mais alinhado aos fundamentos econômicos, e com a avaliação de que, qualquer governo que seja eleito, a margem para uma política totalmente anti-mercado é limitada.

Para Lohmann, essa incerteza irá desaparecer na medida em que a eleição de outubro se aproximar e um candidato se firmar na liderança das pesquisas.

"Vamos ter uma melhor definição do cenário eleitoral que pode levar a uma queda dos prêmios e a uma alta dos mercados", afirma.

Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, avalia que 2023 será um ano positivo para a economia brasileira, independentemente de quem vença as eleições, mas que o resultado pode beneficiar um ou outro setor na Bolsa de Valores.

"Pegamos esses dados, essas probabilidades, e traçamos estratégias com base nisso. Se o candidato A ganhar, a gente entende que as ações recomendadas devem ser do grupo tal. Se o candidato B ganhar, é outro grupo de ações."

O grande número de modelos de projeção, pesquisas e análises, no entanto, não é garantia de que o cenário eleitoral será facilmente antecipado por economistas e analistas políticos.

Silvio Cascione, diretor da consultoria Eurasia Group, afirma que há um número cada vez maior de institutos vindo a público com diferentes métodos de amostragem, o que tem gerado uma dispersão grande dos resultados das pesquisas.

Relatório divulgado pela Eurasia em abril, com base nos modelos da Ipsos, apontou Lula com 70% de chance de vitória, Bolsonaro com 25% e 5% de chance para uma terceira via.

"Se tiver uma eleição mais competitiva do que hoje, a gente vai começar a ver algumas pesquisas com Lula na frente e outras com Bolsonaro. Isso tende a aumentar o ruído a respeito do resultado", afirma Cascione.

"Como é que vai ser a reação do mercado se você começar a ver uma eleição mais apertada? Pode ter um pouco mais de volatilidade em cima da incerteza sobre o cenário eleitoral."

> **"O mercado está mais preocupado com o discurso de campanha dos candidatos do que propriamente com quem vai ganhar"**
>
> **Carlos Carvalho**
> diretor da Kinitro Capital

> **Pegamos esses dados, essas probabilidades, e traçamos estratégias com base nisso. Se o candidato A ganhar, a gente entende que as ações recomendadas devem ser do grupo tal. Se o candidato B ganhar, é outro grupo de ações**
>
> **Gustavo Cruz**
> estrategista da RB Investimentos

‘Petrobras vai perder mais R$ 30 bilhões’

Em evento em Manaus, Bolsonaro volta a dizer que estatal será investigada em CPI por lucrar com combustíveis

Italo Nogueira e Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O presidente Jair Bolsonaro afirmou neste sábado (18) que o valor de mercado da Petrobras deve cair mais R$ 30 bilhões em razão da articulação, comandada por ele, para a abertura de CPI sobre a estatal.

Durante uma fala num culto evangélico em Manaus (AM), o presidente responsabilizou sócios minoritários pela queda de valor da empresa.

Na última sexta-feira (17), a estatal perdeu R$ 27,3 bilhões de valor de mercado, segundo a plataforma de dados financeiros Economática, em razão da reação do governo ao novo reajuste dos combustíveis.

“Grande parte dos minoritários [são] empresas de fundo de pensão dos Estados Unidos que ganham em média R$ 6 bilhões por mês. Dinheiro de vocês que botam combustível nos carros. A Petrobras perdeu R$ 30 bilhões. Acredito que, na segunda-feira (20), com a CPI, vai perder outros 30”, disse Bolsonaro.

A ameaça de uma CPI foi feita pelo presidente na sexta (17), após o anúncio do reajuste, que Bolsonaro chamou de “traição com o povo brasileiro”.

“Eles não pensam no Brasil. Virou Petrobras futebol clube para seu presidente, diretores, conselheiros e dito minoritários”, disse neste sábado.

As declarações do presidente geraram críticas entre representantes dos minoritários no conselho.

Um deles disse à **Folha** que Bolsonaro é o único acionista controlador que trabalha para reduzir o valor da empresa que controla.

Embora critique publicamente os lucros da Petrobras, Bolsonaro vê seu governo se beneficiar deles. Como maior acionista da estatal, o governo ficou com cerca de R$ 44 bilhões dos dividendos distribuídos pela empresa desde o início de 2021.

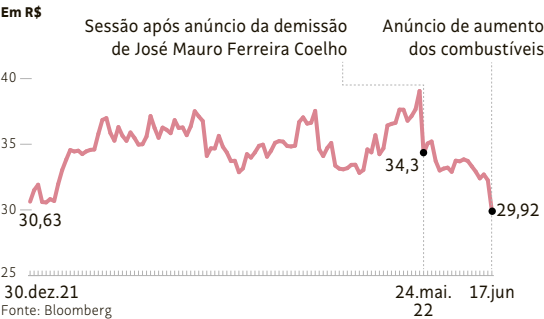
Para opositores do governo, esses recursos poderiam ser usados para reduzir os preços dos combustíveis.

A União tem 28,67% das ações da Petrobras, mas controla a companhia por deter 50,3% das ações com direito a voto. Excluindo a participação do BNDES, de 7,94%, os 63,39% restantes pertencem aos chamados minoritários.

Em abril de 2022, a empresa tinha 718.185 acionistas pessoa física, 5.931 pessoas jurídicas e 2.949 investidores institucionais, segundo formulário de referência arquivado na CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

A perda no valor das ações, que Bolsonaro ressaltou no discurso, significa na prática um encarecimento no crédito da Petrobras, o que prejudica as contas da empresa.

Reduzir na marra os lucros da estatal também dificultaria investimentos no aumento da produção, comprometendo no longo prazo os lucros dos quais o próprio governo se beneficia.

À coluna Painel, um ex-integrante da cúpula da companhia afirmou que o pedido de abertura de uma comissão de investigação por Bolsonaro já configuraria uma interferência na empresa, o que poderia ser interpretado como uma afronta à Lei das Estatais.

As fortes reações aos reajustes nos preços da gasolina e do diesel acenderam um sinal de alerta entre acionistas minoritários. Eles temem um avanço do governo e de partidos do centrão sobre a estratégia e diretorias da estatal.

Representante dos minoritários no conselho de administração, o advogado Francisco Petros chegou a enviar uma carta aos ministérios de Minas e Energia e da Casa Civil para tentar abrir um espaço para negociações.

No texto, ele sugere congelamento de reajustes por 45 dias em troca de manutenção do sistema de governança da companhia, que foi reforçado no governo Michel Temer (MDB) para melhorar a blindagem da estatal contra ingerências políticas.

Bolsonaro tenta mudar o comando da estatal desde o fim de maio, quando indicou Caio Paes de Andrade para substituir José Mauro Coelho na presidência da companhia, mas o processo esbarra nas regras de governança.

Andrade só pode assumir após avaliação de seu nome em assembleia de acionistas, que só será convocada depois de análise dos currículos de dez nomes indicados pelo governo para renovar o conselho.

Após a convocação da assembleia, é necessário respeitar um prazo mínimo de 30 dias para a realização do encontro. O governo tenta forçar a renúncia de Coelho para agilizar a troca no comando, mas ainda não teve sucesso.

Minoritários temem o avanço de partidos do centrão sobre a direção da empresa, que deve ser renovada com a chegada de Paes de Andrade.

Um representante de investidores privados diz que a batalha agora não é mais pelos preços, mas pela diretoria.

O presidente Jair Bolsonaro,em Brasília
Gabriela Bilo - 7.jun.2022/ Folhapress

Petrobras na Bolsa

Fechamento diário dos papéis ordinários (PETR3)

Em R$

Sessão após anúncio da demissão de José Mauro Ferreira Coelho

Anúncio de aumento dos combustíveis

40
35
30
25
30,63
34,3
29,92
30.dez.21
24.mai. 22
17.jun

Fonte: Bloomberg

> “Grande parte dos minoritários [são] empresas de fundo de pensão dos Estados Unidos, que ganham em média R$ 6 bilhões por mês. Dinheiro de vocês que botam combustível nos carros. A Petrobras perdeu R$ 30 bilhões. Acredito que, na segunda-feira (18), com a CPI, vai perder outros 30
>
> **Jair Bolsonaro**
> presidente do Brasil

Moscovita passa em frente a loja fechada da marca francesa Dior Natalia Kolesnikova - 8.jun.2022/AFP

Aliados e inimigos ajudam Rússia a suportar sanções

Sinais de crise, que pode virar grande recessão, estão por todos os lados, mas Putin por ora resiste a punições

GUERRA DA UCRÂNIA

Igor Gielow

SÃO PAULO O apocalipse econômico previsto pelo Ocidente para a Rússia como punição por ter invadido a Ucrânia em 24 de fevereiro ainda não se materializou, cortesia de manobras do governo de Vladimir Putin e da mãozinha importadora de aliados e adversários.

Seus sinais, contudo, permeiam o cotidiano dos russos, e analistas dizem que o pior ainda pode estar por vir com a ameaça de recessão.

Segundo o Fundo Monetário Internacional, ela está garantida para 2022, com um crescimento negativo de 8,5% do PIB (Produto Interno Bruto). É uma queda e tanto, depois de um 2021 em que o país se recuperou da recessão mais leve no ano de estreia da pandemia, quando a economia contraiu 2,2%.

Segundo o Goldman Sachs, a queda pode chegar a 15% ou até 30%, o que o Banco Central russo considera um exagero. O Índice de Condições Financeiras da instituição americana, que faz uma cesta com condições de empréstimos, taxa de câmbio e Bolsas, mostra a Rússia em situação bem mais apertada que o resto do mundo.

Isso projeta um ambiente ainda mais negativo para o segundo semestre, ainda mais com o risco global de queda associado a outros fatores, mas não muda o fato de que até aqui as sanções lideradas pelos Estados Unidos de Joe Biden não colocaram os russos de joelhos —e, como a ofensiva no leste e sul da Ucrânia prova, nem tampouco impediu uma bomba de cair no vizinho.

O sucesso parcial de Putin, que se reflete na aprovação recorde de 83% de seu governo, segundo o instituto independente Centro Levada, tem fatores estabelecidos. O principal é o vigor de suas exportações de hidrocarbonetos —o barril de petróleo está acima dos US$ 110, ante US$ 81 da véspera do conflito.

A União Europeia só chegou a um consenso sobre restringir a compra de petróleo da Rússia no dia 30 de maio, e ainda assim de forma parcial. Já a importação de gás natural russo segue inalterada.

Com isso, nas contas do órgão executivo do bloco, a Comissão Europeia, as compras de energia deverão cair de € 1 bilhão (R$ 5,4 bilhões) para € 760 milhões (R$ 4,1 bilhões) diários. Ainda é bastante dinheiro para Putin.

Os EUA, que cortaram a compra de gás e petróleo russos, não significavam muito para o balanço de Moscou. As aliadas China e Índia, que não condenaram a invasão, vão na mão contrária.

Aproveitando descontos feitos pela Rosneft, a Petrobras russa, Nova Déli comprou do começo da guerra até 26 de maio US$ 3,4 bilhões (R$ 17,5 bilhões) em petróleo cru russo do tipo Urais. Em todo o ano passado, foram US$ 2,1 bilhões (R$ 10,8 bilhões). O governo indiano começou uma negociação para garantir mais seis meses de fornecimento.

Já os chineses, cujo líder Xi Jinping já foi admoestado por Biden a não ajudar Moscou, compraram 56% a mais dos russos em abril, comparado ao mesmo mês em 2021: US$ 8,9 bilhões (R$ 45, bilhões), 70% dos quais em energia, segundo estima-se.

Pequim já era o maior mercado para commodities energéticas russas antes da guerra: 21% de tudo o que Moscou vendia ia para lá. Ao todo, cerca de 54% desse fluxo prévio hoje segue livre de sanções.

“Não tínhamos uma economia fechada —ou melhor, tínhamos nos tempos soviéticos, quando nos isolamos do mundo, criamos a chamada Cortina de Ferro, criamos com nossas próprias mãos. Não cometeremos o mesmo erro novamente”, prometeu Putin a empresários no Fórum Econômico de São Petersburgo há duas semanas.

Olhando para trás, ele não está de todo errado: a exposição russa ao mundo era maior que a brasileira. Em 2020, o país importou o equivalente a 20,6% de seu PIB, segundo o Banco Mundial, enquanto o Brasil marcou 15,5%, uma das piores taxas globais.

Resta saber o que fazer à frente com a barreira levantada, hoje somando 7.845 sanções desde a invasão, segundo a plataforma de dados americana Castellum.AI.

Essa conjuntura se soma a um receituário de manobras do Kremlin na crise.

Ele inclui instrumentos ortodoxos, como a subida dos juros de 9% em fevereiro para 20%, caindo para 10% agora, e outros nem tanto, como a obrigatoriedade do uso do rublo para a compra de hidrocarbonetos.

Isso ajudou a moeda russa a se apreciar ante o pré-guerra, depois de cair mais de 30%. A inflação dobrou para quase 18% em abril, mas está estável. “Desde o meio de maio, estamos com inflação zero”, disse Putin.

“Além da falta de alguns produtos ocidentais, o que mais sentimos é o aumento de preço de comida”, afirmou a hematologista Liubov, que pede reserva de seu sobrenome. A situação é ainda mais séria em regiões distantes, como Khabarovsk, onde esse custo subiu em média 30%.

É nos supermercados que alguns sinais da crise se mostram para os moscovitas. Na rede Daily, uma mudança chamou a atenção de consumidores no último mês. As prateleiras de sucos começaram a ver rarear embalagens multicoloridas em detrimento de cada vez mais brancas caixas cartonadas.

Em alguns casos, como em caixinhas para o fermentado kefir, elas ficaram totalmente descoloridas. Motivo? A falta de tinta importada para pigmentar as embalagens. Outros problemas vêm da saída de fabricantes ocidentais do país, 750 empresas até aqui.

Refrigerantes russos imitam ocidentais, como a Cool Cola (Coca/Pepsi) da fabricante Otchakovo. Nas ruas, a saída do McDonald’s do país deu lugar a uma rede híbrida, que mantém parte de seu cardápio, a Gostoso e Ponto.

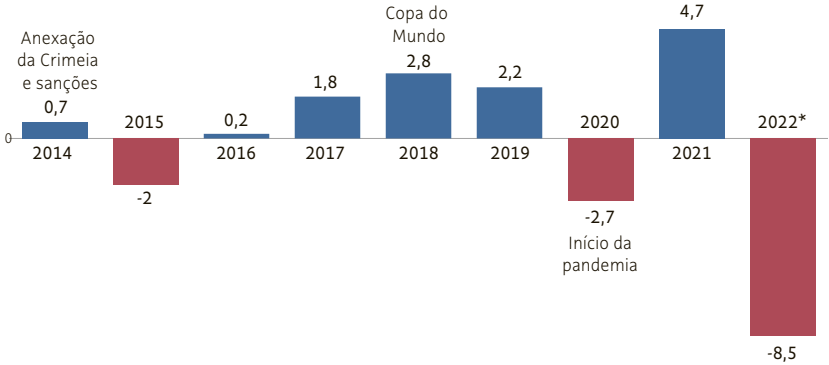
Rumando ao quarto mês da guerra, Putin parece crer que esse rearranjo doméstico se segure até que o Ocidente canse da guerra, como Kiev mesmo diz temer. O impacto das sanções em seus executores é duro, com inflação recorde nos EUA, Reino Unido e alguns países europeus, dados os preços de energia e alimentos majorados.

Caixinhas descoloridas sem tinta importada Arquivo pessoal

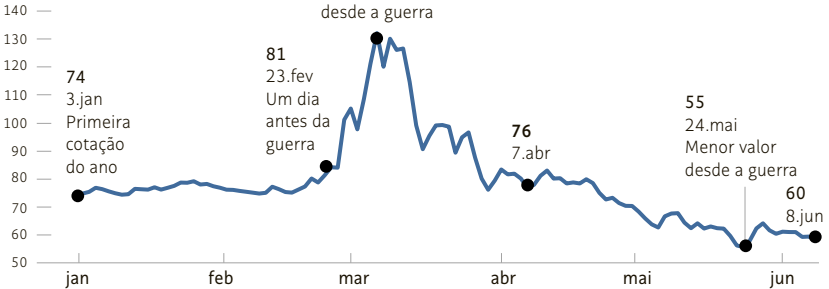
Rússia toureia as sanções devido à guerra

PIB

Variação anual, em %

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022*
0,7 (Anexação da Crimeia e sanções)	-2	0,2	1,8	2,8 (Copa do Mundo)	2,2	-2,7 (Início da pandemia)	4,7	-8,5

Rublo em 2022

Rublos por US$ 1

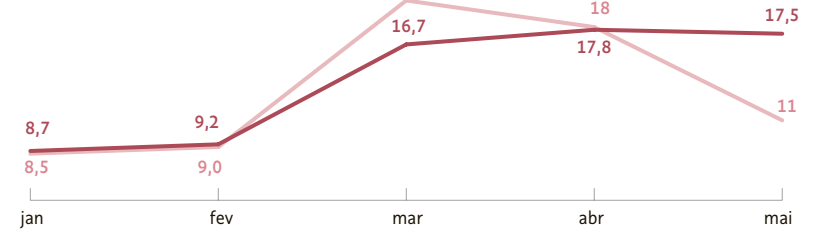
74 — 3.jan — Primeira cotação do ano
81 — 23.fev — Um dia antes da guerra
136 — 7.mar — Maior valor desde a guerra
76 — 7.abr
55 — 24.mai — Menor valor desde a guerra
60 — 8.jun

Mercado em 2022

Em % ■ Inflação ■ Juros básicos

Inflação: jan 8,7; fev 9,2; mar 16,7; abr 17,8; mai 17,5
Juros básicos: jan 8,5; fev 9,0; mar 20; abr 18; mai 11

Petróleo

Brent, em US$

75 — 3.jan — Primeira cotação do ano
82 — 23.fev — Um dia antes da guerra
119 — 8.mar — Maior cotação após a guerra
91 — 16.mar — Menor cotação após a guerra
124 — 8.jun — Maior cotação

Principais sanções aplicadas

	União Europeia	EUA	Reino Unido	Japão	Austrália
Petróleo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Gás	Não	Sim	Não	Não	Sim
Carvão	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Exportação de tecnologia	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Veto a fundos internacionais	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Veto ao Swift	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Veto a correspondentes bancários	Não	Sim	Sim	Não	Não

Ocidente e aliados aplicaram **7.845** sanções desde a guerra

China aumentou em **56%** suas importações russas, comparado com abril de 2021

Índia comprou **US$ 3,4 bi** em petróleo e derivados desde a guerra, ante **US$ 2,13 bi** em 2021

Putin viu sua popularidade subir de **65%** em dezembro para **83%** em maio

Apoiam as Forças Armadas **77%** da população (47% muito)

*Estimativa do FMI
Fontes: Serviço Federal de Estatísticas, Banco Mundial, FMI, Trading Economics, Centro Levada e Castellum.AI

Jean Galvão

Europa tabela preço da energia, baixa tributo e dá dinheiro. E o Brasil com isso?

Países europeus intervêm e gastam mais do que o Brasil; economistas criticam medidas

ANÁLISE

Vinicius Torres Freire

SÃO PAULO O governo francês tabelou o preço do gás, essencial para aquecer as casas no inverno, e limitou a 4% um reajuste da tarifa de eletricidade que seria de 35%. Foi em setembro de 2021, quando começava a crise mundial de energia, piorada pela guerra da Ucrânia. Não parou por aí.

Algumas dessas medidas devem provocar perda de 8 bilhões de euros (R$ 43 bilhões) para a EDF, gigante francesa de energia. O governo tem 84% das ações da companhia. Lembra uma Petrobras?

Sindicatos dos trabalhadores da EDF foram à Justiça, sem sucesso, contra as medidas do governo, entre elas a obrigação de a EDF vender ainda mais energia abaixo de custo para concorrentes (era para atenuar o poder de mercado da empresa; agora, é meio de controle de preços).

Os sindicalistas dizem que o governo vai "arruinar a EDF". Temem que o endividamento ainda maior da EDF provoque o desmanche e a privatização da empresa na bacia das almas. São ironias dentro de ironias.

O presidente da EDF pediu que o governo recue. A EDF é uma empresa pública "a serviço do interesse geral", disse Bruno Le Maire, ministro da Economia, das Finanças e da Soberania Industrial e Digital (sic) de um governo tido como liberalizante. Ainda assim, quer recapitalizar (colocar dinheiro) na empresa para diminuir o dano financeiro.

Muitas medidas podem limitar o aumento de preços, aqui ou na Europa. A questão é saber quem paga a conta e quais são as consequências econômicas ou outras. Na maioria, as emendas são piores do que o soneto.

Nesta crise, governos europeus reduziram impostos sobre combustíveis e eletricidade, tabelaram preços, deram dinheiro para que seus cidadãos possam pagar as contas de energia, baratearam o transporte coletivo, aumentaram o valor de rendas mínimas e outros benefícios sociais ou bancaram a parte do preço dos combustíveis.

Nisso, Alemanha, França, Itália e Espanha gastaram até agora entre 1,2% do PIB e 2,3% do PIB. No Brasil, há estimativas de que a redução de impostos sobre energia custe por baixo 1% do PIB (R$ 90 bilhões) para a receita dos governos (federal e estaduais), mas é cedo para fazer a conta.

A inflação da energia causa tensão política pelo mundo. A convulsão que se via no Brasil no final da semana passada era apenas mais grosseira, ignorante e demagógica.

Nem todos os países da União Europeia foram tão longe quanto a França, que tem tradição intervencionista e até abril tinha um presidente numa reeleição difícil.

Emmanuel Macron já estava escaldado pelos protestos dos "Coletes Amarelos" de 2018-19 (disparados pela alta de impostos sobre combustíveis). O tema da campanha foi inflação, assim como será aqui e nas eleições legislativas americanas deste 2022, que podem fazer de Joe Biden um pato manco precoce.

[...]

O Brasil consome por ano 64,5 bilhões de litros de diesel e 41,4 bilhões de litros de gasolina. Baixar em R$ 1 o preço do litro desses combustíveis custa, pois, uns R$ 106 bilhões por ano. Foi o lucro (excepcional e transitório) do ano passado da Petrobras. Quem pagaria a conta?

O gasto dos países europeus em subsídios diretos e indiretos pode aumentar para 2% do PIB, em média, e ainda mais se a conta incluir despesas para diminuir a dependência de gás e petróleo russos. O plano europeu para atenuar a grande crise financeira que começou em 2008 recomendava um estímulo fiscal (gasto público) de 1,5% do PIB. As informações são do "think tank" europeu Bruegel.

O Bruegel e quatro "think thanks" europeus associados dizem que as despesas com a crise de energia ora variam de 0,1% a 3,6% do PIB em cada país, assim como são díspares as providências para aliviar a crise de energia.

Apenas 6 países da União Europeia criaram impostos sobre lucros extraordinários das empresas de energia, 4 tabelaram preços de estatais e 2 intervieram em preços de atacado —Espanha e Portugal tabelaram o gás. Alguns, como Alemanha e Itália, têm planos maiores de reforma do setor de energia.

Os "think tanks", a OCDE e o grosso dos economistas recomendam que as medidas contra a crise se concentrem em transferências de renda para os mais afetados pela carestia e nunca bulirem com preços.

Limitar preços estimula consumo de bem escasso e, no caso, poluente; desestimula investimentos em aumento de capacidade e alternativas energéticas. Além disso, tabelamento ou subsídio geral são iníquos, pois beneficiam também ricos em um mundo de penúrias aumentadas.

No médio prazo, enfim, as medidas em geral seriam insustentáveis porque aumentam a dívida dos governos.

E o Brasil com isso?

Para começar, o que deveria ser um debate é um chorrilho de asneiras e mentiras atrozes. O presidente da Câmara e poderoso centrão de Jair Bolsonaro, Arthur Lira (PP-AL) tuitou na sexta-feira que o preço das ações da Petrobras derretia porque a empresa aumentou seus preços.

Para continuar, tenha-se alguma noção de valores envolvidos nesta conversa. O Brasil consome por ano 64,5 bilhões de litros de diesel e 41,4 bilhões de litros de gasolina. Baixar em R$ 1 o preço do litro desses combustíveis custa, pois, uns R$ 106 bilhões por ano. Foi o lucro (excepcional e transitório) do ano passado da Petrobras, que tem cerca de 80% do mercado desses dois combustíveis no país.

Quem pagaria a conta? Pode ser a Petrobras. A empresa ficaria sem dinheiro para investir (aumentar a produção) e perderia crédito. O derretimento das ações é isso: perda de crédito (com alta do custo de financiamento).

Se a Petrobras não investir em mais produção, o governo pode colocar dinheiro na Petrobras. Faria mais dívida, ao custo de ao menos 13,25% de juros ao ano. Haveria emprego melhor dos recursos, ainda mais agora, quando a miséria foi ao maior nível em 15 anos e não há dinheiro para investimento em obras, expansão do SUS ou ciência. Por falar nisso, o governo da França paga 2,2% e o da Alemanha 1,7% ao ano para empréstimos de 10 anos.

O Brasil produz apenas cerca de 70% do diesel e da gasolina que consome. Com preço tabelado abaixo do valor mundial, não haverá importação. Vai faltar.

Um imposto sobre os lucros "extraordinários" distribuídos pela Petrobras (dividendos) poderia, porém, bancar alguns centavos da redução de preços (ainda com consequências daninhas, como sabem os sindicalistas da EDF).

Na sexta-feira, Olivier Blanchard, professor do MIT, um cardeal entre os economistas e "ortodoxo" com uma pitada de tomilho francês, escreveu no Twitter, sem mais, que imposto sobre lucros extraordinários "não é errado".

Se o lucro sumir e empresas ficarem em dificuldades, o governo deve bancar a perda? Empresas de outros setores não teriam lucros extraordinários (Big Tech? Big Pharma? Big Finance?)? A inflação de muitas comidas foi bem maior do que a de combustíveis (vide gráfico) e mesmo a de bens industriais aumentou no Brasil. É preciso subsidiar a comida? Tributar empresas do setor, à la Argentina?

É preciso subsidiar os pobres. Suponha-se que o governo bancasse a conta da redução de R$ 1 no diesel e gasolina: R$ 106 bilhões, por ano. O Auxílio Brasil alivia a fome de uns 50 milhões de pessoas com R$ 89 bilhões por ano.

As maiores inflações na epidemia

Produtos ou grupos de produtos que tiveram os maiores aumentos, em %, desde março de 2020

Produto	%
Óleos e gorduras	101,38
Tubérculos, raízes e legumes	82,34
Óleo diesel	81,58
Hortaliças e verduras	66,86
Etanol	63,67
Gasolina	59,98
Gás de botijão	59,93
Cereais, leguminosas e oleaginosas	46,64
Carnes	42,93
Leites e derivados	42,02
Aves e ovos	41,20
Gás encanado	40,77
Alimentação no domicílio	39,70
Frutas	38,25
Açúcares e derivados	37,05
Eletrodomésticos e equipamentos	32,61
Tv, som e informática	31,88
Enlatados e conservas	30,44
Farinhas, féculas e massas	30,30
Bebidas e infusões	29,69

O mercado de diesel e gasolina no Brasil

	Diesel	Gasolina
Petrobras domina mercado de diesel e gasolina — **Participação no total de vendas, em %**	81,30	79,80
Produção de combustível é menor do que vendas — **% das vendas além da produção nacional**	29,95	35,50
Quanto o país consome de gasolina e diesel — **Em bilhões de litros, nos últimos 12 meses**	58,00	37,20

Fontes: IPCA do IBGE; ANP; dados da ANP, para o 1º.tri.2022; Elaboração: Vinicius Torres Freire: % de vendas domésticas que não são atendidas pela produção nacional, em cada mês, na média dos últimos 12 meses

Varejo disputa posto de entrega mais rápida

Americanas, Magazine Luiza, Mercado Livre e Via travam corrida para enviar encomendas no mesmo dia para o Brasil

Daniele Madureira

SÃO PAULO Era por volta de 11h da manhã de uma quarta-feira quando Letícia, 23, recebeu uma nova leva de pedidos para entrega no mesmo dia no seu aparelho portátil (handheld). Funcionária há dez meses do centro de distribuição (CD) do Mercado Livre em Cajamar, a 29 quilômetros da capital paulista, ela precisa ser rápida: todos os pedidos desta categoria devem sair até as 12h59 em ponto.

Empunhando um carrinho de inox vazado, com capacidade de para acomodar seis grandes caixas de plástico amarelas, ela circula com agilidade por algumas das 202 ruas do CD de 1.500 m², que abriga 800 mil itens de produtos diferentes, em pouco mais de 1 milhão de "endereços" —caixas com códigos de barras que identificam o estoque.

O sistema de gerenciamento de armazém (WMS, na sigla em inglês) do Mercado Livre indica à representante qual rota ela deve seguir para buscar todos os cerca de 30 produtos daquela leva da maneira mais eficiente possível: andando no máximo 12 ruas, em um percurso de até 30 minutos.

O fluxo nas ruas do maior CD de comércio eletrônico da América Latina é intenso: a cada "esquina", ela bate as manoplas do carrinho para avisar aos colegas que está passando e assim evitar acidentes. São 3.000 funcionários no local que se revezam em turnos durante 24 horas, sete dias por semana.

Assim que termina de preencher as caixas com os pedidos, cada uma para localidades diferentes, ela as deposita em uma esteira que segue até a seção de embalagem. Lá, outra representante tem até 18 segundos para empacotar e etiquetar cada produto, de acordo com as especificações informadas no sistema: caixa de papelão automontável para itens frágeis, saco de plástico amarelo para os demais.

O produto volta para uma esteira e segue até uma seção com tobogãs: assim que descem, os itens com entrega no mesmo dia recebem prioridade e são separados por CEP e armazenados em contêineres, alocados dentro de um caminhão baú. O pedido finalmente sai para a entrega, antes das 13h.

A rotina pode parecer banal, mas representa o novo estágio da disputa entre os grandes varejistas do comércio eletrônico no país: a entrega ultrarrápida, feita no mesmo dia, cada vez mais crucial para se definir uma venda no crescente comércio eletrônico, que faturou cerca de R$ 220 bilhões em 2021.

O Mercado Livre acaba de dobrar o número de cidades em que promove esta entrega ultrarrápida, de 50 para 100 no Brasil. O esforço consumiu parte dos investimentos de R$ 17 bilhões anunciados este ano no país, montante 70% superior ao do ano passado.

A empresa também fez parceria com a Gol, envolvendo o fretamento de seis aviões cargueiros da GolLog.

"Velocidade gera conversão em vendas", diz o diretor de logística do Mercado Livre, Luiz Vergueiro.

Com as cem cidades com entrega no mesmo dia, o Mercado Livre ultrapassa a Via, dona das varejistas Casas Bahia e Ponto, que oferece o serviço em 65 cidades do país. Mas ainda fica atrás do Magazine Luiza —onde o consumidor de 150 cidades pode receber no dia a compra feita no site— e permanece distante da Americanas, que oferece o serviço em 900 cidades do país.

As três grandes redes de varejo do país (Magalu, Via e Americanas) têm mais da metade das suas vendas hoje feitas pela internet.

A Americanas acaba de anunciar a integração de 100% da sua malha logística, depois da fusão entre Lojas Americanas e B2W (Americanas.com, Shoptime e Submarino), promovida no ano passado.

"Hoje, 35% das nossas entregas são feitas em até três horas e 59% em até 24 horas", afirma Welington Souza, diretor da plataforma de logística da Americanas. Até ano passado, a entrega em três horas representava 14% do total.

"Estamos investindo para entregar em 100% das residências brasileiras, incluindo becos e vielas das favelas", diz Souza, destacando que a empresa deve chegar até 53 microbases em comunidades até ano que vem, com parceiros como a startup de logística Favela Brasil Express.

Já o Magazine Luiza, dono de 24 CDs em 15 estados e no Distrito Federal, vem se dedicando à implantação da tecnologia que vai transformar todos os centros de distribuição em "fulfillment", adaptados para acomodar o estoque dos 180 mil vendedores que usam sua plataforma, os chamados "sellers".

"Com isso, vamos agilizar a entrega ultrarrápida em todo o país, hoje ainda muito concentrada no Sul e no Sudeste", diz Luciano Telesca, gerente de entrega ultrarrápida do Magalu. "O cliente é muito sensível a prazo."

A área ganhou impulso no ano passado, após a compra da Sode, plataforma digital especializada em logística urbana para entregas ultrarrápidas.

Com 30 CDs em 22 estados, a Via consegue entregar em 24 horas em 2.500 cidades. Segundo Fernando Gasparini, diretor executivo de logística da empresa, a implantação da tecnologia fulfillment nos centros de distribuição está evoluindo paulatinamente: hoje já está presente nos pontos em Jundiaí (SP), Barueri (SP), Extrema (MG) e Serra (ES).

"No início deste ano, a Via comprou a logtech CNT, marcando oficialmente nossa entrada nos serviços de fullfilment e fullcommerce", diz Fernando Gasparini, diretor de logística da Via. No modelo fullcommerce, a varejista fica responsável pela comercialização e entrega da operação online de uma fabricante.

O primeiro contrato foi assinado em abril com a Mallory, de eletroportáteis: a Via assumiu toda operação do site de ecommerce da empresa, que inclui seu planejamento, operação, atendimento, segurança digital, vendas e entregas.

Ter CDs em pontos estratégicos garante a entrega rápida. No Mercado Livre, a entrega no mesmo dia é oferecida em cidades próximas aos atuais 12 centros de distribuição fulfillment (até o fim do ano, o 13º será inaugurado em Belo Horizonte).

O cliente visualiza o produto no site e aquele que tem o selo "full" está estocado no CD, pronto para envio imediato. Se o consumidor pede até as 11h da manhã, chega no mesmo dia. Se for depois deste horário, chega até o dia seguinte.

"Hoje cerca de 40% das nossas vendas são full", diz Julia Rueff, diretora de marketplace do Mercado Livre. O Brasil representa 54% das vendas da multinacional argentina.

No Brasil, a empresa conta com 4 milhões de sellers. A categoria mais vendida no ano passado foi eletrônicos, enquanto em produto foi leite condensado.

"Mesmo com a reabertura das lojas físicas, o consumidor pós-pandemia mudou e quer a comodidade de comprar online", diz Julia. "É uma mudança que veio para ficar."

O dia de um pacote no Mercado Livre

Encomendas que serão entregues no mesmo dia precisam ser despachadas até as 12h59 no centro de distribuição de Cajamar (SP)

Fotos Karime Xavier/Folhapress

1 Atendente do CD recebe o pedido no seu dispositivo eletrônico

2 O código do pedido indica qual rua, prateleira e caixa o produto está armazenado

3 Ela usa o dispositivo eletrônico para conferir o código de barras do produto

4 O dispositivo indica que aquele produto é o mesmo do pedido

5 Atendente separa o produto em uma caixa, onde estão outros itens que devem ser entregues no mesmo dia

6 A caixa com os produtos é encaminhada por esteira até a área de embalagem

7 Na área da embalagem, a atendente confere mais uma vez o pedido, o produto e identifica em qual embalagem o item deve ser armazenado

8 O pedido é colocado em uma bandeja e encaminhado à área de separação por CEP

9 O pedido percorre parte do CD de 1.500 m², que abriga 8.000 itens

10 O pedido chega em uma área chamada de "escorregador", onde será separado por CEP

11 Área de separação por CEP, colocando cada pedido em um contêiner

12 O contêiner é fechado e o pedido é levado para dentro do caminhão de entregas

A esquerda e o teto de gastos

Situação fiscal estruturalmente solvente precisa preceder uma flexibilização da regra

Samuel Pessôa
Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Na última semana, André Singer e Fernando Rugistsky argumentaram nesta **Folha** que o fim do teto do gasto é essencial para a democracia.

O argumento é que se houver restrição de gastos no início do governo Lula, a sociedade ficará frustrada e poderá apoiar o retorno da direita autoritária em 2026.

A ideia é que o bom momento que vivemos no governo Lula resultou do crescimento do gasto público e seus impactos positivos sobre o crescimento da economia.

Finalmente, sugerem que nos EUA a força do trumpismo tem se mantido pois o Congresso não tem apoiado uma nova rodada de expansão dos gastos públicos. Segundo Singer e Rugistsky, "o bloqueio ao chamado 'American Families Plan', que teria efeitos potencialmente mais estruturais e duradouros, tem contribuído para a sobrevivência do trumpismo, que pode até prevalecer nas eleições de novembro próximo".

Os números do mercado de trabalho americano não sustentam essa leitura. A geração de emprego tem ido muito bem e a renda começa a se recuperar. A forte queda recente da confiança do consumidor, medida pela pesquisa conduzida mensalmente pela Universidade de Michigan, sugere que a inflação tem machucado a popularidade do presidente Biden, e pode colocar em risco, nas eleições de meio de mandato de 2022, a tênue maioria democrata no Senado.

Com relação ao Brasil, não é verdade, como apontam os autores, que há um estudo da Instituição Fiscal Independente (IFI) que mostra que o gasto público teria estimulado o crescimento entre 2006 e 2014.

O estudo da IFI documenta que nesse período o impulso fiscal foi positivo. No entanto, o mesmo trabalho também mostra que nesse período a economia operava a pleno emprego. Impulso fiscal positivo em uma economia a pleno emprego produz pressão inflacionária permanente, juros reais elevados, tendência à valorização do câmbio (se o país estiver em queda) e recuo das exportações líquidas.

De fato, entre 2006 e 2014 o IPCA subiu de 3,1% para 6,4%, apesar de toda a inflação reprimida que havia, enquanto as exportações líquidas saíram de superávit de 4,3% do PIB em 2005 para déficit de 3,7% do PIB em 2014, uma virada de 8 pontos percentuais do PIB.

Como no caso americano, nosso maior problema econômico hoje (e um dos maiores problemas sociais) é a inflação. Em maio o IPCA fechou a 11,7% ao ano e os serviços, já excluindo o item muito volátil das passagens aéreas, roda a 7,3% ao ano.

Como todos sabem, o que tem dificultado o caminho para a reeleição de Bolsonaro é a inflação. Se o próximo governo não for rápido na solução desse problema, aí sim Bolsonaro pode voltar.

Isto tudo significa que não há caminho para a esquerda? Que ela tem que aceitar o teto dos gastos? Claro que não. Somente indica que a flexibilização do teto dos gastos precisa ser precedida da construção de uma situação fiscal estruturalmente solvente, isto é, temos que ter um superávit primário estrutural suficiente para reduzir a dívida pública.

É natural que a esquerda deseje aumentar o gasto público. O caminho é a esquerda convencer a sociedade a entregar mais impostos ao Estado. E fazê-lo priorizando a elevação dos impostos de renda sobre as classes mais elevadas.

Para os interessados, meu colega do FGV Ibre Manoel Pires acaba de lançar o livro "Progressividade tributária e crescimento econômico" como o caminho das pedras para que se consiga aumentar a carga tributária sobre os mais ricos. O livro pode ser gratuitamente baixado no site do FGV Ibre (https://bit.ly/3zLQWHq).

Aí, sim, poderemos flexibilizar o teto dos gastos.

| DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

EUA têm 40% de chance de entrar em recessão em 2023, diz banco

NOVA YORK | REUTERS Economistas do Bank of America Securities veem cerca de 40% de chance de uma recessão nos Estados Unidos no ano que vem, com a inflação permanecendo persistentemente alta.

Eles esperam que o crescimento PIB diminua para quase zero até o segundo semestre do próximo ano "à medida que o impacto defasado das condições financeiras mais apertadas esfria a economia", enquanto veem apenas uma recuperação modesta no crescimento em 2024, de acordo com um relatório desta sexta-feira (17).

"Nossos piores temores em torno do Fed [o banco central americano] foram confirmados: eles ficaram muito atrás da curva e agora estão jogando um jogo perigoso de compensação", escreveu Ethan Harris, economista global do BofAS, acrescentando que a empresa espera que o Fed aumente os juros para "acima de 4%".

O Fed aprovou na quarta o maior aumento de juros desde 1994, elevando a taxa em 0,75 ponto percentual, para um intervalo entre 1,5% e 1,75%.

Luciano Salles

Canário na mina

Inação do governo americano compromete o combate ao aquecimento global

Candido Bracher
Administrador de Empresas formado pela FGV. Foi executivo do setor financeiro por 40 anos.

“Em um dia frio de março de 1942, três meses após o ataque de Pearl Harbor, o presidente Franklin D. Roosevelt encontra-se na Casa Branca com Henry Arnold, comandante da força aérea americana.” Assim John Doerr, um reconhecido investidor em empresas nascentes —Google entre elas—, inicia seu livro “Speed and Scale” (velocidade e escala), no qual analisa em detalhe e com grande clareza os variados aspectos da crise climática e delineia um plano objetivo para sua superação.

Toma como exemplo e inspiração o plano que FDR esboçou em um guardanapo de papel naquela reunião. Um plano com apenas três itens (manter quatro territórios ameaçados fora da Europa, atacar o Japão e liberar a França), que deu à liderança militar americana a clareza de que tanto necessitava.

O livro de Doerr tem vários pontos em comum e alguma complementariedade com a obra de Bill Gates “Como Evitar um Desastre Climático”. Ambos os autores têm experiência com desenvolvimento de novos negócios e familiaridade com tecnologia, de um modo geral.

Ambos analisam alternativas inovadoras para eliminar, ou reduzir drasticamente, as emissões de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa (CO_2e), de uma forma sistemática e didática, discutindo as alternativas existentes, ou em desenvolvimento, para cada uma das principais atividades emissoras de CO_2e, como geração de energia, transporte, alimentação, atividade industrial e uso da terra.

Bill Gates e John Doerr concordam também quanto à necessidade de zerar as emissões de CO_2e até 2050 e acreditam que os esforços feitos na presente década serão decisivos para que a meta seja alcançável. Doerr utiliza como ferramenta principal o conceito de OKR, Objectives and Key Results (objetivos e resultados-chave), elencando ao longo do livro dez objetivos abrangentes e 55 resultados-chave que apontam o caminho a seguir.

Gates, por sua vez, adota o conceito de “green premium” (prêmio verde), que corresponde à diferença de preço entre um produto obtido com emissão de CO_2e e seu sucedâneo “limpo”. Ao longo do livro, analisa métodos para reduzir o prêmio verde nas diversas atividades responsáveis pelo aquecimento global.

A leitura dos livros é enriquecedora, não apenas por permitir uma visão clara das causas e um dimensionamento adequado do problema do aquecimento global mas também por mostrar de forma convincente a viabilidade tecnológica da sua superação. Embora em nenhum momento os autores deixem de enfatizar a dificuldade do desafio, termina-se a leitura com esperanças renovadas na capacidade do engenho humano de enfrentá-lo.

Mas temos pressa, e, até o momento, praticamente não há avanços. Ao contrário, as emissões globais continuam a se elevar. Uma reportagem recente do New York Times relata as ondas de calor na Índia em abril, quando a combinação entre calor e umidade chegou muito perto de produzir o fenômeno de “wet bulb” (bulbo úmido), incompatível com a vida humana. O jornalista descreve que “pássaros caiam mortos do céu”.

Uma pessoa mais sensível, a quem relatei a notícia, estabeleceu imediatamente a ligação dessa imagem com os canarinhos levados pelos mineiros às minas subterrâneas, que, ao desfalecerem, alertam os trabalhadores da existência de um vazamento de gás e da necessidade de abandonar a mina imediatamente. No nosso caso, é bom lembrar, a alternativa de abandonar o planeta não está disponível.

A urgência necessária ao enfrentamento do problema expõe, a meu ver, uma lacuna dos dois livros citados. Grande espaço é dedicado à descrição das inovações, seu alcance e suas limitações, mas pouco se fala dos requisitos para que essas tecnologias sejam desenvolvidas e efetivamente adotadas em escala global, fator imprescindível para o êxito da empreitada.

Se pensarmos no mundo como um dependente químico, onde a droga são os combustíveis fósseis e demais processos emissores de CO_2e, podemos dizer que os autores prescrevem um tratamento adequado, mas não dizem como levar o paciente a segui-lo.

Como o problema demanda uma solução global, exige um estímulo também global. Esse estímulo seria um preço global para as emissões de CO_2e. Os autores reconhecem essa necessidade, mas não exploram as propostas existentes, nem pressionam para sua adoção. Para Doerr, esse é apenas um dos 55 key results, o KR 7.3. Ainda assim, é pensado como algo interno a cada país, não mundial: “Preço do carbono. Estabelecer preços nacionais para gases de efeito estufa, em um mínimo de US$ 55 por tonelada, subindo 5% anualmente”.

Já Bill Gates, que na introdução revela pensar mais como engenheiro que como cientista político, afirma que “precificar as emissões é uma das coisas mais importantes que podemos fazer para eliminar os prêmios verdes”. Mas se rende ante as dificuldades políticas da empreitada e não explora as possibilidades: “Não pretendo prescrever nenhuma solução, mas o principal objetivo é assegurar que todos paguem o custo real de suas emissões”.

Em que pese a existência de propostas engenhosas para o estabelecimento de um preço mundial para as emissões de CO_2e, claramente não há empenho político das principais nações do mundo para sua adoção.

Notável exceção é a Europa, que lidera os esforços não apenas em seu próprio território mas também procura estimular a adoção de políticas restritivas às emissões nos demais países do mundo. O melhor exemplo disso é a aprovação do “Carbon Border Tax”, que tributará as exportações de produtos à União Europeia, segundo a pegada de carbono de cada um desses produtos, evitando assim que países que não adotam restrições às emissões tenham uma vantagem competitiva indevida.

Seria importante que Bill Gates e John Doerr, ilustres cidadãos americanos, manifestassem em seus livros uma maior indignação com o papel secundário, quando muito, que os EUA têm desempenhado nas discussões internacionais relativas ao aquecimento global.

Voltando ao parágrafo inicial do livro de Doerr, me ocorre que talvez o aspecto mais relevante da reunião que ele cita não seja o plano de FDR escrito em guardanapo de papel, mas sim a frase inicial: “Três meses após Pearl Harbor”.

Esperemos que não seja necessário um Pearl Harbor ambiental, para que os EUA se lancem decididamente na guerra contra o aquecimento global.

Número 2 de Guedes espera pressão da OCDE

Na linha de frente das negociações, Marcelo Guaranys diz que lei ambiental do país é forte, mas falta implementá-la

Fábio Pupo e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA Os recordes de desmatamento na Amazônia, a expansão do garimpo em terras indígenas e o assassinato do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira são uma amostra do quão desafiador será para o Brasil atingir compromissos ambientais assumidos em negociações internacionais.

O avanço da criminalidade na floresta amazônica e em outros biomas contrasta com as 21 metas verdes firmadas pelo país para pleitear o ingresso na OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), um dos principais objetivos do ministro Paulo Guedes (Economia). O plano inclui banir o desmatamento até 2030 e zerar a emissão de gases estufa até 2050.

O roteiro para entrar no “clube dos ricos”, com uma lista de tarefas nessa e em outras áreas, foi aceito pela instituição durante reuniões em Paris neste mês. A partir de agora, o Brasil entra em um período de aprimoramento das políticas públicas enquanto tem o desempenho avaliado pela instituição até que a admissão seja aceita –o que ainda pode levar pelo menos dois anos.

O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys, que atua na linha de frente do processo de negociação, cita as áreas tributária e ambiental como os temas mais desafiadores para o Brasil durante o processo.

“Vai ter [pressão na área ambiental], porque vai ser uma pauta muito importante para o mundo e para os países europeus em geral”, afirma Guaranys à **Folha**. “Vai ter um peso grande a gente demonstrar como a gente faz nossa legislação e como implementa”, diz.

Para ele, a tarefa passa também por uma necessidade de aprimorar a comunicação sobre o que já é feito e aprofundar as discussões do que precisa ser melhorado. “Nossa legislação ambiental é forte e muito protetiva e gera desincentivo ao desmatamento. A discussão é ‘estamos implementando?’”, diz. “Temos dificuldade na implementação porque temos um território muito grande”, afirma.

Exemplo disso é que a legislação brasileira dá ao indígena a exclusividade do usufruto da terra demarcada —mas, na prática, é frequente a exploração econômica dessas áreas por parte de invasores interessados em atividades como o garimpo ou a pesca.

Para Guaranys, um limitador para o avanço no tema é a escassez de recursos para fiscalização, o que demandaria uma rediscussão sobre as prioridades do país na distribuição de recursos do Orçamento —o que deveria envolver também Câmara e Senado.

O secretário Marcelo Guaranys Gabriela Biló - 15.jun.2022/Folhapress

“Eu queria ter capacidade infinita de despesas de acordo com as minhas demandas, mas nenhum país pode ter isso”, afirma. “E isso que o ministro cobra tanto das discussões com o Congresso, priorizem o que se deve fazer. Se é tão importante a gente ter política de sustentabilidade, então vamos priorizar isso”, diz.

Governo e Congresso destinaram ao orçamento do Ministério do Meio Ambiente em 2022 uma verba discricionária (que inclui o custeio operacional e os investimentos) de R$ 3,2 bilhões, enquanto reservaram R$ 16,5 bilhões para as chamadas emendas de relator —usadas pelos parlamentares para irrigar seus redutos eleitorais por meio de projetos de menor eficiência e com baixa transparência na prestação de contas.

Guaranys afirma, no entanto, que a discussão não é apenas orçamentária. Segundo ele, é possível articular formas de tornar a fiscalização mais eficaz usando menos recursos públicos, sobretudo com uso de tecnologia.

“Na Receita, por exemplo, tem um programa para reduzir o custo de fiscalização. Se o contribuinte está sempre em conformidade, eu diminuo o quanto preciso fiscalizar. Se está me dando trabalho, vou para cima dele”, exemplifica.

O próprio presidente Jair Bolsonaro (PL) boicota os esforços de fiscalização ambiental previstos em lei. Desde 2019, ele desautoriza operações que queimam equipamentos como tratores –medida prevista para evitar que as máquinas voltem a ser usadas (visto que a apreensão delas em meio à mata é de difícil execução).

Além dos desafios na área ambiental, o processo de entrada do Brasil na OCDE coincide com as eleições presidenciais. As pesquisas de intenção de voto mostram Bolsonaro em segundo lugar, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O ex-chanceler Celso Amorim, principal assessor do pré-candidato para assuntos internacionais, disse à **Folha** em janeiro que “não há grandes benefícios em ser membro da OCDE”: “Essa coisa desse ‘pseudo-selo’ de qualidade já era”, afirmou Amorim.

Para Guaranys, um servidor de carreira que já ocupou cargos de alto escalão em diferentes governos —ele foi diretor-presidente da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) na gestão Dilma Rousseff (PT) e atuou na Casa Civil de Michel Temer (MDB)—, a entrada na OCDE deve ser tratada como uma política de Estado.

“O processo de adesão vai ser mais rápido quanto maior a vontade política de se fazer andar. [Mas] entendemos que isso é algo que todo mundo quer. Qualquer governo quer melhorar o país”, afirma.

Em retorno, Parada LGBT+ fala de Aids e política

A 26ª edição do evento ocorre neste domingo (19) com mote eleitoral; tema de 2021, HIV também está no debate

Nathan Fernandes

BUENOS AIRES A Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo volta à avenida Paulista neste domingo (19), após dois anos de eventos remotos na pandemia, com o tema "Vote com Orgulho - Por uma Política que Representa".

Os assuntos escolhidos como mote oficial do evento, que chega à sua 26ª edição, orientam as demandas da comunidade LGBTQIA+ e ajudam a guiar políticas públicas. Mas escolher um tópico que unifique um grupo tão diversificado não é simples.

No ano passado, por exemplo, a temática foi "HIV e Aids: Ame +, Cuide +, Viva +". Desde 1997, ano inaugural da Parada, a epidemia nunca tinha sido escolhida para representar a marcha, apesar da demanda de entidades da sociedade civil e de movimentos sociais relacionados à causa.

No Brasil, são cerca de 920 mil pessoas que vivem com HIV, de acordo com o Ministério da Saúde.

Em um país no qual 64% das pessoas com HIV já sofreram algum tipo de discriminação, de acordo com o Unaids (programa das Nações Unidas para a área), e no qual o presidente Jair Bolsonaro (PL) é alvo de inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal) por associar a Aids à vacina contra Covid-19, dar destaque ao assunto é uma forma de ajudar a diminuir o preconceito associado ao vírus, que persiste desde a década de 1980, inclusive dentro da própria comunidade.

Mas leitura inicial de pessoas que atuam no meio é que havia uma tentativa da Parada de se descolar da associação direta com HIV/Aids.

"Se você escreve HIV e LGBT na mesma frase alguém vai reclamar", aponta o infectologista Rico Vasconcelos, que coordena o ambulatório especializado em HIV do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. O problema, destaca o médico, é o uso de linguagem que reforça estereótipos que aumentam o estigma e culpabilizam certos grupos, dificultando a articulação de respostas e piorando a vida dos infectados.

De acordo com Renato Viterbo, vice-presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, ONG que organiza o evento, o tema da saúde da população sempre foi presente. "Em 2021, por causa do marco de 40 anos da epidemia de Aids, consideramos importante falar do tema de forma mais clara, mas não por resistência, mesmo porque a Parada tem a função de visibilizar temas importantes para a comunidade", explica.

Para Claudia Velasquez, diretora e representante do Unaids no Brasil, a abordagem do tema pela Parada ajudou a ressaltar informações importantes como o termo I = I, que significa "indetectável = intransmissível".

"É quando a pessoa que vive com HIV está em tratamento, em acompanhamento médico regular e pode chegar à carga viral indetectável. Isso significa que ela não transmite o HIV por relações sexuais desprotegidas e pode levar uma vida normal e produtiva. É o tipo de informação importante para combater o estigma e a discriminação", explica.

Ela afirma que o HIV e a Aids têm perdido espaço no debate público e, nesse contexto, "toda oportunidade de falar sobre o assunto é bem-vinda, porque permite compartilhar conhecimento, desfazer alguns mitos e informações equivocadas, e estimular as pessoas a se informarem".

"Precisamos de ações e políticas para além das biomédicas para garantir que todas as pessoas sejam respeitadas por serem quem são e que tenham acesso à saúde", diz a diretora.

Para Viterbo, o fato de o evento de 2021 ter sido online foi uma oportunidade de esse e outros temas chegarem aos jovens que têm acesso às redes sociais. "O alcance pode ter sido até maior que o da Parada física", diz.

Até 2014, os temas eram escolhidos pela diretoria da Associação da Parada do Orgulho LGBT. Em 2015, a entidade realizou o primeiro fórum "Que Parada Nós Queremos", com ativistas e representantes de diversos movimentos sociais, que foram convidados para ajudar a definir as próximas pautas.

Por meio de encontros mensais, os participantes escolhem dez temas, que vão sendo enxugados até se chegar ao principal.

Nos últimos anos, o uso do nome social por pessoas trans, o casamento homoafetivo e a criminalização da LGBTfobia foram reivindicações da Parada que se tornaram conquistas da comunidade.

Em 2022, as ações voltadas para o tema do HIV e da Aids se mantiveram. Na quinta (16), na Feira da Diversidade, um dos principais aquecimentos para a Parada, a Unesco e Unaids estiveram presentes com atividades sobre prevenção.

Além disso, neste domingo, em parceria com a Aids HealthCare Foundation e a UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), dois trios elétricos levarão informações sobre HIV e outras infecções sexuais para a marcha.

Sobre o tema deste ano, uma referência às eleições de outubro, a presidente da organização da parada, Claudia Regina dos Santos Garcia, afirmou em entrevista à **Folha** não haverá nenhuma manifestação partidária da organização durante a realização do evento.

"Não vou puxar nem 'Lula Lá' nem 'Fora, Bolsonaro'", diz. "Somos um movimento suprapartidário. Mas defenderemos um voto que seja representativo dos nossos direitos, um voto progressista, tanto no Executivo como no Parlamento."

A Parada começa às 10h, na avenida Paulista. A marcha se inicia às 12h e faz seu percurso até a praça Roosevelt, na região central de São Paulo, passando pela avenida Consolação. As cantoras Pabllo Vittar, Luísa Sonza, Liniker e Ludmilla são algumas das atrações deste ano.

Leia mais sobre a Parada LGBT+ na pág. B2

Participantes da Marcha do Orgulho Trans, em São Paulo Carla Carniel - 17.jun.22/Reuters

Parada LGBT+ mexe com o trânsito de SP

CET fará interdições e desvios em vias da região central da capital paulista, onde ocorrerá o evento nesta tarde

Havolene Valinhos

SÃO PAULO A 26ª Parada do Orgulho LGBT+ acontece neste domingo (19) na região central da capital paulista, com interdições e desvios aos quais os motoristas devem ficar atentos.

A partir das 10h começará a montagem dos trios elétricos e concentração do público na avenida Paulista (sentido Consolação), entre a rua Peixoto Gomide e a avenida Brigadeiro Luís Antônio.

O primeiro trio, segundo a companhia de tráfego, tem a saída prevista para as 13h e fará seu percurso com o público até a praça Roosevelt, na região central de São Paulo, passando pela avenida Consolação. A previsão dos organizadores é que a Parada seja encerrada às 19h.

Interdições entre a praça Oswaldo Cruz e a rua da Consolação, em ambos os sentidos, começam às 8h, antes do início do evento. As transposições, pela avenida Brigadeiro Luís Antônio, rua Teixeira da Silva e rua Carlos Sampaio/rua Maria Figueiredo, permanecerão liberadas, enquanto houver segurança viária.

A partir do meio-dia, a rua da Consolação ficará interditada nos dois sentidos, entre a alameda Santos e rua Caio Prado.

26ª Parada Do Orgulho LGBT+
Domingo, dia 19. Concentração na av. Paulista, perto do Masp, a partir das 12h, previsão de encerramento às 19h

Locais onde haverá interdições da CET, além da av. Paulista

VIAS BLOQUEADAS A PARTIR DAS 13H

- av. Rebouças (b/c) x acesso ao Túnel Noite Ilustrada;
- av. Rebouças (b/c) x saída lateral junto ao Túnel Noite Ilustrada;
- r. Major Natanael x av. Dr. Arnaldo;
- av. Dr. Arnaldo x Vd. Okuhara Koei – desvio para av. Rebouças (c/b);
- retorno da av. Rebouças, altura do nº 353;
- r. São Carlos do Pinhal x r. Itapeva;
- r. Antônio Carlos x r. Frei Caneca;
- r. Frei Caneca x r. Matias Aires;
- r. Augusta x r. Peixoto Gomide;
- r. Marques de Paranaguá x r. Frei Caneca;
- r. Frei Caneca x r. Paim;
- r. Paim x av. Nove de Julho;
- r. Augusta x r. Mq. de Paranaguá;
- av. Brigadeiro Luís Antônio x r. Cincinato Braga;
- av. Brigadeiro Luís Antônio x al. Santos

VIAS BLOQUEADAS A PARTIR DAS 15H

- av. Ipiranga após a av. São João;
- av. Ipiranga após a av. Rio Branco;
- r. Major Sertório após r. Rego Freitas;
- largo do Arouche após r. Rego Freitas;
- largo do Arouche após r. Amaral Gurgel;
- largo do Arouche após av. São João;
- av. São João após av. Duque de Caxias;
- r. Aurora após av. São João;
- r. Pedro Américo após av. São João;
- av. São João após largo do Paissandu;
- r. do Arouche após largo do Arouche;
- r. Bento Freitas após largo do Arouche;
- r. Martinho Prado após r. Martins Fontes;
- r. Martinho Prado após r. Avanhandava;
- r. Martinho Prado após r. Santo Antônio;
- r. Álvaro de Carvalho após r. João Adolfo;
- r. Araújo após r. da Consolação;
- r. da Consolação centro – bairro após av. São Luís

Debutantes festejam 16 anos após atrasos da pandemia

Gostos dos adolescentes mudaram, e eventos tiveram de ser repensados

Isabella Menon

SÃO PAULO Após dois anos de pandemia e diversos adiamentos, a ansiedade pela tão sonhada festa de debutante ficou ainda maior. O tema de uma cerimônia deixou de ser fundo do mar e virou um luau. O vestido mais "menininha" de outra deu lugar a um traje mais elegante e encorpado. Além disso, a cerimônia da maioria foi encurtada em prol de mais tempo de balada.

E, claro, elas envelheceram: a tão esperada festa de 15 anos foi celebrada, mas com as adolescentes já com 16 —algumas perto de completar 17.

Apesar da longa espera, muitas não desistiram, ou melhor, como definem as assessoras de eventos: "Não deixaram de sonhar". Lívia Gonçalves, 17, foi uma. Ela se lembra bem do dia em que teve que adiar sua festa. "Pensei 'não pode ser'. A gente já estava com tudo pronto, estava tudo pago, tudo certinho."

Desde então, porém, a festa que imaginou ganhou uma nova cara. "Minhas ideias mudaram, meus gostos mudaram, eu queria mudar algumas coisas e, no fim, mudei tudo", conta.

Em fevereiro, quando enfim conseguiu realizar a festa que planejava desde os 13 anos, pediu para que a assessora do seu evento a beliscasse.

"O tema ia ser do fundo do mar, só que eu não queria mais. A decoração estava bem bonita, com cara de 15 anos, mas eu não estava fazendo mais 15... Por isso, quis ir por um outro caminho e escolhi o luau", diz Lívia, que também mudou dois dos três vestidos escolhidos para a celebração.

Anabel Cabrera, que trabalha com eventos há 16 anos e comanda a assessoria A Cerimonial, relembra que, no primeiro momento, precisou reforçar às jovens clientes que as frustrações que elas estavam passando não eram algo restrito a elas, mas, sim, um problema que assolava o mundo —e só restava aceitar o que estava acontecendo.

Durante as reuniões ao longo dos adiamentos, ela disse ter notado o crescimento das debutantes e conta que até os gostos musicais mudaram. "A música mudou para algo mais dançante. Teve uma cliente que tinha falado para o DJ tocar qualquer coisa, mas, dois anos depois, pediu funk e já tinha o nome de todos os MCs."

Além disso, as listas de convidados também foram alteradas —afinal, o círculo de amizades também se transformou. Lívia, por exemplo, conta que se afastou de alguns e se aproximou de outros. Por isso, refez toda a lista.

Festa de Gabriela Morales, 16, com elementos circenses Wagner Olegário/Divulgação

> É um filme ["O Rei do Show"] que fala sobre superação e tem tudo a ver comigo
>
> Gabriela Morales, 16

Juliana Uras, 17, que sonhava com a festa no tema 'Cinderela' Arquivo pessoal

> Eu era muito criança quando fiz minha lista e depois escolhi pessoas que tinham uma conexão maior para estar comigo naquele momento
>
> Juliana Uras, 17

Lívia Gonçalves, 17, que fez a festa com o tema lual Celso Vick/Divulgação

> O tema ia ser do fundo do mar, só que eu não queria mais. A decoração estava bem bonita, com cara de 15 anos, mas eu não estava fazendo mais 15... Por isso, quis ir por um outro caminho e escolhi o luau
>
> Lívia Gonçalves, 17

Algo semelhante aconteceu com Juliana Uras, 17, que fez no início de 2022 a festa antes marcada para maio de 2020. Inspirada na frase "tenha coragem e seja gentil", que ouvia da mãe quando pequena, e mais tarde no filme "Cinderela" (2015), ela usou a história da princesa da Disney como base para o evento.

Desde que a crise sanitária começou, Juliana também se afastou de alguns amigos e se aproximou de outros. "Eu era muito criança quando fiz minha lista e depois escolhi pessoas que tinham uma conexão maior para estar comigo naquele momento", relembra.

As mudanças nas listas de convidados criaram um novo protocolo para as festas de 15 anos, observa Fernanda Foja, assessora de eventos. O expediente de anunciar cada um dos 15 casais de amigos da debutante caiu em desuso diante das mudanças.

Fernanda vê ainda uma outra mudança nesse universo: as festas ganharam um significado maior após os momentos difíceis vividos por diversas famílias na pandemia.

"Não é só pelos 15 anos, é comemorar a vida com a família que passou por tudo", afirma ela, que, para convencer debutantes a não desistir das celebrações, passou a destacar a tradição americana da festança para os 16 anos, os chamados "Sweet 16" (doces 16).

Foi o que Gabriela Morales, 16, justamente ressaltou na sua festa. Com projeções pelo salão com os dizeres "Gabriela XVI", ela desceu as escadas da casa de eventos em março deste ano. Antes da data, fez até uma sessão de fotos em Nova York —o fotógrafo foi junto com a família, mas o estilista não pôde comparecer porque estava com Covid-19.

Ela, que adiou a festa por um ano, conta que inicialmente tinha pensado em um tema mais simples, mas depois optou por se inspirar no filme "O Rei do Show" (2017), com dançarinos com figurinos de circo. "É um filme que fala sobre superação e tem tudo a ver comigo", diz.

Apesar de ser o sonho para muitas garotas, as festas não são acessíveis. Fernanda Foja calcula que a cerimônia custe no mínimo R$ 80 mil.

Leticia Cuenca, da Assessorié Eventos, estima ainda mais. "Para uma festa 'top', são uns R$ 160 mil." Só vestido de um estilista concorrido chega a R$ 40 mil.

Apesar dos valores altos, ela nota que, após a pandemia, existe uma vontade ainda maior dos pais de agradarem as filhas. "É aquela coisa do 'tadinha, ela foi prejudicada pela pandemia, vamos ver o que ela quer'."

Veja que horários evitar na volta do feriado na estrada

SÃO PAULO As principais estradas paulistas devem ter tráfego intenso a partir do começo da tarde deste domingo (19) para a volta do feriado de Corpus Christi.

Nas rodovias sob concessão, será implantada a operação "papa-fila" (de cobrança da tarifa por agentes da chegada à cabine), para acompanhar o aumento do tráfego e tentar minimizar o congestionamento.

A concessionária Ecovias, responsável pelo sistema Anchieta-Imigrantes, abrirá oito faixas para subida e duas para descida entre 12h e 21h.

Na Fernão Dias, o motorista deve ficar atento no trecho entre Atibaia e a capital paulista.

Na Régis Bittencourt (capital paulista e Curitiba), o cuidado deve ser maior nos trechos da Grande São Paulo, em Taboão da Serra e Embu das Artes.

A previsão é que cerca de 3,8 milhões de veículos circulem nas estradas paulistas no período entre a última quarta (15) e este domingo, segundo Agência de Transporte do Estado de São Paulo e da Secretária de Logística e Transportes.

Horários com maior previsão de movimento neste domingo (19)

Anhanguera/ Bandeirantes
11h às 21h

Ayrton Senna
12h às 19h

Carvalho Pinto
12h às 19h

Castello Branco/ Raposo Tavares
11h às 20h

Dutra (trecho paulista)
15h às 21h

Floriano Rodrigues Pinheiro
11h às 20h

Manoel Hyppólito Rego (Rio-Santos)
11h às 20h

Mogi-Bertioga
11h às 20h

Oswaldo Cruz
11h às 20h

Padre Manoel da Nóbrega
11h às 20h

Régis Bittencourt
10h às 22h

Fontes: Artesp e concessionárias

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Arquiteto descobridor de talentos e colecionador de vida

ALEXANDRE FERREIRA MASCARENHAS (1969-2022)

Fábio Pescarini

SÃO PAULO Para olhar os quadros de Gerson Flores na galeria Nello Nunes, da Fundação de Arte de Ouro Preto (MG), é preciso enxergar com a alma. Assim como fez o arquiteto Alexandre Ferreira Mascarenhas, em 2019, quando viu o até então desconhecido artista plástico, que perambulava por Belo Horizonte havia mais de 20 anos, expondo seus quadros na região da avenida do Contorno.

O arquiteto não teve dúvidas: inscreveu o morador de rua em um edital da fundação e a obra dele, aprovada, segue exposta até o próximo dia 3.

As pinturas, até então amontoadas ar livre na capital mineira, agora estão nas paredes da galeria de uma cidade que respira arte, assim como o descobridor do artista.

Mascarenhas, conta a irmã Francisca, também arquiteta, era puro talento desde criança. Estudou na escola da artista plástica e ceramista Arlinda Corrêa Lima e era sempre o primeiro colocado em concursos.

Filho do compositor Pacífico Mascarenhas, Alexandre, também músico, nasceu em uma família diferenciada.

O olhar atento vem do dom e de muito estudo. O extenso currículo de Mascarenhas o tornou um conceituado arquiteto de Minas Gerais, principalmente nas cidades históricas, e um restaurador reconhecido nacionalmente. Pelas suas mãos e técnica, passaram trabalhos como a recuperação da Catedral São Pedro de Alcântara, em Petrópolis (RJ), entre outros.

A sua morte precoce aos 52 anos, no último dia 11 de junho, após sofrer um infarto fulminante, abalou a comunidade acadêmica de Ouro Preto. Alunos do Instituto Federal de Minas Gerais, onde ele era professor no curso de conservação em restauro, escreveram uma carta.

"Ele amava descobrir artistas e apresentar para o mundo! Fotografava tudo, registrava tudo, gritava para as pessoas enxergarem as cores, as expressões, as manifestações", diz trecho do texto.

Em nota, o IFMG afirmou que "era um colecionador da vida, material e imaterial".

E era mesmo. Sua casa em Ouro Preto, construída com sobras de demolição, é uma atração na cidade, conforme lembram colegas do instituto.

Mascarenhas iria se licenciar do instituto em outubro para fazer pós-doutorado em Portugal e na Índia.

Apesar da pouca idade, já preparava a aposentadoria. Em 2013 construiu uma casa de três andares em Tiradentes (MG). O imóvel, conta a irmã, está repleto de obras de arte —de cerâmicas do Vale do Jequitinhonha, também em Minas, a arte popular de Pernambuco. Era lá que planejava morar no futuro. A família pretende transformar o local no Museu Casa Alexandre Mascarenhas.

7º DIA

PAULO EDUARDO DIAS DE CARVALHO Neste domingo (19) às 19h30, Igreja Sta. Teresinha, r. Maranhão 617, Higienópolis

SHLOSHIM - CEMITÉRIO ISRAELITA DO BUTANTÃ

ALEXANDER BRAUN Neste domingo (19) às 11h30, setor O, quadra 342, sep. 61

MARCOS STISIN Neste domingo (19) às 11h30, setor L, quadra 264, sep. 08

MATZEIVA - CEMITÉRIO ISRAELITA DO BUTANTÃ

ALEXANDER WITTNER Neste domingo (19) ao meio-dia, setor R, quadra 366, sep. 9

ALICE BLUMENTHAL TAUBKIN Neste domingo (19) às 11h, setor R, quadra 366, sep. 91

ARON JUDKA DIAMENT Neste domingo (19) às 11h, setor O, quadra 329, sep. 36

GOLDA ROITMAN Neste domingo (19) às 11h30, setor R, quadra 411, sep. 73

ISAAC FELDMAN Neste domingo (19) às 10h, setor R, quadra 368, sep. 94

LIBIA FLANK FRIDMANN Neste domingo (19) às 11h30, setor R, quadra 374, sep. 06

MATLA KANN Neste domingo (19) às 11h, setor O Quadra 340, sep. 39

PAULINA COHEN Neste domingo (19) às 10h30, setor R, quadra 412, sep. 83

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Adams Carvalho

Bem feito, Jesus

De fato, era 'uma aventura não recomendável' pregar o amor e a justiça na Galileia

Antonio Prata
Escritor e roteirista, autor de "Nu, de Botas"

Chamemos as coisas pelo que elas são. Bolsonaro afirmar que a viagem de Bruno Pereira e Dom Phillips era uma "aventura não recomendável" e que o jornalista inglês não era "bem-visto na região" do Javari significa dizer, diante de suas mortes: "Bem feito!".

Os dois heróis arriscavam a vida para salvar a Amazônia, por isso foram assassinados, esquartejados e carbonizados por criminosos. E o que o sociopata tem a dizer? Que os errados eram eles. É essa a situação em que nos encontramos —e, infelizmente, não é surpresa alguma.

Jair Bolsonaro já cometeu inúmeros crimes e pagará por eles na cadeia, senão por meio da Justiça brasileira, por tribunais internacionais, como aconteceu com Slobodan Milosevic após o genocídio na Guerra da Bósnia. (No massacre de Srebrenica morreram cerca de 8.500 pessoas: estima-se que mais de 100 mil brasileiros faleceram por conta da sabotagem federal no combate à pandemia, sem contar outros milhares que, como Genivaldo, asfixiado com gás lacrimogêneo numa viatura, foram e são vítimas da polícia, estimulada diuturnamente por Bolsonaro a matar pobres e pretos).

Mas como eu ia dizendo: entre os inúmeros crimes cometidos por este animal não está o de estelionato eleitoral. O lobo nunca vestiu pele de cordeiro.

No discurso a uma semana da eleição, via celular, na Paulista, ele verbalizou claramente que quem não concordasse com suas ideias deveria sair do país ou iria "para a ponta da praia", ou seja, seria assassinado. ("Ponta da praia" era o local onde a Marinha torturava e matava durante a ditadura).

Também disse no Clube Hebraica, durante a campanha, que iria "acabar com todos os ativismos" e não iria demarcar um metro quadrado de terra indígena ou quilombola. Pois bem, o assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira não foi encomendado por Bolsonaro, mas foi estimulado por ele: é isso o que ele prega e para isso ele trabalha desde que entrou na política.

Afirmar que o jornalista Dom Phillips não era "bem-visto" numa área habitada por criminosos, Bolsonaro não sabe, é elogio. É como afirmar que Marcelo Freixo não é bem-visto em Rio das Pedras, território da milícia carioca (reduto eleitoral da família Bolsonaro), que Martin Luther King não era bem-visto pelos fazendeiros brancos do Texas ou que Jesus não era bem-visto pelos romanos. De fato, era "uma aventura não recomendável" pregar o amor e a justiça na Galileia.

Nesta semana eu escutei um episódio lindo do podcast "This American Life". (Obrigado pela sugestão, Raquel). São histórias de crianças e suas formas de pensar. ("Kids logic", Ep. 605). Numa delas, um pai conta que a filha de quatro anos quis saber o que era o Natal. Ele explicou que era a comemoração do nascimento de Jesus. A menina interessou-se. O pai explicou o que sabia, comprou uma Bíblia infantil e por semanas Jesus foi o tema preferido da garota. (A única parte omitida da história foi, bem, o fim).

Um dia, porém, passaram por uma igreja e a menina viu Jesus na cruz. "Quem é ele?". O pai, amuado, contou que era Jesus e explicou que a mensagem dele era tão radical que os romanos decidiram matá-lo.

Um mês depois, outro feriado, o "Martin Luther King Day". A garotinha quis saber quem era. O pai explicou: era um pregador que trazia a mensagem de que todos deveriam ser tratados da mesma maneira. A menina se iluminou: "É o que Jesus dizia!". O pai pensou por um tempo. "Verdade, era mesmo". A menina, então, nublou: "Mataram ele também?".

Em outubro teremos, de um lado, 11 candidatos a presidente, do outro, Pôncio Pilatos. De um lado, Bruno e Dom, do outro, seus assassinos. Não me parece uma escolha muito difícil.

| DOM. Antonio Prata | **SEG.** Marcia Castro, **Maria Homem** | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Em frente ao Palácio do Planalto, grupo de indígenas faz manifestação que pede um encontro com representantes da Funai Pedro Ladeira - 17.jun.22/Folhapress

Sem concursos, Funai tem menor número de funcionários desde 2008

Apenas 4 de cada 10 cargos do órgão estão ocupados; situação dificulta a atuação em campo

João Gabriel

BRASÍLIA Enquanto vê pedidos para abertura de concursos públicos negados pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), a Funai (Fundação Nacional do Índio) chegou neste ano ao seu menor quadro de funcionários permanentes desde 2008.

Documentos aos quais a **Folha** teve acesso mostram que apenas 4 em cada 10 cargos do órgão estão atualmente ocupados. De um total de 3.700 postos, cerca de 1.400 têm servidores permanentes em atividade, enquanto o restante encontra-se vago —soma-se a isso um contingente de 600 trabalhadores temporários, contratados após uma ordem do STF (Supremo Tribunal Federal).

A gestão Bolsonaro já negou dois pedidos para realização de concursos feitos pela fundação (em 2019 e 2020) e tem mais dois ainda em análise pelo Ministério da Economia.

Em 2019, a pasta negou o pedido afirmando que "as atuais diretrizes do Poder Executivo Federal apontam pela impossibilidade de autorização de novos concursos públicos em face da atual situação fiscal do país".

Segundo uma nota técnica da Funai, o Ministério da Justiça chegou a insistir com o pedido junto à pasta do ministro Paulo Guedes. Sob o mesmo argumento, a equipe econômica reiterou a negativa.

Procurada, a Economia não respondeu aos questionamentos da reportagem e afirmou que "não comenta demandas relacionadas a processos seletivos".

Servidores da Funai ouvidos sob condição de anonimato afirmam que a falta de recursos é hoje um dos maiores obstáculos para a atuação do órgão, o que inclusive dificultou as operações de busca do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, que desapareceram no Vale do Javari, no Amazonas.

Por sua atuação na região, a Funai foi uma das primeiras entidades a montar equipes de busca no local, já no segundo dia do desaparecimento, com grupos compostos por indígenas dos povos kanamari e matis.

Mas a falta de mão de obra dificulta as ações de fiscalização e combate a ações ilegais e o trabalho de campo junto a terras indígenas. Também diminui a segurança no trabalho dos servidores que atuam em campo, deixando-os muitas vezes sob riscos.

A base da entidade no Javari, por exemplo, já foi atacada a tiros mais de uma vez nos últimos anos. Em 2019, Maxciel, um servidor que atuava na Frente Etnoambiental do Vale do Javari foi assassinado a tiros em Tabatinga (AM).

Bruno Pereira era servidor licenciado da fundação. Ele atuou na coordenação geral da região, antes de ser deslocado para a coordenação de povos isolados, em Brasília.

Pediu licença da Funai em 2019, depois de ser exonerado após 14 meses no cargo. Entre outros motivos, a decisão foi tomada porque ele estava encontrando dificuldades para fazer o trabalho que achava correto, de acordo com pessoas que o conheceram.

O indigenista é um retrato de como a situação de insegurança era latente para quem atuava na região, com ameaças recorrentes de pescadores —um deles, inclusive, confessou ter participado do assassinato de Pereira e Dom.

A falta de força de trabalho é um panorama que vem se agravando nos últimos anos. Desde sua reestruturação organizacional em 2009, a Funai teve apenas dois concursos públicos aprovados pelo governo federal, um em 2010 e outro em 2016. Isso levou a queda do número de funcionários permanentes.

Em 2008, a entidade tinha pouco mais de 1.000 servidores do quadro permanente atuando na Amazônia Legal, número que chegou a mais de 1.300 em 2013. Atualmente, são menos de 700.

Para tentar mitigar o prejuízo, a Funai tem recorrido cada vez mais ao empréstimo de servidores de outros órgãos. O gasto com essa modalidade cresceu de R$ 49 mil em 2018 para R$ 2 milhões previstos em 2022. Essas pessoas, em sua maioria, podem ser usadas apenas em funções administrativas, o que não resolve o problema nas atividades de campo.

Este ano, houve a contratação de mais de 600 funcionários com vínculos temporários —todos para a Amazônia—, o que fez o número total de trabalhadores da entidade crescer pela primeira vez em oito anos.

A contratação responde a uma determinação da Justiça para a atuação nas barreiras sanitárias criadas para controlar o impacto da pandemia do coronavírus sobre os povos indígenas.

Um levantamento feito por Helton Soares dos Santos, da Escola Nacional de Administração Pública, aponta ainda que, enquanto a força de trabalho da fundação diminui cada vez mais, a população indígena vem crescendo: de cerca de 400 mil no início do século, dobrou para mais de 800 mil em 2010.

O quadro de funcionários da Funai, por outro lado, fez o inverso: de 1992 a 2021, comparando o ingresso de novos funcionários com aqueles que deixaram a entidade, seja por aposentadoria ou por exclusão, a entidade perdeu mais de 2.300 trabalhadores.

A perspectiva é que essa tendência continue pelos próximos anos. Atualmente, cerca de 30% dos servidores da fundação estão em abono de permanência —ou seja, estão trabalhando, mas já podem se aposentar.

"Deve-se considerar que a maioria dos servidores possui idade acima de 50 anos, ou seja, a previsão de um ritmo maior de aposentadorias e a consequente redução no quadro de servidores da Funai resulta em preocupação com relação à continuidade do cumprimento das atividades", alerta a nota técnica da entidade.

Selva!

Sabujos de Bolsonaro pouco se importam com cheiro do sangue de Bruno e Dom

Marcelo Leite

Jornalista de ciência e ambiente, autor de "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (ed. Fósforo)

Muita gente já escreveu sobre os assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips. É um daqueles momentos atrozes em que ninguém decente pode deixar de manifestar indignação e tristeza, fazer uma homenagem e denunciar quem merece.

Não conheci Bruno e Dom pessoalmente. Gostaria de ter conhecido. Pelo que se lê nos relatos emocionados de amigos como Tom Phillips, Jon Watts, Eliane Brum, Sylvia Colombo e tantos outros, eram profissionais competentes e corajosos, homens de família gentis e felizes. Perdemos todos com suas mortes brutais.

Conheço e conheci bem, por outro lado, Lalo de Almeida, Fabiano Maisonnave, Claudio Angelo, Giovana Girardi, Daniela Chiaretti, Fernando Gabeira, André Borges, João Moreira Salles, Leão Serva, Cristina Amorim, Ricardo Arnt, Kátia Brasil e outros tantos jornalistas destemidos.

Elas e eles dedicaram boa parte de suas reportagens à pauta ambiental e amazônica, por vezes com alto custo profissional —por insistência diante de chefes seduzidos por sereias negacionistas. Credite-se à memória sexagenária a omissão de vários nomes com que tenha cruzado nos caminhos de lama e percursos de rio.

Conheci também, de perto, pesquisadores e ativistas do quilate de Carlos Nobre, Fany Ricardo, Tasso Azevedo, Beto Ricardo, Claudia Andujar, Eduardo Viveiros de Castro, Mercedes Bustamante, Paulo Moutinho, Ane Alencar, Daniel Nepstad, Claudia Azevedo-Ramos, André Villas-Bôas, Marina Silva, Beto Veríssimo, Cristiane Fontes, Paulo Barreto, Adriana Moreira, Antonio Nobre, Tom Lovejoy, Paulo Brando, Caetano Scannavino, Aloisio Cabalzar, Marcos Wesley, Bruce Albert...

Paro por aqui, na certeza de ter cometido mais injustiças. Foram guias inesquecíveis em 34 anos de aprendizado sobre a complexidade e a beleza da floresta, seus estoques de carbono e inigualável sociobiodiversidade.

Rios portentosos como o Tapajós e o Negro. O olhar desarmado dos yanomamis e outros índios a nos reconhecer como humanos, ainda que ameaçadores, antes mesmo de os reconhecermos como parentes.

Conheci ainda, embora superficialmente, Ailton Krenak e David Kopenawa. O primeiro abriu-me os olhos para centenas de povos e línguas indígenas na mata e fora dela, durante palestra improvável da USP na disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPB), nos anos 1980, arma doutrinária da ditadura que atirava pela culatra. O segundo ensinou-me sobre a queda do céu.

Qualquer um desses nomes poderia ter aparecido no noticiário como vítimas da violência desumana que abateu Bruno e Dom. Ainda bem que isso não aconteceu. Seguem todos amassando o barro e molhando as roupas na chuva benfazeja da Amazônia, ainda que alguns hoje só o façam em memória.

Pouco ou nada conheci, por sorte e aversão, dos militares que passeiam pela Amazônia. Enchem a boca para falar da cobiça internacional sobre as riquezas da floresta sem conhecê-las. Gente de má catadura, que se perfilou como guarda pretoriana de Jair Bolsonaro, o mau militar promovido a presidente da República.

Para essa caterva, os heróis da Amazônia Ilegal são garimpeiros, grileiros, madeireiros e pistoleiros que matam e desmatam. Povo pobre e ruim, pioneiros na cadeia de atrocidades a beneficiar latifundiários pecuaristas que usam gado para lavar dinheiro de corrupção e têm assento ou cúmplices no Congresso.

Maus brasileiros, no centrão da Esplanada ou da Faria Lima, que posam de patriotas e estão sempre prontos a ladrar "Selva!" quando farejam um demófobo para abanar o rabo e lambuzar as patas no sangue dos outros.

| DOM. Reinaldo José Lopes, Marcelo Leite | QUA. Atila Iamarino, **Esper Kallás**

Primeira travesti doutora do país defende ciência para fim de clichês

Para pesquisadora, presença em espaços acadêmicos muda produção do saber

VIDA PÚBLICA

Emerson Vicente

SÃO PAULO A presença de travestis e transexuais nas universidades vem crescendo nos últimos anos com a adoção de cotas nas entidades públicas e privadas. No campo da ciência, ainda há obstáculos a serem ultrapassados, como os estereótipos que ainda cercam essa parcela da sociedade.

Primeira travesti doutora e docente universitária do Brasil, Luma Nogueira Andrade, 44, professora da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), no município de Redenção (CE), entende que há uma abertura maior hoje, mas ainda há um caminho bastante desafiador de inclusão e acolhimento.

"Existe uma problemática sistematizada historicamente que nos impede muitas vezes de sermos reconhecidas e ocuparmos um espaço legítimo por conta do saber produzido, que quebra os modelos tradicionais e conservadores", diz Luma.

Luma defendeu uma tese em educação na UFC (Universidade Federal do Ceará) sobre travestis nas escolas, em 2012. No ano seguinte, passou a integrar o quadro efetivo da Unilab.

"Foi muito difícil ser a primeira a ocupar esse espaço e colocar a temática como relevante no cunho científico porque as pesquisas existentes sobre travestis e transexuais nas ciências humanas foram conduzidas inicialmente no campo da prostituição", diz a docente.

"Quando passo a trazer um outro olhar na perspectiva que eu tinha vivenciado, e que havia travestis e transexuais não só nas grandes metrópoles, mas também em áreas do interior, passo a traduzir um conhecimento que não era conhecido na época. Algo que não tinha conhecimento científico."

Luma iniciou sua trajetória acadêmica nas ciências biológicas. As questões que foram surgindo relacionadas à sexualidade levaram a docente a atrelar o conhecimento biológico com as ciências humanas. Um dos pontos levantados foi desmistificar a ideia de que travesti está atrelado diretamente ao campo da prostituição.

"Não poderia ser o único lugar como estava sendo disseminado no senso comum e na ciência", diz Luma. "Foi desafiador trazer essa temática de dentro do espaço da escola para o campo da ciência, porque não era considerado algo científico e relevante."

Segundo a professora, existe uma parcela de pesquisadores e cientistas que ainda são conservadores, que influenciam tanto no reconhecimento da temática quanto na abertura da possibilidade de travestis e transexuais exercerem sua dinâmica como cientistas.

"Quando pessoas não têm conhecimento desses novos saberes, fica um pouco complicado essa dinâmica. É um dos aspectos que ainda impacta muito na realidade das pessoas travestis e transexuais que vivenciam o espaço da ciência."

A cientista ainda percebe um processo de discriminação e de desconfiança, além da tentativa de produzir "descredibilidade" no processo.

"Hoje encontramos pessoas travestis e transexuais que romperam um pouco com isso devido as aberturas produzidas no decorrer da nossa história, através da luta dos movimentos, que têm uma influência muito forte na luta por políticas públicas, por direitos, pela inclusão. Mas ainda não é satisfatória."

Outro obstáculo encontrado por esses grupos no mundo acadêmico é o uso do nome social, apesar de haver uma resolução Ministério da Educação, homologada em 2018, que autoriza o uso em matrículas de instituições de ensino no país.

"Ainda existe dificuldade internamente porque se cria uma burocracia para o reconhecimento dessa identidade de gênero. Bastava reconhecer o que a pessoa deseja", diz.

Isso também ocorre dentro do ambiente profissional. Segundo Luma, ainda existem cientistas que ignoram o nome social, dificultando o diálogo e inibindo as pessoas.

"Muitos cientistas que ainda não têm a abertura para compreender a questão da filosofia da diferença, não conseguem tratar a colega trans da forma como se identifica, como se apresenta. Optam por trazer questões de cunho tradicionais, não reconhecendo os avanços que a ciência biológica tem produzido", afirma Luma.

Para ela, a presença de travestis e transexuais em espaços que até então eram tabus promove uma mudança epistemológica, não só na produção do saber, mas também nas pessoas. "Começam a desmistificar seus mitos e a conviver com aquele corpo que era marginalizado. Já é aprendizado, produz transformação."

> Foi muito difícil ser a primeira a ocupar esse espaço e colocar a temática como relevante no cunho científico porque as pesquisas existentes sobre travestis e transexuais nas ciências humanas foram conduzidas inicialmente no campo da prostituição
>
> **Luma Nogueira de Andrade**
> professora da Unilab

CDC libera vacinação contra Covid para bebês a partir de seis meses

SAÚDE

REUTERS O CDC (Centro para Controle e Prevenção de Doenças dos EUA) aprovou neste sábado (18) a recomendação de vacinação contra Covid-19 para crianças com seis meses ou mais. Assim, a nova etapa de imunização poderá começar na próxima semana no país.

A votação dos especialistas do CDC teve placar de 12 a 0 a favor da medida. Após a decisão do painel, a recomendação foi confirmada pela diretora do CDC, Rochelle Walensky. "Sabemos que milhões de pais e responsáveis estão ansiosos para vacinar seus filhos pequenos e, com a decisão de hoje, eles podem", disse Walensky.

A confirmação do CDC veio após a FDA (agência reguladora de medicamentos e alimentos) autorizar, na sexta (17), a vacina da Moderna para crianças entre seis meses e cinco anos, e a da Pfizer-BioNTech para crianças com entre seis meses e quatro anos. A vacina da Pfizer já estava autorizada para crianças acima dos cinco anos.

"Esta infecção mata crianças e temos uma oportunidade de impedir isso", disse Beth Bell, uma das médicas do painel do CDC. "Aqui está uma oportunidade de impedir um risco conhecido."

O governo de Joe Biden planeja começar a vacinação dos grupos etários com menos de cinco anos ainda no começo da próxima semana.

Embora muitos pais nos EUA estejam ansiosos para vacinar seus filhos, não está claro quão forte será a demanda pelas doses. A vacina da Pfizer foi autorizada para crianças de cinco a 11 anos em outubro, mas apenas cerca de 29% das pessoas dessa faixa etária foram totalmente vacinadas até agora.

Pelas recomendações da FDA, na vacina da Moderna será adotado esquema de duas doses, com intervalo de um mês. As injeções contêm 25 microgramas, um quarto do que os adultos recebem.

A taxa de eficácia foi de 51% na prevenção da infecção por ômicron para crianças de seis meses a dois anos e cerca de 37% para aquelas entre dois e cinco anos.

Já a vacina da Pfizer terá três injeções: duas com intervalo de três semanas e a terceira dois meses após a segunda, cada uma com 3 microgramas, um décimo do que os adultos tomam. A taxa de eficácia na prevenção da infecção por ômicron foi de 75% em crianças de seis meses a dois anos, e de 82% entre dois e quatro anos.

equilíbrio

Compaixão e delicadeza são a receita para ajudar filhos adultos com a saúde mental

Pandemia de Covid trouxe novos desafios aos jovens, ao afetar seu 'ritmo de vida'; especialistas recomendam empatia e paciência

Julie Halpert

THE NEW YORK TIMES Katie Bradeen, de Colorado Springs, no Colorado (Estados Unidos), começou a se preocupar com seu filho de 20 anos, Ryan, quando ele foi passar as férias de Natal em casa em 2020. Ela disse que ele tinha um "comportamento cinzento" e "parecia estar em câmera lenta".

Embora Ryan estivesse no segundo ano de faculdade, o distanciamento social e as aulas virtuais durante a pandemia foram desafiadores, especialmente para ele, que estuda teatro. O inverno de 2021 "foi ainda mais difícil e excruciante do que o semestre de outono de 2020", disse ele.

Sua mãe não achou que ele aceitaria uma conversa cara a cara, então deixou um bilhete sobre o travesseiro dele, escrito em papel com corações rosa. Dizia que não queria se intrometer, mas estava "disponível para escutar quando ele quisesse".

Ryan disse que estava querendo receber aconselhamento havia algum tempo, mas ao levantar o assunto sua mãe o fez sentir que tinha sua aprovação. Ele começou a terapia no início de 2021, e Katie disse que já vê a diferença: há "mais risadas e brincadeiras, menos mau humor".

Muitos pais e mães como Bradeen já percorriam o terreno delicado de ajudar jovens adultos com problemas de saúde mental muito antes da Covid-19. Mas a pandemia trouxe desafios maiores, sobrecarregando ainda mais os jovens já vulneráveis.

Dados de 26 de maio a 7 de junho da Pesquisa de Pulso Domiciliar do CDC (Centros de Controle e Prevenção de Doenças do governo americano) mostram que 43,6% dos adultos de 18 a 29 anos experimentaram sintomas de ansiedade ou transtorno depressivo nos sete dias anteriores.

O Centro Nacional de Estatísticas de Saúde fez parceria com o Departamento do Censo dos EUA nas perguntas da pesquisa, que se baseiam em relatos pessoais e não são um diagnóstico clínico; os dados são ponderados para serem nacionalmente representativos.

A pesquisa Estresse na América, da Associação Americana de Psicologia, de 2020, descobriu que 34% das pessoas de 18 a 23 anos disseram que sua saúde mental piorou em comparação com antes da pandemia, um número maior do que qualquer outra geração.

Risa Garon, assistente social clínica licenciada em Silver Spring (Maryland), e diretora-executiva do Centro Nacional de Resiliência Familiar, viu em sua clínica que a pandemia fez muitos jovens adultos perderem "o ritmo de vida", disse ela.

Mesmo antes da crise sanitária, muitos jovens lutavam com grandes dívidas de empréstimos estudantis, incertezas econômicas gerais e expectativas irreais de sucesso nas redes sociais, segundo Garon. Então veio a Covid-19, e o isolamento obrigatório interrompeu amizades e namoros.

A coisa nem sempre vai tão bem como foi para Bradeen e seu filho. Garon disse que pode ser comum filhos adultos recusarem a sugestão dos pais de que precisam de ajuda.

David Palmiter, professor na Universidade Marywood com consultório particular em Clarks Summit, na Pensilvânia, e autor do livro "Working Parents, Thriving Families: 10 Strategies That Make a Difference" (Pais que trabalham, famílias prósperas: 10 estratégias que fazem diferença, em português), disse que se um pai ou mãe tentar intervir da maneira errada pode "afetar o relacionamento com o filho ou a filha".

Mas existem estratégias eficazes que podem pelo menos abrir a porta para um jovem adulto receber ajuda se os pais virem sinais de que ele passa por dificuldades.

Se os filhos não estão no local, disse Palmiter, os pais podem agendar um telefonema ou videoconferência semanal e esperar estabelecer essa conexão antes de abordar o assunto de obter ajuda.

Garon disse que, se os pais temem que um jovem adulto possa ser suicida ou possa prejudicar outras pessoas, é apropriado agir imediatamente e ligar para emergência.

Os pais devem evitar a tentação de fazer sermões, que soam como críticas e podem interromper a comunicação, disse Palmiter.

Em vez disso, ele sugeriu uma sequência que chamou de "dor, empatia, pergunta". Comece fazendo perguntas que ajudem os pais a entender como o jovem adulto está sofrendo, com linguagem como: "Como está seu humor ultimamente? Você está fazendo muita coisa".

O próximo passo, a empatia, pode promover um compartilhamento mais aberto. Se um filho reclama que seu chefe grita com ele o tempo todo, não interfira tentando resolver o problema.

Em vez disso, diga: "É terrível ir para o trabalho e ouvir gritos quando se trabalha duro como você. Lamento que esteja passando por isso". Em seguida, o pai pode levantar a questão de procurar apoio.

Se isso não levar o filho ou filha a ser mais abertos à ajuda, ele disse: não lute contra isso. Diga apenas: "Se você mudar de ideia, ficarei feliz em fazer uma parceria para pensarmos em possíveis soluções".

Laura Dollinger, de Beaver, na Pensilvânia, tentou essa abordagem. Ela começou a se preocupar com o estado mental de sua filha Emily após dois fatos angustiantes: o rompimento com o namorado em novembro de 2018 e a perda de uma de suas melhores amigas num acidente de carro em fevereiro de 2019.

Uma estudante nota dez, Emily, agora com 19 anos, disse que começou a "afastar as pessoas, dormir muito, faltar às aulas e fazer amizade com pessoas que preenchiam seus próprios vazios com coisas insalubres". Preocupada com a filha, Dollinger recebeu uma recomendação de um bom terapeuta. "Minha mãe apresentou de uma forma não ameaçadora; eu sabia que ela se importava comigo e me amava", disse Emily Dollinger.

Ela aceitou a recomendação e disse que seu conselheiro a ajudou a desenvolver habilidades saudáveis de enfrentamento. A diferença que a terapia fez "foi como noite e dia", disse Laura, a mãe.

Garon encoraja seus pacientes jovens adultos a abordarem o tratamento da saúde mental da mesma forma que fariam com uma doença física. Transmitir a mensagem de que os problemas de saúde mental são igualmente tratáveis fornece uma "sensação de esperança".

Se um jovem adulto estiver disposto a procurar tratamento e não puder pagar, Garon disse que os pais que podem ajudar devem, com delicadeza, se oferecer para pagar. Ela disse que também é importante respeitar a escolha de tratamento e de medicamentos dos jovens adultos.

Palmiter disse que na maioria das circunstâncias os jovens adultos "os pais devem perceber que eles têm um controle limitado".

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

+ SE PRECISAR DE AJUDA PSICOLÓGICA, PROCURE:

- **Rede de Apoio Solidário** https://mapasaudemental.com.br/atendimento-online-para-todos-os-publicos/
- **CVV (Centro de Valorização da Vida)** Fone gratuito: 188 www.cvv.org.br

Ilustração Andrea D'Aquino/The New York Times

esporte

SANTOS EMPATA COM BRAGANTINO POR 2 A 2
Com dois gols de Leo Baptistão no primeiro tempo e um de Hyoran, empate veio na segunda metade com gol de Luan Cândido. Santos vai para a quinta posição na tabela e Bragantino, para a sétima Jota Erre/Photo Premium/Agência O Globo

Dezenove times brasileiros, uni-vos!

A diferença do Palmeiras para os demais é tanta que lembra a do Flamengo em 2019

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

A vantagem em pontos ainda não é assustadora, só três separam o líder Palmeiras do vice-líder Corinthians, nem o futebol alviverde é tão vistoso como o do Flamengo, campeão em 2019 com os pés nas costas.

Porém a diferença na tabela só tende a crescer, e no gramado é cada vez mais gostoso ver o Palmeiras jogar.

Se Abel Ferreira é muito melhor nas entrevistas que o conterrâneo Jorge Jesus, se contribui criticamente mais que o colega lusitano, o time dele, sem as estrelas que o Flamengo tinha e tem, caminha para ficar na história, além dos títulos que conquistou e ainda deve conquistar, pelo futebol que está jogando.

Os rabugentos dirão que fazer 4 a 2 em casa no Atlético Goianiense, um dos rabeiras, está longe de justificar elogios ou entusiasmo.

Pode ser, mas parece que o Palmeiras está invicto há 18 jogos, com 14 vitórias, e a virada sobre os goianos merece olhar além do placar.

Porque o 1 a 0 dos visitantes em gol contra de Luan, fruto de três erros seguidos do zagueiro em lance insólito, tinha tudo para desestabilizar qualquer time inseguro ou imaturo. Tudo o que o Palmeiras não é.

O que se viu foi o inverso.

Cabeça fria, coração quente, em sete minutos o alviverde marcou quatro gols e lembrou a Alemanha no Mineirão.

Ora, senhor colunista, que exagero, podem dizer a rara leitora e o raro leitor, principalmente quem não for palmeirense.

Talvez, de fato, as comparações sejam precipitadas e exageradas, mas, vejamos.

Pegue a 12ª rodada, a última antes do final de semana em curso.

O Atlético Mineiro ficou em pálido 0 a 0 com o Ceará, verdade que em Fortaleza e, dirão, com razão, os contestadores, com o time que fez 3 a 2 no Palmeiras, em São Paulo, na primeira rodada.

O Flamengo, graças à volta de Dom Arrascaeta, enfim, venceu, mas o fraco Cuiabá, e no Maracanã, por 2 a 0.

Galo e Mengo, como se sabe, eram (são?) os candidatos ao triangular com o Palmeiras.

Já o vice-líder Corinthians, com a vitória praticamente ganha em Curitiba, entregou o empate, 1 a 1, ao Athletico Paranaense.

O São Paulo, contra quem o Palmeiras jogará nesta segunda-feira (20), no Morumbi, é forte só em casa, porque fora não ganha de ninguém—e ainda tirou o Botafogo de jejum de cinco jogos, ao ser derrotado, no Nilton Santos, por 1 a 0.

Sim, o Inter cresce, Mano Menezes parece dar jeito à equipe gaúcha, mas, francamente, alguém acredita que possa ameaçar a hegemonia alviverde?

Só resta uma atitude aos 19 times que competem (e aqui o competem é quase modo de dizer) com o Palmeiras: estabelecer que o alviverde é o adversário a ser batido e juntar todas as forças com tal objetivo, combinar quem derrubar o Golias equivale a ganhar o Santo Graal.

Ou, então, concluir que o campeonato do Palmeiras é outro, e lutar para ficar entre o segundo e o sexto lugares, em busca de vaga na Libertadores, jamais entre os quatro últimos.

Porque, por enquanto, o Palmeiras sobra e a maioria dos adversários soçobra.

Sete vezes

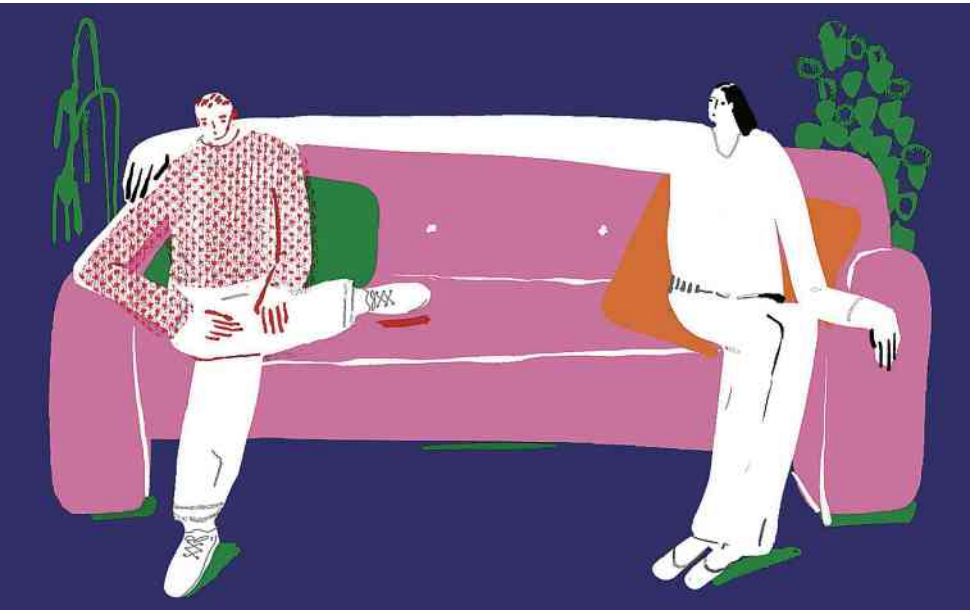
Mais fácil que o previsto, o Golden State Warriors é heptacampeão da NBA, e Stephen Curry, o MVP das finais.

Dor e raiva

Sim, aqui é lugar de tratar, predominantemente, de esporte.

Mas os assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips deixaram o mesmo amargor que deixaram os de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho.

Que não seja em vão, como não foi em 1975.

| DOM. Juca Kfouri, Tostão | **SEG. Juca Kfouri, Paulo Vinicius Coelho** | TER. Renata Mendonça | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SEX. Paulo Vinicius Coelho, Sandro Macedo | SÁB. Marina Izidro

ESPORTE AO VIVO | 15h GP do Canadá F1, BAND | 16h Corinthians x Goiás Brasileiro, GLOBO (SP/GO)/PREMIERE | 16h Atlético-MG x Flamengo Brasileiro, GLOBO (RJ/MG)/PREMIERE

Pontas brasileiros se firmam na Europa e dão opções a Tite

Vinicius Jr., Raphinha, Antony e Rodrygo ampliam leque do técnico na seleção

Marcos Guedes

SÃO PAULO Há um ano, Tite sofria para encontrar pontas de produção consistente. Era uma lacuna evidente da seleção brasileira e uma preocupação para o treinador.

Terminada a temporada 2021/22 do futebol europeu, a situação é bem diferente a cinco meses da Copa do Mundo. Vinicius Junior, 21, desabrochou no Real Madrid, onde Rodrygo, 21, também passou a demonstrar personalidade e a decidir jogos importantes. Raphinha, 25, chamou a atenção mesmo no pequeno Leeds. Antony, 22, ganhou corpo no Ajax.

Ampliou-se consideravelmente o leque de opções do comandante do Brasil, que, na ânsia por alternativas, havia pedido a seus observadores que analisassem atacantes de beirada. Assim conheceu Raphinha, que saíra garoto do Brasil e chegara ao Leeds, 17º colocado do último Campeonato Inglês.

"A equipe de scouting veio até mim: 'Dê uma olhada neste rapaz'. Eu não estava prestando muita atenção, mas eles insistiram: 'Olhe os números dele!'", contou Tite, em entrevista ao jornal inglês The Times.

O técnico, então, telefonou para o argentino Marcelo Bielsa, que dirigia o Leeds, e colheu informações. Convocado para as Eliminatórias, Raphinha entrou no intervalo da partida contra a Venezuela, vitória de virada por 3 a 1 em Caracas, e deu duas assistências, uma delas para outro estreante, Antony.

O gaúcho terminou a temporada inglesa com 11 gols e três assistências. Em nove partidas pela seleção, além dos passes da estreia, marcou três vezes. Já Antony, que registrou 12 gols e dez assistências pelo Ajax, defendeu o time nacional em nove oportunidades, com dois gols e dois passes para gol.

Um e outro emprestaram à formação verde-amarela características que lhe eram carentes: velocidade na direção da linha de fundo e habilidade para driblar.

"Sempre gostei muito do drible, desde pequeno, brincando. Eu ia com o meu irmão para a quadra jogar, e a gente sempre brincou de ficar driblando. É uma coisa minha, gosto muito", disse Antony.

Campeão holandês, o jovem só não terminou a temporada sorrindo por causa de uma lesão mais séria. Ele machucou o tornozelo direito em abril e ainda não voltou a atuar. A expectativa é que mostre recuperação satisfatória no retorno das férias, porém sua ascensão foi brecada.

Quem não freou foi Vinicius Junior. Questionado no Real Madrid e figura nem sempre presente na seleção em 2021, o garoto de São Gonçalo teve seu melhor ano na Europa. Recebeu confiança do técnico do Real Madrid, Carlo Ancelotti, formou parceria letal com o francês Benzema e fechou o ano fazendo histórico gol do título da Liga dos Campeões.

Entre as partidas do principal torneio europeu, as do Campeonato Espanhol e as da Supercopa da Espanha, foram 22 bolas na rede e 16 assistências. Sua velocidade virou um pesadelo para os rivais do Madrid, e, embora ainda exista espaço para crescimento, houve notória evolução nas finalizações, antes bastante problemáticas.

Na seleção, o garoto ainda procura colher frutos mais consistentes. Somados os dois amistosos recentes às sete partidas que fez nas Eliminatórias, fez um gol e não deu nenhum passe para gol. Agora, espera ganhar embalo em seu fim de ano espetacular na Europa para ser protagonista também vestindo amarelo.

Já Rodrygo é reserva do Real, mas Vinicius não teria feito o gol do título da Liga dos Campeões sem a ajuda do compatriota. Em duas ocasiões, contra Chelsea e Manchester City, saiu do banco para evitar a eliminação do time branco. O confronto semifinal com o City só foi levado à prorrogação porque o paulista marcou aos 45 e aos 46 minutos do segundo tempo.

Entre um momento heroico e outro —foram nove gols e nove assistências pelo clube no ano—, avisou: "Estou trabalhando para estar na seleção". Seu nome não é garantido na Copa do Mundo, porém suas chances aumentaram consideravelmente com a demonstração de poder de decisão. Nas Eliminatórias, jogou quatro vezes e marcou uma.

A estreia do Brasil no Qatar está marcada para 24 de novembro, em Lusail. Até lá, percepções podem ser alteradas, questões físicas podem aparecer. Mas a temporada 2021/22 do futebol europeu trouxe boas notícias para Tite.

Tite "não prestava atenção" a Raphinha, do pequeno Leeds, mas foi obrigado a perceber suas qualidades Adrian Dennis - 22.mai.22/AFP

A temporada dos 'europeus' da seleção

Confira o desempenho dos jogadores do Brasil por seus clubes no calendário 2021/22 da Europa*

Jogador	Jogos	Minutos	Gols	Gols sofridos	Assistências
Alisson, 29, goleiro, Liverpool. **Títulos:** Copa da Inglaterra e Copa da Liga Inglesa	54	4.860		41	0
Ederson, 28, goleiro, Manchester City. **Título:** Campeonato Inglês	49	4.423		40	0
Daniel Alves, 39, lateral direito, Barcelona	17	1.392	1		4
Danilo, 30, lateral direito, Juventus	31	2.628	2		3
Emerson Royal, 23, lateral direito, Barcelona/Tottenham	44	2.922	1		1
Marquinhos, 28, zagueiro, Paris Saint-Germain. **Título:** Campeonato Francês	40	3.582	5		1
Militão, 24, zagueiro, Real Madrid. Títulos: Campeonato Espanhol e Liga dos Campeões	51	4.616	2		2
Thiago Silva, 37, zagueiro, Chelsea. **Títulos:** Supercopa da Europa e Mundial de Clubes	47	3.830	3		1
Veríssimo, 26, zagueiro, Benfica	18	1.502	3		2
Alex Sandro, 31, lateral esquerdo, Juventus	40	2.836	2		1
Alex Telles, 29, lateral esquerdo, Manchester United	26	2.026	1		4
Arthur, 25, volante, Juventus	31	1.532	0		1
Bruno Guimarães, 24, volante, Lyon/Newcastle	42	2.905	5		6
Casemiro, 30, volante, Real Madrid. **Títulos:** Campeonato Espanhol e Liga dos Campeões	48	3.927	1		3
Douglas Luiz, 24, volante, Aston Villa	35	2.811	2		3
Fabinho, 28, volante, Liverpool. **Títulos:** Copa da Inglaterra e Copa da Liga Inglesa	48	3.664	8		1
Fred, 29, volante, Manchester United	36	2.565	4		5
Gerson, 25, volante, Marseille	48	3.491	11		7
Paquetá, 24, meia, Lyon	44	3.278	11		7
Philippe Coutinho, 30, meia, Barcelona/Aston Villa	35	1.955	7		3
Antony, 22, atacante, Ajax. **Título:** Campeonato Holandês	33	2.538	12		10
Gabriel Jesus, 25, atacante, Manchester City. **Título:** Campeonato Inglês	41	2.569	13		11
Martinelli, 20, atacante, Arsenal	36	2.334	6		6
Matheus Cunha, 23, atacante, Hertha Berlin/Atlético de Madrid	38	1.345	7		5
Neymar, 30, atacante, Paris Saint-Germain. **Título:** Campeonato Francês	28	2.328	13		8
Raphinha, 25, atacante, Leeds	36	2.969	11		3
Richarlison, 25, atacante, Everton	34	2.873	11		5
Rodrygo, 21, atacante, Real Madrid. **Títulos:** Campeonato Espanhol e Liga dos Campeões	49	2.411	9		9
Vinicius Junior, 21, atacante, Real Madrid. **Títulos:** Campeonato Espanhol e Liga dos Campeões	52	4.274	22		16

*Atletas que entraram em campo pelo time nacional ao menos uma vez no período. Gráficos com escalas diferentes Fonte: oGol

Quase fui campeão em 2002

Fascinou-me o convite para ser diretor técnico da seleção, mas recusei

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Neste mês, há 20 anos, no Japão, o Brasil ganhou, pela quinta vez, a Copa. Eu estava presente, como colunista. PVC conta todos os detalhes no ótimo livro "Cinco Estrelas – a Conquista do Penta".

Em 2001, quando foi convidado para ser o treinador da seleção, Felipão era técnico do Cruzeiro. Conversei com ele em Belo Horizonte. Estava impressionado com a seleção argentina, dirigida por Bielsa, disparada, a melhor das Eliminatórias. A Argentina foi eliminada na primeira fase do Mundial, e o Brasil foi campeão.

Felipão organizou a equipe, na prancheta, da mesma maneira que a Argentina, com três zagueiros, dois alas (Roberto Carlos e Cafu), um volante (Gilberto Silva), um meia ofensivo (Juninho Paulista) e três na frente (Ronaldo, Ronaldinho e Rivaldo).

Não funcionou na primeira fase da Copa, porque os dois alas jogavam encostados à lateral, e Juninho era mais um atacante, deixando Gilberto Silva sozinho no meio-campo. A Argentina, nas Eliminatórias, era mais compacta, tinha dois alas que atuavam ao lado do volante, como armadores, como costuma fazer hoje o Manchester City.

Nas oitavas de final, Felipão mudou, e o time melhorou, ao colocar Kleberson no lugar de Juninho Paulista. Kleberson marcava como volante e avançava como meia.

Quase fui campeão do mundo em 2002. Quando Leão foi demitido, o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, convidou-me para ser o diretor técnico. Eu escolheria o treinador, que seria Felipão. Fiquei fascinado pelo convite, pelo cargo e pelo desafio, e disse a ele que lhe daria a resposta no dia seguinte, mesmo já sabendo que não aceitaria, porque não tinha nenhum apreço pela CBF e por Ricardo Teixeira, já acusado, na época, por trapaças. Achava ainda que um dos motivos do convite era fazer um agrado, para diminuir as críticas à entidade, pois eu era campeão do mundo como jogador e colunista de um grande jornal.

Na véspera da final da Copa de 2002, os jornalistas alemães presentes no centro de imprensa me disseram que a finalista Alemanha era uma das piores da história do país. O nível da Copa realmente não foi bom, o que não tira os enormes méritos da seleção brasileira.

Depois daquele Mundial, todos perceberam que era preciso melhorar, e começou uma evolução no futebol, que nunca vai acabar. A Alemanha investiu na formação de jogadores, na maneira de atuar, formou uma ótima geração, a do 7 a 1, e ganhou em 2014. Mas a grande transformação foi feita no Barcelona, dirigido por Guardiola, seguido pela seleção da Espanha, que, além de encantar, foi bicampeã da Eurocopa, em 2008 e 2012, e campeã mundial, em 2010.

Hoje, as equipes são mais compactas, atacam e defendem em bloco, com intensidade e velocidade, pressionam quem está com a bola em todo o campo, os goleiros aprenderam a jogar fora do gol e a dar bons passes, os meio-campistas atuam de uma intermediária à outra, defendem, constroem e avançam, e tantos outros detalhes. É outro futebol.

Por outro lado, as regras básicas do futebol continuam as mesmas. Dizem que, há quase 150 anos, os ingleses, bebendo cerveja em um pub, decidiram, oficialmente, as regras do jogo, como o tamanho do gramado, a marcação das linhas das áreas, do meio-campo e do pênalti, o número de 11 jogadores para cada lado e muitas outras coisas, que perduram, como a troca de passes, símbolo do futebol coletivo, apesar de muitos insistirem até hoje em dar chutões para chegar rapidamente ao gol

NOSSO ESTRANHO AMOR

Pedro Mairal
folha.com/nossoestranhoamor

É proibida a entrada de estranhos

Um dia, ao voltar do trabalho, Laura nota que tem um novo vigia em seu edifício. Cumprimenta-o. Deve ter uns 35 anos. Magro, de bom porte, um pouco descomposto, como que cansado ou vulnerável, talvez. Quando comenta o fato com seu namorado, com quem mora, ela não diz que gosta do vigia, diz "vou com a cara dele". E depois, quando já sabe o nome dele, diz: "Vou com a cara do Gonzalo". Gonzalo cobre apenas o turno da tarde e é muito cuidadoso ao guardar os pacotes das editoras que mandam livros a ela. Ele os entrega todo orgulhoso, como se tivesse ficado o dia inteiro esperando que Laura volte do trabalho. Com o passar das semanas, começam um diálogo sobre os livros e sobre quem os envia. Acontece que Gonzalo gosta de ler, então Laura vai lhe emprestando livros. Ele vai devolvendo uma semana depois; às vezes comentam a respeito, às vezes não. Gostam em geral dos romances de amor. Ele mora com sua mulher e uma filha, longe; faz sempre uma hora e meia de viagem. Às vezes lê no trajeto.

Um dia de muito calor, Laura o vê do lado de fora do edifício, falando com uma policial. Uma morena de boca grande, olhos delineados, trança preta e brilhante, uniforme justo, coturnos... Um combo magnético completo. Várias outras vezes os vê conversando na calçada. A policial está encarregada de vigiar essa região de escolas privadas. Sobre o que conversam? Nesses diálogos, que ela testemunha à distância e de passagem, Laura o vê sorrir à policial como nunca tinha visto antes. Algo na gestualidade desse homem se manifesta diante dela, se evidencia. São pessoas reais, pensa Laura. Ela não se sente real. Sente-se transparente, feita de palavras, de ar, de escrita. Eles dois não, eles são de carne e osso. Protegem a classe média trabalhadora que teme por seus filhos, por sua segurança. Ela os observa com fascinação. Por causa do jeito que se procuram, se oferecem um cigarro, do jeito que ele se põe meio em pose de boxeador contando alguma coisa, do jeito que ela a cada tanto mexe a cabeça fazendo sua trança chicotear, Laura entende que esses dois sentem um desejo louco um pelo outro.

Passa o verão, chega a pandemia. Gonzalo pede permissão e começa a ficar algumas noites para dormir na portaria, onde tem um colchão, porque se torna muito difícil viajar. O outro vigia não consegue chegar, então ele cobre os dois turnos. Numa manhã, Laura cruza com a policial no térreo do edifício. Desata-se em sua mente uma bomba sexual. Esses dois estão passando uma lua de mel impressionante, pensa. As fantasias esgueiram-se por debaixo da porta. Parece vê-los, sentir o cheiro deles, os imagina, pensa neles, procura policiais mulheres em páginas pornô, cria um fetiche novo, com uniformes e tranças e dominação. Numa noite, desce para ir a um quiosque e escuta uma gargalhada de mulher que vem do fundo do corredor do térreo, perto do aquecedor de água. Uma gargalhada aberta, feliz, descabelada.

No grupo do condomínio circula uma mensagem delatora e paranoica dizendo que há pessoas estranhas passando a noite no edifício. Mas as mensagens param por aí, porque um dia Gonzalo quase não sai da portaria e no noticiário fala-se de uma policial a quem mataram na periferia. E é ela. Laura a reconhece nas fotos; tinha um filho e morava com sua mãe. Mataram-na uns garotos que tentaram assaltá-la e, embora estivesse com roupas civis, eles a reconheceram como policial porque a conheciam do bairro. Gonzalo não fala. Não pede mais livros. Tem os olhos vermelhos. Laura quer abraçá-lo e levá-lo para o fundo do corredor e deixá-lo chorar em seu peito e sentir suas lágrimas de pessoa real.

Tradução: Livia Deorsola

Gabriela Biló - 16.jun.22 /Folhapress

IMAGEM DA SEMANA

Policiais federais levam caixão com restos mortais encontrados na região do vale do Javari, na quarta-feira (15), para serem transportados de avião de Atalaia do Norte (AM) a Brasília. Na sexta-feira (17), a perícia confirmou que os remanescentes são do jornalista britânico Dom Phillips, 57, assassinado junto com o indigenista e ex-servidor da Funai Bruno Pereira, 41. A PF descarta que haja um mandante, apesar de críticas e contestação de indígenas.

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Técnica de fisgar peixes / (Abrev. ingl.) Aplicativo **2.** Os santos são usados para a crisma e em outras cerimônias / Departamento de Estradas de Rodagem **3.** Um personagem da turma do Charlie Brown / Instituto Nacional de Estatística **4.** Pedra sagrada para os muçulmanos, conservada num templo em Meca / Gorjeta, em inglês **5.** Opinião dada como exata **6.** Ter novamente a posse **7.** Apartamento que possui serviços de hotel / O doce tradicional de aniversários **8.** Insistência no mesmo assunto **9.** Azedar (vinho) **10.** (de Itamaracá) Famosa cantora e compositora pernambucana de cirandas / Pequeno lambari do sul do Brasil **11.** Efetuar, executar, praticar (um movimento corporal) / (Náut.) Cabo encapelado, fixo na proa, que aguenta a mastreação **12.** Outro nome da gaivota / Tronco de árvore serrado na parte inferior e na superior **13.** O S de SP / Colocar no mesmo nível.

VERTICAIS
1. Uma dança dos tempos românticos / Cueiros **2.** (Fausto) Cidade paulista próxima a Capivari / Monstro marinho mencionado na Bíblia **3.** Lance de dados em que todos caem com o seis / Lugar que produz mel, própolis etc. **4.** (Pierre de) O barão francês responsável pelo restabelecimento dos Jogos Olímpicos (1863-1937) **5.** (Patativa do) Poeta cearense (1909-2002), um dos mais populares do Brasil / (Pop.) Observar sem tomar parte **6.** Fumante **7.** Substância que melhora o desempenho de um motor / Certos roedores comuns **8.** Fatigante / Um bolinho da cozinha afro-baiana **9.** Instrução especial para o desempenho de determinadas tarefas ou profissões / Vir aparecendo.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1						■			
2						■			
3						■			
4						■			
5									
6	■	■	■						
7					■				
8							■	■	■
9									
10				■					
11				■					
12				■					
13				■					

HORIZONTAIS: 1. Pesca, App, **2.** Óleos, DER, **3.** Linus, INE, **4.** Caaba, Tip, **5.** Assertiva, **6.** Reaver, **7.** Flat, Bolo, **8.** Repisa, **9.** Avinagrar, **10.** Lia, Piaba, **11.** Dar, Estai, **12.** Ati, Atora, **13.** São, Rasar. **VERTICAIS: 1.** Polca, Fraldas, **2.** Elias, Leviatã, **3.** Senas, Apiário, **4.** Coubertin, **5.** Assaré, Sapear, **6.** Tabagista, **7.** Aditivo, Ratos, **8.** Penível, Abará, **9.** Preparo, Raiar.

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

		1	9				6	
3					1			
6		7		3			1	
		4	1			5		
	5						7	
		9			2	6		
	4			9		1		6
			2					8
	3				8	7		

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

4	8	1	9	2	7	3	6	5
3	2	5	8	6	1	4	9	7
6	9	7	5	3	4	8	1	2
2	9	4	1	7	6	5	8	3
1	5	3	4	8	9	2	7	6
8	7	9	3	5	2	6	4	1
5	4	8	7	9	3	1	2	6
7	1	6	2	4	5	9	3	8
9	3	2	6	1	8	7	5	4

FRASES DA SEMANA

DEMOCRACIA TROPICAL

Irene Khan
Relatora especial da ONU para liberdade de expressão, comentou o caso do jornalista britânico Dom Philips, assassinado no Amazonas ao lado do indigenista Bruno Pereira

"Sabemos que dez jornalistas foram mortos no conflito na Ucrânia. Mas quando vemos isso acontecer em países como o México ou o Brasil, a morte de cada jornalista sob essas circunstâncias é um ataque à democracia"

Jair Bolsonaro
Presidente foi cobrado pela sociedade civil e pelos outros poderes pela demora em reagir e aumentar contingentes de buscas. Luís Roberto Barroso, do STF, mandou o governo federal adotar todas as providências possíveis para encontrar os profissionais

"São dezenas de milhares de pessoas que desaparecem todo ano no Brasil. Ele[Barroso] se preocupou apenas com esses dois. Nós, via nosso Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos, nos preocupamos com todos os desaparecidos no Brasil"

Hamilton Mourão
Nesta semana, o vice-presidente deu declaração que responsabiliza o jornalista e o indigenista pelo desaparecimento e assassinato, sugerindo que a região é perigosa. Na semana passada, Bolsonaro havia dito que eles saíram em uma "aventura perigosa". Nesta, disse que Phillips era "mal visto" na Amazônia

"As duas pessoas entram numa área que é perigosa sem pedir uma escolta, sem avisar efetivamente as autoridades competentes e passam a correr risco, né? Lamentavelmente é isso aí"

VAZAMENTO

Luiz Inácio Lula da Silva
Ex-presidente e candidato ao pleito deste, criticou os Estados Unidos e a condenação do australiano Julian Assange, fundador do WikiLeaks, site de denúncias e vazamentos de documentos sensíveis de governos e empresas

"Que crime o Assange cometeu?"

SIMONE E...

Simaria
A cantora sertaneja anunciou pausa na carreira. A irmã, Simone, continuará turnê sozinha em nome da dupla

"Cantar é tudo que mais amo, mas neste momento preciso me afastar dos palcos para cuidar da minha saúde"

TEM QUE RENUNCIAR

Arthur Lira
Presidente da Câmara dos Deputados defendeu a renúncia do presidente da Petrobras depois de alta nos preços de combustíveis derrubar as ações em 7% na sexta (17). Ele chegou a definir a gestão de José Mauro Coelho como "ato de terrorismo corporativo" e disse que "vai para o pau" para rever preços

"O presidente da Petrobras tem que renunciar imediatamente. Não por vontade pessoal minha, mas porque não representa o acionista majoritário da empresa —o Brasil— e, pior, trabalha sistematicamente contra o povo brasileiro na pior crise do país"

E O OSCAR VAI PARA...

Jurado em Heard x Depp
Um integrante do júri do caso de difamação de Johnny Depp pela sua ex-esposa Amber Heard revelou que o que definiu seu voto em favor do ator para o programa de TV americano Good Morning America foi a performance mais convincente de Depp

"O choro, as expressões faciais que ela tinha, o olhar para o júri. Todos nós estávamos desconfortáveis. Ela respondia uma pergunta, chorava e, dois segundos depois, ficava gelada. Alguns de nós usavam a expressão 'lágrimas de crocodilo'"

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **19.jun.1922**

Presidente recebe os aviadores da 1ª travessia aérea do Atlântico Sul

O presidente da República, Epitácio Pessoa, recebeu na tarde desta segunda-feira (19) os aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho, que viajaram de Lisboa ao Rio de Janeiro, fazendo várias escalas, na primeira travessia aérea do Atlântico Sul.

Os autores do feito foram ao palácio do Catete em companhia do embaixador de Portugal. Em um encontro cordial, o chefe da nação exprimiu a sua grande admiração pela façanha, e os aviadores mostraram-se encantados pelas provas de simpatia do povo.

Uma grande massa popular aclamou os dois portugueses tanto na chegada como na saída do Catete.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

ilustríssima

Lula e o teto

Em artigo, André Singer e Fernando Rugitsky defendem que eventual governo do ex-presidente petista precisaria revogar emenda do teto de gastos em defesa da democracia C4

- Democracia não é o lugar de um Deus acima de todos, escreve Bernardo Carvalho C3
- Monica Lewinsky expõe sua versão do escândalo em série na TV C8

Ilustração *Fábio Miguez*

MÔNICA BERGAMO monica.bergamo@grupofolha.com.br

Vladimir Brichta
Estamos sendo governados por uma horda de medíocres

[RESUMO] Aos 46 anos, ator fala da experiência de retornar ao teatro após um hiato de oito anos, conta como foi encenar com Ronaldo Fenômeno na plateia, diz preferir novelas abertas ao formato que já vai ao ar gravado do começo ao fim e afirma que a Copa do Mundo de 2022 poderá ser atravessada por discussões geradas pelas eleições

Por **Bianka Vieira**

Vladimir Brichta, 46, vê o tablado como uma espécie de zona de conforto e segurança. No teatro desde os seis anos de idade, não há papel ou plateia que subtraiam a intimidade entre os dois adquirida ao longo dos anos. "Pode ir Renata Sorrah, Fernanda Montenegro, Chico Buarque ou Caetano Veloso que, para mim, tudo bem", diz, descrevendo a tranquilidade que sente sobre os palcos. As exceções, conta, ocorreram em apenas dois momentos de sua carreira.

*

A primeira delas foi em 2000, quando encenava a peça "A Máquina" no Sesc Copacabana, no Rio, ao lado de Lázaro Ramos, Wagner Moura e Gustavo Falcão. O espetáculo se tornaria um divisor de águas na carreira dos atores. "Grandes artistas iam ver a peça, e as pessoas ficavam muito empolgadas. Mas quando o Ronaldo Fenômeno foi lá, eu fiquei inibido, realmente", relembra, rindo. "O tempo inteiro, na minha cabeça, eu lembrava que ele estava assistindo", segue o ator, que é apaixonado por futebol.

*

Já a segunda vez em que se viu balançado ocorreu neste ano, com a peça "Tudo", do argentino Rafael Spregelburd, após ficar longe dos teatros por oito anos —dois deles, por causa da crise da Covid-19. Era a primeira semana de 2022, e Vladimir previa um ano de descanso, sem grandes planos, quando recebeu o convite para o trabalho.

*

"Eu, deitadinho na rede, sem nada para fazer nos próximos meses. De repente, tenho que encarar tudo o que o teatro traz a reboque no mês seguinte. Por isso que deu medo também", conta. "Me vi nessa pandemia um pouquinho fragilizado", segue. "Cheguei a ligar para o Guilherme [Weber, diretor da peça] e fiz uma sessão de terapia com ele. E ele disse: 'Vamos sentir medo juntos. Vamos descobrir. É coletivo'."

*

A comédia, que estreou na quinta (16) no teatro Sesi Centro, no Rio, e fica em cartaz até 17 de julho, reúne Julia Lemmertz, Dani Barros, Cláudio Mendes e Márcio Vito no elenco. Seu enredo é composto por três "fábulas" que se debruçam sobre as seguintes perguntas: por que todo Estado vira burocracia? Por que toda arte vira negócio? Por que toda religião vira superstição?

*

"Nesse mundo em que as discussões são virtuais e os encontros são cada vez menores, e tiveram que ser por motivos óbvios, parece que a coisa mais subversiva que você pode fazer é estar presente fisicamente num palco, falando com as pessoas. Ao mesmo tempo, é o que há de mais antigo na profissão. Eu preciso estar pessoalmente, preciso correr o risco até de a pessoa espirrar, ligar um telefone, me abandonar no meio [da peça]", pondera, rindo.

O ator Vladimir Brichta, no Rio de Janeiro Eduardo Anizelli/Folhapress

*

"É um ritual que ganhou contornos mais sagrados do que já tinha. Eu enxergo o teatro como um lugar de celebração, de comunhão", afirma Vladimir. "[Há] uma sensação de que todos os atores deveriam, se possível, estar nos palcos. Como se a gente pudesse criar um ato de resistência, começar uma primavera."

*

Até maio deste ano, o ator esteve na grade da TV Globo com a novela das sete "Quanto Mais Vida, Melhor!". O folhetim já estava gravado do começo ao fim quando foi ao ar. Se no início do processo Vladimir Brichta pensou que encenar uma trama em que personagens trocam de corpos o desafiaria, em pouco tempo descobriria que a novidade do formato seria a grande surpresa.

*

"De repente, a gente viu que o maior desafio era fazer 161 capítulos sem assistir. E a gente descobriu o que já suspeitava: que novela, de fato, é uma obra aberta e funciona melhor dessa forma", diz. "Há 20 anos eu faço novela. Me lembro da gente, em dado momento, até se queixar um pouco: 'Pô, mas o olhar do público acaba interferindo. Que bom seria se já estivesse tudo escrito'. [Queria] que fosse tratado como um roteiro de cinema ou uma peça de teatro. Agora sentimos na pele que não, pelo contrário."

*

Apesar de valorizar os pitacos do telespectador, ele diz não se sentir pressionado pela audiência ao assumir um papel em uma novela. "A gente sempre espera que o nosso próximo trabalho seja uma 'Avenida Brasil'", diz, brincando, em menção ao sucesso de 2012. "A gente torce pelo melhor. Mas a questão da audiência, como ator, não é uma coisa que me afeta muito. Se eu conseguir fazer o melhor possível, provavelmente vai afetar de forma positiva o resultado da novela."

*

Antes de querer ser ator, Vladimir Brichta sonhou em se tornar jogador de futebol. A influência veio de Luca, personagem interpretado por Mario Gomes na novela "Vereda Tropical" (Globo), de 1985, que era jogador. "Meu primeiro ídolo de futebol foi um ídolo da ficção", afirma. Chegou a fazer um teste para integrar o time de sua escola em Salvador, onde cresceu, mas logo percebeu que seria melhor mudar a rota.

*

"Quando o técnico escolheu os dez jogadores, cinco titulares e cinco reservas, eu não estava entre os dez. Não sei se por alguma coisa que eu mostrei no teste ou se foi a minha cara de 'pidão', mas ele olhou pra mim e falou: 'Você é o 11º, pode vir. Quando alguém faltar ao treino, você substitui'. Eu pensei comigo: 'Eu sou reserva do reserva do time da escola'. Me inscrevi no curso de vôlei na semana seguinte [risos]."

*

A paixão pela modalidade faz com que ele se anime com a chegada da Copa do Mundo de 2022, embora a proximidade com as eleições deste ano faça ser mais difícil para ele separar um evento do outro.

*

"Essa discussão sobre patriotismo e essa forma com que especialmente a camisa da Seleção e a própria bandeira foram meio cooptadas por uma direita radical que está no poder embaralhou as coisas. Parece que a bandeira pertence a um determinado discurso, e obviamente isso é um equívoco. Tem muito de ironia envolvida com isso: pessoas que reclamam sobre corrupção vestindo uma camisa da CBF."

*

"Inevitavelmente, essa proximidade gera uma expectativa sobre o que que vai acontecer. Mas eu torço por uma vitória da seleção brasileira. Se não for da seleção brasileira, eu passo a torcer por alguma da América do Sul e depois eu torço por uma vitória de um país africano. E, por último, um país europeu."

*

"Tenho muita raiva de várias coisas, mas no futebol sou muito amor", diz ele, que é torcedor do Bahia, mas também se dispõe a vibrar pelo rival Vitória e por outros times brasileiros, a depender do campeonato.

*

Uma das coisas que despertam sentimentos negativos, conta, são problemáticas sociais como violência e exclusão. "Tudo o que a gente entende como injustiça me irrita muito", afirma. Com uma história de vida marcada por diversos signos políticos —a começar pelo seu nome, uma homenagem a Vladimir Herzog, e por seu pai, um preso político da ditadura (1964 - 1985), ele afirma viver anos terríveis sob o governo de Jair Bolsonaro (PL).

*

"Se eu falar no meu lugar particular cheio de privilégios, é claro que sobrevivi muito bem. Sou contratado de uma empresa grande que produz entretenimento com alta qualidade e estive fazendo isso. Num lugar bem particular, eu passei bem, mas a gente não passa ileso. Até porque a gente não está falando só de uma gestão canhestra, mas de um legado para as próximas gerações."

*

"Concordo com meu amigo Wagner [Moura] que falou que é quase educativo. Não que a gente devesse [passar por isso], é uma maldição. Mas a gente teria que passar por causa de uma série de ensinamentos que não estávamos dispostos a aprender", segue. "A gente está sendo governado por uma horda de medíocres. O mais medíocre daquela área, você põe [no governo]."

*

"São valores com os quais eu não comungo, em hipótese alguma, e se transformam em projetos. Esse é o grande mal. Se isso passa a virar projeto de lei, de extermínio, a gente tem um problema grave."

*

Aos 46 anos recém-completados, Vladimir Brichta afirma que envelhecer é a melhor opção de vida e que nunca foi de fazer grandes planos para o futuro. "Se me perguntassem [anos atrás], talvez eu achasse que já teria, sei lá, uns dois Oscars. Mas não aconteceu", diz, gargalhando. "Mas tenho um monte de prêmio do Faustão, se isso ajuda em alguma coisa."

O que vale um homem

Democracia não é o lugar de um Deus acima de todos

Bernardo Carvalho
Romancista, autor de 'Nove Noites' e 'O Último Gozo do Mundo'

O que faz alguém defender, em nome de Deus, um governo que apelidou de liberdade o crime, de ordem a incompetência, e de justiça o aviltamento da lei? O que leva alguém a apoiar, em nome de Deus, um governo que vê na mentira a salvação, no cinismo a dignidade, e na desonestidade a honra?

Essa é uma questão que diz respeito à ética e não à moral, que se adapta a todo tipo de contradição. É o que se conclui de um livro maravilhoso que acaba de sair em português pela editora Âyiné: "Da Ilíada", de Rachel Bespaloff, numa bela tradução de Giovani T. Kurz (uma edição anterior já havia sido publicada, em 2005, pela extinta e saudosa Cotovia, de Lisboa, também responsável pelo lançamento das traduções de referência que Frederico Lourenço fez da "Ilíada" e da "Odisseia").

Rachel Bespaloff (1895-1949) escreveu "Da Ilíada" entre 1939 e 1942, quando embarcou da França para os Estados Unidos, fugindo do nazismo. Começou a escrever esse pequeno ensaio durante um mau momento pessoal e da humanidade, procurando escapar às "ideias obsessivas", ao que parece enquanto a filha estudava a "Ilíada" na escola: "Agarrei-me a Homero. Era a coisa verdadeira, o tom, a própria ênfase da verdade".

O ensaio vai tratar precisamente da ética como "ciência dos momentos de completa angústia, em que a ausência de escolha dita a decisão". É quando parte da humanidade costuma atribuir aos deuses e ao destino o que é de sua responsabilidade.

Em Homero, deuses imperfeitos carregam a culpa da tragédia dos homens, mas a responsabilidade é sempre da humanidade. Os deuses "são causa de tudo e responsáveis por nada". A culpa deles é a irresponsabilidade. Zeus não está nem aí quando é xingado pelos homens, não vê sacrilégio na blasfêmia. Sua felicidade imprudente faz a responsabilidade recair sobre os ombros da humanidade. E é aí que incide a ética.

Os deuses gregos são "agentes provocadores" de um espetáculo no qual o homem tem a chance de mostrar sua grandeza e sua coragem. A epopeia é a superação da mesquinharia.

É diferente na relação com um Deus onipotente e inquestionável. A responsabilidade Dele tanto castiga como isenta os homens da culpa pelos arbítrios, atrocidades e pequenezas que cometem em Seu nome. "Onde a individualidade não se afirma sob aquilo que a esmaga, a responsabilidade não encontra esteio."

Bespaloff entretanto não opõe a "Ilíada" à Bíblia, mesmo se numa o homem é o único responsável pela justiça e na outra ele à espera de Deus. O que na verdade afasta uma da outra, segundo a autora, é a interpretação que, ignorando na Bíblia a "prodigiosa inspiração da poesia profética" (ou seja, sua responsabilidade humana), degenera a religião em "fervoroso messianismo místico".

[...]

A democracia é o regime da responsabilidade humana. Ela é resultado do debate de responsabilidades entre os homens, não da delegação da culpa para o Além, por interesses demasiado humanos

Não há nada mágico ou místico nem na "Ilíada" nem na Bíblia. "Não há outro ascetismo, senão a retidão do espírito, para entrar em contato com o sobrenatural." O acontecimento no qual incide a ética é sempre incomparável. Não é possível domesticá-lo, convertê-lo em norma moral.

Ele é sempre uma provação para os homens. "A experiência ética se materializa apenas em atos que a transcendem. O que restaria dessa experiência se a poesia não testemunhasse sua realidade?"

Historicamente, tanto a "Ilíada" como a Bíblia encontram-se num lugar intermediário entre a magia dos mitos e a razão da filosofia. Nem uma coisa nem outra, é pela poesia que se realiza a "liberação da consciência individual". É a poesia que torna inteligível e representável a experiência ética.

Bespaloff também associa Homero e Tolstói, apesar das diferenças que os afastam. A guerra em um como em outro torna inestimáveis as vidas que ela consome. É o oposto do que vemos no Brasil, onde as vidas consumidas não têm valor algum. "Todo o mundo morre", pontifica o chefe da nação, em desesperado combate contra a ética e a consciência individual. A responsabilidade é de Deus.

A democracia é o regime da responsabilidade humana. Ela é resultado do debate de responsabilidades entre os homens, não da delegação da culpa para o Além, por interesses demasiado humanos.

A democracia é um ajuste de imperfeições, nunca a justificativa destas pela atribuição de perfeição a um deus inquestionável. Na democracia, a força divina está dividida na pluralidade antagônica dos homens. Não é o lugar da moral prescritiva e punitiva, mas da ética. Não é o lugar de um Deus acima de todos, mas da "humildade diante do real, diante da existência não domesticável". É aí que os homens têm afinal a chance de mostrar a que vieram e o que realmente valem.

| **DOM.** Bernardo Carvalho, **Itamar Vieira Junior**, Marilene Felinto, Wilson Gomes

Batemos no teto

[RESUMO] Promulgado em 2016, o teto de gastos se tornou um mecanismo de sabotagem que visa destruir o pacto da Constituição de 1988 e abre caminho para a extrema direita, na opinião dos autores. Artigo advoga que revogação da emenda, que limitaria de forma draconiana o gasto público, travando o crescimento da economia, é crucial para o sucesso de um eventual governo Lula e para o futuro da democracia brasileira

Por ***André Singer e Fernando Rugitsky***
Singer é professor titular do Departamento de Ciência Política da USP e autor, entre outros livros, de 'Os Sentidos do Lulismo' e 'O Lulismo em Crise'. Foi porta-voz da Presidência da República no governo Lula. Rugitsky é professor do Departamento de Economia da USP e da Universidade do Oeste da Inglaterra, em Bristol

Ilustração ***Fábio Miguez***
Artista plástico. Sua exposição individual 'Alvenarias' está em exibição na galeria Nara Roesler, em São Paulo, até 23/7

Uma polêmica que se anunciava havia algum tempo ganhou voltagem com a prévia do plano de governo do ex-presidente Lula enviada para os seis partidos aliados ao PT. A partir dele, PSB, PC do B, PV, PSOL, Rede e Solidariedade terão que se pronunciar sobre a proposta de revogar o teto de gastos, que seria, segundo o documento, a forma de "recolocar os pobres e os trabalhadores no Orçamento".

Adiantando-se ao parecer das agremiações aliadas, a Bolsa caiu e o dólar subiu diante do vazamento das diretrizes petistas, reagindo ao que o mercado denomina "aumento do risco fiscal". O confronto entre a necessidade do dispêndio público e a desconfiança que essa causa aos investidores privados constituirá o centro da encruzilhada democrática no provável terceiro mandato lulista.

Em meados de abril, o Financial Times, uma das bíblias dos capitalistas internacionais, havia sintetizado o desacordo. Reportagem assinada por Bryan Harris, correspondente do jornal inglês em São Paulo, apresentava de resumidamente o duelo entre formuladores do PT e economistas vinculados aos mercados financeiros.

Nela, falando pelo PT, o professor da Unicamp Guilherme Mello defendeu a substituição do teto de gastos por regras fiscais compatíveis com as necessidades de investimento por parte do Estado brasileiro. O teto gerou "mais pobreza, mais miséria, mais inflação e mais fome", disse.

Defendendo as cores do dinheiro, Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, argumentou que aumentar o investimento público e social, sem um forte ajuste no resto do Orçamento, agravaria o quadro econômico nacional. Abolir o teto seria bom apenas se houvesse uma regra melhor, mas isso não parece provável, afirmou.

Devido a uma conjunção de fatores, a divergência em torno do dispêndio estatal é chave. Vencer a eleição e superar as ameaças golpistas de Jair Bolsonaro (PL) e apoiadores não será fácil e vai requerer unidade e capacidade estratégica redobrada das forças democráticas. Múltiplos e perigosos escolhos precisarão ser superados nos próximos quatro meses.

Os desafios, porém, estão longe de terminar na almejada posse pacífica do vencedor. A disputa sobre os rumos da política econômica, enraizados em diferentes perspectivas de classe, coloca um dilema para a jovem e instável democracia brasileira.

O busílis está no destino da emenda constitucional (EC) 95, que limitou de draconianamente o gasto público até 2036 (com uma revisão intermediária prevista para 2026). Como se recorda, promulgada pelo Congresso Nacional em 2016, durante o consulado de Michel Temer, a chamada emenda do teto foi uma das consequências estruturais do impeachment de Dilma Rousseff (PT).

Item principal do opúsculo Ponte para o Futuro, programa oficial do MDB para o golpe parlamentar que derrubou a presidenta, a emenda bloqueava por pelo menos duas décadas qualquer tentativa de recolocar o Brasil na trilha do desenvolvimento. Juntamente com a reforma trabalhista e a da Previdência (alavancada pelo atual presidente), representaram, na prática, uma pinguela para o abismo.

Bolsonaro, que simboliza o poço sem fundo em que caímos, aduziu a autonomia do Banco Central como contribuição própria para salgar a terra de modo que o desenvolvimentismo nunca mais ousasse erguer a cabeça por aqui.

Dentre as quatro leis sagradas do atraso, porém, a do teto é a pedra angular. Com frequência descrita como mero instrumento para conter o aumento supostamente explosivo dos gastos públicos, forçando uma discussão de prioridades, é bem mais que aparenta.

Na verdade, a regulamentação paralisa, em termos reais, o montante de recursos que o Executivo pode empenhar, destoando das mais rigorosas regras impostas a nações atacadas pela austeritite. O congelamento significa que, caso a economia cresça, o percentual do PIB que caberá ao Orçamento cairá, pois este ficará estancado nos limites de 2016, devendo ser reajustado apenas pela inflação.

Estimativas de Esther Dweck, professora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), publicadas no livro "Economia Pós-Pandemia", sugerem que os gastos primários (isto é, descontando-se o pagamento de juros da dívida pública) ameaçam cair de cerca de 20% do PIB em 2017 para pouco mais de 13% em 2036. No macabro sonho neoliberal, não cabem o SUS, as universidades federais e tantas outras instituições que visam garantir os direitos inscritos na Carta de 1988.

No entanto, a EC 95 não se restringe a reduzir o tamanho do Estado. Possui destacado efeito macroeconômico de curto prazo. Ao comprimir o dispêndio público, faz com que um dos principais motores do crescimento no capitalismo contemporâneo passe a funcionar como freio, o qual constantemente trava o PIB, dificulta a criação de empregos e a elevação da renda do trabalhador.

Cálculos da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado indicam que, entre 2017 e 2019, no triênio inicial da EC e antes do choque provocado pela pandemia, a gestão fiscal reduziu o crescimento do PIB, enquanto entre 2003 e 2014 ela o acelerava.

Em 2020, o teto foi flexibilizado em razão da Covid-19, e a política fiscal assumiu transitoriamente um caráter expansionista. Em 2021, contudo, o bloqueio voltou a se manifestar.

Em suma, respeitada a limitação neoliberal estabelecida, a economia tenderá a andar de lado, sem produzir os postos de trabalho e os salários indispensáveis para consolidar a opção democrática que, segundo as pesquisas, a maioria do eleitorado deverá fazer na próxima eleição.

O árido debate fiscal adquiriu, portanto, centralidade política, com os gastos do governo passando a assumir lugar de destaque entre as armas escolhidas para combater a ascensão da extrema direita. Nos Estados Unidos, por exemplo, Joe Biden propôs um conjunto audaz e importante de planos para reconstruir o país assim que assumiu a Presidência.

Perspicaz, Biden, um quadro sabidamente convencional, colocou na equipe econômica gente que criticava a austeridade. Queria sinalizar a urgência das medidas que precisavam ser tomadas. A sua agenda previa nada menos que US$ 7 trilhões a serem aplicados pelo Estado.

Era tão avançada que foi vista como o fim do neoliberalismo. O "fundamentalismo de mercado [...] está sendo substituído por algo muito diferente", escreveu Dani Rodrik, laureado professor de Harvard.

Ao comprimir o dispêndio público, o teto faz com que um dos principais motores do crescimento no capitalismo contemporâneo passe a funcionar como freio, o qual constantemente trava o PIB, dificulta a criação de empregos e a elevação da renda do trabalhador

O atual presidente norte-americano o fez porque percebeu que não era a sobrevivência da máquina clintoniana que estava em jogo, mas a do regime democrático. De maneira análoga, no Brasil, não é o futuro do lulismo, mas os alicerces da democracia que se encontram em questão.

A tradução econômica a ser dada para o voto de confiança que a chapa Lula-Alckmin receberá em outubro precisa responder às demandas emergenciais dos setores populares. É provável que o neoliberalismo não tenha acabado, mas a natureza do embate se alterou com a entrada em cena de componentes fascistas, exigindo uma postura audaz dos que apostam no regime democrático.

Nos EUA, as resistências que algumas das medidas propostas por Biden enfrentam por parte de setores conservadores têm restringido o impacto da guinada política proposta, comprometendo a superação do legado de Trump. A parte já em execução permitiu a retomada da atividade econômica, a criação de empregos e até certo fortalecimento de alguns setores da classe trabalhadora.

Continua na pág. C5

Sem título (série 'Volpi')
Flávio Freire/Divulgação

Continuação da pág. C4

No entanto, o bloqueio ao chamado "American Families Plan", que teria efeitos potencialmente mais estruturais e duradouros, tem contribuído para a sobrevivência do trumpismo no país, que pode até prevalecer nas eleições de novembro próximo.

O caso norte-americano ensina que, se os democratas do mundo não forem capazes de entregar com rapidez o que prometeram aos eleitores, o autocratismo tende a recrudescer.

A extrema direita pós-factual, para usar uma expressão de Wolfgang Streeck, que nasceu com o brexit em 2016 e se estendeu para o mundo pelas mãos de Donald Trump e Steve Bannon, veio para ficar, como revela a recente competitividade das candidaturas de José Antonio Kast, no Chile, e Rodolfo Hernández, na Colômbia.

Se as coalizões democráticas não produzirem medidas sociais efetivas, acabarão sem instrumentos para provar aos setores populares que o jogo democrático vale a pena, adubando o solo de onde brota o autoritarismo.

Contradições da conjuntura

A conjuntura externa apresenta elementos contraditórios. Na economia global, prevalece a incerteza sobre consequências de médio prazo da Guerra da Ucrânia e a respeito da velocidade de recomposição das cadeias de suprimento, ainda chacoalhadas pela pandemia.

É plausível que a continuidade da escalada inflacionária nas nações ricas reduza a liquidez global e piore a situação brasileira, com uma eventual desvalorização cambial, empurrando o Banco Central a subir ainda mais os juros e, em consequência, reter o crescimento.

Não se deve excluir, porém, a possibilidade de ventos favoráveis soprarem em 2023, se a inflação mundial ceder, puxada pelos preços dos produtos manufaturados, e as commodities exportadas pelo Brasil seguirem em alta.

Vale lembrar que, nos primeiros quatro meses de 2022, ocorreu um boom de commodities como não acontecia há meio século, conforme indicam os economistas Bráulio Borges e Ricardo Barboza. Desse ponto de vista, portanto, é possível que o país se encontre, coincidentemente, em situação similar à que permitiu a ascensão do lulismo.

A posse de Lula não desarmará, por si só, a ameaça autoritária. Fazer frente ao autocratismo exigirá melhorar as condições de vida deterioradas, recuperando empregos e aumentando a renda. Não há como conciliar essa tarefa com o atendimento das demandas por austeridade

No entanto, naquela ocasião, a bonança das exportações aumentou as receitas e permitiu acelerar o crescimento e a geração de empregos sem reduzir o superávit primário. Isto é, foi viável expandir a ação do Estado porque havia mais dinheiro entrando nos cofres do Tesouro, sem incrementar a dívida.

Com a emenda 95, contudo, mesmo com uma eventual majoração de receitas, o montante disponível para usar seguirá limitado, pois o regime fiscal isola a economia dos eventuais impulsos positivos vindos de fora.

No fundo, sejamos claros, o teto foi criado para evitar que, em circunstâncias favoráveis, outro "milagre" lulista pudesse se produzir. Ao mesmo tempo, retira do Executivo instrumentos para lidar com impulsos negativos vindos de fora. Eventuais bonanças são desprezadas, enquanto as tempestades são acolhidas de braços abertos.

Se o boom de commodities não pode ser aproveitado, e as turbulências globais não têm como ser combatidas, as melhorias tão aguardadas, e com as quais Lula é identificado, se inviabilizam. O efeito político não se faria esperar: a alternativa democrática enfrentaria enfraquecida o bolsonarismo nas nossas "eleições de meio de mandato", as municipais de 2024.

No plano interno, vê-se que a pressão no sentido do corte de gastos tende a aumentar, como acontece em ano de pleito presidencial. Tome-se como exemplo o subsídio de até R$ 46 bilhões para o consumo de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transportes.

Até as pedras sabem que é mais uma das medidas voltadas a favorecer o desempenho de Bolsonaro nas urnas eletrônicas (que ele, aliás, despreza), como foram o Auxílio Brasil, a liberação do FGTS, a anistia do Fies, entre outras. A cada uma, aumenta a grita em favor de um corte correspondente nas despesas do Estado.

Afinal, para os capitalistas, a estabilidade das contas públicas vem antes de qualquer consideração política ou social. Segundo Lula, os banqueiros e empresários com os quais se reúne só querem saber de responsabilidade fiscal, perguntando se ele "vai manter ou não o teto de gastos".

Com efeito, o mantra do equilíbrio orçamentário, cuja inviolabilidade, aliás, foi o centro da pregação histórica de várias personagens agora cogitadas para formular o programa definitivo da chapa democrática, volta a figurar no âmago da avaliação de figuras do mercado.

Sob a rubrica de "consolidação fiscal", a defesa do teto funciona como chantagem: caso não se dê garantias, os capitais ficarão nervosos e irão embora. Sergio Vale já avisou no FT que, a seu ver, a situação fiscal hoje é pior que a que Lula herdou em 2003. "Vamos terminar o ano com uma dívida ao redor de 84% do PIB, um déficit primário acima de 1% do PIB e juros muito altos. Não adianta o governo querer gastar, se não existe espaço para isso", declarou.

No entanto, espaço existe, como mostrou o auxílio emergencial adotado em 2020. Naquela ocasião, a flexibilização do teto não apenas atenuou a queda do PIB como também contribuiu para que o aumento da relação dívida/PIB fosse contido, segundo cálculos do Made (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades) da USP.

O exemplo revela o fundo ideológico da defesa da austeridade. Se a preocupação fosse mesmo o endividamento, seria possível travar uma discussão técnica sobre as alternativas disponíveis —várias delas menos custosas, econômica e socialmente, que a inscrita na EC.

A defesa teimosa da austeridade assenta-se, como notou Michal Kalecki (1899-1970), no interesse em reduzir o tamanho do Estado, abrindo fronteiras para a apropriação privada de lucros e o fortalecimento do controle do capital sobre a dinâmica macroeconômica. Já nos anos 1940, o economista polonês notou, em seu clássico artigo "Aspectos Políticos do Pleno Emprego", que os capitalistas resistiam ao alargamento da ação estatal para manter seu "poderoso controle indireto sobre as políticas do governo".

As propostas liberais são, segundo a interpretação dele, uma forma de disciplinar a democracia pelo mercado: "Tudo o que pode afetar o nível de confiança precisa ser cuidadosamente evitado, porque pode causar uma crise econômica".

Convencionalmente, o clamor por austeridade tende a ser atendido em inícios de mandatos presidenciais. Premido pela necessidade de ganhar votos, o Executivo solta as rédeas do Tesouro no período em que as urnas são acionadas e faz um ajuste fiscal no início do período seguinte. A academia norte-americana deu ao fenômeno o nome de "political business cycle", vinculando à dinâmica eleitoral o conflito desvelado por Kalecki.

Lula sofreu a pressão correspondente quando assumiu a Presidência em 2003, levando-o a cortar na carne, sob a forma de um ajuste considerado duríssimo. Dilma fez um segundo, quando chegou à cadeira presidencial em 2011. Ocorre que, agora, se Lula não aproveitar a potência que trará dos sufrágios amealhados para romper a camisa de força fiscal, perderá um tempo nevrálgico.

O risco de esperar a revisão da emenda, prevista para 2026, é alto. Tal espera implicaria assumir o ônus de impor a austeridade a uma população desamparada e desiludida pelos próximos quatro anos. Haverá um respiro democrático se o teto for revogado logo no primeiro semestre de 2023, quando a coalizão vitoriosa terá força máxima no Congresso. Depois, o inevitável desgaste de administrar uma sociedade arrebentada por (mais uma) década perdida cobrará o preço em matéria de apoio e negociação partidária.

Como as bases fiscais do Estado foram deterioradas pela crise que se abriu em 2014 e segue, será necessário combinar a revogação do teto com uma repactuação tributária que permita conferir progressividade ao sistema. Se o fizer, a recuperação da capacidade de gasto não implicará uma explosão da dívida pública, o que não apenas engessaria a concentração de renda, ao ampliar a canalização do fundo público para os detentores da dívida, como fragilizaria o Estado diante dos rentistas.

A alternativa de substituir a regra atual, simplesmente, por alguma austeridade atenuada, impossibilitando o poder público de agir no curto prazo, representaria mais do mesmo.

A posse de Lula não desarmará, por si só, a ameaça autoritária e não desarticulará em um passe de mágica a base militante e organizada da extrema direita. Fazer frente ao autocratismo exigirá melhorar as condições de vida deterioradas, recuperando a criação de empregos e aumentando a renda. Não há como conciliar essa tarefa com o atendimento das demandas por austeridade.

Austeridade, aliás, que não entrega o que promete. O golpe parlamentar e a aprovação do teto lograram recuperar os índices de confiança e os preços das ações negociadas na Bolsa de Valores, mas a população segue esperando os frutos da estratégia.

A lei do teto não é apenas uma emenda constitucional, é um mecanismo de sabotagem que visa desconstruir o pacto de 1988 e abre uma avenida para o bolsonarismo. Voltamos a Kalecki: "A luta das forças progressistas pelo pleno emprego é, ao mesmo tempo, uma maneira de prevenir o retorno do fascismo".

Se para derrotar a ameaça autocrática impõe-se a conformação de uma aliança interclassista, tal como a que ocorreu nos EUA para tirar Trump da Casa Branca, deve ter-se claro os termos da respectiva negociação interna.

Nos EUA, graças ao levante do Black Lives Matter, em junho de 2020, o peso relativo de Bernie Sanders e do DSA (Democratic Socialists of America) cresceu. Não por acaso, o pacote apresentado por Biden em abril de 2021 foi considerado por Sanders, se aprovado, como o maior avanço em favor da classe trabalhadora desde o New Deal de Franklin Roosevelt. Sua implementação, contudo, segue sofrendo resistências no interior do próprio Partido Democrata, para não falar do Republicano.

No Brasil, como de hábito, o jogo é mais duro, e a pressão para inibir a necessária ousadia futura começou antes mesmo do pleito. Trata-se de um conflito que recoloca questões de classe no núcleo do combate ao autocratismo de viés fascista. O seu desfecho definirá os rumos da democracia brasileira. ←

A grife da fruta

A colocação de rótulos criou o esnobismo desse alimento

Ricardo Araújo Pereira
Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

A internet e o celular são prodígios tecnológicos, claro. Mas talvez o grande fenômeno social e cultural que pude testemunhar no meu tempo de vida tenha sido este: a fruta, agora, tem etiquetas.

Eu ainda sou do tempo em que havia apenas dois cuidados a ter com a fruta: lavar ou descascar. Desrotular é uma preocupação contemporânea. "Lavaste essa maçã, Carlinhos?", perguntavam as mães do século 20. "Lavaste e desetiquetaste essa maçã, Carlinhos?", perguntam as mães do século 21.

Por outro lado, o fenômeno alargou o mercado de trabalho, gerando as profissões de designer de etiquetas de fruta, fabricante de etiquetas de fruta e etiquetador de fruta.

Um analista incompetente terminaria aqui o seu exame ao fenômeno das etiquetas da fruta. Não é o nosso caso. Há que ir mais além e perceber todas as implicações sociológicas da etiquetagem hortifrutícola.

Em primeiro lugar, a colocação de rótulos na fruta criou um fato social que estava por identificar até agora: o esnobismo da fruta. Criança que, no recreio da escola, merende uma maçã desprovida de rótulo passa a ser ostracizada pelos colegas que só consomem fruta de marca.

Em segundo lugar, a rotulagem das frutas atrai um grupo social incômodo: os colecionadores. Onde houver etiquetas, há colecionismo. Se julgam que estou a inventar, têm bom remédio: uma fácil e rápida pesquisa na internet revelará vários fóruns de colecionadores de rótulos de fruta, com indicações úteis acerca do melhor modo de recolher, catalogar e trocar etiquetas, incluindo dicas práticas sobre o furto de etiquetas na zona dos frescos dos supermercados.

Há numismatas sem dinheiro para investir em moedas que aplicam os seus conhecimentos em coleções de rótulos de fruta e filatelistas falidos que trocam os selos pelas etiquetas em álbuns que podem ser menos valiosos mas são tratados com o mesmo esmero.

A inflação aumenta e a realidade que conhecemos pode mudar drasticamente. Mas há quem ponha etiquetas na fruta e quem recolha as etiquetas para colecioná-las.

Só não se percebe se isso é um indício de que temos salvação ou mais um sinal de que o mundo está mesmo para acabar.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Minissérie documental revela abusos na mansão Playboy

Segredos da Playboy
A&E, 22h, 16 anos
Lançada em 1953, a Playboy foi a primeira revista de nus femininos a ganhar legitimidade. O sucesso da publicação levou à criação de uma rede de clubes em várias cidades, e seu criador, Hugh Hefner, dava festas épicas na Mansão Playboy, em Los Angeles. Mas, por trás do glamour, havia abusos sexuais sistemáticos. Esta minissérie em 12 episódios traz depoimentos de ex-coelhinhas, namoradas de Hefner e sobreviventes deste esquema sórdido.

Ben Crump pelos Direitos Civis
Netflix, 16 anos
O documentário de Nadia Hallgren acompanha o advogado americano Ben Crump, famoso por sua luta pela comunidade negra, durante o ano em que aceita trabalhar nos casos das mortes de George Floyd e Breonna Taylor.

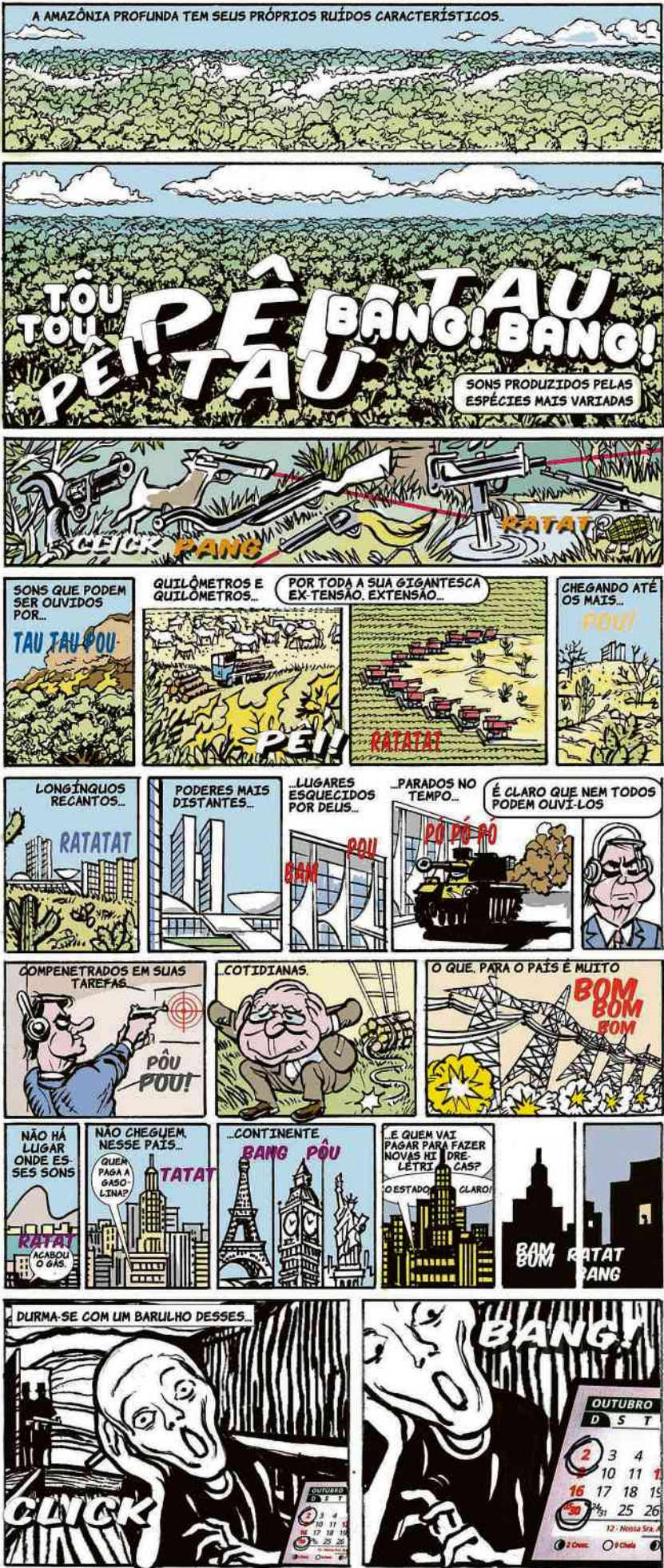
Goosebumps 2: Halloween Assombrado
Record, 14 anos, livre
Na véspera do Dia das Bruxas, dois amigos encontram um livro dentro de u m baú. Ao abri-lo, eles libertam vários monstros sem querer. Inédito na TV aberta.

Entre Mundos
CNN Brasil, 22h, livre
Na nova temporada de seu programa de viagens, Pedro Andrade surfa em Porto Rico, acompanha a fabricação do mezcal no México e visita a comunidade muçulmana de Nova York.

Fênix: o Voo de Davi
GloboNews, 23h, livre
O canal reprisa o premiado documentário sobre Davi Lopes, o bombeiro e luthier que ajudou a combater o incêndio do Museu Nacional, no Rio. Direção de Vinícius Dônola, João Rocha e Roberta Salomone.

Canal Livre
Band, 23h30, livre
Jorge Caldeira, autor de "Mauá: Empresário do Império" e vários outros livros sobre momentos e personagens fundamentais da história do Brasil, é o entrevistado desta semana.

Star Wars: Os Últimos Jedi
Globo, 23h40, 12 anos
No chamado "Episódio 8" da franquia, a jovem Rey, vivida por Daisy Ridley, percebe que terá um papel fundamental na luta contra o Império.

QUADRÃO | Luiz Gê

| DOM. Jan Limpens, Luiz Gê, **Ricardo Coimbra**, Angeli, Laerte

Luísa Sonza quer extrapolar música e discutir política

SÃO PAULO Um dos maiores nomes do pop brasileiro, Luísa Sonza quer extrapolar a música e discutir política. Foi o que a cantora disse à reportagem na noite de quinta-feira ao subir ao trio elétrico da Micareta São Paulo, festividade que antecede a Parada LGBT.

Há cerca de uma semana, ela denunciou nas redes sociais que artistas e influenciadores que apoiam o ex-presidente Lula, principal concorrente de Jair Bolsonaro nas eleições que se aproximam, estão sofrendo boicote de algumas marcas, que não contratam tais celebridades ou tentam vetar suas manifestações políticas contratualmente.

"É ano de eleição. Não tem como não se posicionar. E por se posicionar não é só dizer em quem vota, mas discutir política. Nós, jovens, precisamos discutir política. Bloquear ou dificultar essa discussão é um desacato à sociedade."

Ao ser questionada se tem algum receio de que as marcas também se afastem dela ou se teme por sua segurança, Sonza afirmou não ter "medo de nada". "Nunca tive muitas papas na língua." **Pedro Martins**

Clube de Leitura Folha discute contos de horror

SÃO PAULO O próximo Clube de Leitura Folha, realizado no dia 28 de junho, a partir das 19h, vai se debruçar sobre a coletânea de contos "Morto Não Fala e Outros Segredos de Necrotério" (R$ 59,90, 272 págs.).

Publicado em uma edição bem acabada pela Darkside, o livro é um mergulho profundo nas mais perturbadoras histórias ambientadas na capital paulista.

O encontro terá a participação do autor, o jornalista policial Marco de Castro, que falará sobre como transpõe os limites entre reportagem e literatura para retratar as histórias de crimes na cidade.

O conto que dá nome à obra ganhou uma adaptação para os cinemas, "Morto Não Fala" (2018), que redefiniu o cinema nacional do gênero, sob direção de Dennison Ramalho.

O Clube de Leitura Folha existe desde agosto de 2017 e é coordenado pela jornalista Vivian Masutti, editora-assistente da Ilustrada. Os encontros começaram a ocorrer via Zoom na pandemia e continuarão assim. Para participar, basta acessar a reunião 889 2377 1003.

Uma tradução subestimada

[RESUMO] Estudiosa da obra de James Joyce, Bernardina da Silveira Pinheiro é a única mulher na América Latina que já traduziu 'Ulisses'. Publicada em 2005, sua versão, contudo, é frequentemente menosprezada em relação às duas outras traduções brasileiras, de Antônio Houaiss e Caetano Galindo. No centenário do livro, é hora de revalorizar o trabalho de tradutoras de Joyce, diz autora

Por ***Dirce Waltrick do Amarante***
Tradutora e professora da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Autora, entre outros livros, de 'Para Ler Finnegans Wake de James Joyce' e 'James Joyce e Seus Tradutores'

O escritor irlandês James Joyce em retrato de 1926 Reprodução

Todos os anos, desde 1924, celebra-se no dia 16 de junho o Bloomsday, uma festa literária em homenagem a Leopold Bloom, protagonista do romance "Ulisses" (1922), do escritor irlandês James Joyce, que perambula pelas ruas de Dublin nesse mesmo dia do ano de 1904.

Neste ano o Bloomsday é especial; afinal, a publicação integral do romance, sob o comando da editora norte-americana Sylvia Beach e com a ajuda financeira da mecenas do escritor, Harriet Weaver, fez cem anos no dia 2 de fevereiro. Duas mulheres foram fundamentais para dar a Joyce a visibilidade e o destaque que ele merecia ainda em vida.

Em língua portuguesa, "Ulisses" conta até agora com cinco traduções, três no Brasil e duas em Portugal. No segundo semestre deste ano, a Ateliê Editorial publicará uma quarta versão do romance por aqui; trata-se de uma tradução coletiva assinada por 18 tradutores (um para cada episódio), sob o comando de Henrique Xavier.

Para marcar o Bloomsday do centenário, a Civilização Brasileira reeditou "Ulisses" na célebre tradução de Antônio Houaiss, o primeiro a trazer o livro para o português, em 1966. A Companhia das Letras também investiu em uma nova edição do romance na tradução de Caetano Galindo, o terceiro a verter a odisseia joyciana no Brasil, em 2012.

Entre Houaiss e Galindo, há, vale destacar, a tradução de Bernardina da Silveira Pinheiro, publicada em 2005 pela Objetiva. Bernardina é a única mulher tradutora de "Ulisses" na América Latina; aliás, as tradutoras de Joyce não são muitas e geralmente passam despercebidas, talvez porque Joyce seja considerado um autor difícil e, portanto, "inacessível" às mulheres, que deveriam traduzir "Doçuras do Pecado", em uma referência a uma novelinha açucarada que Leopold Bloom compra para a sua mulher, Marion (Molly) Bloom, no romance.

O fato é que, no centenário de "Ulisses", a tradução de Bernardina não foi convidada para a festa. O que justificaria esse apagamento? Poderiam ser lançadas algumas hipóteses: a Companhia da Letras e a Objetiva fazem parte de um mesmo conglomerado de editoras e possivelmente tenham achado mais interessante apostar apenas em uma das traduções para não dividir o mercado.

Aliás, a tradução de Bernardina acabou indo para a editora Nova Fronteira, que promete uma reedição da obra.

Outra suposição é que a tradução da Bernardina tenha sido subestimada, apesar de ser a única que, no mesmo volume, traga paratextos. Bernardina não só assina a apresentação e as notas sobre a obra como também muniu os leitores com o famoso paralelo entre a "Odisseia", de Homero, e o romance joyciano.

Estudiosa de Joyce, Bernardina, antes de se aventurar na tradução da obra-prima do irlandês, já havia traduzido "Um Retrato do Artista quando Jovem". Sua trajetória joyciana é invejável, potencializada quando conheceu Richard Ellmann, o aclamado biógrafo do escritor irlandês, em 1985, de quem se tornou amiga.

Quando falo que há indícios de que a tradução de Bernardina tenha sido subestimada, penso, por exemplo, na ausência de prêmios a seu trabalho, como o Jabuti. Cabe lembrar que Houaiss também não ganhou o Jabuti, uma vez que na época de seu 'Ulisses' não existia a categoria tradução.

Em 2006, Bernardina ficou em terceiro lugar na mesma premiação, atrás das traduções assinadas por Mamede Jarouche ("Livro das Mil e uma Noites"), primeiro colocado, e Alípio Correia de Franca Neto ("A Balada do Velho Marinheiro", de Samuel Taylor Coleridge), segundo lugar. Em 2013, a tradução de Galindo venceu não só o Jabuti como também obteve outras premiações.

No Brasil, há inúmeros textos sobre "Ulisses" que nem sequer mencionam a tradução de Bernardina e há estudiosos de Joyce (pasmem!) que, ainda hoje, não sabem ao certo o nome da tradutora.

De outra parte, não raras vezes, quando sua tradução é analisada, ela parece vir balizada pelas traduções de Houaiss e Galindo, como se essas outras versões servissem de régua para todas as outras ou para a de Bernardina, mais especificamente.

A propósito, um lugar-comum a respeito da tradução de Bernardina é que ela quis aproximar o leitor de "Ulisses" valendo-se de coloquialidade e "facilitando" a obra. Ocorre que quando Houaiss traduziu o livro, nos anos 1960, a linguagem era outra, o vocabulário era outro e ainda engatinhávamos em termos de estudos joycianos no Brasil.

A tradução de Bernardina vem em uma outra época, em que os estudos sobre Joyce por aqui e as traduções do autor em português brasileiro já haviam proliferado. A língua portuguesa também era outra, sem contar que se "descobriu" que, em "Ulisses", Joyce não era tão empolado quanto se pensava, não em todos os capítulos nem em todos os momentos.

Galindo já parte de outro contexto, com estrada pavimentada, mas não menos pedregosa e escorregadia.

Temos, portanto, três "Ulisses", três pontos de vista sobre o romance, três leituras, pois antes de traduzir é preciso ler e interpretar, e uma obra como a de Joyce é porosa, é obra aberta, para usar um termo de Umberto Eco, que permite múltiplas leituras; não é à toa que ela ainda é lida e relida com interesse até hoje.

Em janeiro deste ano, houve a inauguração do Espaço James Joyce na sede da Escola Letra Freudiana, sociedade de psicanalítica do Rio de Janeiro, que agora abriga 269 livros sobre o escritor irlandês que pertenciam a Bernardina Pinheiro.

No centenário de "Ulisses" e de Bernardina (nascida também em 1922 e morta no ano passado, aos 99 anos), a tradutora e pesquisadora parece atuar como Babette, personagem de "A Festa de Babette" (1987), filme dinamarquês vencedor do Oscar de produção internacional, dirigido por Gabriel Axel e baseado no conto de Karen Blixen.

Não raras vezes, quando sua tradução é analisada, ela parece vir balizada pelas traduções de Houaiss e Galindo, como se essas outras versões servissem de régua para todas as outras ou para a de Bernardina, mais especificamente

Ou seja, Bernardina preparou o banquete para os outros degustarem e saiu de cena. Sua tradução não foi reeditada nem festejada, mas ela talvez não viesse a se preocupar em sentar à mesa com os convivas neste centenário. Em uma entrevista concedida a Vitor Alevato do Amaral, em 2019, Bernardina afirmou que sua tradução de "Ulisses" "foi bem recebida e teve correta atenção dos meios de comunicação".

Diria que Babette teve um importante papel, mas lá nos idos de 1871, quando se passa a história do filme. No centenário de "Ulisses", nós, tradutoras de Joyce —Patrícia Galvão (Pagu), Luci Collin, Aurora Bernardini, Denise Bottmann, Fedra Rodríguez, Daiana Oliveira, Andréa Buch Bohrer e eu— queremos sentar à mesa, como nos convidou Judy Chicago, que em "The Dinner Party" pôs à mesa para mulheres que se destacaram ao longo da história.

Penso que nós, as tradutoras de hoje, queremos nos sentar ao lado, obviamente, dos tradutores de Joyce no Brasil, como, por exemplo, Antônio Houaiss, Donaldo Schüler, Alípio Correia de Franca Neto, José Roberto O'Shea, Vitor Alevato do Amaral, Caetano Galindo, Tomaz Tadeu, Henrique Xavier, Piero Eyben.

O feminismo não é um movimento de exclusão, mas de inclusão ou, como Joyce diria em seu "Finnegans Wake", Here Comes Everybody (Há Convergência de Espaço, ou Aqui Todos Cabem). ←

FOLHA DE S.PAULO ★★★

A vingança de Monica Lewinsky

[RESUMO] Provavelmente a primeira vítima de linchamento virtual, ainda nos primeiros anos da internet, a ex-estagiária e amante de Bill Clinton tem seu ponto de vista do escândalo que marcou sua vida transformado em minissérie. Enquanto Clinton se safou no Senado das acusações de falso testemunho e obstrução de justiça, que poderiam ter custado seu mandato, Monica Lewinsky foi condenada e punida pela opinião pública

Por ***Teté Ribeiro***
Jornalista, é autora de 'Minhas Duas Meninas', 'Divas Abandonadas' e dois guias de Nova York baseados na série 'Sex and the City'

Foi, talvez, a maior sacanagem do mundo moderno. Ou, talvez, as duas maiores sacanagens do mundo moderno. Uma delas teve início por volta do final do verão americano de 1997, quando Linda Tripp, 48, uma funcionária do Pentágono amarga e oportunistas, decidiu gravar os telefonemas de sua colega de trabalho, uma estagiária de 24 anos com o coração partido.

Monica Lewinsky viu seu nome virar manchete no mundo inteiro e piadas recheadas de todo tipo de preconceito por causa dessas 22 horas de conversas gravadas —22 horas de confissões, pedidos de ajuda e falta de esperança; 22 anos quando começou seu caso, 22 horas de traição.

Ao contrário de quase todo o mundo hoje em dia, Monica não queria ser famosa, nem influenciar ninguém, viralizar ou coisa que o valha. Não estava promovendo nada, muito menos a si mesma.

A segunda sacanagem foi novidade, não pela situação pessoal, quase banal: se encantou pelo chefe, o presidente Bill Clinton, com mais que o dobro da idade dela, poderoso e sedutor, que a transferiu à revelia quando sua presença começou a incomodar. No novo trabalho, contou seus segredos a uma colega com idade para ser sua mãe, que parecia compreensiva e confiável, mas não era nem uma coisa nem outra.

Monica Lewinsky em Los Angeles Ryan Pfluger - 16.ago.21/The New York Times

Monica Lewinsky não foi a primeira menina que viu uma fofoca sobre sua vida íntima ser transformada em chacota nem a sofrer preconceito por causa de sua forma física, mas sua situação foi novidade pela consequência: ela foi a primeira vítima do cyberbullying, quando esse termo ainda nem existia.

Não se tinha ideia de que a internet, uma seminovidade na época que chegou com a promessa de melhorar nossas vidas, também poderia servir para que um bando de gente covarde, colérica e machista se unisse virtualmente, mantendo o anonimato, para destruir uma pessoa.

Agora, Monica pode se tornar uma das primeiras sobreviventes desse linchamento virtual a ter sua vingança em forma de seriado de TV, o produto de entretenimento e cultura mais badalado dos nossos dias. Na próxima quarta (22), a plataforma de streaming Star+ põe no ar os dez episódios de "Impeachment: American Crime Story", com Sarah Paulson como Linda Tripp e Edie Falco como Hillary Clinton.

Vinte e cinco anos depois de entrar no que seria seu inferno pessoal, Monica Lewinsky não deixou passar a chance de ter os holofotes e a atenção do mundo mais uma vez, para que, agora, pudesse mostrar a sua versão da história. Teve que reviver o maior trauma de sua vida, mas preferiu pagar esse preço a assistir a mais uma adaptação parcial de sua história.

No ano passado, Lewinsky produziu e narrou um documentário para a HBO Max, "15 Minutes of Shame" (15 minutos de vergonha), em que examinava como um mau passo na vida pode dar origem a uma avalanche de ódio, da qual nem todo mundo consegue se recuperar. Além de sua história pessoal, contou outras, mas nenhuma tão absurda quanto a dela. O filme já está disponível no streaming no Brasil.

Foi o produtor Ryan Murphy quem tomou a iniciativa de transformar o escândalo que ela protagonizou em minissérie de TV. Procurada por ele, odiou a ideia e não quis nem saber dos detalhes da versão fictícia de sua tragédia muito real. Murphy argumentou que, depois da série ir ao ar, ela teria a chance de testemunhar, em vida, "um pedido de desculpas em nome de todas as pessoas".

Não foi esse o argumento que a fez mudar de ideia. Monica Lewinsky não tem mais tanta esperança na raça humana, mas consentiu com a produção e se envolveu completamente com ela, como tudo que fez na vida, certo ou errado: sem se economizar. Supervisionou todos os diálogos, os cenários, os figurinos, palpitou na escolha dos atores e assistiu a todas as gravações.

Nos Estados Unidos, "Impeachment: American Crime Story" foi ao ar semanalmente a partir de setembro do ano passado e sacudiu o inconsciente coletivo do público americano. Gerou um sem número de críticas, análises, pensatas, pesquisas e mea-culpa durante os pouco mais de dois meses que demorou para ser concluída. Ficou faltando, porém, o tal pedido de desculpas universal ou mesmo qualquer ato de solidariedade da parte de Bill Clinton, mas ainda não chegamos a esse nível de magnanimidade coletiva.

Algo parecido aconteceu com a atriz canadense Pamela Anderson alguns meses atrás, em fevereiro, com o lançamento da minissérie "Pam & Tommy", criada pela dupla de comediantes Evan Goldberg e Seth Rogen e com alguns episódios dirigidos por Craig Gillespie ("Eu, Tonya"), que recriou o roubo de um vídeo caseiro em que ela aparecia transando com seu marido, o baterista Tommy Lee, na lua-de-mel do casal, em 1995.

Quase três décadas depois, a minissérie, produzida sem o consentimento de Pamela Anderson, tornou evidente a injustiça e a diferença de pesos e medidas adotados para homens e mulheres que ninguém na época viu ou quis ver. Pamela agora prepara um documentário para a Netflix, ainda sem previsão de lançamento.

Dois meses depois da estreia da minissérie em oito episódios, no entanto, a atriz canadense, hoje com 54 anos, pisou pela primeira vez em um palco da Broadway, no musical "Chicago".

Em 1995, Monica Lewinsky tinha acabado de se formar no Lewis & Clark College, em Portland, Oregon, estado vizinho da Califórnia, onde foi criada, quando conseguiu um estágio na Casa Branca, em Washington, do outro lado do país.

Sua mãe, Marcia, empolgada com a perspectiva de sucesso profissional da filha, a ajudou a encontrar um apartamento na capital norte-americana, no famoso edifício Watergate. Comprou os móveis e escolheu as roupas que ela deveria usar para se apresentar de maneira apropriada no novo trabalho. Era uma oportunidade excitante para toda a família, uma filha recém-formada frequentando o centro do poder político do país.

Seu pai, Bernard Lewinsky, um judeu alemão que se mudou para os EUA aos 14 anos, é um médico especializado em oncologia. Ele e Marcia Vilensky, uma escritora freelance, se casaram em 1969 e tiveram dois filhos: Monica em 1973 e Michael dois anos depois. O casamento acabou em 1987, quando Monica tinha 14 anos.

Oito anos depois, ela se tornaria amante do homem mais poderoso do mundo livre, como se costuma escrever a respeito dos presidentes dos Estados Unidos. No caso de Monica, era o democrata Bill Clinton, eleito aos 46 anos em 1993 e reeleito em 1997. Foi presidente até janeiro de 2001. O namoro começou em 1995 e durou dois anos.

Clinton, cujo nome verdadeiro é William Jefferson Blythe, nasceu em Hope, no estado de Arkansas. Seu pai, o vendedor texano William Jefferson Blythe Jr., morreu três meses antes do nascimento de Bill. Sua mãe, Virginia Dell, se casou em 1950 com Roger Clinton, dono de uma revendedora de carros. O filho adotou o sobrenome do padrasto aos 15 anos, apesar de ter contado em entrevistas que Roger era um alcoólatra que abusava de sua mãe.

Bill Clinton estudou na Universidade Georgetown, em Washington, que pagava com o trabalho no escritório do senador William Fulbright, também do Arkansas, fundador do programa das famosas bolsas de estudo que levam seu nome. Foi membro daquelas sociedades de alunos que se destacam pelo espírito de liderança e excelência acadêmica, com nomes formados por letras do alfabeto grego, como Kappa Kappa Psi e Phi Beta Kappa.

Depois, estudou direito na Universidade Yale, onde conheceu Hillary Rodham Clinton, de Chicago, formada em ciência política pelo Wellesley College. Hillary se formou em direito em 1973, ano em que Monica Lewinsky nasceu. Hillary e Bill se casaram em 1975, quando Monica tinha dois anos. Ela tinha 28 anos, ele, 29.

Nos Estados Unidos, 'Impeachment: American Crime Story' foi ao ar no ano passado e sacudiu o inconsciente coletivo do público americano. Gerou um sem número de críticas, análises, pensatas, pesquisas e mea-culpa durante os pouco mais de dois meses que demorou para ser concluída

Ficou faltando, porém, o tal pedido de desculpas universal ou mesmo qualquer ato de solidariedade da parte de Bill Clinton, mas ainda não chegamos a esse nível de magnanimidade

Cinco anos depois, em 1980, nasceu a única filha do casal, Chelsea Clinton, que hoje tem 42 anos, é casada com o banqueiro de investimentos Marc Mezvinsky e mora no Gramercy Park, bairro sofisticado de Manhattan, com os três filhos, Charlotte, Aidan e Jasper.

Chelsea leva a vida que Bernard e Marcia provavelmente sonhavam para Monica. No entanto, Monica queria mais que isso —queria ter marido, filhos e uma vida profissional interessante. Teve um futuro bem diferente do que imaginou: nunca se casou, não teve filhos, nunca se encontrou profissionalmente, lutou por quase toda a vida adulta contra os efeitos de um transtorno de estresse pós-traumático e até hoje tem pavor de tornar público qualquer relacionamento íntimo com um homem.

Monica nunca se vingou do que aconteceu com ela. Nunca passou um trote que fosse para Linda Tripp, a demônia que conquistou sua confiança, ouviu seus segredos mais íntimos, provocou confissões que talvez ela nunca fizesse por conta própria e trocou tudo isso por um contrato com uma editora de livros, depois por impunidade na Justiça.

Monica nunca falou nada publicamente contra Bill Clinton, o homem em quem fez sexo oral no Salão Oval da Casa Branca depois de ela chupar balas de menta que faziam uma coceirinha em seu pênis, o homem que usou um charuto para penetrar sua vagina e depois fumou sentindo seu gosto e seu cheiro, que se masturbou em sua frente e gozou em seu vestido azul da Gap, e que depois a transferiu para o Pentágono para que o caso não atrapalhasse sua reeleição.

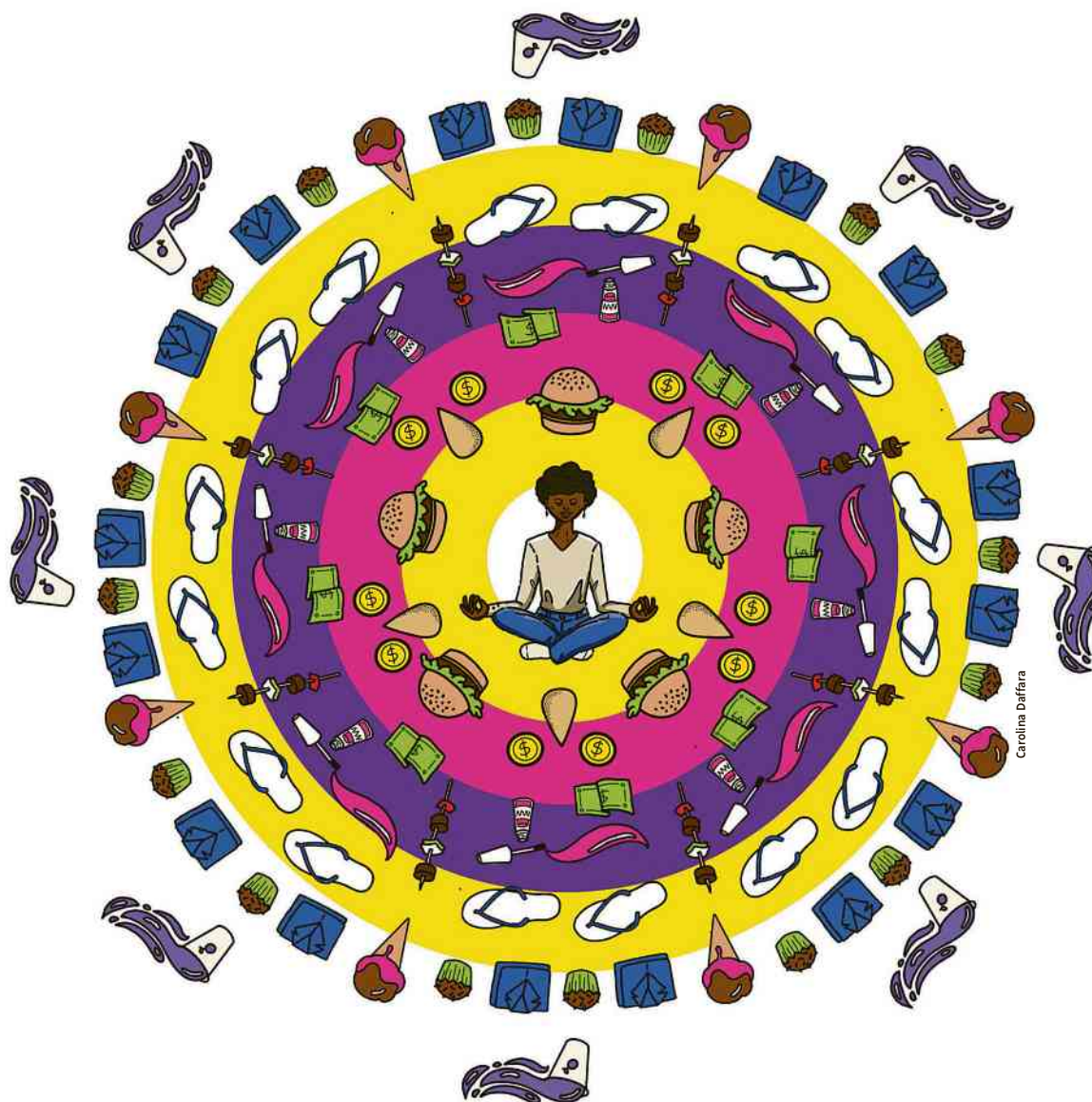
Quando o affair vazou para a imprensa, o então presidente foi à televisão dizer que nunca tinha tido relações sexuais com "aquela mulher".

Clinton sofreu um processo de impeachment em 1998 por causa de outro escândalo ligado à sua vida sexual. Foi o caso Paula Jones, uma ex-funcionária pública que alegou que, em 1991, Clinton, então governador de Arkansas, a teria pressionado a fazer sexo oral nele. Ela teria recusado, mas acabou prejudicada profissionalmente. Jones entrou com ação contra Clinton em 1994, o que municiou a oposição para a abertura do processo de sua cassação.

Então, durante as etapas do processo, eis que as 22 horas de gravações de Linda Tripp foram parar na mão do procurador de Justiça Kenneth Starr e deram base para a abertura de novas investigações. O presidente negou sob juramento o relacionamento com Monica, que, a seu pedido, fez o mesmo. As gravações, contudo, confirmavam o caso, e Clinton foi processado por falso testemunho e por obstrução de justiça.

Uma votação no Senado dos EUA, em fevereiro de 1999, absolveu Clinton das duas acusações. Ele comemorou o resultado com um passeio de mãos dadas com sua mulher. Na Justiça, o processo de assédio sexual movido por Paula Jones foi arquivado por falta de provas em abril de 1998.

Monica Lewinsky, contudo, foi julgada, condenada e punida pela opinião pública. Em uma dessas coisas que dizem mais que mil pesquisas publicadas em revistas científicas, Bill Clinton é interpretado, na série que estreia na próxima semana, pelo ator inglês indecentemente sexy Clive Owen, enquanto o papel de Monica ficou com a atriz californiana Beanie Feldstein, irmã mais nova do ator Jonah Hill e mil vezes menos interessante que a personagem da vida real. ←

Carolina Daffara

Setor de franquias quer acelerar crescimento

Mercado registra alta nos três primeiros meses do ano, com destaque para as áreas de moda e saúde e bem-estar

Ellen Fernandes e Ronaldo Godoi, sócios da academia Red Fitness, que adaptou o negócio para o modelo de franquias Jardiel Carvalho/Folhapress

Franquias veem fase de recuperação marcada pelo repasse da alta de custos

Primeiro trimestre do ano teve crescimento de 8,8%, mas maioria dos empresários reajustou preços

Eduardo Sodré

SÃO PAULO O setor de franquias segue em retomada. De acordo com a ABF (Associação Brasileira de Franchising), o faturamento em 2021 chegou a R$ 185,07 bilhões, uma alta de 10,7% sobre 2020. O resultado carrega as distorções geradas pela crise sanitária, mas uma análise sobre os dados de janeiro a março mostra que, de fato, há recuperação.

O primeiro trimestre de 2022 terminou com um crescimento de 8,8% em relação ao mesmo período de 2021.

Os destaques foram os segmentos de moda (alta de 13,5%) e de saúde e bem estar (13,4%). Ambos foram muito impactados pelos períodos de fechamento das lojas devido à necessidade de distanciamento social.

"Acho que o setor atravessou a pandemia de cabeça erguida, foi um momento para as redes repensarem seus negócios, se encontrarem com seus fornecedores e fortalecerem o relacionamento entre franqueador e franqueado", diz André Friedheim, presidente da ABF.

A retomada, contudo, tem o aumento dos custos como entrave. Um estudo feito pela associação em 2021 mostrou que 67% das marcas afirmaram ter repassado o impacto da inflação aos clientes por meio de reajustes.

"Parte dessa alta no faturamento foi aumento de preços, mas o principal fator que influenciou foi que o franchising passou a chegar ao consumidor de outras formas, com maior uso dos recursos digitais", diz Friedheim.

Para empresas em que o ambiente virtual não poderia substituir o presencial, foram tempos de reorganização e novos planos.

"Durante o período em que estivemos fechados, negociamos os aluguéis, suspendemos os contratos dos funcionários, renegociamos fornecedores de curto prazo e controlamos o caixa que a empresa tinha", diz Cezar Miquelof, sócio e diretor financeiro da rede de academias C4 Gym, que tem unidades em São Paulo.

O empresário explica que, quando foi autorizada a reabertura por três horas ao dia, a proximidade entre os estabelecimentos da rede permitiu fazer um rodízio de horários.

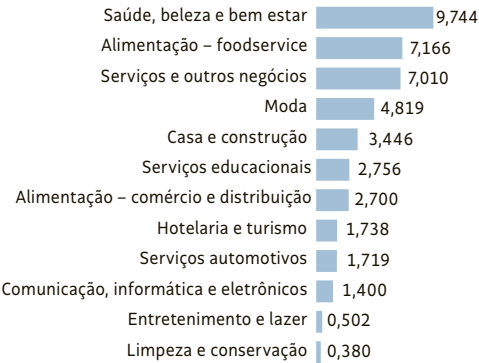
"Abrimos uma unidade pela manhã e outra à tarde, conseguindo atender os alunos por mais tempo que as demais academias da região. Nesse momento entendemos o poder de uma rede."

Miquelof diz que a retomada está superando as expectativas. "Estamos com 30% mais alunos do que antes da pandemia, já recuperamos todas as perdas que tivemos durante esse período. A população entendeu que o exercício físico é importante para saúde."

A rede está entrando para o franchising com expectativa de faturamento de R$ 8 milhões neste ano, com abertura de oito unidades até o final de 2023.

A Red Fitness também decidiu acelerar a expansão em meio à pandemia. "Ficamos confiantes na demanda reprimida, que após esse período as pessoas estariam priorizando ainda mais a saúde", afirma Ellen Fernandes, cofundadora da rede de academias.

O processo teve início em 2021, com dois novos estabelecimentos próprios em São Paulo. Neste ano, o modelo de negócio foi adaptado para o franchising, com o objetivo de se espalhar pelo território nacional. "Para 2026, o objetivo é somar um total de 70 academias e atender cerca de 140 mil alunos", afirma Ellen.

Apesar de os números serem positivos, Flávia Nunes, consultora de varejo e franquias da Complement, diz que esperava um pouco mais de agilidade no processo de retomada. "Ainda há um resquício de medo de investimento, algumas tratativas estão paralisadas", afirma ela.

"Tenho visto um crescimento, sim, mas nas franquias menores. As pessoas estão tentando se enquadrar em áreas de menor investimento, mais 'pocket', como beleza e estética", diz a especialista.

"Temos empresas empenhadas em sair dos grandes centros, que estão saturados, e ir para o interior."

A busca por esses mercados fez Paulo Zarh, fundador e presidente da rede de clínicas OdontoCompany apostar em opções para cidades pequenas. "Já tínhamos modelos de negócios para cidades com até 30 mil habitantes mesmo antes da pandemia, hoje estamos presentes em todos os estados."

A expansão da rede de serviços odontológicos foi acelerada durante a pandemia. Segundo Zarh, a marca saltou de 997 unidades em 2020 para 1.631 em 2021, e hoje está entre as 15 maiores franqueadoras do Brasil, de acordo com o ranking da ABF.

Enquanto novas oportunidades surgiram no setor de saúde e bem estar, a área de hotelaria e turismo, a mais afetada pela crise sanitária, busca se recompor.

Segundo a ABF, esse foi o segmento que mais cresceu em 2021: alta de 51,5% no faturamento sobre o ano anterior.

O resultado se deve principalmente à forte retração gerada pela crise sanitária ao longo de 2020, com interrupção da malha aérea e fechamento de hotéis mundo afora.

"A área de turismo está voltando com força, mas cresce sob uma base menor. Mas há, sim, uma demanda por turismo, todos querem passar um fim de semana fora", afirma Friedheim.

Quem conseguiu suportar as perdas ao longo da pandemia acelera a retomada.

"Ainda não recuperamos todo o prejuízo da pandemia, mas estamos muito próximos a isso", afirma Ana Virgínia Falcão, presidente-executiva da agência de viagens Clube Turismo. "Em alguns meses de 2022, já foi possível atingir faturamento superior ao alcançado no mesmo período de 2019."

A empresária diz que buscou preservar o caixa no período de baixa receita e criou novos produtos.

"Intensificamos as capacitações dos nossos franqueados sobre os direitos dos nossos passageiros para situações de cancelamento e remarcação de serviços e protocolos de segurança para viagens."

Segundo Ana, há muitos agentes de viagem entre os novos franqueados. São profissionais que perderam o emprego no setor de turismo e optaram por empreender. Nesse cenário, foi preciso criar condições facilitadas para pagamento das taxas.

A consultora Flávia Nunes explica que um dos grandes desafios das empresas em um momento de retomada é preservar a qualidade no atendimento, o que depende dessa capacitação constante.

"No caso de novos negócios, o que vai fazer diferença é o investimento em treinamento. Os pequenos têm mais esse desafio para se manter no mercado", afirma ela.

A recuperação do setor coincide com a volta da ABF Franchising Expo ao formato presencial neste ano.

Entre 22 e 25 de junho, a feira vai reunir 400 marcas, de setores como alimentação, cosméticos, decoração e lazer, no Expo Center Norte, na zona norte da capital paulista.

O evento terá um setor dedicado às microfranquias, com investimento inicial de até R$ 120 mil. O segmento vem crescendo nos últimos anos, impulsionado por um cenário de incerteza econômica.

Os ingressos custam R$ 80 (compra online) ou R$ 100 (na bilheteria). A lista completa de expositores está disponível no site oficial do evento, abfexpo.com.br.

O presidente da OdontoCompany, Paulo Zahr Zanone Fraissat - 13.jun.17/Folhapress

Setor de franquias passa por retomada em 2022

Faturamento no 1º trimestre
Em R$ bilhões

Ano	Faturamento
2018	38,762
2019	41,464
2020	41,537
2021	39,881
2022	43,380

Distribuição do faturamento no 1º trimestre de 2022
Em R$ bilhões

Segmento	Faturamento
Saúde, beleza e bem estar	9,744
Alimentação – foodservice	7,166
Serviços e outros negócios	7,010
Moda	4,819
Casa e construção	3,446
Serviços educacionais	2,756
Alimentação – comércio e distribuição	2,700
Hotelaria e turismo	1,738
Serviços automotivos	1,719
Comunicação, informática e eletrônicos	1,400
Entretenimento e lazer	0,502
Limpeza e conservação	0,380

Fonte: ABF (Associação Brasileira de Franchising)

"A área de turismo está voltando com força, mas cresce sob uma base menor. Mas há, sim, uma demanda por turismo (...)"

Ana Virgínia Falcão
presidente-executiva da agência Clube Turismo

"Ainda há um resquício de medo de investimento, algumas tratativas estão paralisadas"

Flávia Nunes
consultora de varejo e franquias da Complement

Gastronomia ganha destaque na retomada do setor premium

Franquias apostam em novas linhas de produtos e mistura de físico e digital

Andrea Vialli

SÃO PAULO A retomada das atividades presenciais e da circulação em shoppings e lojas de rua vêm beneficiando as franquias, como mostram dados recentes do setor. As que lidam com produtos de maior valor agregado seguem o ritmo de recuperação, mesmo em um cenário macroeconômico desafiador.

Dono da rede de lojas de vinhos Grand Cru e do ecommerce Evino, a holding Víssimo Group registra aumento na procura tanto nas lojas físicas como no digital, o que tem dado fôlego para novos investimentos.

O grupo prevê para 2022 a venda de 20 milhões de garrafas, com faturamento de R$ 800 milhões. Em 2021, a Organização Internacional do Vinho registrou que o Brasil foi um dos países onde o consumo mais cresceu no mundo todo, com alta de 18,4%.

"O consumo continua crescendo e tem ainda muito a crescer, mas não nos limitamos mais ao vinho", diz Alexandre Bratt, diretor-executivo do Víssimo Group.

O plano, segundo ele, é aumentar o portfólio das lojas com kits de harmonização e demais produtos ligados à gastronomia. Outras apostas são nos canais múltiplos de vendas, com digitalização das lojas da Grand Cru e também a abertura da primeira loja física da Evino, prevista para o segundo semestre de 2022.

Segundo Bratt, o modelo de franchising não deve perder espaço, já que as lojas atrelam o comércio eletrônico à experiência física. Clientes podem, por exemplo, retirar um produto adquirido via internet em um dos estabelecimentos.

A marca Grand Cru possui 120 lojas em todo o Brasil, sendo 103 franquias. A previsão é abrir 35 novos estabelecimentos em 2022 —o investimento em uma franquia da marca começa a partir de R$ 300 mil.

Também no ramo gourmet, um nicho bem específico foi a escolha do empreendedor paulista Raphael Mazzon: biscoitos finos artesanais para presentear. Dono de dez franquias da Biscoitê na capital e no interior de São Paulo, ele foi atraído pela novidade por ter pouca concorrência.

Criada em 2012, a Biscoitê registrou sua maior expansão em plena pandemia, quando passou de 3 para 40 lojas. No ano passado, cresceu 297% em vendas em comparação a 2020, atingindo um faturamento de R$ 40 milhões.

Com um tíquete médio de R$ 55 e cestas de presentes que podem chegar a R$ 350, a marca começou sua expansão em shoppings voltados a um consumidor de maior poder aquisitivo e lojas de rua, e agora começa a chegar a centros de compras mais populares.

Raphael Mazzon tem 10 lojas da rede Biscoitê, especializada em biscoitos finos; uma das unidades fica no shopping Pátio Paulista, região central de São Paulo Rivaldo Gomes/Folhapress

O investimento em uma franquia da marca oscila entre R$ 150 mil e R$ 390 mil, a depender do formato (carrinho, quiosque ou loja com café), com faturamento mensal a partir de R$ 60 mil, podendo chegar a R$ 120 mil.

Os prazos de retorno giram entre 18 e 24 meses —a primeira loja aberta em 2018 por Mazzon, em Campinas (interior de São Paulo), deu retorno em apenas um ano, mas era um cenário pré-pandemia.

Fundador e CEO da Biscoitê, Raul Matos apostou no segmento após trabalhar no setor de alimentos. Chegou a ser sócio de uma empresa que produzia biscoitos para grandes marcas, época em que viajou a mais de 30 países para conhecer esse mercado e buscar receitas. "O Brasil é um dos três maiores mercados para biscoitos no mundo, mas carecia de produtos de maior valor agregado."

Além de embalagens que garantem o apelo para presentear, um dos diferenciais, segundo Matos, é a constância de novidades. A Biscoitê lança 140 produtos por ano, entre biscoitos doces, salgados e que homenageiam países. Panetones e ovos de Páscoa também entram na lista.

A rede prevê chegar a 60 franquias e faturar R$ 70 milhões até o final do ano, um aumento da receita de 75% em comparação a 2021.

O empreendedor que busca investir em franquias de produtos premium deve mapear o público-alvo da marca, além de apostar em localização privilegiada. No geral, contudo, a modelagem do negócio não difere tanto dos demais, segundo André Friedheim, presidente da ABF (Associação Brasileira de Franchising).

Para a consultora em franquias Ana Vecchi, o mercado de marcas de alto padrão requer um franqueado com um perfil menos operacional e mais gestor. É o empreendedor que raramente é visto na loja, mas está nos bastidores, de olho na contabilidade e no retorno dos clientes sobre a experiência de compra.

"As marcas premium atraem um perfil de investidor que se identifica com a marca e seu universo, muitas vezes sendo um cliente", diz.

Já no setor de luxo, via de regra, marcas internacionais voltadas ao público de maior poder aquisitivo procuram um parceiro estratégico com conhecimento local.

A Iguatemi S.A., holding dona de shoppings de alto padrão, tem uma unidade de negócios, a iRetail, especialmente dedicada a trazer grifes de luxo ao Brasil.

A empresa tem no portfólio sete marcas com lojas físicas exclusivas nos shoppings do grupo: Balenciaga, Birkenstock, Christian Louboutin, Goyard, Missoni, Polo Ralph Lauren e Vilebrequin. Também representa outras marcas que são vendidas no marketplace Iguatemi 365.

Segundo Catharina Palmer Pereira, gerente geral da iRetail, esse consumidor é mais resiliente em períodos incertos ou de crise, o que faz com que as vendas não sejam tão afetadas pela instabilidade.

"Isso fez com que a pandemia trouxesse oportunidades. Como os brasileiros não podiam viajar, diversas marcas tiveram desempenho recorde de vendas em território nacional no período."

As marcas não divulgam faturamento nem percentual de crescimento, mas a Iguatemi apresenta recuperação de desempenho em relação ao período pandêmico, de acordo com Catharina.

Empresário deve entender mercado antes de investir em outros países

Estados Unidos, Portugal e América Latina estão entre os principais destinos de franquias brasileiras

Luany Galdeano

RIO DE JANEIRO Redes brasileiras têm conquistado espaço crescente no exterior —em especial nos EUA, em Portugal e em países da América Latina. Quem está disposto a investir fora, porém, deve entender as diferenças entre os mercados e manter contato constante com a franqueadora.

Para a empresária Isabela Garcia, franqueada da Anjos Colchões & Sofás no Paraguai, destacar a origem da mercadoria foi uma importante estratégia para tornar o negócio mais competitivo.

“Sempre falamos que a loja traz artigos importados, porque aqui o Brasil é conhecido por fazer bons produtos. Eles [os clientes] acabam dando um valor maior”, diz Isabela, dona de cinco lojas da rede.

Ela inaugurou a primeira franquia da Anjos Colchões & Sofás fora do país em 2014, em Ciudad del Este, na fronteira com Foz do Iguaçu (PR).

Para começar o negócio no Paraguai, a empresária fez antes um estudo do mercado. Ela também contratou uma consultora para ajudá-la a entender aspectos legais da abertura da empresa, da criação do RUC (equivalente ao CNPJ) à contratação de funcionários.

Segundo Adriana Camargo, sócia do Grupo Latino Americano de Franquias, desenvolver estratégias de crescimento é fundamental antes de sair do país, porque permite que a rede aprenda sobre a concorrência e a burocracia necessária para dar início à empresa.

Camargo afirma que é comum que marcas levem para o exterior o mesmo modelo de negócios usado no Brasil, o que pode ser arriscado. “É preciso estudar o novo mercado. Assim, a empresa pode encontrar os parceiros ideais para adaptar o produto ou serviço sem perder o DNA.”

No caso da Anjos, Isabela Garcia também pôde aprender com sua equipe de dez funcionários, que são paraguaios. Com ajuda do retorno dado por eles, a empresária diversificou as opções de produtos. Além de colchões e sofás, ela passou a vender novos artigos, como lençóis e capas para travesseiro.

Isabela Garcia, franqueada da Anjos Colchões & Sofás no Paraguai, 3º principal destino de marcas brasileiras Kiko Sierich/Folhapress

Na abertura da primeira unidade, Isabela investiu cerca de R$ 100 mil. Em 2021, a franquia vendeu 692 colchões e 239 sofás e teve faturamento de cerca de R$ 4,8 milhões.

O Paraguai é o terceiro principal destino das marcas brasileiras, de acordo com a ABF (Associação Brasileira de Franchising). Em primeiro lugar, estão os Estados Unidos, que abrigam 69 redes, seguido por Portugal, com 51. Dos dez países com maior número de marcas brasileiras, cinco são da América do Sul.

“Há procura por países que são próximos geográfica ou culturalmente, porque os empresários buscam suas áreas de conforto. No caso dos brasileiros, são Portugal, que tem o mesmo idioma, ou outros países da América Latina”, diz Daniela Khauaja, professora da pós-graduação da ESPM e pesquisadora de internacionalização de marcas.

A Calçados Bibi, empresa especializada em sapatos infantis, se expandiu principalmente para países que têm proximidade com o Brasil. Um deles foi o Equador, onde o engenheiro Eduardo López é franqueado de seis lojas da rede.

Ele, que é equatoriano, teve o primeiro contato com a marca há 28 anos, quando morou no Brasil. Ao voltar para o Equador, o engenheiro se tornou distribuidor dos produtos da Bibi, vendendo para lojas multimarcas. Em 2019, recebeu o convite para se tornar franqueado da rede.

> “Há procura por países próximos geográfica ou culturalmente, pois empresários buscam áreas de conforto. Para brasileiros, são Portugal ou América Latina
>
> **Daniela Khauaja**
> professora de pós da ESPM

O empresário viu o investimento na franquia como uma boa oportunidade de negócio devido à baixa concorrência de lojas especializadas em calçados infantis no Equador.

A empresa cresceu com a volta presencial do comércio e, em 2021, vendeu 48 mil pares de calçados, com faturamento de cerca de R$ 5,1 milhões. Desse valor, 6% é voltado ao pagamento de royalties. No Equador, a Calçados Bibi conta com 35 funcionários.

Antes de iniciar o negócio, a empresa matriz ofereceu treinamentos para que o empreendedor pudesse aprender mais sobre a marca. Nesse período, ele visitou unidades da Bibi no Brasil e no Peru, onde aprendeu as práticas de venda de cada loja e como aplicá-las. Hoje Eduardo assiste a capacitações semanais realizadas pela fábrica e participa de reuniões com a equipe do Brasil para definir estratégias da franquia.

De acordo com Adriana Camargo, do Grupo Latino Americano de Franquias, o acompanhamento ao franqueado é essencial para seu desempenho no exterior. “A base do sucesso está com o franqueador. Ele precisa oferecer suporte porque, quando a franquia vai bem, a marca vai bem.”

Nos EUA, a franquia da Emagrecentro, do mercado de saúde e estética, conta com uma equipe de médicos brasileiros para ajudar nos tratamentos, que incluem cronogramas de atividades físicas e mudanças na dieta.

Funcionários da rede de mercadorias e serviços de emagrecimento podem entrar em contato com os especialistas para falar sobre o atendimento de cada cliente.

A expansão para os EUA foi iniciada em 2018 pelo fundador da marca, o médico Edson Ramuth.

Uma das razões para a empresa inaugurar uma unidade nos EUA foram as altas taxas de obesidade no país. Para se adequar ao público, mudou o nome para Best Shape (melhor forma, em inglês).

Em 2021, o administrador Marco Antonio Tricarico se tornou franqueado da rede na Flórida, com duas lojas em diferentes cidades. No início, a marca atraiu principalmente o público brasileiro, que tem boa presença na região.

Segundo a professora Daniela Khauaja, focar apenas na comunidade de brasileiros ao abrir uma franquia no exterior é arriscado. Mesmo que o grupo seja grande, é provável que a empresa tenha dificuldades em competir com outras do mesmo setor.

“O resultado financeiro pode ser positivo a curto prazo, mas, a médio prazo, você não está realmente inserido no contexto daquele mercado”, afirma Khauaja.

Hoje, a Emagrecentro melhorou seu alcance entre clientes americanos, que são 80% dos cerca de cem atendidos por semana. Para isso, Marco Antonio realizou campanhas digitais em inglês, promovendo imagem de saudabilidade do corpo. Mas, segundo o empresário, o alto custo para manter a rede no país ainda é desafiador.

O administrador conta que os contratos de aluguel para empresas podem exigir seis meses de pagamento adiantado e não há opção de parcelar compras. Por outro lado, ele afirma que a relação entre investimento e lucro apresentada pela rede brasileira vem sendo satisfatória.

O valor mínimo para investir em uma franquia da Emagrecentro é de US$ 100 mil (cerca de R$ 511 mil).

No ano passado, o faturamento de Marco Antonio foi de US$ 450 mil (cerca de R$ 2,3 milhões), do qual 10% é voltado ao pagamento de royalties. A empresa tem seis funcionários.

No caso das marcas, o lucro não é a única vantagem de se internacionalizar. Para a professora Daniela Khauaja, empresas que têm franquias no exterior podem se tornar mais atrativas no mercado nacional.

“Para alguém em busca de investir, saber que uma franquia já é internacional mostra que aquela empresa teve um aprendizado grande e tende a ser mais sólida”, diz.

Fluxo de possíveis clientes compensa aluguel alto de aeroporto

Luciana Alvarez

LISBOA O aluguel é mais caro do que um ponto em shopping center e há uma burocracia complicada para conseguir a cessão do espaço e para manter o negócio. Ainda assim, aeroportos são espaços de desejo para franquias e franqueados.

Mesmo os de médio porte, que estão longe de números como os 23,6 milhões de passageiros que passaram por Guarulhos no ano passado, costumam ter um grande volume de clientes potenciais.

André Piccolotto começou a com a franquia de cookies Mr. Cheney em Viracopos, Campinas (SP). O negócio deu certo e ele decidiu ir para mais dois: hoje tem operações também em Porto Alegre (RS) e Confins (MG). Nos três locais, os negócios atravessaram momentos difíceis durante o pior período da pandemia, mas hoje têm dado retorno.

“O aluguel é alto e a gente tem que trabalhar com três turnos de funcionários. O produto acaba ficando mais caro porque os custos são maiores. Ainda assim compensa, porque nunca vi outro lugar com fluxo tão bom quanto aeroporto”, diz o empresário.

Passaram no ano passado por Viracopos, Confins e Porto Alegre, respectivamente, 9,7 milhões, 6,6 milhões e 4,6 milhões de passageiros.

Picolotto ressalta que, no setor de alimentação, o mais comum em aeroportos, a fiscalização sanitária por parte da Anvisa também é mais exigente do que em outros pontos de comércio.

Adriana Auriemo, fundadora da rede de franquias de castanhas Nutty Bavarian, conta que, desde a criação da empresa, queria marcar presença em aeroportos. Além de estar nos maiores do país, já teve franqueados em Florianópolis (SC), Curitiba (PR), Ribeirão Preto (interior de SP) e Belém (PA).

Por causa da pandemia, a maioria das lojas nos aeroportos menores fechou, mas a rede está em negociação para voltar para Curitiba e Florianópolis, além de começar a operar em Foz do Iguaçu (PR) e Salvador (BA).

“Nos menores, o mais importante é ficar atento aos horários de voos. Tem muito aeroporto que concentra voos pela manhã. O meu produto, por exemplo, não vende bem de manhã. Nesse caso, talvez tenha que se pensar em café e pão de queijo”, cita Auriemo.

Outra questão-chave dos aeroportos menores é a gestão dos horários dos funcionários.

“A gente aconselha esse ponto para quem já tem lojas em outro lugar, porque é comum ter horários de pico, depois muito tempo sem movimento. Sabendo os horários de voos, você pode encaixar pessoas de outros pontos para irem ao aeroporto atender nos momentos mais cheios”, sugere a fundadora da Nutty Bavarian.

Os aeroportos têm dois públicos distintos: quem viaja a trabalho com frequência e procura um serviço rápido e as pessoas que estão viajando a turismo, que desejam aproveitar cada momento.

“O turista vai com tempo para o aeroporto, e aquela compra faz parte da composição da experiência dele. Tem que ter jogo de cintura para satisfazer os dois perfis”, afirma Patricia Turmina, da rede de trudels (doce romeno) Royal Trudel, que recentemente abriu um ponto no aeroporto de Porto Alegre.

Depois do contrato de concessão do espaço fechado, o processo de aprovação e realização do projeto levou seis meses. Além das exigências técnicas do espaço e treinamentos de segurança, cada colaborador que vai participar da montagem in loco precisa de um cadastro especial de segurança.

Vencer toda a burocracia compensa, garante Turmina, pois o espaço é ótimo para os negócios. “Dá muita exposição para a marca. A circulação diária no aeroporto de Porto Alegre é cerca de seis vezes superior à do melhor shopping da cidade”, afirma.

André Piccolotto, que tem três franquias da Mr. Cheney em aeroportos Jardiel Carvalho/Folhapress

Para além da alimentação, Leia Regina Nascimento, CEO da consultoria Múltipla Franquias, diz que nos aeroportos menores há uma demanda reprimida por serviços. “Como frequentadora de três aeroportos de menor porte (Florianópolis, Curitiba e Foz do Iguaçu), vejo a falta de serviços expressos, como manicure e massagens. Coisas que podem se encaixar nos tempos de espera”, afirma.

A especialista também vê oportunidades para a venda de produtos. “As pessoas estão esperando, elas acabam olhando as lojas. A loja não é o destino, como no shopping, mas tem uma grande oportunidade de venda”, afirma.

Ela aconselha que, antes de tudo, quem vai investir busque dados: movimentação diária, número e horário dos voos e números de vendas em outros aeroportos de situação semelhante. “A tendência é aumentar o movimento, porque muita gente se mudou para o interior nos últimos dois anos”, diz, se referindo ao período de pandemia.

Multifranqueados contam como atravessaram pandemia

Giovana Figueiredo Silva, 32, Belém (PA)
Dona de duas franquias da Yes! Cosmetics, três da ótica Fuel e uma da Grão Expresso

'SE UMA FRANQUIA NÃO VAI BEM, A GENTE SE MANTÉM COM OUTRA'

Inaugurei a Grão Expresso um mês antes de a pandemia começar. Como era recente, não tinha fluxo de caixa e acabei fazendo empréstimo. Nosso primeiro ano foi muito difícil. Quando as mesas foram liberadas, voltamos a respirar, mas minhas outras duas operações praticamente sustentaram a Grão na crise. Na Yes!, tive muito prejuízo com estoque na pandemia, porque maquiagem tem data de validade. Já na Fuel não tivemos perda de produto, mas como tudo estava muito restrito, as vendas de óculos de sol caíram. Já as de óculos de grau aumentaram. O bom de ter mais de uma franquia é que, se uma não vai bem, a gente consegue se manter com outra. Muita gente fechou porque não teve fluxo de caixa para passar meses sem faturar.

Alex Piton, 37, São Paulo (SP)
Dono de duas franquias da Montana Grill, duas da Pizza Hut, uma da Spoleto e uma da Jin Jin

'OUVI A VISÃO DE MILHARES DE FRANQUEADOS PARA MELHORAR PRÁTICAS'

Foram dois anos bem complicados. Na pandemia, acabei fechando duas unidades da Pizza Hut, uma em Santos e outra em São Paulo. Foi uma quebradeira no mercado de alimentação, mas as operações que eram franquias tiveram menos problemas, porque conseguiram se organizar melhor e oferecer mais fôlego para os franqueados. Ter várias unidades foi importante porque tínhamos reuniões semanais com os gestores da franqueadora. Eu ouvia a visão de cada gestão, tentando entender e melhorar as práticas. Não era só minha cabeça e a do meu sócio. Eram milhares, pensando de todas as formas. Todos deram as mãos. Como todas minhas franquias eram de alimentação, acabei buscando outros negócios, como uma operação de "vending machines".

Giovane Fischborn, 55, Brasília (DF)
Dono de duas franquias da Sestini, cinco da Jorge Bischoff e uma da Via Mia

'NÃO FIQUEI NA MÃO DE UM MERCADO ÚNICO'

Eu era da área industrial, do segmento de calçados. Em 2009, abri minha primeira franquia da Jorge Bischoff, em Brasília. Em 2017, abri a da Sestini e, em dezembro de 2019, véspera da pandemia, a da Via Mia. Foi um período bem complicado para o varejo. Tivemos que buscar alternativas junto às marcas. Uma delas foi a redução de despesas, administrando as compras. Compramos para receber lá na frente. Jogamos adiante o que tínhamos para receber em abril e seguramos os novos pedidos até que houvesse uma melhora. No caso da Sestini, que é de linha viagem, nossas vendas foram muito impactadas. Investimos em mochilas e sacolas, porque as pessoas viajaram mais de carro e ônibus. Ter franquias em segmentos diferentes foi importante para não ficar na mão de um mercado único.

Andrea Angelini, 42, Sinop (MT)
Dona de uma franquia da Nutty Bavarian, uma da Imaginarium e uma da Puket

'JÁ LEVEI MUITA ESTRATÉGIA DE UMA EMPRESA PARA OUTRA'

Estamos nos reerguendo agora da pandemia, o tombo foi grande. A maior dificuldade foi equilibrar as contas. Tive que reduzir equipe nas três franquias. Na Imaginarium e na Puket, sentimos muito, porque os clientes estavam evitando contato. Recorremos ao delivery, que antes não era uma estratégia muito usada. Apostamos no bom e velho WhatsApp, uma modalidade mais pessoal com nossa base de clientes. Até escrevia dedicatória junto com o presente para quem pedia. Ter lojas em segmentos diferentes me ajudou muito. Tenho grupos de WhatsApp de cada uma das franquias, e ouvir as experiências e trocas foi fundamental. Temos contato com franqueados do Brasil inteiro, é ótimo. Já levei muita estratégia de uma franquia para outra.

Com custo mais baixo, marcas geridas em casa crescem na crise

Aporte inicial médio é de R$ 35 mil para modelo home based, que hoje soma 14,8% das franquias no país

Karina Pastore

SÃO PAULO Quando, em maio de 2013, Felipe Buranello e Eduardo Pirré decidiram levar a empresa Maria Brasileira, da área de limpeza, para o modelo de franquia, impuseram uma condição: os donos das unidades não poderiam trabalhar de casa.

Isso porque os sócios queriam profissionalizar o setor. A companhia também oferece serviços de manutenção residencial e corporativa.

"Não poderíamos correr o risco de o cliente ligar e uma criança atender ou ele escutar, ao fundo, o latido de um cachorro ou o apito de uma panela de pressão", lembra Buranello, 34, CEO da Maria Brasileira, fundada em 2012.

Em 2019, no entanto, como a companhia já chegara a líder de mercado e apenas 10% dos contratos com o cliente final eram fechados presencialmente, ele e Pirré, 32, decidiram oferecer o formato home office. Deu certo.

Com redução do valor do investimento inicial —de cerca de R$ 75 mil para R$ 39,6 mil— proporcionada pelo novo modelo, a rede não só chegou às cidades menores, como cresceu na pandemia.

Desde 2019, o número de unidades aumentou 73%. Hoje são 437, em 373 municípios de 25 estados mais o Distrito Federal —falta chegar ao Amapá. A meta é fechar 2022 com 500 unidades e R$ 135 milhões de faturamento.

A transição da Maria Brasileira de uma rede baseada exclusivamente em pontos comerciais para uma franquia majoritariamente home office ilustra um movimento no franchising brasileiro que ganhou impulso com o coronavírus e que, mesmo com o relaxamento das medidas de restrição, segue em ascensão.

Parte da categoria das microfranquias, cujos investimentos não ultrapassam R$ 105 mil, o formato, também chamado home based, representava, em 2020, 7,1% das unidades em geral em operação no país. No ano seguinte, foi a 10,3% e, hoje, soma 14,8%, segundo a ABF (Associação Brasileira de Franchising).

Rogerio e Melissa Malangoni, donos de franquia da Brasil Nutri Shop Jardiel Carvalho/Folhapress

R$ 35 mil
é o valor médio do investimento inicial para abrir uma franquia gerida a partir de casa, com retorno em até um ano e meio

14,8%
é a fatia de empresas home based no total de franquias em operação no país hoje. Em 2021, o percentual era de 10,3%

Em tempos de inflação alta e insegurança econômica, os custos reduzidos e o baixo risco fazem das home based um negócio atraente, diz Adriana Auriemo, diretora de relacionamento, microfranquias e novos formatos da ABF.

O investimento inicial médio no segmento é hoje de cerca de R$ 35 mil, com retorno entre um ano e um ano e meio. Há no mercado, porém, franquias home based sendo abertas com R$ 1.200.

Hoje há cerca de 600 marcas de microfranquia no país, mas não há dados de quantos negócios são comandados da casa de seus donos. O formato é o mais procurado no Portal de Franchising, da ABF, com 60% das consultas.

Um dos grandes propulsores da modalidade foi a alta no desemprego (ou o medo dele) nas fases severas da crise.

Casado e pai de um menino de 11 anos, o engenheiro Rogerio Malagoli, 46, temeu ser demitido da fábrica de peças para caminhão e ônibus, onde trabalha desde 2017.

Ele se antecipou a uma possível perda do emprego, que não ocorreu, e, em agosto de 2020, comprou por R$ 15 mil uma franquia da Brasil Nutri Shop, de suplementos alimentares e acessórios, com 850 franqueados e investimento a partir de R$ 10,9 mil. Os royalties são cobrados em cima do valor do produto —20% ficam com a franqueadora.

Sem experiência em comércio, Malagoli, que comanda o negócio com a mulher, Melissa, conseguiu rapidamente formar uma rede de contatos.

Entusiasta da musculação, já conhecia muita gente do meio. Outra estratégia importante foi levar seus produtos para dois gigantes do marketplace —Amazon e Shopee, onde são concretizadas 70% das vendas. O engenheiro fatura cerca de R$ 25 mil por mês.

Afinidade com a marca é essencial, segundo a diretora da ABF. Como o formato home office é centrado no empreendedor, é importante que o setor e o tipo de trabalho sejam adequados à personalidade do empresário.

Um requisito da Maria Brasileira, por exemplo, é a disposição do franqueado para relacionamentos interpessoais.

Esse não é um problema para a nutricionista Denise Lapa, 50. Há cerca de seis anos, ela comprou uma franquia Maria Brasileira de seu hoje marido, Rubens. Com o isolamento social, foi obrigada a entregar o escritório, dispensar a atendente e adotar o formato home office —o que lhe garantiu uma economia mensal de R$ 2.000.

No início, não foi fácil adaptar a empresa à rotina da casa, onde moram o casal, a filha de 19 anos, um gato e um cachorro. As interrupções tiravam a concentração de Denise.

Aos poucos, tudo foi se encaixando. Ela ajeitou um "cantinho" para a empresa no apartamento e levou o treinamento da equipe para o salão de festas do prédio. Sob seu comando, 18 funcionárias realizam 12 atendimentos por dia, o que lhe garante faturamento mensal em torno de R$ 40 mil e lucro de cerca de R$ 15 mil. Os royalties cobrados pela marca vão de R$ 606 a R$ 2.424.

Há outros dois pontos aos quais os franqueados home office devem prestar atenção, diz a diretora da ABF.

O primeiro é não misturar as finanças da pessoa física com as da jurídica. "E é preciso também disciplina tanto para trabalhar quando se tem de trabalhar quanto para não trabalhar quando não se tem de trabalhar." Os negócios e a saúde mental agradecem.

Vista aérea de prédios do Jardim Paulista e Cerqueira César, em São Paulo; o relógio é um marco no topo do hotel Fasano Eduardo Knapp - 20.ago.21/Folhapress

Pontualidade vira moda nas baladas pós-isolamento social

Chegar atrasado é coisa do passado; convidados anseiam por companhia após passar meses trancados em casa

EQUILÍBRIO

Katherine Rosman

THE NEW YORK TIMES A festa do lançamento do novo livro de Tina Brown, "The Palace Papers" [Os Papéis do Palácio, sobre a família real britânica], estava marcada para as 18h30, e a imprensa chegou pontualmente ao bistrô Michael's, em Manhattan, conhecido por atrair profissionais para almoços de negócios. Às 18h35, já estava lotado.

Eu estava do outro lado da rua West 55th, observando o que acontecia com quase incredulidade. Anos de experiência com esse tipo de função, ou como jornalista ou como convidada, me ensinaram a comparecer pelo menos 15 minutos após o horário citado no convite. Eu entrei no Michael's às 18h40.

Tina Brown não deixou de notar que as pessoas compareceram exatamente no horário marcado. "Todo o mundo hoje em dia anseia por companhia", comentou. "Hoje a gente quer chegar à festa o quanto antes, antes do local ser obrigado a fechar por conta de outro surto de Covid."

Na sede da prefeitura de Nova York a pontualidade ganhou nova importância desde maio, quando Eric Adams assumiu o cargo.

"O prefeito Adams é superpontual", comentou seu chefe de gabinete, Frank Carone. "Se você chega cinco minutos adiantado, está no horário certo. Se chegar no horário marcado, está atrasado."

Katie Honan é repórter do The City, noticioso sem fins lucrativos que cobre Nova York. Ela disse que gostou da mudança desde a saída do prefeito anterior, Bill de Blasio, que frequentemente se atrasava.

Honan, que diz ter compulsão por chegar cedo aos compromissos, percebeu e aprecia a pontualidade de Adams.

Em 2022, chegar com atraso deixou de estar na moda. É uma mudança de atitude que parece ter nascido da pandemia, que agora está em seu terceiro ano.

Na primeira fase, quando as videoconferências viraram o modo de trabalho habitual para muitos funcionários de escritório, quem antes tinha dificuldade de ser pontual deixou de se atrasar devido ao trânsito ou às sessões de fofoca no local de trabalho.

A colaboração entre pessoas que vivem em diferentes fusos horários se aperfeiçoou, e as pessoas conseguem buscar os filhos na escola ou dar conta de outras tarefas ligadas a eles no meio do dia de trabalho.

"Estamos reavaliando nossa relação com o tempo, e a pontualidade virou uma preocupação primordial", disse Linda Ong, CEO da Cultique, de Los Angeles, que presta consultoria a empresas sobre mudanças nas normas culturais.

"Hoje a tolerância com os atrasos está diminuindo. Há uma expectativa de que você tenha mais controle sobre seu tempo e que chegue na hora".

Agora que cada vez mais profissionais de escritório estão voltando ao trabalho presencial, eles não querem abrir mão da possibilidade de controlar seu próprio tempo, observou Sophie C. Avila Leroy, professora de administração na University of Washington Bothell.

> **Hoje a gente quer chegar à festa o quanto antes, antes de o local ser obrigado a fechar por conta de outro surto de Covid**
>
> **Tina Brown**
> jornalista e editora inglesa, mora em Nova York

"Com a pandemia, as pessoas puderam controlar seus próprios horários durante um bom tempo", explicou Leroy. "Com o retorno ao escritório, é preciso administrar todas essas coisas –o deslocamento entre casa e trabalho, as interações presenciais com pessoas e o fato de que não é mais possível cuidar de sua vida pessoal e familiar do mesmo modo que fazia quando estava trabalhando em casa."

Para ela, a relutância de algumas pessoas em retornar ao escritório vai exigir que os gerentes priorizem a eficiência.

"As pessoas estão perguntando implicitamente: 'Por que estou voltando ao trabalho presencial? É bom haver uma razão para eu ter que gastar com combustível ou transporte público. É bom que haja alguma coisa que justifique eu me arriscar a contrair Covid, sendo que já provei que posso trabalhar eficientemente de casa.'"

Para Lery, isso pode se traduzir na ideia de "estou aqui para trabalhar, não para bater papo."

Marcia Villavicencio, oficial da Marinha em San Diego e também dona de uma empresa de fitness e coaching para a vida, concorda com ideia de que o trabalho à distância deixou as pessoas menos dispostas a tolerar as distrações e ineficiências do escritório. "As pessoas querem dar conta das coisas que precisam fazer em menos tempo, para poderem fazer o que bem entendem", ela explicou.

A nova ênfase sobre a pontualidade no dia a dia ocorre ao mesmo tempo em que cientistas estão trabalhando para contar o tempo com mais precisão. Como noticiou o New York Times neste ano, físicos e metrologistas do Birô Internacional de Pesos e Medidas estão redefinindo a medida da unidade de tempo conhecida como segundo.

Chard Orzel, que é professor de física e astronomia no Union College e autor de um livro lançado recentemente, "A Brief History of Timekeeping" [Uma Breve História da Pontualidade], disse que a adesão à pontualidade vem aumentando há milênios.

Para medir o tempo, ele conta, os antigos egípcios converteram recipientes de água em relógios. As noções modernas de pontualidade surgiram milhares de anos depois disso, na era industrial.

"Com o crescimento das cidades, começaram a surgir relógios públicos mostrando as horas, e as pessoas passaram a fazer cada vez mais questão de pontualidade", disse Orzel. "No fim do século 19, os relógios de bolso já eram de boa qualidade e custavam pouco, cerca de US$1 por um modelo bastante bom, para permitir que a maioria das pessoas tivesse um. Elas só precisavam ir a uma estação ferroviária uma vez por semana para acertar seus relógios."

Ele entende por que a pontualidade está mais valorizada agora. "Acho que as pessoas não estão querendo mais passar tanto tempo no escritório. Elas estão dizendo 'não curto usar máscara. Vou vir para cá, fazer o que preciso fazer e sair daqui o quanto antes.'"

Tradução Clara Allain

> **Se você chega cinco minutos adiantado, está no horário certo. Se chegar no horário marcado, está atrasado**
>
> **Frank Carone**
> chefe de gabinete de Eric Adams, prefeito de Nova York

LEIA TAMBÉM

Vista aérea na seção norte do Great Salt Lake, em Utah, que já perdeu dois terços de sua área superficial Justin Sullivan - 2.ago.2021/AFP

O que um lago agonizante diz sobre o futuro

Se não pudermos salvar o Great Salt Lake, nos EUA, com ações locais, será inviável pensar em salvar o planeta Terra

OPINIÃO

Paul Krugman
Prêmio Nobel de Economia, colunista do jornal The New York Times

Há poucos dias, o Times publicou uma reportagem sobre a seca do Great Salt Lake [em português, grande lago salgado, localizado em Utah, nos EUA], uma história que me envergonho de admitir que passou despercebida pelo meu radar pessoal.

Não estamos falando de um evento hipotético num futuro distante: o lago já perdeu dois terços de sua área superficial e desastres ecológicos parecem iminentes: a salinidade subindo ao ponto em que a vida silvestre morre, ocasionais tempestades de poeira venenosa varrendo uma área metropolitana de 2,5 milhões de pessoas.

Aliás, fiquei um pouco surpreso que o artigo não mencionasse os óbvios paralelos com o mar de Aral, um enorme lago que a União Soviética conseguiu transformar num deserto tóxico.

De qualquer forma, o que está acontecendo com o Great Salt Lake é muito ruim. Mas o que achei realmente assustador na reportagem é o que a falta de uma resposta eficaz à crise do lago diz sobre nossa capacidade de responder à ameaça maior, de fato existencial, das mudanças climáticas.

Se você não está aterrorizado com a ameaça representada pelos níveis crescentes de gases do efeito estufa, você não está prestando atenção —o que, infelizmente, muitas pessoas não estão. E aquelas que estão cientes dessa ameaça, mas impedem uma reação por causa de lucros em curto prazo ou conveniência política, estão, em um sentido real, traindo a humanidade.

Dito isso, o fracasso do mundo em agir em relação ao clima, embora imperdoável, também é compreensível. Como notaram muitos observadores, o aquecimento global é um problema que parece feito sob medida para dificultar a ação política. Na verdade, as políticas de mudança climática são difíceis por pelo menos quatro razões.

Primeiro, quando os cientistas começaram a dar o alarme na década de 1980, a mudança climática parecia uma ameaça distante, um problema para as gerações futuras. Algumas pessoas ainda a veem assim; no mês passado, um executivo sênior do banco HSBC deu uma palestra na qual declarou: "Quem se importa se Miami estiver seis metros debaixo d'água daqui a cem anos?"

Essa visão está totalmente errada —já estamos vendo os efeitos das mudanças climáticas, em grande parte na forma da frequência e intensidade crescentes de eventos climáticos extremos. Mas esse é um argumento estatístico, que me leva ao segundo problema da mudança climática: ela ainda não é visível a olho nu, pelo menos ao olho nu que não quer ver.

Afinal, o clima oscila. Ondas de calor e secas já aconteciam antes que o planeta começasse a aquecer; períodos de frio ainda ocorrem mesmo com o planeta mais quente em média do que no passado.

Não é preciso uma análise sofisticada para mostrar que há uma persistente tendência de aumento das temperaturas, mas muitas pessoas não são convencidas por análises estatísticas de qualquer tipo, refinadas ou não, apenas pela experiência bruta.

Depois, há o terceiro problema: até recentemente, parecia que qualquer grande tentativa de reduzir as emissões de gases do efeito estufa teria custos econômicos significativos.

As estimativas sérias desses custos sempre foram muito inferiores às alegadas pelos antiambientalistas e o progresso tecnológico em energia renovável fez a transição para uma economia de baixa emissão parecer muito mais fácil do que qualquer um poderia imaginar 15 anos atrás. Ainda assim, temores sobre perdas econômicas ajudaram a bloquear a ação climática.

Finalmente, a mudança climática é um problema global, que exige ação global. Qualquer um que exija uma ação dos Estados Unidos encontrou o contra-argumento: "Não importa o que façamos, porque a China continuará poluindo".

Como eu disse, todas essas questões são explicações para a inação sobre o clima, não desculpas. Mas o negócio é o seguinte: nenhuma dessas explicações para a inação ambiental se aplica à morte do Great Salt Lake. No entanto, os formuladores de políticas que importam ainda parecem relutantes ou incapazes de agir.

Lembre-se, não estamos falando de coisas ruins que podem acontecer em um futuro distante. Boa parte do lago já se foi e a grande mortandade da vida silvestre pode começar já neste verão. E não é preciso um modelo estatístico para perceber que o lago está encolhendo.

Em termos econômicos, o turismo é uma indústria enorme em Utah. Como ficará essa indústria se o famoso lago se tornar um deserto envenenado? E como pode um estado à beira da crise ecológica ainda estar desviando a água desesperadamente necessária para reabastecer o lago para manter gramados verdejantes que não servem a nenhum propósito econômico essencial?

Finalmente, não estamos falando de um problema global. É verdade que a mudança climática global contribuiu para a redução do acúmulo de neve, que é uma das razões pelas quais o Great Salt Lake encolheu. Mas grande parte do problema é o consumo local de água; se esse consumo pudesse ser contido, Utah não precisaria se preocupar que seus esforços fossem desprezados pelos chineses ou qualquer outra coisa.

Portanto, deveria ser fácil: uma região ameaçada deve aceitar sacrifícios modestos, alguns pouco mais do que inconveniências, para evitar um desastre ao dobrar a esquina. Mas parece que isso não está acontecendo. E, se não pudermos salvar o Great Salt Lake, que chance temos de salvar o planeta?

Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

[...]

Boa parte do lago já se foi e a grande mortandade da vida silvestre pode começar já neste verão

Reduzir a poluição do ar aumentaria a expectativa de vida em até dois anos

AMBIENTE

PARIS | AFP Reduzir a poluição do ar, causada principalmente pelos combustíveis fósseis, aumentaria em até dois anos a expectativa de vida, de acordo com um estudo da Universidade de Chicago divulgado na última terça-feira (14).

"Reduzir de forma permanente a contaminação do ar no mundo para cumprir as recomendações da OMS [Organização Mundial da Saúde] adicionaria 2,2 anos à expectativa de vida do ser humano", afirma o texto.

O percentual de micropartículas na atmosfera é particularmente elevado em países do sudeste asiático, onde o crescimento econômico está retirando milhões de pessoas da pobreza, em troca de gastos consideráveis de energia.

A expectativa de vida na região poderia aumentar em até cinco anos se a poluição fosse reduzida aos padrões recomendados pela OMS, segundo o relatório do Instituto de Política Energética da Universidade de Chicago.

A OMS endureceu os padrões para qualidade do ar e limites de poluição no ano passado, para alertar e promover a implementação de medidas de saúde.

De acordo com a organização, as micropartículas com tamanho equivalente ou inferior a 2,5 mícrons (aproximadamente o diâmetro de um fio de cabelo humano são capazes de passar dos pulmões para o sangue, o que aumenta as probabilidades de câncer.

Segundo os novos critérios da OMS, o nível máximo de concentração desse tipo de material particulado (conhecido como PM2.5) não deveria superar 15 microgramas por metro cúbico em um período de 24 horas, ou 5 mcg/m3 como média em um ano.

Nos estados indianos de Uttar Pradesh e Bihar, com quase 300 milhões de habitantes, a expectativa de vida poderia aumentar oito anos com a adoção de medidas. Na capital, Nova Déli, poderia aumentar até 10 anos.

"O ar limpo representa anos de vida adicionais para todos os habitantes do planeta", afirma a principal autora do relatório, Crista Hasenkopf.

Bangladesh, Índia, Nepal ou Paquistão, assim como centro e oeste da África e América Central, também sofrem com os elevados níveis de poluição.

Mulher pedala perto durante 'alerta vermelho' de poluição, em Pequim Wang Zhao - 21.dez.15/AFP

Como Joel Kriger, de 68 anos, conseguiu escalar o Everest

Brasileiro não gosta de ser definido como 'o mais velho' a realizar a façanha

É LOGO ALI

Luiza Pastor

O que fazer quando, aos 50 anos, se está imerso na rotina sedentária de um escritório de comércio exterior? Para o engenheiro curitibano Joel Kriger, a resposta foi: dar um passeio até o topo do mundo, ele mesmo, o monte Everest, meca de nove entre dez montanhistas, mas façanha para poucos.

Joel Kriger é um desses poucos. Mas ele só chegou lá no dia 17 de maio passado, aos 68 anos. E apesar de ser divulgado como "o brasileiro mais velho a conquistar o Everest", ele não gosta nem um pouco dessa definição.

"Detesto essa coisa de 'mais velho'", ressalta Kriger. "Eu estou em forma, treino muito, gosto mais de ser citado como exemplo para pessoas da minha idade que se acomodaram, não cuidam da saúde como deveriam, e deixam de fazer coisas por se considerarem velhos."

A história de Kriger no pico mais alto do planeta começou a ser desenhada em 2003, quando leu o livro "Meu Everest", de Luciano Pires, que narra sua jornada de publicitário um dia fora de forma de Katmandu até o acampamento-base do Everest, a 6.000 metros de altitude.

"O livro tem alguns exageros, mas é extremamente motivacional", descreve o engenheiro. "E eu só sabia nadar, mas na época levava uma vida totalmente sedentária quando um amigo me chamou para compartilhar essa viagem", lembra ele.

No começo, Kriger conta que seu preparo para a jornada foi só à base da natação. Apesar de ser considerado um esporte completo, ficava a dúvida: "Será que eu vou ter capacidade aeróbica para tudo isso? Como será que vou reagir à altitude?"

Para se testar, Kriger, filhos e um amigo resolveram percorrer a Trilha Inca de Cusco a Machu Picchu, no Peru. "Eu nunca tinha acampado na vida, não sabia nem entrar em um saco de dormir, só na segunda noite descobri que aquilo abria de lado, na primeira me espremi para dentro feito cobra", recorda ele, que foi alvo de piadas por sua inexperiência.

Como deu tudo certo no Peru, em outubro daquele mesmo ano Kriger seguiu para o trekking do Nepal. O guia foi Vitor Negrete, experiente alpinista brasileiro que morreria três anos depois no próprio monte Everest. A intenção inicial era só mesmo percorrer a trilha —que já é um desafio dos bons, pela acentuada altimetria, que é a diferença de altitude entre os diferentes pontos da jornada.

"Negrete achava engraçado que fôssemos tão inexperientes, eu nem sabia guardar o saco de dormir no saco de compressão, ele teve que me ensinar", conta Kriger, divertido. "Mas as histórias que ele nos contava sobre a montanha eram tão fascinantes que foi despertando a vontade de chegar lá em cima também."

O engenheiro curitibano Joel Kriger Acervo pessoal

> "Eu estou em forma, treino muito, gosto mais de ser citado como exemplo para pessoas da minha idade que se acomodaram, não cuidam da saúde como deveriam, e deixam de fazer coisas por se considerarem velhos
>
> **Joel Kriger**
> engenheiro curitibano

Kriger aproveitou uma viagem que fez em 2008 para a Austrália, onde participaria de um campeonato de natação para masters, para aproveitar e "dar um pulinho" até a Tanzânia, na África, e subir o Kilimanjaro, com pouco mais de 5.980 metros.

"Só que não deu, nosso guia bebia muito e acabamos nos perdendo na subida, não deu tempo de chegar ao cume", explica. Continuou, assim, na natação até 2010, quando foi ao Aconcágua, já com o firme propósito de subir os sete picos mais altos do planeta (Everest, na Ásia; Aconcágua na América do Sul; Denali, na America do Norte; Elbrus, na Europa; Kilimanjaro, na África; Vinson, na Antártida; e Carstensz na Oceania).

De quebra, aproveitando sua paixão pela natação, somou mais uma meta ao projeto: cruzar o canal da Mancha, que liga a França à Inglaterra, a nado, um velho sonho de infância.

"Fomos cinco pessoas em janeiro ao Aconcágua, na Argentina, mas foram todos, mesmo sendo eles muito mais jovens, ficando pelo caminho, só eu cheguei ao cume", lembra orgulhoso. Achou que estaria pronto para o Everest. Foi então se testar em picos da Bolívia e do Equador antes de encarar a empreitada.

"Você pode ir com guia, sherpa, o que for, mas se algo acontecer com eles, precisa saber como sair dali", alerta. Só em 2013 voltou ao Everest, disposto a chegar ao cume. Não chegou. Parou aos 8.500 metros e precisou voltar, decisão pragmática mas nem por isso menos difícil para qualquer montanhista. "É preciso saber a hora de parar, uma hora a mais ou alguns metros a mais quando não há condição adequada podem acabar com sua vida", ressalta.

Em 2017, Kriger fez a segunda tentativa de chegar ao topo do mundo. De novo, não deu, desta vez por causa das condições meteorológicas, que fecharam a janela de escalada antes do previsto.

Só neste ano, sempre com apoio incondicional da família, Kriger se despediu dos filhos e netos e finalmente cumpriu seu desafio, levando a bandeira brasileira ao topo, mesmo que os fortes ventos do cume a tenham destruído antes da foto protocolar. "Deu tudo certo, o tempo estava muito bom, a lua cheia, ventos fracos até perto do cume, e uma temperatura agradável de -22°C, sendo que as roupas que usamos seguram até -40°C", detalha.

Se o Everest já foi escalado, assim como os demais seis picos do desafio, resta agora cumprir a última etapa de seu plano: cruzar o canal da Mancha. Kriger já tentou a façanha uma vez, em 2014, mais foi forçado a desistir pela equipe de apoio que observa os nadadores para evitar mortes como a da brasileira Renata Agondi, em setembro de 1988, por hipotermia e fadiga.

"Faltavam poucas centenas de metros apenas, mas fui obrigado a abortar e só percebi que haviam me tirado da água 15 minutos depois de estar no barco a salvo", conta. "A gente acha que tira de letra, mas não é a realidade."

Para cumprir o plano, agendado agora para o ano que vem, Kriger mantém sua rotina de acordar 3h30 da madrugada, para estar na piscina da academia Gustavo Borges de Curitiba, onde treina (e da qual tem a chave, para poder mergulhar de madrugada), para estar no trabalho às 8h30. "A gente não pode deixar que o treino atrapalhe o trabalho, tem que mostrar à equipe que dá conta de tudo", argumenta.

Estação de trem da cidade de Corumbá, interior do estado de Mato Grosso do Sul Eduardo Anizelli - 9.dez.20/Folhapress

Estação final do Trem da Morte resume caos da extinta rota

SOBRE TRILHOS

Marcelo Toledo

RIBEIRÃO PRETO Mais de 40 vagões abandonados há muitos anos, lixo no vão entre os trilhos e a plataforma de embarque, mato tomando conta dos vagões, pichações em toda a estação, a maioria dos vidros quebrados e parte da estrutura principal desabada.

Esses são alguns dos problemas que a principal estação ferroviária de Corumbá, a última da rota iniciada em Bauru da extinta Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, apresenta.

Batizada como Trem da Morte devido aos incidentes ocorridos com a gradual perda de investimentos na ferrovia e também por conta do Trem da Morte original, que liga Puerto Quijarro, cidade boliviana vizinha a Corumbá, a Santa Cruz de la Sierra, a rota da Noroeste do Brasil era composta por 1.272 quilômetros e foi percorrida em toda a sua extensão pela **Folha**.

A rota boliviana ganhou o nome devido ao grande número de acidentes e por ter sido, no passado, utilizada para o transporte de doentes.

Moradores da região da estação dizem que o local está abandonado pelo menos desde 2015 e que é constantemente utilizado por moradores de rua e usuários de drogas, que contribuíram para provocar os estragos, inclusive um incêndio.

Os bancos que um dia foram instalados hoje estão quebrados e seus pedaços estão jogados em meio a restos de comida e embalagens plásticas. No banheiro, tudo foi quebrado e havia roupas no chão, além de um forte mau cheiro.

Janelas de ferro e portas também foram arrancadas e cacos de vidros das janelas quebradas há anos ainda estavam espalhados no local quando lá estive com o repórter fotográfico Eduardo Anizelli.

"A última vez em que foi pintada houve conversa de reativação de um trem turístico até Miranda, mas ficou só na conversa. Ninguém cuida desse lugar", disse o motorista de aplicativo Augusto Ferreira, que costuma ficar na região à espera de chamadas de usuários. A Noroeste do Brasil, que começou a ser construída em 1905, passou a fazer parte da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.) em 1957, onde ficou até a concessão à Novoeste na década de 90.

Da empresa, em parceria com a Ferroban e a Ferronorte surgiu a Brasil Ferrovias, que depois passou a ser Nova Novoeste, até ser incorporada à ALL (América Latina Logística). Esta, por sua vez, foi absorvida pela Rumo Logística, atual detentora da concessão da ferrovia, mas o contrato inclui apenas algumas estações.

Das 122 estações erguidas entre Bauru e Corumbá, ao menos 80 foram demolidas ou estão em processo avançado de deterioração, abandonadas ou fechadas, sem uso algum. A maior parte delas está sob responsabilidade do governo federal.

A cidade sul-matogrossense, dada a sua extensão territorial, chegou a ter 11 estações ferroviárias, a maioria delas sem uso algum ou demolidas.

Tambor de crioula, dança alegre de origem africana, é uma das atrações frequentes do centro histórico de São Luís Fotos Heitor Salatiel

São Luís passa a dar ênfase para a cultura negra em seu turismo

Ao privilegiar herança evidente, capital do Maranhão entra no topo dos interesses dos afroviajantes

GUIA NEGRO

Guilherme Soares Dias

SÃO PAULO São Luís é a segunda capital do Brasil com o maior percentual de pessoas negras: 71%, ficando atrás apenas de Salvador (com cerca de 80% da população).

A negritude evidente da capital maranhense não era tão explorada pelo turismo, que insistia em mostrar uma narrativa embranquecida da cidade. Com o crescimento do interesse pelo afroturismo, a cidade passou a atrair os viajantes com a valorização de histórias e lugares de cultura negra.

Atualmente, São Luís está no topo dos interesses dos afroviajantes para os próximos meses. A cidade aparece na liderança como destino dos sonhos de pessoas negras que querem viajar, ao lado de Recife (com 20%), segundo pesquisa encomendada pela consultoria em diversidade Afar Ventures.

Se, no começo do século passado, São Luís tentou se vender como a "Atenas brasileira", por ser berço de poetas, a capital do Maranhão firma-se agora como a "Jamaica brasileira", por escutar reggae e oferecer lugares como o Bar do Nelson e o Novo Quilombo, onde as pessoas ouvem o ritmo de Bob Marley dançando agarradinhas.

A cidade também é palco do tambor de crioula, dança alegre de origem africana, e do tambor de mina, religião de matriz africana em que são cultuados voduns e caboclos.

Há ainda, as festas de bumba meu boi que têm seu auge no mês de junho, quando há as comemorações de festa junina, num São João bastante único, com presença de ancestralidade africana.

Na culinária, o destaque é para o arroz de cuxá, feito com a folha da vinagreira, que tem um gosto marcante e está presente em muitos pratos da região.

O centro histórico de São Luís é local de visita obrigatória, com narrativas como a de Catarina Mina, mulher que foi escravizada e que, quando liberta, comprou vários imóveis na região, tendo hoje um beco e um centro cultural que levam seu nome; de Maria Aragão, médica comunista que na década de 1960, lutou pelas causas sociais e contra a ditadura militar e é homenageada com uma praça e um memorial; e Maria Firmina dos Reis, primeira romancista brasileira que viveu no século 19 e escrevia sobre os males da escravidão, a escritora atualmente tem bustos em sua homenagem.

As três mulheres negras fazem parte das histórias contadas pelo Instituto Da Cor ao Caso, que, em novembro de 2021, lançou um roteiro chamado "Caminho Ancestral".

O passeio conta as histórias negras da cidade, além de um roteiro exclusivo sobre Maria Firmina dos Reis.

"É fundamental falar sobre nossa ancestralidade que resiste e permanece presente no cotidiano e na construção cultural, social e política de São Luís, que é uma cidade negra. Nosso roteiro apresenta personalidades afrodescendentes que foram relevantes no contexto literário, intelectual, arquitetônico, musical e cultural da capital do Maranhão, mas que infelizmente foram invisibilizadas pelo racismo estrutural", afirma Anita Machado, diretora do instituto.

Outro personagem que volta a ter sua história vista pelo turismo é Tibira, indígena que foi executado, em 1614, com a anuência de religiosos da Igreja Católica por conta de sua orientação sexual.

Tibira ganhou um monumento ainda pouco lembrado pelos guias locais, mas que começa a ganhar mais visibilidade com o surgimento de novos roteiros.

Entre os museus, destaques para o Cafuá das Mercês, o Museu do Negro, que conta histórias de personagens negros locais, além de uma réplica do Pelourinho da cidade, o Museu do Reggae e o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho (Casa da Festa).

Fonte do Ribeirão é um dos monumentos mais famosos da cidade

Homem cobre amplificadores após festa de reggae Felipe Larozza/Divulgação

Já a Fonte do Ribeirão é daqueles lugares de energia forte e com passado de dor e esperança para o povo preto, que continua tendo sua juventude reunida no entorno.

Há ainda novos empreendimentos chefiados por pessoas negras como a Cozinha Ancestral, da cozinheira Leila Oliveira, onde se pode experimentar refeições preparadas em fogão a lenha no quintal de uma casa aconchegante.

O Tebas Café, que recebe eventos e faz parte de um coworking, com um negócio social de escritório de arquitetura. Na Rua Grande, próxima ao Mercado Central, concentram-se as lojas de artigos religiosos, por isso, também é conhecida como "Rua da Macumba".

A prefeitura de São Luís incluiu o debate sobre o afroturismo no 1º Seminário Municipal de Turismo, realizado em novembro de 2021, e está preparando organizações do bairro Liberdade, considerado o maior quilombo urbano das Américas, para que recebam turistas.

"As heranças africanas são visíveis na tradição, na cultura, na identidade, na história e na gastronomia que fazem parte de São Luís. Entendemos a importância do afroturismo para o desenvolvimento do território da Liberdade e, também, como novo produto turístico para a cidade", considera o secretário de Turismo de São Luís, Saulo Santos.

A Liberdade tem hoje, pelo menos, 25 pontos de interesse turísticos. A maior parte deles fica no entorno da Rua Thomé de Souza, que abriga diversos terreiros e sedes de "bois", como o da Floresta e o Boi de Leonardo. O complexo tem atraído atenção de visitantes que querem passeios para além das praias. Por lá, há também terreiros como o Yle Ashe Ogum Logbo e o Yle Ashe Oba Yzoo.

Na cidade vizinha, Alcântara, é possível ver o tambor de crioula, o tambor de mina e algumas comunidades quilombolas. Em outra ponta da ilha que abriga São Luís, comunidades de pescadores como a de Raposa, oferecem navegação com consumo da comida vinda do mar. Há ainda paisagens conhecidas como "fronhas" que são lagoas formadas em dunas de areia, semelhantes, porém menores, do que os Lençóis.

Tantos atrativos mostram que São Luís é mais do que um local de passagem, com um centro histórico pulsante, vida cultural efervescente e histórias únicas como as do Bairro da Liberdade. Vale uma visita à ilha dos encantos com um olhar afrocentrado.